



História Geral

Rio de Janeiro
2010

PRÉ-VESTIBULAR COMUNITÁRIO VETOR

Organizadora:

Aldilene Marinho César

Autores:

Aldilene Marinho César

Micaele de Castro Galvão Pereira

Rodrigo Reis Maia

Revisor:

Rodrigo Reis Maia

Ter sucesso no vestibular não é privilégio de uns poucos alunos “brilhantes”. Mas do que uma inteligência fora do comum é a dedicação, a maturidade intelectual e o equilíbrio emocional que mais contribuem para essa vitória. E essa é adquirida através das aulas; do contato com o mundo, da troca de experiências com outras pessoas; pelas leituras e atividades desenvolvidas no estudo.

Boa sorte a todos!

Equipe de História.

SUMÁRIO

1 A crise do Feudalismo na Europa ocidental.....	4
2 A expansão marítima e a formação de Portugal.....	7
3 O Estado Moderno: o Absolutismo e o Mercantilismo.....	10
4 O Renascimento e o Humanismo.....	14
5 As Reformas religiosas.....	18
6 A colonização da América.....	23
7 A Revolução Inglesa.....	27
8 A Revolução Científica e o iluminismo.....	30
9 O Absolutismo Ilustrado ou Despotismo Esclarecido.....	34
10 A Revolução Industrial.....	37
11 A Independência dos Estados Unidos.....	40
12 A Revolução Francesa.....	45
13 O Império Napoleônico e o Congresso de Viena.....	50
14 A Independência dos países latino-americanos.....	53
15 Doutrinas Sociais e Revoluções Liberais na Europa do século XIX.....	57
16 A Guerra de Secessão e o expansionismo norte-americano.....	62
17 A industrialização no século XIX e as Unificações italiana e alemã.....	65
18 O Imperialismo na África e na Ásia.....	70
19 A América Latina no século XIX e a Revolução Mexicana.....	75
20 A Primeira Guerra Mundial.....	80
21 A Revolução Russa e a Formação da União Soviética.....	85
22 O Período Entreguerras e a Crise de 29.....	95
23 A Segunda Guerra Mundial.....	101
24 A Guerra Fria.....	108
25 A América latina contemporânea.....	121
26 O Oriente Médio Contemporâneo.....	124
27 A Queda do Muro de Berlim, o fim da URSS e a Nova Ordem Mundial.....	130
Gabaritos.....	134

Capítulo 1. A crise do Feudalismo na Europa ocidental

Apresentação - O feudalismo foi o modelo sócio-político que caracterizou a maior parte da sociedade ocidental durante a Idade Média (séculos V ao XV). Sua principal característica é o regime de servidão: uma relação social de produção na qual ocorre dependência e exploração entre um indivíduo considerado o senhor e outro, considerado seu servo. Nesse sistema, o servo trabalhava nas terras do senhor e este, em troca, lhe promete proteção e lhe permite uma pequena parcela de terra para cultivo próprio.

Outras características do Feudalismo

Descentralização política - Apesar de terem se formado diversos reinos – alguns com grandes extensões de terras – boa parte do poder era exercido pelos muitos senhores feudais. Cada um desses senhores detinha sob seu controle um pequeno senhorio ou feudo (como eram chamados os domínios do senhor). Para todos os efeitos, o rei costumava ser o principal senhor feudal do Reino, ao qual todos os senhores feudais prestavam vassalagem (ver abaixo).
Suserania e Vassalagem – A relação entre os diversos senhores feudais europeus se dava através de complexas relações de suserania e vassalagem. Estas relações são basicamente alianças, nas quais os vassalos prestam lealdade aos suseranos, e os apóiam em caso de necessidade. O suserano, por sua vez, se compromete a defender seus vassalos – que geralmente são mais fracos que o suserano – na eventualidade de um ataque ao vassalo por um inimigo. Esta é uma hierarquia vertical, na qual muitos senhores eram suseranos de alguns senhores feudais e vassalos de outros, mais fortes. Como regra, no topo desta hierarquia estava o rei, geralmente o senhor feudal de mais posses e poder militar, ao qual deviam

prestar vassalagem todos os senhores feudais de um dado reino.

Produção para o consumo - Diferentemente do capitalismo, no regime feudal produziam-se bens principalmente para o consumo dos habitantes do próprio senhorio. Dessa forma, buscava-se produzir essencialmente aquilo que iria ser consumido e apenas o excedente de produção era comercializado.

Comércio reduzido – Na maioria das regiões da Europa da época, o comércio era uma atividade pouco desenvolvida, assim como era pequena a movimentação das populações. O comércio e a urbanização só conheceram um maior desenvolvimento a partir da chamada *Baixa Idade Média*, entre os séculos XI e XV.

Sociedade Estamental - A sociedade medieval era, de modo geral, dividida em três ordens ou estados sociais: os que cultivavam a terra, ou seja, os camponeses que eram também os servos; os que guerreavam, que compunham a nobreza feudal e lutavam nas guerras, e os que oravam, aqueles que formavam o clero, membros da Igreja que nesse período possuíam grande poder e prestígio. Tanto a nobreza – os cavaleiros – quanto o clero eram proprietários de terra e, portanto, senhores feudais.

Predomínio da Igreja romana e teocentrismo - No período feudal, a Igreja católica detinha muito poder e é considerada a maior força política e religiosa da Idade Média, até mesmo se comparada ao poder dos reis e dos senhores feudais. Durante o Feudalismo, a Igreja possuía o monopólio da intermediação entre os homens e Deus, além disso, todos os acontecimentos eram explicados através da religião.

Condenação do lucro e da usura - A doutrina católica do período condenava o lucro e a usura. Essa condenação se tornou um empecilho para o crescimento da produção artesanal e do comércio, tornando-se assim um importante ponto de conflito entre a Igreja e a burguesia. Essa última começava a ganhar força

nos centros urbanos da *Baixa Idade Média* e a tal condenação se constituía em um obstáculo ao desenvolvimento das suas atividades. Outros dois entraves aos interesses comerciais burgueses eram: a necessidade de criação e circulação de moedas, já que a economia feudal baseava-se principalmente no sistema de trocas, e a descentralização política que permitia uma grande diversidade de moedas, pesos e medidas de um feudo para outro.

A Baixa Idade Média (XI-XV) e o aumento populacional - Após o fim das invasões bárbaras da *Alta Idade Média*, por volta do século IX, a população da Europa voltou a crescer, levando em seguida à expansão do comércio e ao ressurgimento das cidades. Por outro lado, o crescimento populacional agravou outro grande problema: como aumentar a produção de alimentos para atender as necessidades da população se a Europa já vivia uma crise de abastecimento?

Expansão do feudalismo - As inovações técnicas, o aumento da mão de obra e o fim das invasões bárbaras permitiram a geração de um excedente de produção nos senhorios que passou a ser comercializado. Isso impulsionou o comércio e a formação de uma classe mercantil, que transportava e comercializava essa produção. Novas terras começaram a ser exploradas e o feudalismo se expandiu, surgindo grandes movimentos mercantis como o comércio marítimo e as Cruzadas, que pode ser entendida como a expansão do feudalismo europeu para o Oriente.

Surgimento das feiras e burgos - Com o aumento do comércio, surgiram as feiras (lugar onde se vendia o excedente de produção dos senhorios), que logo cresceram e deixaram de ser temporárias para serem permanentes. Em seguida, os locais das feiras deram origem as cidades ou burgos, onde comerciantes e artesãos se estabeleceram comprando as terras dos senhores e formando burgos livres da autoridade senhorial. Obtinham permissão real e pagavam tributos diretamente ao rei,

sendo portanto livres de constrangimentos de senhores feudais. Para lá começariam a fugir muitos servos, reforçando a produção urbana.

A burguesia - A produção artesanal nas cidades se organizava através das corporações de ofício (uniões hierarquizadas de artesãos) que fabricavam um mesmo produto. Os chefes dessas corporações, chamados *mestres de ofício*, e os comerciantes eram os principais representantes da nova classe social que estava surgindo, a burguesia.

A crise do século XIV - Nesse século, uma população debilitada pela fome teve que enfrentar uma terrível epidemia: a *Peste Negra*. Associada às guerras que assolaram a Europa, a Peste dizimou um terço da sua população. Essa crise acentuou as modificações que já vinham ocorrendo no campo e, principalmente, intensificou a fuga de camponeses para as cidades em busca de melhores condições de vida. O resultado foi uma devastadora escassez de mão-de-obra no campo, exatamente quando a economia medieval tinha sido atingida por graves contradições.

A escassez de alimentos - A baixa capacidade de produção agrícola foi um grave problema atravessado pela população europeia no período, principalmente para os mais pobres. O problema se agravou ainda mais durante o século XIV.

A crise geral do Feudalismo - Foi basicamente causada pela saturação da exploração dos nobres sobre os camponeses, em curso desde o século XI. Contudo, o fator que mais contribuiu para o declínio do sistema feudal foi o ressurgimento das cidades e do comércio. Com isso, os camponeses passaram a vender mais produtos e, em troca, conseguir mais dinheiro. Dessa forma, alguns servos puderam comprar a própria liberdade, outros, para alcançá-la, promoveram contínuas rebeliões. Estabelecendo-se o colapso da velha ordem, a partir de então, as relações de trabalho no campo na Europa ocidental, abandonaram a servidão. Essa crise

foi o ponto de partida para se compreender o fim da Idade Média e o processo de transição do feudalismo para o capitalismo.

Questões de Vestibular

1. UNIRIO 2006. A transição do feudalismo para capitalismo, entre os séculos XIV e XVI, caracterizou-se por apresentar um conjunto de mudanças estruturais que atingiram a sociedade européia entre o final da Idade Média e o início dos tempos modernos. Dentre estas transformações podemos identificar corretamente:

- a) A concessão dos privilégios feudais usufruídos pela nobreza fundiária medieval a outros segmentos sociais, destacadamente a burguesia comercial que ascendia politicamente à condição de ordem privilegiada.
- b) O fortalecimento da economia comercial das cidades italianas em virtude do incremento do comércio de especiarias e têxteis orientais luxuosos na Europa.
- c) A busca de novas áreas econômicas para a aplicação dos capitais excedentes acumulados com a excessiva monetarização da economia européia decorrente do crescimento das cidades ao final da Idade Média.
- d) A expansão econômica européia articulada sobre outros continentes a partir do controle da navegação em rotas comerciais marítimas atlânticas abertas com o périplo africano realizado pelos portugueses.
- e) O fim da sociedade estamental decorrente da difusão do trabalho assalariado em virtude da devastação da população européia pela peste negra.

2. ENEM 2006. Os cruzados avançavam em silêncio, encontrando por todas as partes ossadas humanas, trapos e bandeiras. No meio desse quadro sinistro, não puderam ver, sem estremecer de dor, o acampamento onde Gauthier havia deixado as mulheres e crianças. Lá, os cristãos tinham sido surpreendidos pelos muçulmanos, mesmo no momento em

que os sacerdotes celebravam o sacrifício da Missa. As mulheres, as crianças, os velhos, todos os que a fraqueza ou a doença conservava sob as tendas, perseguidos até os altares, tinham sido levados para a escravidão ou imolados por um inimigo cruel. A multidão dos cristãos, massacrada naquele lugar, tinha ficado sem sepultura. J. F. Michaud. *História das cruzadas*. São Paulo: Editora das Américas, 1956 (com adaptações).

Foi, de fato, na sexta-feira 22 do tempo de Chaaban, do ano de 492 da Hegira, que os *franjs** se apossaram da Cidade Santa, após um sítio de 40 dias. Os exilados ainda tremem cada vez que falam nisso, seu olhar se esfria como se eles ainda tivessem diante dos olhos aqueles guerreiros louros, protegidos de armaduras, que espelham pelas ruas o sabre cortante, desembainhado, degolando homens, mulheres e crianças, pilhando as casas, saqueando as mesquitas.

**franjs* = cruzados. Amin Maalouf. *As Cruzadas vistas pelos árabes*. 2.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1989 (com adaptações).

Avalie as seguintes afirmações a respeito dos textos acima, que tratam das Cruzadas.

I Os textos referem-se ao mesmo assunto — as Cruzadas, ocorridas no período medieval —, mas apresentam visões distintas sobre a realidade dos conflitos religiosos desse período histórico.

II Ambos os textos narram partes de conflitos ocorridos entre cristãos e muçulmanos durante a Idade Média e revelam como a violência contra mulheres e crianças era prática comum entre adversários.

III Ambos narram conflitos ocorridos durante as Cruzadas medievais e revelam como as disputas dessa época, apesar de ter havido alguns confrontos militares, foram resolvidas com base na ideia do respeito e da tolerância cultural e religiosa.

É correto apenas o que se afirma em:

- A I. D I e II.
- B II. E II e III.
- C III.

Capítulo 2. A expansão marítima e a formação de Portugal

Apresentação - Após a crise do século XIV, a Europa necessitava eliminar as barreiras feudais para desenvolver o comércio através da conquista de novos mercados. Entretanto, alguns obstáculos se interpunham sobre tais interesses, como por exemplo, o monopólio árabe-veneziano sobre o comércio de produtos orientais, sobretudo, das especiarias. Em vista de tal situação, se apresentou em Portugal a possibilidade de encontrar um caminho alternativo para se chegar ao Oriente e, desse modo, comprar diretamente os produtos orientais e assim aumentar os lucros, contornando a África pelo Atlântico e, conseqüentemente, evitando o Mediterrâneo. O ambicioso objetivo exigiria uma ampla mobilização de recursos, pois implicaria em altos investimentos. Para isso era preciso uma acumulação prévia de capital e uma liberdade em aplicá-lo que só seria possível através da centralização do poder político.

Características gerais da formação dos estados nacionais

Acordo entre Rei, nobreza, clero e burguesia - Com o paulatino enfraquecimento da nobreza feudal, as monarquias conseguiram se fortalecer no panorama europeu. As novas monarquias foram chamadas de nacionais ou absolutas e se mantiveram por toda a *Era Moderna* européia, entre os séculos XV-XVIII. Na monarquia absoluta, aparentemente, o rei detém todo o poder do Estado em suas mãos. Entretanto, este nível de centralização de poder pôde ser alcançado apenas mediante uma união de forças com segmentos eclesiásticos e burgueses. Portanto, para uma harmoniosa política absolutista, o rei deveria tentar não alienar suas bases de sustentação, especialmente a burguesia que o financiava e a Igreja

que o legitimava.

Mercado nacional unificado - Interessava ao comércio e à produção dos burgos um estado nacional para o qual não era necessário pagar taxas alfandegárias para atravessar os senhorios (como acontecia na Idade Média) e que mantivesse a unidade dos pesos, medidas e da moeda em todo o reino. Tudo isso foi estabelecido pelo novo estado absolutista. Dessa forma, o mercado nacional foi unificado pelos interesses do comércio e da produção burguesa. Em conseqüência disso, na época moderna apareceram novidades nas técnicas de comércio como as bolsas de valores, os bancos e as sociedades anônimas que favoreciam a acumulação de capitais.

Língua nacional - Em 1500, o imperador do Sacro-Império Romano Germânico, Carlos V, disse: "Eu falo espanhol com Deus, italiano com as mulheres, francês com os homens, e alemão com o meu cavalo". É nesse mesmo período que a multiplicidade de línguas dá lugar à imposição de línguas nacionais européias. Elas foram importantes para que num mesmo país todos se entendessem na fala e na escrita e o Estado se fizesse presente em todo o território com uma língua comum, e para que o membro de dada nação se diferenciasse do que era estrangeiro, visto que os estados nacionais favoreciam aqueles que compartilhavam sua nacionalidade. A emergência das línguas nacionais foi marcada pela publicação de importantes obras literárias nacionais.

Diminuição do poder da Igreja e do papado - Se durante a *Idade Média*, o poder do papa se fazia presente em toda a Europa (fragmentada em pequenos senhorios), na *Era Moderna*, o poder papal encontrou muitas dificuldades para se impor diante dos poderosos estados nacionais, o que acarretou diversos conflitos entre a Igreja e os Estados recém-surgidos. Outros desenvolvimentos do período, como o Renascimento e a Reforma Protestante, contribuíram ainda mais para a difícil situação da Igreja.

Os casos particulares - Apesar das características comuns ao surgimento dos estados nacionais, cada país se unificou em condições específicas: A Espanha se unificou pelo esforço empreendido por várias casas nobres contra os muçulmanos na Península Ibérica, na chamada *Guerra de Reconquista*; a França fortaleceu a sua monarquia e o seu exército na *Guerra dos Cem Anos* contra a Inglaterra; a Inglaterra teve a especificidade de manter forte os poderes regionais, através do parlamento, durante a Idade Média; a Itália e Alemanha mantiveram-se fragmentadas no período, alcançando suas unificações somente no século XIX, já no contexto das revoluções burguesas.

A unificação de Portugal

Um feudalismo diferente, centralizado - Assim como na Espanha, também ocupada pelos mouros (muçulmanos ibéricos), a unificação portuguesa tem origem na luta de *Reconquista*. No entanto, diferente da Espanha, que só conseguiu concluir a expulsão dos mouros do seu território em 1492, a região de Portugal conseguiu se organizar e empreender a expulsão dos mouros ainda no século XII. Desse feito, surgiu o *Condado Portucalense* como um estado vassalo de Castela, tornando-se independente em 1139. Nesse ano, um nobre chamado Afonso Henriques proclamou a independência do condado e iniciou a dinastia de Borgonha. Desde o início, Portugal se caracterizou por instituir um feudalismo centralizado, diferente do resto da Europa. Seu rei tinha mais poder do que em outras regiões européias. O feudalismo português acabaria, em 1385, com a *Revolução de Avis*.

O fim do feudalismo português - Opondo-se ao poder dos senhores feudais, o rei de Portugal concedeu um amplo incentivo à fuga dos servos e também a criação das feiras de comércio. Diante de tal situação, os senhores feudais se enfraqueceram e tentaram se aliar a Castela para

manter o poder sobre os senhorios. Tal aliança ocasionou uma guerra que acabou precipitando a formação do moderno estado português.

A Revolução de Avis (1383-1385)

- Em uma disputa dinástica, dois postulantes ao trono português se confrontaram numa guerra. À casa de Borgonha, aliada aos senhores feudais portugueses e ao poderoso reino de Castela se opôs a Dom João, da casa de Avis e aliado dos comerciantes portugueses. A vitória de Dom João I (elevado ao trono português em 1385) marcou o fim do feudalismo em Portugal e o início do estado nacional monárquico português. Com essa unificação precoce, os lusitanos se tornaram o primeiro povo a navegar pelos oceanos em busca de riqueza. Portugal sempre demonstrou uma vocação natural para a navegação, facilitada pela sua privilegiada posição geográfica que permitia o acesso aos mares do Norte e Mediterrâneo, e pelo conhecimento naval adquirido a partir da longa convivência com os mouros, experientes navegadores. No início do século XV, o infante dom Henrique promoveu a reunião de vários cartógrafos, navegadores, estudiosos e construtores, fundando a *Escola de Sagres*, que permitiu o desenvolvimento de várias técnicas e tecnologias de navegação.

Questões de Vestibular

1. UFRJ 2005. "Entre 1450 e 1620 a Europa testemunhou a onda mais carregada de energia intelectual e criativa [a cultura do renascimento] que jamais passara pelo continente. Foi igualmente um período em que se deram mudanças tão extraordinárias – religiosas, políticas, econômicas e, em consequência das descobertas ultramarinas, globais – que nunca anteriormente tantas pessoas haviam visto o seu tempo como único, referindo-se a 'esta nova época', 'à presente época', 'a nossa época'. Para um observador era uma 'época abençoada', para outro 'a pior época da História'." Fonte: adaptado de HALE, John. *A Civilização européia no Renascimento*. Lisboa, Editorial Presença, 2000, p. 19.

No período considerado aprimorou-se o conhecimento do mundo, tanto na geografia quanto na zoologia e na botânica. A partir do texto, identifique dois processos cuja combinação permitiu semelhante aprimoramento.

2. UERJ 2001. "O cristão-novo foi o elemento que, mais do que qualquer outro, tinha razões imperativas para permanecer na colônia. Os fidalgos e funcionários reais aqui pouco se demoravam, e os cristãos velhos, que conseguiam enriquecer, procuravam retornar à pátria. Os cristãos-novos não tinham razões muito convidativas para voltar." (Adaptado de NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia: 1624-1654*. São Paulo: Perspectiva, 1972.).

- a) Defina o termo cristão-novo.
- b) Cite uma razão para a permanência dos cristãos-novos na colônia.

3. UNIRIO 2007. "Um conhecido provérbio chinês diz que uma viagem de mil léguas começa com um curto passo. Portugal deu esse pequeno passo em 1415, quando D. João I e seus filhos conquistaram Ceuta, praça forte mourisca do lado sul do estreito de Gibraltar. Dentro de um século, esse pequeno passo abria o caminho até a China." (MISKIMIN, Harry. *A Economia do Renascimento Europeu, 1300 - 1600*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p. 159.).

A expansão ultramarina europeia, desenvolvida pelos portugueses ao longo do século XV, permitiu a superação das limitações da economia comercial do continental europeu. A área de atuação econômica dos europeus foi nesse período transformada e ampliada em uma escala maior que aquela de seu continente de origem. Incluiu, também, o continente africano e, ao final do século, o asiático. Dentre tais transformações, podemos apontar, corretamente,

- a) o estabelecimento de rotas comerciais lucrativas através do Atlântico sul viabilizadas com o tráfico de escravos.
- b) a concorrência comercial promovida contra Portugal por

diversas cidades europeias que mobilizaram os recursos necessários a sua expansão ultramarina.

c) a fixação dos interesses econômicos dos portugueses no rico comércio da China transformada em principal entreposto no ultramar.

d) a ocupação e colonização preferencialmente das regiões do interior da África pelos portugueses devido à abundância de marfim e de ouro.

e) o abandono do interesse no continente africano pelos portugueses em decorrência da descoberta de vastas extensões de terras na América.

4. UERJ 2008.

Mar Português

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!

Por te cruzarmos, quantas mães choraram,

Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar

Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena.

Quem quer passar além do Bojador

Tem que passar além da dor.

Deus ao mar o perigo e o abismo deu,

Mas nele é que espelhou o céu.

Fernando Pessoa. Seleção poética. Rio de Janeiro. João Aguilar, 1972.

O poema de Fernando Pessoa descreve aspectos da expansão marítima portuguesa no século XV, dando início a um movimento que alguns estudiosos consideram um primeiro processo de globalização. Identifique duas motivações para a expansão portuguesa e explique por que essa fase de expansão pode ser considerada um primeiro processo de globalização.

Capítulo 3. O Estado Moderno: o Absolutismo e o Mercantilismo

Apresentação – Apesar dos acalorados debates sobre o que definiria a denominada *Idade Moderna*, essa é localizada entre o final da Idade Média (meados do século XV) e a eclosão da *Revolução Francesa*, em 1789, e é considerada, em linhas gerais, como uma época identificada com os múltiplos processos que envolveram a transição do feudalismo para o capitalismo. Apesar de formas de trabalho semelhantes a servidão continuarem ocorrendo no campo, na Europa ocidental, nessa época, cresce e se desenvolve gradualmente uma burguesia mercantil e manufatureira que concentra cada vez mais poder econômico em suas mãos. Além desse quadro social complexo, em que coexistiam populares, burguesia e nobreza, hierarquicamente organizados na sociedade, existiu nesse período uma forma própria de organização do Estado (o absolutismo) e uma teoria político-econômica que permitia uma forte intervenção do Estado na economia, o mercantilismo.

O Absolutismo - O *Absolutismo* é uma teoria política que defende que um monarca ou príncipe deve deter um poder absoluto, independente de outros poderes como o judiciário, o legislativo, o religioso ou eleitoral. Dentre os teóricos que mais contribuíram para o absolutismo se incluem autores como Thomas Hobbes, Nicolau Maquiavel, Jean Bodin e Bossuet. Alguns associaram essa teoria política a doutrina religiosa do *direito divino*, que defende que a autoridade do governante emana diretamente de Deus, e por isso, não pode ser destituída a não ser pela vontade divina.

O Estado absolutista surgiu como resultado do processo de desagregação do feudalismo, no período final da Idade Média. Nessa época, os laços de servidão que mantinham os trabalhadores rurais nos feudos estavam gradualmente se

desfazendo e o aumento da produção e das trocas mercantis, ameaçava por fim ao poder da nobreza feudal. Essa por sua vez, reagiu transferindo seu poder político e militar para um poder centralizado, comandado por um único senhor, o monarca. Dessa forma, acabou por se formar o que hoje chamamos de Estado absolutista, cuja principal função política era conter as massas camponesas rebeladas, sujeitando-as a novas formas de dependência e exploração. Por outro lado, a burguesia despontava como um grupo social importante estimulando o aparecimento de um novo modo de produção, o capitalismo mercantil. Os Estados absolutistas organizaram exércitos permanentes, a burocracia administrativa e os sistemas tributário e jurídico modernos. O termo absolutismo dá a falsa idéia de que na prática o rei possuía poderes absolutos totais. Na verdade, nessa forma de organização do Estado o rei servia como um ponto de equilíbrio entre os conflitos existentes entre as classes sociais daquela sociedade – burguesia, nobreza, clero e campesinato. Em função desse quadro contrastante, o rei representava o poder que, em tese, acabaria com os conflitos jogando com as pressões desses grupos sociais.



Luís XIV: o *rei sol*, o maior símbolo do absolutismo francês.

O Antigo Regime - É a denominação de um novo sistema formado a partir das tensões oriundas da desintegração do feudalismo e que deu condições para a formação do sistema capitalista de produção. Este sistema era composto pelos seguintes elementos: Estado absolutista;

sociedade estamental; mercantilismo; expansão ultramarina e comercial.

O Direito divino dos reis - O poder absoluto era legitimado através de algumas teorias. Essas foram fundamentais para que o regime se consolidasse. Uma das principais teorias que contribuíram para a formação do absolutismo foi a do *Direito Divino dos Reis*. Le Bret, Bodin e Bossuet são teóricos franceses que afirmaram que os reis possuíam uma origem divina e por isso tinham legitimidade para governar. Essa é a principal base de sustentação teórica do regime absolutista, uma vez que, tornava sagrada a figura do rei.

O mercantilismo - O mercantilismo foi um conjunto de práticas econômicas postas em prática pelos estados modernos. Tem como característica fundamental a intervenção do Estado na economia para o fomento da riqueza nacional. Pressupõe que a riqueza não se reproduz, que é limitada na natureza, e por isso os estados europeus tiveram longas e numerosas guerras em busca dessa riqueza. Essas medidas tinham como objetivo fortalecer o poder econômico dos novos Estados. Podemos citar como principais características do sistema econômico mercantilista:

o **metalismo ou bulionismo**, teoria segundo a qual a riqueza de um país era medida pela quantidade de ouro e prata que havia em seu território ou em seu poder. Com base nessa teoria, os países europeus restringiam a saída de ouro e prata dos seus territórios, tentando trazer o máximo desses metais para dentro de suas fronteiras; a **Balança comercial favorável** trata-se do esforço para exportar mais do que importar produtos, permitindo que a entrada de moedas fosse maior do que a saída, e assim tentar manter o saldo positivo na balança comercial; o **Colonialismo**, política de dominar e exercer o controle sobre um território ocupado, contrariando a vontade de seus habitantes nativos, passando esse domínio a ser governado pelos representantes do país ao qual esse território passava a pertencer. O

objetivo do país colonizador era a exploração de matérias-primas de alto valor comercial, como ouro e prata e a venda de produtos manufaturados para essas regiões; o **Industrialismo**, fomento da produção de manufaturas, principalmente para exportação, objetivando manter a balança comercial favorável (essa foi uma característica mais tardia do mercantilismo, dos séculos XVII e XVIII). As unidades fabris desse período (manufaturas) ainda são pouco desenvolvidas e se diferenciam daquelas da futura Revolução Industrial; o **contraste com o liberalismo**, teoria econômica que surgiu no final do século XVIII e se consolidou no século XIX. O liberalismo nasceu da crítica das práticas mercantilistas e defendia a não intervenção do Estado na economia, já que, segundo essa teoria, as leis naturais do mercado regulariam automaticamente a mesma.

Questões de Vestibular

1. UFRJ 2005. "Dois acontecimentos que fizeram época marcam o início e o fim do absolutismo clássico. Seu ponto de partida foi a guerra civil religiosa. O Estado moderno ergue-se desses conflitos religiosos mediante lutas penosas, e só alcançou sua forma e fisionomia plenas ao superá-los. Outra guerra civil - A Revolução Francesa - preparou seu fim brusco."

Fonte: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro, Eduerj & Contraponto, 1999, p. 19.

a) Identifique dois aspectos que caracterizavam o exercício da autoridade pelo Estado Absolutista.

b) Em 1651, em meio às guerras religiosas que assolavam a Europa, o filósofo inglês Thomas Hobbes defendia a necessidade de um Estado forte como forma de controlar os sentimentos anti-sociais do homem. Pouco mais de um século depois, o filósofo J.J. Rousseau, em sua obra *Contrato Social* (1762), apresentou uma outra visão sobre o mesmo

problema. Comente uma característica da concepção de Estado presente em Rousseau.

2. UFRJ 2006. *"Quando Nosso Senhor Deus fez as criaturas, não quis que todas fossem iguais, mas estabeleceu e ordenou a cada um a sua virtude. Quanto aos reis, estes foram postos na terra para reger e governar o povo, de acordo com o exemplo de Deus, dando e distribuindo não a todos indiscriminadamente, mas a cada um separadamente, segundo o grau e o estado a que pertencerem".* Fonte: Adaptado das Ordenações Afonsinas II, 48, In: HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto (coords.). *História de Portugal - O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 120.

A citação acima remete à organização social existente em Portugal na época do Antigo Regime, bem como à forma pela qual se pautavam as relações entre reis e súditos.

a) Tendo por base essas considerações, explique um dos traços da estratificação social da Península Ibérica nos séculos XVI e XVII.

b) A partir dessa concepção de sociedade, identifique uma característica do papel da aristocracia agrária e outra do campesinato

3. ENEM 2006. O que chamamos de corte principesca era, essencialmente, o palácio do príncipe. Os músicos eram tão indispensáveis nesses grandes palácios quanto os pasteleiros, os cozinheiros e os criados. Eles eram o que se chamava, um tanto pejorativamente, de criados de *libré*. A maior parte dos músicos ficava satisfeita quando tinha garantida a subsistência, como acontecia com as outras pessoas de classe média na corte; entre os que não se satisfaziam, estava o pai de Mozart. Mas ele também se curvou às circunstâncias a que não podia escapar. Norbert Elias. Mozart: sociologia de um gênio. Ed. Jorge Zahar, 1995, p. 18 (com adaptações).

Considerando-se que a sociedade do Antigo Regime dividia-se tradicionalmente em estamentos: nobreza, clero e 3º. Estado, é correto afirmar que o autor do texto, ao fazer referência a "classe média", descreve a sociedade utilizando a noção posterior de classe social a fim de

A) aproximar da nobreza cortesã a condição de classe dos músicos, que pertenciam ao 3º. Estado.

B) destacar a consciência de classe que possuíam os músicos, ao contrário dos demais trabalhadores manuais.

C) indicar que os músicos se encontravam na mesma situação que os demais membros do 3º. Estado.

D) distinguir, dentro do 3º. Estado, as condições em que viviam os "criados de libré" e os camponeses.

E) comprovar a existência, no interior da corte, de uma luta de classes entre os trabalhadores manuais.

4. UERJ 2009. (...) Minuciosas até o exagero são as descrições das operações manuais de Robinson: como ele escava a casa na rocha, cerca-a com uma paliçada, constrói um barco (...) aprende a modelar e a cozer vasos e tijolos. Por esse empenho e prazer em descrever as técnicas de Robinson, Defoe chegou até nós como o poeta da paciente luta do homem com a matéria, da humildade e grandeza

do fazer, da alegria de ver nascer as coisas de nossas mãos. (...) A conduta de Defoe é, em *Crusoé* (...), bastante similar à do homem de negócios respeitador das normas que na hora do culto vai à igreja e bate no peito, e logo se apressa em sair para não perder tempo no trabalho. Daniel Defoe, no romance *Robinson Crusoé*, deixa transparecer a influência que as idéias liberais passaram a exercer sobre o comportamento de parcela da sociedade européia ainda no século XVIII.

Com base no fragmento citado, identifique um ideal liberal expresso nas ações do personagem Robinson Crusoé. Em seguida, explicita como

esse ideal se opunha à organização da sociedade do Antigo Regime.

5. UFRJ 2009. Durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), o atual território da Alemanha perdeu cerca de 40% de sua população, algo comparável, na Europa, apenas às perdas demográficas decorrentes das ondas de fome e de epidemias do século XIV. No século XVII, tal catástrofe populacional abarcou apenas a Europa Central. Para o historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie, isso se deveu ao fato de a Germânia desconhecer o fenômeno do Estado Moderno.

Explique um aspecto político-militar, próprio do Estado Moderno, cuja ausência contribuiu para a catástrofe demográfica ocorrida na Germânia no século XVII.

6. UFRJ 2009. "A sociedade feudal era uma estrutura hierárquica: alguns eram senhores, outros, seus servidores. Numa peça teatral da época, um personagem indagava:

'- De quem és homem?

- Sou um servidor, porém não tenho senhor ou cavaleiro.

- Como pode ser isto?' Retrucava o personagem." Fonte: Adaptado de HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 55.

No século XVI, a sociedade rural inglesa, até então relativamente estática, estava se desagregando. Apresente um processo sócio-econômico que tenha contribuído para essa desagregação.

Capítulo 4. O Renascimento e o Humanismo

Apresentação - O Renascimento foi um movimento cultural dos séculos XV e XVI na Europa Ocidental, e um dos pontos de referência para o estudo do início da era moderna. Nesse período, os renascentistas buscaram reformular os pontos de referência e as bases sustentadoras da arte e a ciência, anteriormente sujeitas a uma influência julgada excessiva da doutrina da Igreja. Esperava-se com essa mudança promover um "renascer" das artes, letras e ciências pautada pelos critérios racionais da antiguidade clássica. A proposta do Renascimento pretendia que a arte e a ciência abandonassem o estudo do Divino para se aprofundar no conhecimento do homem. Um de seus subprodutos foi a formação de uma corrente intelectual, denominada *Humanismo*, que pretendia o retorno aos valores da Antiguidade Clássica (Grécia e Roma) ao mesmo tempo em que promovia o surgimento de novos valores (individualismo, hedonismo, racionalismo e cientificismo). O Renascimento teve início nas cidades italianas, a partir das quais se espalhou para o resto da Europa. Foi, sobretudo, a exposição do universo e dos valores de um novo grupo social emergente, a burguesia.

Itália: o "berço" do Renascimento

- O grande desenvolvimento urbano e comercial, iniciado no século XII, viabilizou a ascensão pioneira da burguesia italiana. Nela surgiram os grandes patrocinadores culturais, os mecenas, com interesses econômicos e intelectuais. No âmbito cultural, a Itália possuía uma vasta herança cultural oriunda do antigo Império Romano, além de ser o principal pólo de atração dos sábios bizantinos, que abandonaram Constantinopla, no século XV, sitiada pelos turcos. Ainda na Itália, a não-existência de um Estado centralizado possibilitou o deslocamento dos lucros da aristocracia para a cultura.

Características do Renascimento

Estudo dos clássicos greco-romanos - Um dos elementos que marcam o afastamento do período com a Idade Média é o retorno aos textos clássicos da Antiga Grécia e do Império Romano. Os letrados italianos buscaram aprender as línguas clássicas e estudar os textos políticos e filosóficos dos antigos, admirava-se as artes e os conhecimentos sobre o homem e a natureza produzidos por aquela sociedades.

Humanismo - O Humanismo foi um movimento intelectual difundido na Europa durante o Renascimento, fortemente inspirado nos ideais da Antiguidade Clássica, que valorizava o saber crítico voltado para um maior conhecimento do homem e o desenvolvimento de uma cultura capaz de desenvolver as potencialidades da condição humana. Nascido na Itália, no final do século XIII, seu desenvolvimento foi acelerado a partir do século XIV e se espalhou por toda Europa ao longo do século XV. O Humanismo criticou os grandes eixos do pensamento medieval, que viam em Deus, seu centro primordial (teocentrismo), e propunham a exaltação do homem (antropocentrismo - o homem no centro de tudo) e cultivar suas faculdades (racionalismo), mediante o ensino dos conhecimentos da cultura greco-romana. As idéias humanistas transformaram o homem no novo centro da reflexão intelectual. Erasmo de Roterdã (1466-1536), foi o mais destacado humanista do norte europeu, tornou-se conhecido por seus escritos e por ironizar, no seio das reformas religiosas, tanto o dogma católico como algumas doutrinações protestantes, além de criticar publicamente Lutero. Entre suas obras, destaca-se o Elogio da loucura (1509), que defendia a tolerância e a liberdade de pensamento, além de denunciar algumas ações da Igreja Católica e a imoralidade do clero.

O desenvolvimento da ciência experimental - A nova ciência

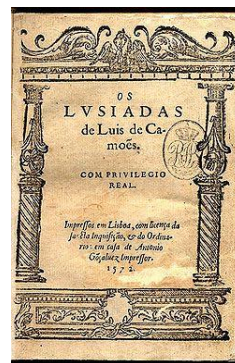
baseava-se na razão e na experimentação. A razão passou a ser valorizada, mas, em princípio, não chegou a ocupar o lugar da fé. O conhecimento racional das coisas começou a ganhar corpo para posteriormente triunfar no Iluminismo no XVIII. Durante o Renascimento e os séculos seguintes, constata-se um grande avanço em muitos campos do conhecimento e da tecnologia. O lema científico da época era "ver para crer". O pensamento renascentista buscou a exatidão mediante a observação e a experimentação. Em anatomia, por exemplo, enquanto a Igreja ainda proibia a dissecação do corpo humano, alguns médicos como André Vesálio passaram a fazer dissecações de cadáveres e a produzir estudos sobre suas experiências. Alguns desses homens foram denunciados como hereges e queimados na fogueira da Inquisição. Leonardo da Vinci destacou-se como inventor, engenheiro, matemático e pintor. Ao longo de sua vida, realizou uma grande produção artística, sendo suas obras mais famosas a Gioconda (Mona Lisa), e o mural Última Ceia. Escreveu também apontamentos científicos, profusamente ilustrados, sobre anatomia, botânica, geofísica, aeronáutica e hidrologia, além de tratados de pintura, arquitetura e mecânica. A figura central da arte moderna, entretanto, foi Descartes. Seu método científico, pautado na elaboração de uma hipótese e em sua racional experimentação a fim de testar sua validade, é uma base fundamental da ciência até os dias atuais.

As artes - Novas técnicas, novas formas de se fazer arte e também novos elementos artísticos foram introduzidos renovando, enriquecendo e diversificando a produção artística na Europa. Durante o período renascentista, muitos artistas foram beneficiados pelo patrocínio dos mecenas (homens ricos – burgueses ou nobres – que encomendavam e financiavam as obras de vários artistas).

A nova astronomia - Desde a Antiguidade prevalecia a teoria

geocêntrica proposta pelo astrônomo grego Ptolomeu (século II d.C.) segundo a qual a Terra era o centro do universo e o Sol, a Lua e as estrelas giravam ao seu redor. Essa teoria, apoiada por Aristóteles, era a única aceita pela Igreja. Os estudos de astronomia do matemático Nicolau Copérnico colocavam o Sol, e não a Terra, como o centro do universo, e provocaram uma revolução na astronomia. Sua teoria heliocêntrica foi depois confirmada pelos estudos de Johannes Kepler e as observações de Galileu Galilei. Iniciou-se assim, uma batalha entre a ciência e a religião que durou mais de um século, até o triunfo dos partidários da teoria heliocêntrica – possível apenas em decorrência da crescente aceitação social às premissas da ciência racional moderna.

A imprensa, as línguas e as grandes obras literárias - As idéias humanistas e a cultura do Renascimento como um todo tiveram uma notável expansão graças a um grande avanço técnico: a invenção da imprensa. Durante a Idade Média, os livros eram copiados à mão sobre pergaminho e destinavam-se, quase sempre, somente aos eruditos.



Capa da primeira edição de *Os Lusíadas*, em 1572.

Com o desenvolvimento da imprensa, foi possível produzir em série exemplares da mesma obra, atingindo assim um número muito maior de leitores. Os primeiros livros, chamados incunábulo, como a Bíblia de Gutenberg, reproduziam a letra manuscrita e tinham formato grande. Em pouco tempo, a imprensa revelou-se uma ferramenta valiosa para fazer

circular as informações. Cada Estado unificado consolida sua língua própria, tendo também a sua própria obra-mãe. Assim, *Os Lusíadas* de Luís de Camões é considerado a “certidão de nascimento” da língua portuguesa, junto com outros escritos do mesmo período. *Dom Quixote*, do espanhol Miguel de Cervantes, é a principal obra espanhola do período e é um marco para a fundação do idioma castelhano. *A Utopia*, de Thomas Morus e as obras de Shakespeare são marcos fundadores da língua inglesa e assim por diante.

Questões de Vestibular

1. UFF 2000. Na cultura barroca do século XVII observam-se, entre outras, as características:

- I) Crise da vontade humana e constatação da dúvida em torno do melhor caminho para se obter a salvação.
- II) Presença de valores políticos que orientavam a subordinação da sociedade ao rei e efetivavam a monarquia constitucional.
- III) Ambiente social envolvido pelas dúvidas acerca do futuro, transformando o homem barroco em melancólico, cético e místico.

A frase “Ser ou não ser, eis a questão” de William Shakespeare é mais bem interpretada pelas características:

- (A) I e III, apenas
- (B) I e II, apenas
- (C) II e III, apenas
- (D) I, apenas
- (E) II, apenas

2. Uerj 2001. Leia o texto escrito por Marsílio Ficino no século XV:

“Quem poderia negar que o homem possui quase o mesmo gênio que o Autor dos céus? E quem pode negar que o homem também poderia de algum modo criar os céus, obtivesse ele os instrumentos e o material celeste, pois até agora o faz, se bem que com um material diferente mas ainda segundo uma mesma ordem?” (HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982.)

Explique uma característica da civilização do Renascimento evidenciada no texto.

3. UFF 2002. “O Renascimento europeu retirou o véu que encobria o espírito e o fazer humanos na Idade Média. Sem esse véu, o homem pôde respirar um novo tempo e se aventurar na descoberta de si mesmo e do mundo que o rodeava. Pôde olhar as estrelas, percorrer os mares-oceanos, descobrir novas terras e gentes, observar seu corpo e debruçar-se sobre a natureza, percebendo suas forças físicas e químicas. A cada passo, o novo homem saía do mundo fechado medieval em direção ao universo infinito moderno. Aos poucos, novas formas de comunicação foram surgindo, engrandecendo as artes, as ciências e as literaturas. Galileu fechou com chave de ouro esse período quando disse que o livro da natureza estava escrito em caracteres matemáticos” (Adaptado de RODRIGUES, Antonio E.M. e FALCON, Francisco. *Tempos Modernos*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.)

Assinale a opção que melhor interpreta as bases culturais do Renascimento europeu.

(A) O Renascimento não é devedor de nenhuma cultura da Antigüidade. Sua base cultural foi a escolástica medieval que lhe forneceu condições transformadoras, elevando o pensamento renascentista aos cumes da teologia católica.

(B) Um dos pilares das transformações renascentistas foi a Antigüidade Clássica que, com sua sabedoria sobre o ser humano e a natureza, criou condições para a descoberta do homem como sujeito de ações e realizador de transformações, ao contrário do homem medieval, que se via apenas como extensão de Deus.

(C) As artes, as ciências e as literaturas, evidências mais significativas da explosão criativa do Renascimento, só avançaram porque tinham, como única base cultural e filosófica, a sabedoria oriental trazida para a Europa, a partir do século XV,

nos contatos entre as cidades italianas e Bizâncio.

(D) O Renascimento é herdeiro da filosofia agostiniana, que deu como lema aos representantes desse novo tempo a célebre frase de Galileu "é dando que se recebe", origem das famosas academias renascentistas.

(E) A cultura renascentista não conseguiu retirar, totalmente, o véu que cegava o homem medieval, que continuou a considerar-se mero realizador de um plano idealizado por Deus e a pensar que o universo, todo, era obra d'Ele.

4. UFF 2006. O início dos tempos modernos é associado ao Renascimento, no qual se destacavam, entre outras características, a descoberta do homem e do mundo.

Considerando essa afirmação, assinale a opção que melhor interpreta o espírito moderno da Renascença em sua relação com a expansão marítima e as grandes descobertas do período.

(A) O fato de Galileu, no século XV, descobrir a "luneta", propiciando um novo olhar sobre o mundo e denominando a América de Novo Mundo.

(B) A combinação entre os conhecimentos da cosmologia do século XII com a ciência da astronomia renascentista que denominou de Novo Mundo ao conjunto formado pela América, África e Ásia.

(C) A renovação sobre o conhecimento da natureza e o cosmos realizada no Renascimento e que atribui à América a denominação de Novo Mundo.

(D) A reunião dos novos conhecimentos da Renascença com a cosmologia oriental, explicando o porquê da América e da Ásia serem os continentes denominados de Novo Mundo.

(E) Os movimentos de circulação de trocas, estruturados a partir das necessidades que o Renascimento tinha de aumentar a sua influência sobre o mundo oriental, fazendo da Ásia o Novo Mundo.

5. Unirio 2006. "À descoberta do mundo, a cultura do Renascimento acrescenta um feito ainda maior, na medida em que é a primeira a descobrir e trazer à luz, em sua totalidade, a substância humana." (BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. SP: Cia. das Letras, 1991, p. 226.)

O Renascimento - definição de um conjunto de crenças e valores - apresentou características culturais comuns nas áreas européias, nas quais se manifestou, entre os séculos XIV e XVI. Identifique uma característica do Renascimento europeu neste período e explique-a.

Capítulo 5. As Reformas religiosas

Apresentação - Nas primeiras décadas do século XVI a Europa ocidental conheceu uma série de contestações das práticas da Igreja Católica, que deram início a um processo que acabaria por resultar no que hoje chamamos reformas religiosas. Tais reformas seriam responsáveis pela quebra do monopólio espiritual exercido pela Igreja Católica na Europa sobre a intermediação entre o homem e Deus e pelo nascimento de uma série de novas doutrinas que, apesar de cristãs, em muito se difeririam dos padrões estabelecidos pela Igreja romana. As novas religiões ficaram conhecidas como religiões protestantes, em decorrência do tom de protesto destas novas vertentes.

Para além do campo religioso, as reformas protestantes expressavam também o contexto da Europa da época e a superação das estruturas feudais em seus aspectos político-sociais. Da mesma forma, elas representavam a crise que já vinha se manifestando desde os finais da Idade Média, demonstrando a inadequação da Igreja à nova realidade, caracterizada pela decadência do feudalismo, pelo renascimento das cidades e do comércio, pela centralização do poder político nas mãos dos reis e pela ascensão da burguesia. Outro fator preponderante na eclosão das reformas foi o *Renascimento*, e suas investidas contrárias ao monopólio cultural exercido pela Igreja Católica. O *Renascimento* possibilitou a discussão de novas visões de mundo diferentes daquelas impostas pela Igreja até então. As relações entre o *Renascimento* e o advento das reformas são estreitas, pois assim como o primeiro, elas também representaram uma adequação de novos valores e concepções espirituais às transformações econômicas, sociais e culturais as quais a Europa do Ocidente passava na época.

As motivações - As contestações ao

poder, aos dogmas e a algumas práticas cometidas pela Igreja Católica, como a venda de indulgências (absolvição dos pecados) e a simonia (realização de favores divinos e venda de relíquias sagradas por dinheiro), não eram raras na Europa do século XVI. As universidades, atuantes na Europa desde o século XII, tornaram-se meios para a difusão do pensamento racional e de crítica à Igreja. Além disso, no seio da própria instituição católica, o desvirtuamento das regras de vida religiosa era amplamente percebido entre os eclesiásticos. Outra questão remete ao papel desempenhado pela Igreja como grande detentora de terras e como a instituição mais poderosa politicamente e beneficiária da decadente estrutura feudal. A prática das chamadas *investiduras leigas* (a investidura de cargos eclesiásticos por determinação de um leigo, normalmente um rei) acabou acarretando sérios problemas à Igreja que acabava, com esta prática, gerando um clero despreparado para exercer as suas funções religiosas e incapaz de responder às necessidades espirituais dos fiéis.



Erasma de Roterdã: um dos maiores críticos das práticas da Igreja Católica no século XVI. Retrato pintado por Hans Holbeins, o Jovem.

O Humanismo e a Igreja - Nesse panorama, cresciam as críticas pronunciadas pelos humanistas dirigidas à Igreja. No entanto, o humanismo renascentista foi mais do que o ressurgir das letras greco-latinas, o movimento formulou um

novo conceito de homem e de mundo, diferente daquele preconizado pela Igreja e desenvolveu um agudo espírito crítico, sobretudo em relação aos problemas da sociedade. Nos círculos humanistas, dentre outros, filósofos Erasmo de Roterdã e Thomas Morus criticavam o excessivo apego aos bens materiais por parte da Igreja e propunham a reforma da mesma, defendendo um retorno às antigas origens do cristianismo. Tais críticas não eram novas, na Inglaterra, desde o final do século XIV, John Wycliff pregava o confisco dos bens da Igreja, o voto de pobreza para os membros do clero e um retorno às Sagradas Escrituras como única fonte da fé. No entanto, tais manifestações não representavam uma falta de fé, ao contrário, evidenciavam os anseios de uma população insatisfeita com os dogmas e o materialismo da Igreja.

A questão política - Outro fator que contribuiu com a irrupção das reformas foi a questão política. Com o processo de centralização do poder, alguns monarcas, na tentativa de se fortalecerem politicamente, romperam com a Igreja fundando uma nova (como no caso de Henrique VIII na Inglaterra) ou colocando novas igrejas protestantes sob sua proteção, como fizeram alguns príncipes alemães – tanto para o rei inglês quanto para os nobres alemães, muito agradava o prospecto de confisco das amplas posses de terra eclesiásticas e a diminuição de interferências de ordem religiosa na política que lhes dizia respeito.

A posição da burguesia - Em desacordo com o desenvolvimento do comércio, os dogmas mantidos pela Igreja, de condenação à usura e ao lucro excessivo, representavam um forte obstáculo às transações comerciais burguesas. Dessa forma, esse novo grupo social ascendente se engajou no movimento reformista buscando romper com os entraves impostos pelo cristianismo romano, adotando uma nova religião, na qual suas práticas comerciais não se constituíssem em pecados e fossem consideradas como dignificantes do homem. No Calvinismo,

especialmente, pode-se ver como as reformas adquiriram um tom muito mais amigável aos interesses burgueses do que a tradicional doutrina católica.

As reformas

A Reforma luterana – Martinho Lutero era monge agostiniano e professor de teologia na Universidade de Wittenberg. Em 1517, Lutero fixou na porta da catedral de sua cidade um documento intitulado *95 Teses Contra as Indulgências*. Nele, Lutero criticava não somente a venda de indulgências (denunciando que o dinheiro das indulgências era usado para financiar o luxo do clero) mas também os dogmas da Igreja. Ao afirmar que as indulgências eram incorretas, pois o fiel se salvaria não pelos atos que praticava, mas somente pela fé, Lutero incorria numa negação à doutrina católica e praticava uma heresia do ponto de vista da Igreja, expondo-se assim à ação da Inquisição. Defendia que a Bíblia deveria ser traduzida para os idiomas vulgares – deixando, portanto, de ser exclusiva sua leitura àqueles que dominam o latim –, a relação direta entre o homem e Deus e a diminuição da importância da Igreja como uma intermediária à salvação. Excomungado pelo papa como herege em 1520, foram os príncipes e a alta nobreza alemã que ocultaram Lutero num castelo da Saxônia, impedindo sua execução. Fugindo da condenação da Igreja, Lutero permaneceu escondido por três anos traduzindo a Bíblia do latim para o alemão, numa forma de tornar seu conhecimento mais difundido entre a população. Em sua maioria, os príncipes alemães declararam-se adeptos da nova religião proposta por Lutero, dando início a um longo processo de guerras de religião na Alemanha. O luteranismo triunfou na Alemanha, em seguida passou a ser adotado também na Suécia, em 1527, e na Dinamarca e Noruega, em 1536, como forma de afirmação dos poderes reais contra a interferência da Igreja de Roma

A reforma calvinista - Fugindo da perseguição aos protestantes na França, João Calvino refugiou-se na Suíça. Em 1536, publicou sua obra *Instituição da Religião Cristã*, na qual apresentava uma ruptura bem mais sensível com os dogmas católicos do que as idéias de Lutero. Segundo as formulações de Calvino, a salvação só se alcançava pela fé, todavia, ela poderia ser concedida por Deus a alguns eleitos (teoria da predestinação), uma vez que, o homem era pecador por natureza e só Deus poderia livrá-lo dessa condição. A exemplo do luteranismo, dos sacramentos católicos somente o batismo e a eucaristia foram conservados, e as prerrogativas da igreja foram amplamente reduzidas. As concepções religiosas de Calvino iam diretamente ao encontro das aspirações da sociedade burguesa de Genebra, por exaltar as qualidades do trabalho e o sucesso econômico como práticas bem vistas aos olhos de Deus. As idéias de Calvino difundiram-se rapidamente, muito mais do que as idéias luteranas, o que é outra mostra de sua consonância com a sociedade urbana da época. Na França, os calvinistas foram chamados de **huguenotes**. Na Inglaterra, pelo tipo de comportamento preconizado pelos calvinistas, marcado pela austeridade, inclusive no vestir e pela dedicação fundamental ao trabalho, eles foram chamados de puritanos. Na Escócia, onde as idéias calvinistas foram introduzidas por John Knox, a Igreja calvinista foi organizada a partir de conselhos de pastores, os presbíteros, daí a designação de presbiterianos. Tanto no Calvinismo quanto no Luteranismo predomina a idéia de que o livre-arbítrio e a razão foram concedidos aos homens por Deus, tornando ilógica a premissa de que Deus fosse condená-lo por agir racionalmente e livremente, desde que não ferisse o próximo ou violasse seus ensinamentos.

A reforma anglicana - A razão principal o confronto entre a monarquia inglesa e a Igreja Católica está relacionada a uma questão política e dinástica. Casado com a

nobre espanhola, Catarina de Aragão, Henrique VIII tivera com ela uma filha, Maria. Impossibilitada de ter outros filhos, Catarina criava uma situação potencialmente perigosa para a monarquia inglesa. Sem filhos homens (o trono inglês jamais fora ocupado até então por uma mulher), o rei queixava-se do risco de morrer sem um herdeiro, o que tornaria o rei da Espanha e Imperador do Sacro Império, Carlos V, sobrinho de Catarina, um dos pretendentes ao trono inglês. Prevendo a negativa da Igreja, Henrique VIII, alegando a necessidade de um herdeiro, solicitou ao papa a anulação de seu casamento com Catarina. Ante a recusa papal, o rei inglês anulou por conta própria seu casamento, desposando, em seguida, Ana Bolena. Excomungado pelo papa, em 1534, Henrique VIII decretou o *Ato de Supremacia*, por meio do qual ele criou uma Igreja nacional chamada Igreja Anglicana e tornou-se seu único chefe. Além disso, confiscou os bens do clero católico na Inglaterra, distribuindo-os especialmente entre a *gentry*, a camada de pequenos e médios proprietários rurais, o que lhe assegurou uma ampla base de apoio.



Henrique VIII o fundador da Igreja Anglicana na Inglaterra.

A Reforma anglicana completou-se no reinado de Elizabeth I (1558-1603) com a *Lei dos 39 Artigos* de 1563. Adotou-se o calvinismo como conteúdo doutrinário, mas manteve-se a forma católica, preservando-se a hierarquia episcopal e parte da

liturgia.

A Contra-Reforma Católica – A contínua expansão do protestantismo por toda Europa colocou a Igreja Católica em uma situação crítica. Por isso, a Igreja reagiu impondo uma reforma para moralizar o clero e intensificar com novos métodos, o combate às novas religiões. A fundação por Ignácio de Loyola, em 1534, da *Companhia de Jesus* revelou-se fundamental para a realização da Reforma católica. Os *Jesuítas* ou *Soldados de Cristo*, como ficaram conhecidos, devotavam uma cega obediência ao papa e, visando a reforma da Igreja, encarregaram-se de organizar um concílio, o Concílio de Trento (1545-1563).



Ignácio de Loyola: fundador da Companhia de Jesus.

O Concílio de Trento – Esse concílio reuniu-se, em três diferentes sessões ao longo de 18 anos, entre 1545 e 1563, reuniu representantes de toda Igreja e teve como objetivo reformar a mesma. Embora os dogmas católicos não sofressem alteração, de acordo com os decretos desse concílio: o princípio da salvação pelas boas obras foi confirmado; o culto à Virgem e aos santos foi reafirmado; a infalibilidade papal e o celibato clerical e a indissolubilidade do casamento foram mantidos. Com a Igreja revigorada, os católicos dedicaram-se à Contra-Reforma com o sistemático combate às religiões protestantes. A Igreja buscou reconquistar, por meio da educação, as áreas perdidas para o protestantismo, com a coordenação

dos jesuítas, vários colégios fundados na Europa ficaram encarregados do ensino primário. Mas, o maior êxito da Contra-Reforma se deu pela difusão do catolicismo entre os povos pagãos, por meio da catequese. Graças ao controle ibérico sobre a maior parte da América, as populações indígenas foram convertidas, e os esforços, especialmente dos jesuítas, conseguiram novas conversões na China e no Japão, embora com resultados mais modestos e passageiros.

O Tribunal da Santa Inquisição – Visando combater o protestantismo, em 1542, o papa Paulo III (1534-1549) reativou a Inquisição (ou *Tribunal do Santo Ofício*). Dominada pelos dominicanos, ela conseguiu, utilizando-se de métodos violentos, conter o avanço protestante na Itália, na Espanha e em Portugal. Nos países ibéricos, o apoio das casas reais foi fundamental para conter o avanço do protestantismo. Em 1543, foi elaborado o *Index Librorum Prohibitorum*, um catálogo que descriminava obras de leitura proibida aos católicos – entre estas muitos livros de autores clássicos como Aristóteles e Platão, muito valorizados pelos humanistas do Renascimento.

Questões de Vestibular

1. UFF 2000. As reformas religiosas, protestante e católica, indicaram, simbolicamente, a vitória da quaresma sobre o carnaval, pois:

(A) apontavam uma nova ordem social apoiada no projeto de eliminação da miséria, da implantação da tolerância e da afirmação dos valores burgueses;

(B) acentuavam o caráter de reerguimento moral oriundo das críticas ao mundanismo do clero católico e às desordens sociais decorrentes das disputas teológicas, do medo do diabo e das atitudes místicas que rompiam com os procedimentos hierárquicos da Igreja Católica;

(C) praticavam a repressão à cultura popular, proibindo qualquer

manifestação cultural que pudesse ridicularizar a Igreja e introduziam o carnaval no calendário oficial da vida civil;

(D) reproduziam o novo pensamento religioso, mais aberto para as reivindicações sociais e preocupado com a formação dos estados estamentais;

(E) reivindicavam um modo de vida contemplativa, no qual o exame de consciência e o livre arbítrio adquiriam um lugar central na formação da vocação religiosa.

2. UNIRIO 2007. O movimento de reforma da religião católica surgido na Europa, ao longo do século XVI, buscou alterar o catolicismo medieval em virtude das mudanças culturais decorrentes da nova visão de mundo surgida e consolidada com o renascimento. Uma característica do movimento reformista desse período é identificada em

a) a reforma luterana significou uma ruptura com os valores da cultura religiosa medieval, dentre os quais destacamos a utilização do alemão em lugar do latim nos cultos religiosos.

b) o calvinismo representou uma crítica moderada à Igreja de Roma, pois condenou o lucro obtido com as atividades comerciais, mas manteve o dogma medieval da predestinação.

c) a reação reformista da Igreja, ou Contra-Reforma, se manifestou na convocação do Concílio de Trento, a partir de 1545, que modernizou suas práticas e doutrinas, destacadamente com o reconhecimento da livre interpretação da Bíblia.

d) a Reforma anglicana, desencadeada na Inglaterra por Henrique VIII, permitiu ao rei inglês renovar a fé puritana sem romper com o papado.

e) a criação da Companhia de Jesus, em 1534, significou o retorno do catolicismo à reclusão monástica e ao ensino religioso, conforme os princípios do catolicismo defendidos pelo Vaticano.

3. UERJ 2009. As relações entre a pregação protestante e as estruturas

políticas então existentes foram muitas vezes decisivas tanto para os destinos da pregação em si quanto para os rumos afinal tomados pela organização das novas Igrejas.

O texto acima se refere a processos da Reforma Religiosa ocorridos na Europa. O movimento reformista, entretanto, conheceu diferentes reações em distintas áreas.

Indique duas causas para a Reforma Religiosa na Inglaterra e uma consequência econômica desse movimento.

Capítulo 6. A colonização da América

A América Pré-colombiana -

Estima-se entre 80 a 100 milhões o número de habitantes do continente americano no momento da chegada dos europeus a partir de 1492. Havia grupos em vários estágios de desenvolvimento, desde grupos seminômades – que usavam a agricultura de maneira não generalizada, como os índios encontrados no Brasil – até as grandes civilizações Inca e Asteca. Os maias tinham como organização a cidade-estado e desapareceram como civilização antes da chegada dos europeus. Os incas e astecas se organizavam em grandiosos impérios onde hoje ficam os territórios do Peru e do México, respectivamente. Ambas as civilizações foram conquistadas pelos espanhóis.

A conquista e a colonização

A Conquista - Se no final do século XV existiam por volta de 100 milhões de habitantes na América, no final do século XVI, em virtude das consequências da conquista europeia, os indígenas não passavam de 10 milhões. As duas grandes civilizações foram dominadas e seus complexos sistemas produtivos e políticos foram apropriados pelos espanhóis. Milhões de índios foram escravizados pelos conquistadores. A violência da invasão fez também minguar e até desaparecer as culturas de alguns desses povos, na medida em que se impunham, pela força, os valores europeus.



Ilustração de Theodore de Bry, composta para a

obra do Frei Bartolomeu de Las Casas, escrita no século XVI. O monge dominicano denunciara na época à monarquia espanhola, a violência dos colonizadores espanhóis contra os ameríndios.

O Colonialismo - A colonização da América se deu dentro do quadro do mercantilismo europeu e buscava o enriquecimento da nação metropolitana. De acordo com a política colonialista vigente, a colônia deveria se especializar na produção de produtos primários de alto valor no mercado europeu, como ouro, prata, açúcar, tabaco, algodão, cacau, etc. Através do exclusivo comercial esses produtos só podiam ser vendidos a baixos preços para a metrópole colonizadora, que revenderia os mesmos no mercado europeu. A metrópole vendia também seus produtos manufaturados para as colônias e estas eram proibidas de produzir qualquer artigo que concorresse com a produção da metrópole. De igual importância era o lucrativo comércio de mão-de-obra, o tráfico de escravos africanos e indígenas que beneficiava comerciantes metropolitanos e locais. Esses princípios norteavam todas as colonizações na América, com a exceção de regiões conquistadas, mas não colonizadas, como o Norte das *Treze Colônias* inglesas e outras poucas regiões da América.

A Colonização portuguesa - Um pouco mais tardia que a espanhola, se especializou nos primeiros séculos da colonização, na produção de produtos agrícolas, como a cana-de-açúcar e derivados na costa Nordeste do Brasil, utilizando-se do trabalho escravo indígena e africano. No XVIII, foi a atividade mineradora de ouro e diamante no interior do território, que caracterizou a principal atividade econômica do pacto colonial na América portuguesa.

A Colonização francesa - Iniciada desde o século XVI, aconteceu em regiões teoricamente já dominadas pelas potências ibéricas, como Quebec (leste do atual Canadá), Louisiana (atual região dos EUA), na costa portuguesa (fundando cidades como Rio de Janeiro e São Luiz, depois

reconquistadas pelos portugueses), no Haiti e outras localidades. No século XVIII, desenvolveu uma poderosa produção açucareira, com mão-de-obra escrava no atual Haiti.

A Colonização inglesa – Iniciada somente no século XVII, majoritariamente na costa leste da América do Norte. Na parte mais ao sul do território se desenvolveu a colonização moldes tradicionais com grandes latifúndios, trabalho escravo e a produção, principalmente de monoculturas, para exportação. No norte do território se estabeleceu outro tipo de colonização na qual não vigorava o exclusivo comercial e não havia um rígido controle metropolitano, nessa região vigoraram as pequenas propriedades com o cultivo da policultura para o mercado interno, e a utilização de mão-de-obra livre.

A Colonização holandesa - Conquistou territórios nas Antilhas e no norte da América do Sul (atual Suriname), e nessas regiões implementou o cultivo da cana-de-açúcar. Fora dessas regiões, ocupou o Nordeste da América portuguesa entre 1630 e 1654.

A colonização espanhola - Segundo o Tratado de Tordesilhas de 1494 a Espanha ficaria com a maior parte do continente americano. A viagem de Colombo à América em 1492 trouxe à Espanha perspectivas de enriquecimento, já que Colombo acreditava ter encontrado um novo caminho para as Índias. Nas expedições seguintes, o navegador manteve a mesma crença e conforme procurava as riquezas orientais fundou vilas e povoados, iniciando a ocupação da América. Os espanhóis foram o primeiro povo europeu a chegar às novas terras, o primeiro a achar grandes riquezas e a dar início à colonização no início do XVI. Ao chegarem, logo descobriram ouro (no México asteca) e prata, no Império Inca, regiões do atual Peru e Bolívia. A metrópole espanhola organizou uma grande empreitada mineradora, usando a mão-de-obra compulsória indígena, seguindo formas de trabalho que já existiam na região antes da

chegada dos europeus. Outras áreas da América hispânica se especializaram na pecuária, agricultura e atividade portuária em função das áreas mineradoras. Logo após empreenderem um sangrento processo de dominação das populações ameríndias, os espanhóis efetivaram o seu projeto colonial nas terras a oeste do Tratado de Tordesilhas. Para isso montaram um complexo sistema administrativo responsável por gerenciar os interesses da Coroa espanhola em terras americanas.

A estrutura política metropolitana

- O processo de exploração da América colonial foi marcado pela pequena participação da Coroa, devido a preocupação espanhola com os problemas europeus, fazendo com que a conquista fosse comandada pela iniciativa particular, mediante o sistema de **capitulações**. As capitulações eram contratos em que a Coroa concedia permissão para explorar, conquistar e povoar terras, fixando direitos e deveres recíprocos. Surgiram assim os **adelantados**, que eram os responsáveis pela colonização e que acabaram exercendo o poder de fato nas terras coloniais. No entanto, à medida que se revelavam as riquezas do Novo Mundo, a Coroa passou a centralizar o processo de colonização, anulando as concessões feitas aos particulares. A partir de então as regiões exploradas foram divididas em quatro grandes vice-reinados:

Nova Espanha: México – mineração de ouro e prata.

Nova Granada: América Central – economia baseada na agricultura.

Peru: Peru e Bolívia – mineração de ouro e prata.

Rio da Prata: Paraguai, parte do Uruguai e Argentina – economia baseada na pecuária e controle do escoamento das demais regiões para a metrópole.

Além dessas grandes regiões, havia outras quatro capitanias: Chile, Cuba, Guatemala e Venezuela. Dentro de cada uma delas, havia um corpo

administrativo comandado por um vice-rei e um capitão-geral designados pela Coroa. No topo da administração colonial havia um órgão dedicado somente às questões coloniais: o Conselho Real e Supremo das Índias. O **Conselho das Índias** deliberava sobre as decisões políticas em relação às colônias, nomeando vice-reis e capitães gerais, autoridades militares, e judiciais. Foram criados ainda os cargos de juízes de residência e de visitador. O Primeiro, responsável por apurar irregularidades na gestão da colônia; o segundo, por fiscalizar um vice-reino, para apurar abusos cometidos.

A estrutura econômica metropolitana - Todos os colonos que transitavam entre a colônia e a metrópole deviam prestar contas à **Casa de Contratação**, que recolhia os impostos sob toda riqueza produzida. Sediada em Sevilha, ela era responsável pelo controle de todo o comércio realizado com as colônias da América e foi responsável pelo estabelecimento do regime de **Porto Único**, ou seja, apenas um porto na metrópole, a princípio Sevilha e depois Cadiz, poderia realizar o comércio com as colônias, enquanto na América destacou-se o porto de Havana, com permissão para o comércio metropolitano e anos depois os portos de Vera Cruz (México), Porto Belo (Panamá) e Cartagena (Colômbia). Foi desenvolvido ainda pela administração metropolitana o sistema de frotas anuais (duas); desde 1526 havia a proibição dos barcos navegarem isoladamente.

Estrutura social na América Espanhola

Chapetones - Eram os responsáveis pelo cumprimento dos interesses da metrópole na colônia, eram todos espanhóis e compunham a elite colonial.

Criollos - Eram os filhos de espanhóis nascidos na América. Dedicavam-se à grande agricultura e ao comércio colonial. Sua esfera de poder político

era limitada à atuação junto às câmaras municipais, mais conhecidas como **cabildos**. Os cabildos ou **ayuntamientos** eram equivalentes às câmaras municipais do Brasil. Eram formadas por elementos da elite colonial, subordinados as leis da Espanha, mas com autonomia para promover a administração local.

Mestiços, índios e escravos - Encontravam-se na base da sociedade colonial espanhola. Os primeiros realizavam atividades auxiliares na exploração colonial e, em alguns casos, exerciam as mesmas tarefas que índios e escravos. Os escravos africanos eram minoria, concentrando-se nas regiões centro-americanas. A população indígena foi responsável por grande parte da mão-de-obra empregada nas colônias espanholas.

Alguns pesquisadores apontam que a relação de trabalho na América Espanhola era escravista. Para burlar a proibição eclesiástica a respeito da escravização do índio, os espanhóis adotavam a **mita** e a **encomienda**. A **mita** era o trabalho compulsório em que parcelas das populações indígenas eram utilizadas para uma temporada de serviços prestados. Já a **encomienda** funcionava como uma "troca" na qual os índios recebiam em catequese e alimentos por sua mão-de-obra. No final do século XVIII, com a disseminação do ideário iluminista e a crise da Coroa Espanhola (devido às invasões napoleônicas) iniciou-se o processo de independência que poria fim ao pacto colonial.

Questões de Vestibular

1. UFF 2002. Durante o Renascimento, o Mundo Ibérico caracterizou-se por sua política de descobrimentos e de colonização do Novo Mundo. Sobre as relações coloniais na área de expansão espanhola no Novo Mundo, afirma-se: I) A Casa de *Contratación* era uma entidade com sede em Sevilha que se encarregava de organizar o comércio na América e cobrar a parte real nas

transações com metais preciosos (o quinto).

II) O domínio espanhol sobre Portugal foi parte da política expansionista de Felipe II.

III) A criação dos vice-reinos teve como um dos objetivos manter os colonizadores sob a direção metropolitana.

IV) A enorme extensão dos domínios da Espanha na América e a força dos interesses particulares dos colonos prejudicaram a política descentralizadora de Castela.

As afirmativas que estão corretas são as indicadas por:

(A) I, II e III

(B) I e III

(C) I, III e IV

(D) I e IV

(E) II, III e IV

2. Unirio 2006. A colonização européia sobre o continente americano ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, manifestou-se em formas variadas de ocupação da terra e de exploração do trabalho que criaram uma diversidade sócio-econômica na América Colonial. A alternativa que apresenta corretamente uma afirmativa sobre a colonização européia no continente americano é:

a) Na América espanhola, a extração nas minas de ouro e prata utilizou o trabalho indígena forçado e de baixa remuneração através da "mita", o que favoreceu o extermínio da população indígena, enquanto a "encomienda" utilizava escravos de origem africana nas fazendas.

b) Na América inglesa, as colônias de povoamento constituíram-se a partir de latifúndios exportadores que incrementaram as práticas comerciais livres desenvolvidas a partir do extrativismo de produtos locais altamente rentáveis no comércio europeu, tais como madeira e peles.

c) Na América inglesa, as colônias de exploração favoreceram o desenvolvimento de atividades econômicas, baseadas no trabalho livre, que forneciam produtos manufaturados para o mercado

interno americano e caribenho.

d) Na América portuguesa, a ocupação e o povoamento da terra baseou-se no estabelecimento de monopólios metropolitanos exercidos por um grupo mercantil dedicado à exploração econômica e administrativa da colônia.

e) Na América francesa, a ocupação territorial foi promovida a partir de pequenas e médias propriedades agrícolas, exploradas com base no trabalho de escravos e colonos, controladas pelas Companhias de Comércio e Navegação francesas e holandesas.

3. UFRJ 2007.

Período conquistados	Km ²
1493-1515	300.000
1520-1540	2.000.000
1540-1600	500.000

Chaunu, Pierre. *Conquista y explotación de los nuevos mundos* (siglo XVI). Barcelona: Editorial Labor, 1973, p. 15.

Embora represente um dos traços mais característicos da Conquista espanhola do Novo Mundo, a rapidez com que tal processo ocorreu variou muito, em etapas bem diferenciadas, como mostram os dados da tabela.

Cite uma região americana incorporada à Coroa espanhola durante a etapa inicial da Conquista e outra, importante área mineradora, a ela reunida ao longo do estágio mais veloz da ocupação espanhola. A Europa da passagem do século XVII para o XVIII.

Capítulo 7. A Revolução Inglesa

Apresentação - A partir do século XVII, a burguesia européia passou a comandar movimentos radicais que buscavam superar as últimas bases do feudalismo e construir um novo modelo de Estado e uma nova sociedade — a capitalista. Esses movimentos ficaram conhecidos como *Revoluções Burguesas*. Os dois principais exemplos de *Revoluções Burguesas* são a Inglesa (século XVII) e a Francesa (século XVIII). O avanço das forças capitalistas na Inglaterra, as limitações político-econômicas impostas à burguesia, a associação de interesses entre a burguesia e a nova nobreza (*gentry*), além do absolutismo dos reis Stuart, representam algumas razões que propiciaram a eclosão das *Revoluções Inglesas* do século XVII.

A *Revolução* (ou revoluções) *Inglesa* do século XVII se deu entre 1640 e 1688 e marca o fim do regime absolutista na Inglaterra — que foi o primeiro grande país europeu a por fim à monarquia absoluta. Não à toa, foi também o primeiro país industrializado do mundo e a maior potência do século XIX. Vejamos através do desenvolvimento do país desde o fim da Idade Média porque isso ocorreu primeiramente na Grã-Bretanha.

Os antecedentes

A Magna Carta e o parlamento - Desde a *Baixa Idade Média*, a nobreza britânica não aceitava facilmente a centralização do poder nas mãos da Coroa. Através da *Magna Carta* de 1215, os nobres ingleses exigiram a criação de um parlamento — que no século XIV seria dividido entre *Câmara dos Lordes* e *Câmara dos Comuns* — para limitar o poder real.

O cercamento dos campos - A partir do século XIV, a Inglaterra passou a ser um grande criadouro de ovelhas para exportação de lã para a Holanda. Para potencializar esse

comércio, expulsaram-se os camponeses de suas terras e transformaram-se antigas propriedades coletivas em privadas (pertencentes aos nobres), formando os chamados *cercamentos dos campos* — *enclosures*. Os camponeses sem terra passam a trabalhar por salários ou a arrendar terras dos novos proprietários. É importante ressaltar a violência dessa política que gerou inúmeras revoltas no campo e a dura repressão do Estado sobre as mesmas.

As manufaturas - Aos poucos se desenvolveram também nessas áreas rurais diversas manufaturas de lã e, em menor escala, de outros produtos. A mão-de-obra “desocupada” dos camponeses expropriados de suas terras foi largamente utilizada nessas manufaturas, existindo, inclusive, leis que obrigavam esses indivíduos a trabalhar em regime de semi-escravidão.

A Guerra das Duas Rosas e o absolutismo — Foi uma guerra civil, travada entre 1453-1485, pela disputa do trono inglês entre duas casas reais: a de Lancaster, cujo brasão tem uma rosa vermelha, e a de York, que tem como símbolo uma rosa branca. Ao final da guerra, a nobreza estava enfraquecida e Henrique Tudor assumiu o trono inglês com o nome de Henrique VII, o novo rei deu início a *dinastia Tudor* (1485-1603) e implantou o absolutismo na Inglaterra.

A questão religiosa - As tensões sociais e a situação da monarquia inglesa se agravaram quando, em 1603, a dinastia Stuart chegou ao poder. De forte tradição católica e empenhada em reforçar as bases do regime absolutista, a família Stuart acabou alimentando disputas de caráter econômico e religioso. Desse modo, as questões religiosas entre católicos e protestantes se intensificaram dando início às disputas entre o Parlamento (defensor de uma política liberal e composto majoritariamente por burgueses

protestantes) e os reis da Dinastia Stuart (católicos conservadores que procuravam ampliar seu poder político). O autoritarismo dos Stuart contribuiu para que novos conflitos surgissem na Inglaterra. Diante de tal situação, o parlamento (não conseguindo empreender reformas que acabassem com os conflitos religiosos e minimizar os problemas econômicos) buscou o apoio popular para travar uma guerra civil que marcou as primeiras etapas do processo revolucionário inglês.

As Revoluções inglesas

A Revolução puritana (1642-49) -

A Inglaterra foi o primeiro país a promover uma revolução burguesa. No início do século XVII, a burguesia opôs-se aos reis da dinastia Stuart devido à tentativa de legitimação do absolutismo real, as perseguições religiosas e ao controle da economia. O reinado de Carlos I (1625-49) foi de forte perseguição aos puritanos e concentração do poder real. A *Revolução Puritana* consiste, desse modo, no confronto entre o Parlamento (dominado pela burguesia puritana e pela *gentry* - a nova nobreza) e o rei Carlos I, esse último, apoiado pelos cavaleiros. A guerra civil, iniciada em 1642, e as divergências entre o exército e alguns setores do Parlamento culminaram na proclamação da República em 1649.

Protetorado (ou República) de Cromwell (1649-1658) -

A curta fase republicana da Inglaterra consiste numa ditadura controlada pelo líder do exército, Oliver Cromwell. Durante a República, Cromwell baixou os *Atos de Navegação*, que nada mais eram do que a instituição de práticas mercantilistas que favoreceram a indústria naval e o comércio marítimo inglês, atingindo diretamente a Holanda e a Espanha. Além disso, no governo de Cromwell colonizou-se a Jamaica e incentivou-se a marinha mercante, dando grande força ao comércio britânico.

A restauração monárquica (1660-1688) e a Revolução Gloriosa (1688-1689) -

Com a morte de Cromwell, Em 1659, a monarquia foi restaurada a "convite" do Parlamento que conduziu ao trono o rei Carlos II. Inicialmente, o governo de Carlos II expandiu as atividades comerciais e industriais inglesas, no entanto, as velhas rixas entre o rei e o Parlamento reapareceram. Em 1685, com a morte de Carlos II, assumiu o trono seu irmão Jaime II. Católico, Jaime tentou ampliar seus poderes e beneficiar a população católica da Inglaterra. Organizando um golpe contra o rei, em 1688, o parlamento convocou sua filha Maria Stuart com o intuito de fazer ascender ao trono inglês seu marido, Guilherme de Orange, governador das Províncias Unidas (Holanda). Encurralado, o rei Jaime II buscou refúgio na França. Sem recorrer à violência, tal transformação política passou a ser chamada *Revolução Gloriosa*. O novo rei teve que reconhecer diante do parlamento o Ato de Tolerância (*Toleration Act*) e a Declaração dos Direitos (*Bill of Rights*). De acordo com a Declaração dos Direitos, as eleições parlamentares aconteceriam regularmente e nenhuma lei parlamentar poderia mais ser vetada pela autoridade real. Definia-se assim a supremacia do Parlamento sobre o poder real, acabava-se com o absolutismo inglês e lançava-se a base da monarquia parlamentar.

Questões de Vestibular

1. UERJ 2009. O rei é vencido e preso. O Parlamento tenta negociar com ele, dispondo-se a sacrificar o Exército. A intransigência de Carlos, a radicalização do Exército, a inépcia do Parlamento somam-se para impedir essa saída "moderada"; o rei foge do cativeiro, afinal, e uma nova guerra civil termina com a sua prisão pela segunda vez. O resultado será uma solução, por assim dizer, moderadamente radical (1649): os presbiterianos são excluídos do Parlamento, a Câmara dos Lordes é extinta, o rei decapitado por traição

ao seu povo após um julgamento solene sem precedentes, proclamada a República; mas essas bandeiras radicais são tomadas por generais independentes, Cromwell à testa, que as esvaziam de seu conteúdo social.

O texto faz menção a um dos acontecimentos mais importantes da Europa no século XVII: a Revolução Puritana (1642-1649). A partir daquele acontecimento, a Inglaterra viveu uma breve experiência republicana, sob a liderança de Oliver Cromwell. Dentre suas realizações mais importantes, destaca-se a decretação do primeiro Ato de Navegação.

Explique a importância do Ato de Navegação para a economia inglesa e aponte duas ações políticas da República Puritana.

2. UFRJ 2009. *"Quando o amor-próprio [egoísmo] começou a crescer na terra, então começou o Homem a decair. Quando a humanidade começou a brigar sobre a terra, e alguns quiseram ter tudo e excluir os demais, forçando-os a serem seus servos: foi essa a Queda de Adão".* (Adaptado de HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 169)

a) Explique por que podemos associar o texto acima às correntes mais radicais que atuaram na Revolução Inglesa de 1640.

b) O texto acima pretende, à luz da Bíblia, discutir algumas tensões próprias da sociedade inglesa do século XVII. Cem anos antes, o mesmo procedimento esteve presente nas rebeliões dos camponeses anabatistas alemães. Analise uma diferença entre o ideário anabatista e o luterano no que se refere à autoridade dos príncipes.

Capítulo 8. A Revolução Científica e o Iluminismo

Apresentação - Na história da ciência encontram-se muitas teorias que diferem na intensidade com que influenciaram o pensamento humano. Algumas representaram profundas modificações na forma humana de pensar e experimentar a natureza. Chamamos de **Revolução Científica** o período que se inicia a partir do século XVII, quando alguns pensadores, como Galileu Galilei, divulgaram suas descobertas científicas e, com seus estudos, contribuíram para separar a ciência da filosofia e dar à primeira um tratamento empírico.

Já no campo político, na Europa do século XVIII, predominavam as monarquias absolutistas e apenas a Inglaterra era regida por uma monarquia constitucional. Apesar da grande difusão das idéias iluministas, inclusive nos projetos políticos de alguns governos (despotismo esclarecido), esse século foi marcado por grandes contrastes sociais que culminariam, na França, com a Revolução de 1789.

A ciência moderna

O método científico - Desde o século XVI, novas descobertas vinham modificando significativamente o campo da ciência. Algumas teorias, até então aceitas (como a teoria geocêntrica), começaram a ser questionadas e abandonadas. O século XVII foi marcado pelo aparecimento do método científico moderno, com o qual condenava-se a tradição e todas as formas de conhecimento não racionais. O filósofo francês René Descartes foi um dos precursores desse novo movimento científico, que considera a razão a única via segura para a construção do conhecimento do mundo.

O avanço científico - Estudos produzidos entre os séculos XVI e XVII ajudaram a institucionalizar essa nova forma de conhecimento. Durante esse período foram realizados importantes avanços científicos em

vários campos. Os trabalhos de Copérnico, Galileu e Kepler revolucionaram a astronomia; os de Descartes a matemática e os de Newton, a física. O aparecimento de instrumentos técnicos como o telescópio e o microscópio contribuíram para novas descobertas e o desenvolvimento das ciências. Graças a esse movimento, foram lançadas as bases do método científico moderno. A partir dos estudos de Descartes, o empirismo (doutrina segundo a qual todo conhecimento provém unicamente da experimentação), e a sistematização passaram a ser considerados os pilares da ciência moderna.

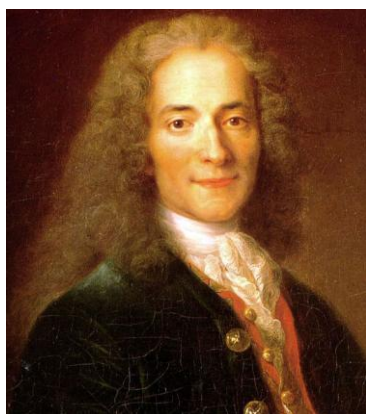
A Ilustração

O Iluminismo ou Ilustração - Foi um movimento que reuniu um grupo de pensadores do século XVIII, que começaram a se mobilizar em torno da defesa de idéias que pautavam a renovação de práticas e instituições vigentes na Europa. Refletindo sobre questões filosóficas que pensavam a condição humana, o movimento iluminista defendeu a liberdade do indivíduo, o racionalismo, o progresso do homem, o fim do *Antigo Regime* e o anticlericalismo. Desse modo, os pensadores ilustrados denunciaram a injustiça social, a doutrinação religiosa, o estado absolutista e todos os artifícios e vícios de uma sociedade corrompida que não reconhecia o "direito natural" do homem à felicidade. Destacam-se ainda como valores morais do Iluminismo a tolerância, o humanismo, a ênfase no livre-arbítrio do homem e a valorização da natureza.

Quadro geral - O Iluminismo foi um movimento político, cultural e filosófico fortemente marcado pela postura crítica e o racionalismo, que defendia a razão único caminho para trazer "luz" e conhecimento à sociedade moderna. Alguns de seus idealizadores, como Rousseau, pleiteavam a propagação do conhecimento e da educação a todas as camadas sociais como o meio ideal para construir uma sociedade melhor.

Nessa empreitada, o desenvolvimento da ciência deveria garantir o desvelamento dos mistérios do mundo. O Iluminismo é considerado também uma visão burguesa da realidade, uma vez que, dentre suas obras destacam-se muitos escritos sobre política e discussões sobre a existência de uma forma ideal de governo. Dentre suas principais reivindicações, encontra-se o fim do absolutismo na França assim como tinha ocorrido na Inglaterra. Essa corrente de pensadores ficou conhecida como iluministas e o século XVIII, como o "Século das Luzes".

Locke (1632-1704) e a Revolução Gloriosa - John Locke, que pode ser considerado um precursor da Ilustração no século XVII, foi um pensador inglês que escreveu seu principal livro (*Tratado do Governo Civil*) logo após a *Revolução Gloriosa* na Inglaterra de 1688, legitimando-a. Segundo Locke, todo povo tinha o direito de escolher seu governante, sendo conseqüentemente a revolução legítima em casos de mau governo, e as principais funções do Estado deveriam ser a defesa da propriedade privada e das liberdades individuais. Foi esse liberalismo político que mais influenciou os iluministas franceses.



François-Marie Arouet (1694-1778), conhecido pelo pseudônimo Voltaire, retratado aos 24 anos, por Nicolas de Largillière.

Voltaire (1694-1778) - Escreveu as *Cartas Inglesas*, obra que não pode ser chamada de um estudo teórico, mas um panfleto contra o absolutismo francês. Em seus escritos apresentam-se sua postura profundamente anticlerical,

antiabsolutista e sua admiração pela monarquia liberal inglesa.

Montesquieu (1689-1755) - Para esse filósofo, cada povo tem o governo que lhe cabe, escreveu isso em sua obra *O Espírito das Leis*. Dizia que o absolutismo na França não condizia com o anseio do povo francês, que queria um regime constitucional. Sua grande contribuição encontra na defesa da divisão de poderes como recurso para evitar o autoritarismo. Defendia, baseando-se em Locke, o Estado em três esferas: Executivo, Legislativo e Judiciário, de modo que cada poder limitaria o outro para que assim não houvesse tirania de um desses poderes.

Rousseau (1712-1778) - Diferente dos outros filósofos, não há consenso de que se trata de um pensador iluminista, muitos o situam na corrente do *Romantismo*. Diferente dos outros pensadores da Ilustração, defendia a democracia total com sufrágio universal. Dizia que a propriedade era a origem de toda a desigualdade e sofrimento dos homens. Em seu livro *O Contrato Social*, Voltaire afirma que é dever dos governantes estabelecer um contrato com seus súditos que garanta a justiça e o bom governo. Para ele, foi a propriedade que acabou com o estado de natureza humana no qual reinaría a paz e a solidariedade. Afirmava que as artes e as ciências tinham contribuído para o progresso da humanidade, mas também a tinham corrompido. Foi defensor da natureza virgem e admirador do homem selvagem.

O Enciclopédismo - Entre 1751 e 1780, foi publicada na França a *Enciclopédia das Ciências, das Artes e dos Ofícios*. O objetivo era reunir e difundir todo o saber humano, baseando-se em princípios racionalistas. Um filósofo, Denis Diderot, e um matemático, Jean D'Alembert, dirigiram a edição. Colaboraram filósofos como Voltaire, Montesquieu e Rousseau. A atitude crítica do conteúdo da obra gerou o Enciclopédismo (conjunto de idéias racionais, críticas e progressistas que

derivaram da "Enciclopédia").

Fisiocratas - São teóricos da economia que questionam o mercantilismo, defendendo a não interferência do Estado na economia (*laissez-faire, laissez-passer*). Para esses pensadores, sobretudo franceses, só gerava valor aquilo que era produzido na agropecuária. Defenderam que a economia deveria ser regida por leis naturais.

Adam Smith e os liberais - Adam Smith foi um pensador iluminista e é também considerado o "pai" fundador do liberalismo econômico. Assim como os fisiocratas, Smith era crítico do mercantilismo e favorável à não-intervenção estatal na economia nacional. Para Smith, toda riqueza provinha do trabalho e não dos metais preciosos ou da agricultura. Defendia a auto-regulação da economia pela lei da oferta e da demanda.

La Fontaine (1621-1695) - Publicou uma compilação de fábulas em 1668, com o título de *Fábulas Escolhidas Feitas em Verso*. Protagonizadas por animais, as fábulas de La Fontaine denunciam o egoísmo, a hipocrisia e a malícia do ser humano.

Questões de Vestibulares

1. UFRJ 2002. Entendeis por selvagens certos camponeses que vivem em cabanas (...) que não conhecem nada além da terra que os nutre, e o mercado aonde às vezes vão vender seus produtos (...), que falam um linguajar que nas cidades não se entende, que têm poucas idéias, e por conseguinte, poucos instrumentos para expressá-las. De selvagens como esses a Europa está cheia. É preciso reconhecer que [as populações indígenas da América] e os cafres [africanos], que nos compramos em chamar de selvagens, são infinitamente superiores aos nossos. Fonte: *Apud GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira*. São Paulo, Companhia das Letras 2001 pp31-32

Este texto foi escrito por Voltaire, um dos maiores pensadores da Ilustração. Normalmente se associa o Iluminismo a um movimento filosófico marcado pela

defesa da crítica, da ciência e da liberdade de expressão, que chegou, inclusive, a influenciar a própria Revolução Francesa.

Com base no texto de Voltaire, explique um ou outro aspecto do Iluminismo.

2. UFF 2004. O Iluminismo do século XVIII abrigava, dentre seus valores, o racionalismo. Tal perspectiva confrontava-se com as visões religiosas do século anterior. Esse confronto anunciava que o homem das luzes encarava de frente o mundo e tudo nele contido: o Homem e a Natureza. O iluminismo era claro, com relação ao homem: um indivíduo capaz de realizar intervenções e mudanças na natureza para que essa lhe proporcionasse conforto e prazer. Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que, para o Homem das Luzes, a Natureza era:

- (A) misteriosa e incalculável, sendo a base da religiosidade do período, o lugar onde os homens reconheciam a presença física de Deus e sua obra de criação;
- (B) infinita e inesgotável, constituindo-se um campo privilegiado da ação do homem, dando em troca condição de sobrevivência, principalmente no que se refere ao seu sustento econômico;
- (C) apenas reflexo do desenvolvimento da capacidade artística do homem, pois ajudava-o a criar a idéia de um progresso ilimitado relacionado à indústria;
- (D) um laboratório para os experimentos humanos, pois era reconhecida pelo homem como a base do progresso e entendimento do mundo; daí a fisiocracia ser a principal representante da industrialização iluminista;
- (E) a base do progresso material e técnico, fundamento das fábricas, sem a qual as indústrias não teriam condições de desenvolver a idéia de mercado.

3. UFF 2008. A consolidação da industrialização como característica do

mundo moderno não foi tarefa fácil. Foram os pensadores do século XVIII e do século XIX que forneceram os principais argumentos para legitimar a combinação entre indústria e modernização. Uma das alternativas abaixo associa, corretamente, um pensador ao sistema de idéias. Assinale-a.

- (A) Marquês de Pombal/Positivismo
- (B) Thomas Jefferson/Socialismo Utópico
- (C) Voltaire/Evolucionismo
- (D) Adam Smith/Liberalismo
- (E) Descartes/Existencialismo

4. UFF 2008. O fracasso estrondoso de "O Contrato Social", o livro menos popular de Rousseau antes da Revolução, levanta um problema para os estudiosos que investigam o espírito radical na década de 1780: se o maior tratado político da época não conseguiu despertar interesse entre muitos franceses cultos, qual foi a forma das idéias radicais que efetivamente se adaptou aos seus gostos? (Darnton, Robert. *O Lado Oculto da Revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p.130) Assinale a resposta que está mais de acordo com as colocações do autor.

- (A) A literatura clandestina que circulava na França no século XVIII foi um empreendimento econômico e uma força ideológica que legitimou o poder de Luis XV e o Antigo Regime.
- (B) Ao contrário da afirmativa acima, O Contrato Social de Rousseau foi um *best seller* da época, pois traduzia os anseios e expectativas da nobreza francesa em crise.
- (C) A progressiva separação entre ciência e teologia no século XVIII não liberou a ciência da ficção. Neste sentido, a idéia mística sobre a natureza e seu poder transformador traduzia-se numa visão radical que alimentou o espírito revolucionário dos franceses às vésperas da revolução.
- (D) As idéias radicais que alimentaram o espírito revolucionário dos franceses não eram tributárias da literatura da época, pois a população francesa era majoritariamente analfabeta.

(E) A Revolução Francesa representou o fim dos privilégios da nobreza e a consagração dos interesses burgueses. Neste sentido, a literatura da época expressou tão somente a tensão entre a nobreza e a burguesia.

Capítulo 9. O Absolutismo Ilustrado ou Despotismo Esclarecido

Apresentação - É considerado *Despotismo Esclarecido* a prática política de alguns governantes europeus que ao longo do século XVIII, realizaram amplas reformas em seus Estados, procurando racionalizar e modernizar seus governos, baseando-se em princípios iluministas, no entanto, sem abrir mão do poder absoluto. O objetivo de tais reformas era dinamizar e modernizar a estrutura administrativa do Estado, acrescentando ainda uma imagem mais progressista ao mesmo. Esses monarcas receberam a denominação de *déspotas esclarecidos*. Esta designação se refere a estrutura absolutista de seus governos que permaneceu inalterada. Da mesma forma, não houve mudança significativa na estrutura social, que manteve os antigos privilégios da nobreza. Entretanto, foram chamados de “esclarecidos” por se diferenciarem dos típicos reis absolutistas, ao conduzirem reformas que aumentaram a eficiência da administração pública de seus países.

Os objetivos gerais - O principal objetivo dessa prática era tornar esses Estados tão desenvolvidos economicamente quanto as maiores potências européias do período: Inglaterra e França. Ao mesmo tempo, os *déspotas esclarecidos* pretendiam impulsionar as atividades da burguesia nacional e reafirmar o poder monárquico. Apesar de lançar mão de algumas idéias iluministas, nesses governos manteve-se o absolutismo como modelo de governo, o que comprometeu a realização dos objetivos que muitas vezes não foram alcançados.

A política econômica - A política econômica empregada para se atingir esse fim era o reforço do mercantilismo. Dessa forma, o fiscalismo, a balança comercial favorável, o metalismo e o fomento do comércio nacional são as principais características das práticas

econômicas do *Despotismo Esclarecido*.

Características gerais - Apesar de algumas diferenças de um país para outro, o absolutismo ilustrado tinha como principais características: a racionalização da administração pública; os conflitos com a Igreja Católica – no caso da Rússia com a Igreja Ortodoxa –; a modernização do exército; o fomento da economia através de práticas mercantilistas e o aumento das liberdades individuais, apesar dos limites impostos.

Casos particulares

Prússia - As reformas ocorreram, sobretudo, no governo de Frederico II (1740-1786), que concedeu liberdade de expressão à população, liberdade religiosa e, principalmente, instituiu uma ampla rede escolar, tornando obrigatório o ensino básico, que tornou o país um dos mais desenvolvidos do mundo em termos de educação básica. Essa escolarização foi fundamental no período da industrialização alemã, que contou com uma mão-de-obra educacionalmente mais bem preparada. A escolarização também foi de grande relevância para o exército prussiano – o mais organizado e nacionalista da Europa – que ao longo do século XIX iria conduzir a unificação alemã. Sobre a medida que instituiu a liberdade de expressão, vale salientar que essa poderia ser e foi revogada sempre que “necessário”, de acordo com o interesse do monarca. Outra medida desse monarca foi abolir a tortura, organizando um novo código de justiça. Além disso, estimulou o desenvolvimento econômico nacional, buscando implementar a modernização da economia. Todavia, em virtude de seus vínculos com a nobreza, não aboliu a servidão, e manteve grande parte da população submetida a obrigações ainda de origem feudal.

Austria - José II (1780-90) da Áustria foi um dos considerados *déspotas esclarecidos* que mais realizou reformas em seu país. Em

seu governo, impôs uma forte centralização administrativa, uniformizando a administração do império; aboliu a servidão; concedeu liberdade religiosa e igualdade jurídica aos cidadãos e expulsou os jesuítas do território austríaco. O resultado dessas reformas foi um grande fortalecimento do poder real. Todavia, como nos outros Estados onde eram praticadas as teorias do *despotismo esclarecido*, as reformas de José II também eram revogáveis, não se perpetuando como conquistas da população.

Rússia - Catarina II (1762-94) foi a governante russa que empreendeu as maiores reformas iluministas no império russo. Ao contrário de José II, ela reafirmou a servidão (abolida somente em 1861); nacionalizou e doou as terras da Igreja ortodoxa russa aos nobres e os incentivou a manter o trabalho servil; sobretaxou os servos e camponeses livres e expandiu territorialmente o Império Russo que passou a se estender da Polônia ao Alasca. Assim como ocorrera na Prússia de Frederico II, Catarina atraiu para a sua corte muitos filósofos e, assim, contribuiu para a divulgação das idéias ilustradas.

Espanha: No reinado de Carlos III (1759-1788), o conde de Aranda um de seus ministros, teve grande relevância no que ficaram conhecidas como as *Reformas Bourbonicas*. Assim como ocorrera em Portugal, na Espanha o grande foco das reformas era a colonização na América, que foi completamente reformulada. Aranda estimulou o desenvolvimento das manufaturas de tecidos e de artigos de luxo e dinamizou a administração visando fortalecer o poder real. As reformas bourbônicas na Espanha foram de grande importância para abrir caminho ao processo de independência das colônias hispano-americanas. Outras ações desse governo foram a expulsão dos jesuítas da Espanha e da América espanhola e a formulação de novas medidas fiscalistas, visando a diminuição do contrabando nas colônias. Essas reformas desagradaram as elites

criollas no Novo mundo, já acostumadas com as vantagens em comerciar ilegalmente com os britânicos, o que acarretará nas revoltas que darão início a organização do processo de independência.

Portugal: Durante o reinado de José I (1750-77), um de seus ministros, o Marquês de Pombal, se tornou uma figura central na administração do Estado. Sob seu governo, a produção manufatureira cresceu, foram criadas companhias monopolistas de comércio com o objetivo de controlar o comércio colonial, a agricultura foi estimulada e o clero e a nobreza foram submetidos ao poder do rei. Por essas medidas, teve como principais adversários políticos os jesuítas – organização religiosa considerada “um Estado dentro do Estado” – que reagiram juntando-se às elites portuguesas para compor uma força contrária ao seu projeto modernizador. Assim como Aranda, Pombal reformulou a colonização portuguesa no ultramar. Seu objetivo era modernizar a administração do Império e diminuir a sua dependência econômica. Para isso, reformulou as formas de arrecadação no Brasil, reforçou o fiscalismo e instituiu a *derrama* que viria ser o motivo maior para a eclosão da Inconfidência mineira, além disso, expulsou os jesuítas da metrópole e das colônias, em 1759. Com a morte de José I, Pombal foi afastado do governo e Portugal retomou as antigas políticas do período anterior. Durante seu mandato, a capital do Brasil foi levada de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, já que o Rio de Janeiro era mais próximo da região das minas de ouro.

Questões de Vestibulares

1. Fuvest 1997. Sobre o chamado despotismo esclarecido é correto afirmar que:

- A) foi um fenômeno comum a todas as monarquias européias, tendo por característica a utilização dos princípios do Iluminismo.
- B) foram os déspotas esclarecidos os

responsáveis pela sustentação e difusão das idéias iluministas elaboradas pelos filósofos da época.

C) foi uma tentativa bem intencionada, embora fracassada, das monarquias européias reformarem estruturalmente seus estados.

D) foram os burgueses europeus que convenceram os reis a adotarem o programa de modernização proposto pelos filósofos iluministas.

E) foi uma tentativa, mais ou menos bem-sucedida, de algumas monarquias reformarem, sem alterá-las, as estruturas vigentes.

2. UFF. Sobre o Despotismo Esclarecido, é correto afirmar que:

1) foi a adoção dos princípios filosóficos de Locke, Adam Smith e Proudhon, ao final do século XIX, por monarcas esclarecidos como Catarina II, da Rússia, e Frederico II, da Prússia.

2) foi a adoção dos princípios da Aufklärung ou Ilustração por monarcas europeus, visando ao aumento do poderio do Estado, ao bem-estar material dos povos e à sua elevação cultural, dentro dos limites do Estado Absoluto.

3) entre os principais pensadores vinculados às "Luzes", estavam Voltaire e Diderot que se correspondiam com os principais monarcas europeus visando influenciar a atuação destes no sentido de promover reformas, principalmente contra o excessivo clericalismo.

4) a adoção das idéias ilustradas pelos monarcas europeus originou inúmeras reformas liberalizantes, como a adoção do constitucionalismo na Inglaterra, Holanda e Suécia, conforme as idéias básicas de Hobbes e Descartes.

5) um dos instrumentos básicos da difusão das idéias iluministas foi a Enciclopédia, na qual escreveram os filósofos e que representou importante papel na preparação da Revolução Francesa, chegando a influenciar também a Inconfidência Mineira

Assinale:

A) se somente as afirmativas 1, 2 e 3 estiverem corretas.

B) se somente as afirmativas 1, 3 e 5 estiverem corretas.

C) se somente as afirmativas 2, 3 e 5 estiverem corretas.

D) se somente as afirmativas 2, 4 e 5 estiverem corretas.

E) se somente as afirmativas 3, 4 e 5 estiverem corretas.

Capítulo 10. A Revolução Industrial

Apresentação - Chamamos de *Revolução Industrial* um conjunto de transformações técnicas e econômicas no modo de fabricação dos produtos consumidos pelo homem, tendo como principais características, o surgimento das fábricas (em lugar das antigas manufaturas); a produção em série e o trabalho assalariado. Essa mudança alterou profundamente as relações econômicas, sociais e a paisagem geográfica que passou por um novo desenvolvimento urbano. A *Revolução industrial* foi a disseminação do modelo fabril pela Inglaterra durante o período que abrange aproximadamente os anos entre 1780 a 1840. Esse modelo fabril é constituído pelo uso conjugado da mão-de-obra humana (assalariada) associada ao uso de máquinas. A industrialização pode ser considerada uma etapa mais elaborada da produção artesanal nas manufaturas, já que a utilização das novas descobertas tecnológicas como a máquina a vapor, dinamizaram a velocidade e diminuíram os custos da produção.

A Primeira Revolução Industrial - É denominada *Primeira Revolução Industrial*, o processo de organização da produção fabril que teve início na Inglaterra, em finais do século XVIII e início do século XIX, e que se difundiu, no decorrer do século XIX, por outros países da Europa - principalmente, França, Alemanha, Itália, Holanda e a Bélgica -, Estados Unidos e Japão. As principais fontes de energia utilizadas nessa primeira fase da industrialização foram o ferro, o carvão e a máquina a vapor.

Os desdobramentos da industrialização - Um dos principais efeitos da *Revolução Industrial* foi o surgimento de um grupo social específico, mais conhecido como *classe operária*. Formado principalmente por ex-camponeses e ex-artesãos, esse novo grupo não dispõe mais de recursos próprios para trabalhar, pois foram expropriados das suas terras ou não podiam mais

competir, com produtos artesanais, contra a produção das nascentes indústrias. Em consequência de tal situação, passam a vender sua força de trabalho em troca de um salário tornando-se assalariados. Segundo o filósofo alemão Karl Marx, mesmo recebendo um salário, resta uma parcela do trabalho dos operários que não era remunerada: a mais-valia. Resumidamente, a teoria marxista da mais-valia consiste na diferença existente entre o valor produzido pelo trabalho do operário e o salário que esse recebe do empregador, segundo Marx, essa diferença seria a base da exploração do sistema capitalista.

Fatores que fizeram da Inglaterra a precursora da Revolução Industrial

As transformações no campo - As mudanças que vinham ocorrendo no campo na Inglaterra desde o século XVI, como por exemplo, os *cercamentos*, geraram uma concentração das propriedades rurais e à consolidação das figuras do arrendatário e do assalariado rural que seriam determinantes para a realização da *Revolução Industrial*. Os *cercamentos* (em inglês, *enclosures*) promoveram a unificação dos lotes de terras dos camponeses, num imenso campo cercado, usado na criação intensiva de ovelhas ou nas plantações de maior interesse econômico do proprietário. Essa medida, aliada às novas técnicas agrícolas permitiram um crescimento na oferta de mercadorias, gerando uma diminuição nos preços. Essa prática era permitida pelo parlamento inglês desde o século XVI e, no século XVIII, culminou na extinção dos trabalhadores arrendatários. Uma consequência dos *cercamentos* foi o crescimento no número de desempregados no campo, que acabou liberando mão-de-obra das áreas rurais para as cidades na Inglaterra.

O Mercado - A principal condição para o sucesso e a expansão da *Revolução Industrial* foi a existência na época de uma forte demanda pelos

nascentes produtos industrializados tanto no mercado interno como no mercado externo. Os tecidos de algodão eram amplamente procurados na sociedade européia e também em algumas colônias, como as da América. Os tecidos de algodão produzidos industrialmente tinham preços relativamente baixos, o que possibilitava o consumo de tais produtos pelas camadas assalariadas.

As repercussões da Revolução Industrial

A emergência do capital industrial

- Com o desenvolvimento das fábricas, ocorreu o fortalecimento de um novo grupo social, a burguesia industrial, que logo superou em poder econômico a velha aristocracia agrária e os grandes comerciantes. A burguesia industrial tornou-se o grupo social hegemônico na sociedade inglesa, rapidamente ascendo à elite política daquele país.

A resistência dos trabalhadores – Muitos camponeses, expulsos do campo pelos *cercamentos*, migraram para as cidades em busca de ocupação. Desempregados, acabavam aceitando o regime desumano de trabalho nas fábricas. Recebendo baixos salários e enfrentando péssimas condições de trabalho, homens, mulheres e crianças eram obrigados a cumprir jornadas de trabalho que muitas vezes ultrapassavam 16 horas diárias, num ambiente quente e insalubre. Como era de se esperar, tal situação produziu conflitos e gerou vários movimentos de resistência operária. Primeiramente, alegando a culpa das máquinas (que executavam o trabalho do homem com mais rapidez) na situação do trabalhador, muitos operários invadiram as fábricas e quebraram seu maquinário, eram os chamados *luditas*, o termo deriva de Ned Ludd, um dos líderes desse movimento. Em seguida, os trabalhadores ingleses reunidos em grupos começaram a organizar as primeiras paralisações do trabalho, as greves, e redigiram uma *carta* com reivindicações trabalhistas. Esses

passaram a ser chamados *cartistas*, e assim como os *luditas*, também sofreram uma forte repressão policial. Esses movimentos inspiraram o futuro sindicalismo.

Questões de Vestibulares

1. UFRJ 2005. A industrialização desencadeou diversas mudanças, econômicas e políticas na Europa de 1780 em diante.

a) Identifique duas características da produção fabril no século XIX.

b) No plano político, a industrialização contribuiu para o fortalecimento das idéias e práticas liberais. Cite duas características do liberalismo no século XIX.

2. UERJ 2006. O jovem operário entra então de vez na idade adulta? Seguramente não. Ele requer proteção e controle. Proteção: segundo a lei de 1841 (na Inglaterra), até os dezesseis anos é proibido fazê-lo trabalhar aos domingos e mais de doze horas por dia. (PERROT, M. In: LEVI, G. & SCHMITT, J. C. História dos jovens. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.).

No Brasil, o artigo 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe a contratação de menores para trabalho noturno, perigoso, insalubre e penoso. O Estatuto também proíbe que os adolescentes trabalhem em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. (MOTA, M. B. e BRAICK, P. R. História: das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Moderna, 1997.).

Apesar da existência de leis e estatutos que impedem a exploração do trabalho de crianças e adolescentes, essa é ainda uma realidade do mundo contemporâneo. O emprego das mãos-de-obra infantil e adolescente, tanto na época da Revolução Industrial inglesa como nos dias atuais, tem raízes comuns, como:

- (A) êxodo rural e industrialização tardia
- (B) retraimento demográfico e baixa escolaridade
- (C) desvalorização salarial e concentração fundiária
- (D) excesso de leis trabalhistas e desigualdade socioeconômica

3. UFF 2008. Para que o conhecimento tecnológico tivesse o êxito de hoje foi preciso que ocorressem, no tempo, alterações radicais que abriram caminho para a introdução de novas relações de mercado e novas formas de transportes. Assinale a alternativa que melhor identifica o momento inicial da Revolução Industrial:

- (A)** a utilização da máquina a vapor que propiciou o desenvolvimento das ferrovias, integrando áreas de produção aos mercados, aumentando o consumo e gerando lucros;
- (B)** a revolução política de 1688, que garantiu a vitória dos interesses dos proprietários agrícolas em aliança com os trabalhadores urbanos que controlavam as manufaturas;
- (C)** os cercamentos que modificaram as relações sociais no campo, gerando novas formas de organização da produção rural e mantendo os vínculos tradicionais de servidão;
- (D)** o desenvolvimento da energia eólica, produzindo um crescimento industrial que manteve as cidades afastadas do fantasma das doenças provocadas pelo uso do carvão;
- (E)** a máquina a vapor que promoveu o desenvolvimento de novas formas de organização da produção agrícola e levou ao crescimento dos transportes marítimos na Europa Ocidental, através de investimentos estatais.

Capítulo 11. A Independência dos Estados Unidos

Apresentação - Ao quebrar a unidade do sistema colonial, a Independência dos Estados Unidos contribuiu fortemente para o desmoronamento do *Antigo Regime*. Vivendo em pequenas propriedades, nas *Treze Colônias* americanas, nas últimas décadas do século XVIII, existiam mais de 2 milhões de colonizadores. Eram principalmente europeus exilados por motivos políticos ou religiosos e estavam estabelecidos desde o século XVII no território norte-americano. O evento que acarretou na independência norte-americana foi uma guerra de independência travada contra o domínio colonial inglês que tentou estabelecer tardiamente um pacto colonial. Após tornar-se independente, criou-se no novo país e uma nova forma de organização política baseada nos ideais iluministas. Dessa forma, os Estados Unidos da América se tornaram a primeira nação a implantar um sistema democrático moderno, definitivamente consolidado. No entanto, tal democracia restringia-se a alguns grupos sociais, privilegiando dentre eles, os grandes proprietários de terras, permanecendo proibido o direito de voto às mulheres e aos escravos, além disso, os últimos se mantiveram na condição de cativos até meados do século XIX.

A situação da Inglaterra e das colônias inglesas na América

A colonização inglesa na América - A Inglaterra se estabeleceu tardiamente na América se comparada aos projetos coloniais da Espanha e Portugal. Somente no século XVII foram fundadas as *Treze Colônias* no território norte-americano e a colonização na América Central. A parte Sul das *Treze Colônias* e a Jamaica foram colonizadas nos moldes do colonialismo moderno, ao contrário da região norte do território norte-americano habitada em sua maioria por perseguidos políticos e

religiosos ingleses e europeus. Nessa região, ficou estabelecida com a metrópole uma relação diferenciada e mais livre, sem um controle rígido da coroa britânica sobre suas atividades – conhecida como Negligência Salutar. Enquanto as colônias do Sul seguiam o modelo colonial, com grandes *plantations* escravistas, produzindo tabaco, arroz e açúcar para o mercado externo, nas do Norte prevaleciam as pequenas propriedades policultoras, com trabalho livre, relativa urbanização e comércio. Embora a Inglaterra proibisse oficialmente o estabelecimento de manufaturas nas colônias, uma incipiente indústria na região centro-norte começou a se desenvolver sem ser incomodada pelas autoridades inglesas, a razão disso era o fato de seus produtos não competirem com o comércio inglês. Já nas colônias do Sul predominava a grande propriedade rural, no regime de monocultura para exportação, cultivada pela mão-de-obra escrava. Os nortistas, no entanto, começaram a atravessar as fronteiras do Sul para comerciar seus produtos e assim passaram a concorrer com o comércio metropolitano, levando a coroa britânica a rever sua política de relacionamento com as colônias da América do Norte.

A Guerra dos Sete Anos - Travada entre os anos de 1756 a 1763, a guerra entre Inglaterra e França foi vencida pelos ingleses e transferiu para o domínio britânico a maioria das possessões francesas situadas a oeste das *Treze Colônias*. Alegando que os colonos norte-americanos não haviam contribuído com o esforço de guerra militar inglês, o Parlamento determinou que esses deveriam arcar com os custos da guerra, instituindo novos impostos e reforçando os direitos coloniais da Coroa britânica no continente.

A inflexão na política metropolitana – Até meados do século XVIII, não havia por parte da Inglaterra uma fiscalização colonial rigorosa dirigida às colônias norte-americanas, além disso, os impostos cobrados eram pouco numerosos e relativamente baixos. Todavia, com o

término da *Guerra dos Sete Anos*, entre Inglaterra e França, a Coroa britânica fortemente endividada organizou um novo aparato fiscalista rompendo a antiga política colonial dirigida às *Treze Colônias*, gerando insatisfação e revoltas. Foram elaboradas leis coercitivas como a *Lei do Selo*, que impôs o uso do selo real em todos os documentos que transitassem na colônia; a *Lei do Açúcar*, que proibia a importação de rum estrangeiro e taxava o comércio de açúcar das colônias norte-americanas com outras colônias não-britânicas; a *Lei dos Alojamentos*, que exigia dos colonos norte-americanos alojamentos e alimentação para as tropas inglesas na colônia, e outras leis que coíbiavam o contrabando e interditavam a expansão das pequenas propriedades rurais do norte em direção ao oeste do território e ao Canadá.

A Lei do Chá (Tea Act) - Em 1773, a decretação da *Lei do Chá* foi o estopim da crise entre a colônia e a metrópole. De acordo com essa lei, passava para as mãos da *Companhia das Índias Orientais* o monopólio do comércio do chá, que passou a ser importado diretamente das Índias para a América, prejudicando os interesses dos intermediários desse comércio, residentes na colônia. Em retaliação, comerciantes disfarçados de índios invadiram o porto de Boston e destruíram centenas de caixas de chá, no episódio que ficou conhecido como a *Festa do Chá de Boston*.

As Leis Intoleráveis - Foram as leis promulgadas pelo Parlamento inglês, em 1774, como represália à revolta da *Festa do chá de Boston* e tinham como objetivo conter o clima de insubordinação nas colônias. Como resposta às *Leis Intoleráveis*, os colonos convocaram o *Primeiro Congresso Continental de Filadélfia* (1774), ainda não-separatista, no qual foi solicitado à coroa e ao Parlamento a revogação da legislação autoritária e a igualdade dos direitos dos colonos e dos cidadãos da metrópole.

A independência

A resistência - Desde as primeiras décadas da colonização, as questões públicas dos cidadãos – homens livres – da colônia eram decididas em assembléias, fato de fundamental relevância para a posterior organização do regime republicano. A partir da década de 1760, passaram a ser organizados os *Congressos Continentais*, que eram reuniões com representantes de cada uma das *Treze Colônias* para discutir seus problemas comuns. Com o estabelecimento das leis coercitivas, os colonos passam a discutir sobre a ruptura com a Inglaterra. Em 1776, foi declarada a independência dos Estados Unidos da América, dando início à guerra de independência.

A Guerra de Independência (1775-1783) – Teve início em 1775 (com a *Batalha de Lexington*) e se estendeu até 1783, com a derrota da Inglaterra. Em 1776, a Virgínia declarou-se independente e o *Segundo Congresso da Filadélfia*, reunido desde 1775, nomeou George Washington comandante geral das tropas norte-americanas contra a coroa britânica. Fornecendo o capital necessário para manter os colonos na guerra, a participação de tropas francesas foi decisiva na vitória americana. Finalmente, em 1781, o Exército inglês foi derrotado. Em 1783, foi assinado o *Tratado de Paris* (também conhecido como *Tratado de Versalhes*) no qual a Grã-Bretanha reconheceu a independência das suas antigas colônias norte-americanas.



George Washington atravessando o Rio Delaware, 1851. Pintura de Emanuel Leutze (general de George Washington durante a Guerra da Independência dos EUA).

A formação do novo governo - A independência não pôs fim aos conflitos internos entre sulistas e

nortistas. Na formação do novo governo, os nortistas pretendiam que fosse implantado um governo centralizado, enquanto os sulistas desejavam uma confederação. Como resultado, baseando-se nas idéias de Montesquieu, organizou-se uma federação presidencialista na qual cada Estado teria a sua própria Constituição, subordinada a uma Constituição Nacional, liderada pelo presidente da República.

A Primeira Constituição dos Estados Unidos - Proclamada em 1787, a primeira constituição americana representou um compromisso firmado entre as tendências republicana e federalista. Até os dias atuais, de maneira geral, os princípios constitucionais de 1787 continuam em vigor, mantendo-se a república federativa presidencialista como forma de governo; a separação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; o reconhecimento dos direitos civis e políticos dos indivíduos (na época, com exceção das mulheres e dos escravos); as liberdades de expressão, de imprensa, de crença religiosa e de reunião; a inviolabilidade de domicílio e de correspondência e o direito a julgamento.

Questões de Vestibulares

1. Puc 2005. Assinale a opção correta a respeito das lutas de independência no Haiti (1791-1804) e nas Treze Colônias Inglesas (EUA: 1776-1783).

- (A) Ambas promoveram a instalação de governos republicanos e a imediata abolição do trabalho escravo.
- (B) O ideal federalista conformou a implantação do regime republicano no Haiti e nos EUA no momento imediatamente posterior à independência.
- (C) As pressões dos grandes proprietários de terras, tanto no Haiti quanto nas Treze Colônias Inglesas, resultaram na manutenção do trabalho escravo.

(D) Diferentemente do que ocorreu nas Treze Colônias, as lutas de independência no Haiti estiveram associadas a uma série de rebeliões escravas que conduziram à abolição da escravidão.

(E) Tanto no Haiti quanto nas Treze Colônias Inglesas, facções da burguesia comercial, na defesa de seus monopólios junto às antigas metrópoles, tentaram impedir a proclamação da independência política.

2. UNIRIO 2006. "Muitos volumes já foram escritos sobre o assunto das lutas entre a Inglaterra e a América... No entanto, todos foram ineficazes e o período de debate está encerrado. As armas, como último recurso, decidem a contenda; o apelo foi a escolha do rei e o continente aceitou o desafio ... O sol nunca brilhou sobre causa de maior valor. Não é uma questão de uma cidade, de um município, de uma província ou de um reino, mas sim de um continente ... Não é uma preocupação de um dia, de um ano, ou de uma era; a posteridade está virtualmente envolvida na contenda, e será mais ou menos afetada, até os fins dos tempos, pelos acontecimentos de hoje. Agora é a hora da sementeira da união continental, de sua fé e honra ... Passando-se à questão da argumentação para as armas, abriu-se uma nova era para a política, um novo método de pensar apareceu." (PAINE, Thomas. *O Senso Comum e a Crise*. Brasília: Ed. UnB, 1982, p. 23.).

O processo de independência dos Estados Unidos significou o início da derrocada dos Estados Absolutos comprometidos com o colonialismo e as práticas mercantilistas. Os colonos das 13 Colônias da América do Norte, ao defenderem a liberdade e o direito de resistência a uma monarquia opressiva, influenciaram outros movimentos políticos contrários às monarquias absolutas.

Cite um aspecto histórico da luta dos colonos americanos, referidos acima, que contribuiu para a independência dos Estados Unidos e explique-o.

3. UFRJ 2007. “Na realidade, a prudência recomenda que não se mudem os governos instituídos há muito tempo por motivos leves e passageiros; e, assim sendo, toda experiência tem mostrado que os homens estão mais dispostos a sofrer, enquanto os males são suportáveis, do que a se desagrar, abolindo as formas a que se acostumaram. Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos-Guardas para sua futura segurança”. Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (4 de julho de 1776).

O fragmento faz menção a medidas de natureza coercitiva impostas pela Inglaterra às Treze Colônias após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

- a) Cite e explique uma destas medidas.
- b) Identifique e explique um princípio, presente no texto, derivado da mentalidade democrática e liberal da época.

4. ENEM 2007. Em 4 de julho de 1776, as treze colônias que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA) declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto Colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados. Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França. Emília Viotti da Costa. Apresentação da coleção. In: Wladimir Pomar. *Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003 (com adaptações).

Considerando o texto acima, acerca da independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a opção correta.

- a) A independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.
- b) O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.
- c) Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.
- d) Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da independência norte-americana.
- e) Ao romper o Pacto Colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.

5. PUC 2009. Sobre os movimentos de independência ocorridos na América inglesa, em 1776, e na América hispânica nas primeiras décadas do século XIX, estão corretas as alternativas, À EXCEÇÃO de uma. Indique-a.

(A) Em meados do século XVIII, nas treze colônias inglesas, os colonos americanos reagiram contra as leis impostas pelo Parlamento britânico e organizaram-se para defender a sua autonomia político-administrativa, a liberdade de comércio e a igualdade de direitos entre os habitantes do Reino e das colônias.

(B) Em 1776, as colônias inglesas votaram a Declaração de Independência, que defendia princípios fundamentais do Iluminismo como a igualdade, o direito à liberdade e a instituição de governos fundados no consentimento dos governados.

(C) Os movimentos de independência na América hispânica estão diretamente relacionados à invasão

napoleônica da Espanha em 1808 e à deposição do rei Fernando VII, que resultaram no estabelecimento de juntas de governos locais na América, iniciando um intenso e amplo período revolucionário.

(D) Assim como ocorreu com as treze colônias inglesas, todas as colônias espanholas na América tornaram-se independentes ao mesmo tempo, apesar de não terem mantido a unidade territorial existente e terem se dividido em vários estados nacionais independentes.

(E) A revolução de independência das treze colônias inglesas e também os ideais iluministas depositários de novos princípios de organização política e social, contrários à monarquia, ao direito divino dos reis e a favor da soberania popular, tiveram uma enorme influência nos movimentos de independência da América hispânica.

Capítulo 12. A Revolução Francesa

Apresentação - A *Revolução Francesa* é considerada uma revolução burguesa (apesar de ter contado com a participação direta das camadas médias e populares francesas) que pôs fim ao *Antigo Regime* na França, transformando suas antigas estruturas sociais e levando a burguesia ao poder. Em 1789, essa revolução destituiu o poder da nobreza e da monarquia absoluta francesa, então representada por Luís XVI.



Retrato de Louis XVI, produzido por Antoine-François Callet, 1788. Musée National du Château, Versailles.

Durante dez anos (1789-1799), os revolucionários tentaram consolidar um novo regime político inspirado nos princípios iluministas. No entanto, diversos governos se sucederam sem que esses princípios fossem consolidados plenamente. A *Revolução Francesa* conseguiu difundir pelo mundo seus ideais, que permanecem até os dias atuais como base das democracias modernas.

A estrutura social francesa - No final do século XVIII, no estado monárquico francês (como é característico do *Antigo Regime*) vigorava a sociedade estamental dividida em três estados, o clero, a nobreza e o restante da sociedade, composta principalmente por burgueses, camponeses e artesãos. Este último estado era o único responsável pelo pagamento dos impostos que sustentavam os custos

da corte e das ações do governo.

Os antecedentes da Revolução -

Apesar do crescimento da economia francesa no século XVIII, nos anos anteriores à Revolução, a França enfrentou uma terrível seca no campo gerando a escassez de alimentos e alastrando a fome pelo país. Sem alternativa, parte da população rural migrou para as cidades em busca de trabalho, onde encontraram péssimas condições de vida tornando-se cada vez mais miseráveis. No campo político-econômico, as freqüentes guerras nas quais a França havia de envolvido e a extravagância da luxuosa corte encheram de dívidas o Estado francês, instalando uma séria crise financeira. Diante de tal situação, o rei francês Luís XVI tentou implementar uma reforma tributária na qual o Primeiro e Segundo estados passariam a pagar impostos. Essa tentativa de reforma instaurou mais uma crise, desta vez política, que obrigou o rei a convocar os *Estados Gerais* (Conselho consultivo da coroa, dividido entre os três estados). Acrescentando-se ao cenário de crise, existia ainda o problema da má distribuição da riqueza e a falta de participação política do Terceiro estado, o que acabou contribuindo para a eclosão da revolução, já que provocava grande insatisfação na burguesia.

O processo revolucionário

A primeira fase: A Assembléia Constituinte ou a Era das Instituições -

Em maio de 1789, com a convocação dos *Estados Gerais*, todas as propostas do Terceiro estado foram barradas pelo grupo formado entre o clero e a nobreza. Isolado, o Terceiro estado se reuniu e declarou-se *Assembléia Constituinte*, exigindo a elaboração de uma constituição para a França. Na assembléia, encontravam-se posicionados no lado esquerdo do recinto, o partido liderado por Robespierre, os **Jacobinos**; no centro, encontravam-se os constitucionais, defensores da alta burguesia e a nobreza liberal, conhecidos como **planície**, e no lado

direito, os **Girondinos**, defensores dos interesses da burguesia francesa. Em represália a formação da *Assembléia*, o rei colocou o exército de prontidão e a população de Paris, colocando-se a favor da mesma, se rebelou e promoveu a **Tomada da Bastilha**, uma antiga fortaleza transformada em prisão política e símbolo do absolutismo francês. No campo, muitos camponeses ocuparam as terras dos senhores (clero e nobreza), queimaram seus títulos de propriedade e promoveram entre eles uma divisão das terras ocupadas, gerando no Primeiro e Segundo estados o chamado *Grande Medo*. Em agosto do mesmo ano, foi elaborada a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Os bens da Igreja foram confiscados e, no final do ano, foi institucionalizada a monarquia constitucional, com a promulgação de uma Constituição a qual o rei foi obrigado acatar.



Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789 - França. Um dos diversos documentos políticos redigidos no século XVIII sob inspiração iluminista. Fonte: *Chronique Les Grandes journées de la Révolution*, Larousse.

A Assembléia Legislativa francesa exigiu da Áustria e da Prússia um compromisso de não invasão. Mesmo assim, temendo os efeitos das agitações na França, essas monarquias formaram uma coalizão de forças e invadiram o território francês com o objetivo de restituir Luís XVI ao trono. Como não foi atendida, a França declarou guerra a Áustria e a Prússia em abril de 1792.

Nas ruas de Paris e das grandes cidades, os *sans culottes* (como eram chamados os pobres nas cidades) se mobilizavam exigindo a prisão dos responsáveis pelas derrotas da França diante dos exércitos inimigos.

A segunda fase: A Convenção Nacional e a época do Terror ou a Era das Antecipações - Em setembro de 1792, chegou a Paris a notícia da vitória dos exércitos franceses sobre os exércitos estrangeiros e, no mesmo dia, foi oficializada a proclamação da **República**, a primeira da França. A partir de então, um novo órgão, eleito pelo sufrágio universal, intitulado a **Convenção** passou a governar a França. Ao descobrir o acordo estabelecido entre o rei francês e os exércitos estrangeiros, os revolucionários condenaram Luís XVI à morte na guilhotina, em 1792, com isso, chegou ao fim o período da monarquia constitucional. Nesse período, os jacobinos tornaram-se cada vez mais populares e conquistaram o apoio popular. O novo governo revolucionário implementou reformas moderadas, enquanto nas ruas de Paris o povo exigia reformas mais efetivas como o controle dos preços dos alimentos. Nesse momento, os jacobinos começaram a liderar as reivindicações populares e conseguiram formar a **Comissão de Salvação Pública**, com o objetivo de estabelecer o controle dos preços e denunciar os abusos comerciantes (girondinos). Entre maio e junho de 1793, o povo cercou o prédio da Convenção exigindo a prisão dos girondinos, e os jacobinos responderam com deposição daqueles, instaurando um novo governo: a **ditadura jacobina** (ou fase do Terror). Sucederam-se a esse episódio uma série de execuções comandadas por julgamentos populares. No governo dos jacobinos, foram realizadas muitas reformas, a principal delas redistribuiu a propriedade da terra dando origem ao surgimento milhares de pequenas propriedades na França. Outra de suas reformas atingiu o calendário

oficial atacado por ser considerado um calendário de festas religiosas.

No comando do novo governo, Robespierre começou a atacar seus próprios aliados da esquerda e, por isso, perdeu parte do apoio popular que detinha. A alta burguesia financeira (planície) que conseguira sobreviver ao período do terror encontrou nessa situação a oportunidade para derrubar o governo jacobino. Acuada, Robespierre apelou para os *sans culottes*, mas os líderes que podiam socorrê-lo tinha sido executados.

O golpe do 9 do Termidor - Em julho de 1794, no dia 9 do Termidor, pelo novo calendário revolucionário, foi decretada a prisão de Robespierre e de seus partidários. Sem o apoio popular, a alta burguesia tomou o controle revolucionário e mandou executar, sem julgamento, Robespierre e todos os seus aliados. Buscando salvaguardar seus interesses, o novo governo se apressou em tomar uma série de medidas como a restauração da escravidão nas colônias e a revogação da lei que regulava os preços das mercadorias.

A terceira fase: O Diretório ou a Era das Consolidações - Em 1795, planeja-se uma nova Constituição. A Convenção havia desaparecido cedendo lugar a um novo tipo de governo exercido por um **Diretório**. Esse era composto por cinco membros representando o poder executivo, e duas Câmaras (o Conselho dos Anciãos e o Conselho dos Quinhentos) ambas representando o poder legislativo. O governo do Diretório suprimiu o voto universal, implementado pela Convenção e restabeleceu o voto censitário. O Diretório deu início a uma política expansionista com o objetivo de aumentar os domínios franceses na Europa, anexando pedaços da atual Alemanha e da região da Lombardia, no norte da Itália. A frente das operações militares expansionistas encontrava-se o jovem general Napoleão Bonaparte, que garantiu a posse desses territórios ao governo do Diretório.

O golpe de 18 de Brumário - Apreensiva com o clima de instabilidade política e buscando restabelecer plenamente suas atividades econômicas, a burguesia buscava organizar um governo forte que assegurasse "a lei e a ordem". Favorecido pela popularidade adquirida com as vitórias nas campanhas militares, em novembro de 1799 (18 de Brumário), Napoleão Bonaparte dissolveu o Diretório e estabeleceu um novo governo intitulado Consulado. O poder era utilizado por três cônsules, sendo o Primeiro Cônsul o mais poderoso – cargo de Napoleão no novo governo. Os mandatos duravam dez anos e, ao fim deste período, novos cônsules deveriam ser eleitos. Mas o Consulado não durou tanto tempo...

Questões de Vestibulares

1. Enem 2004. Algumas transformações que antecederam a Revolução Francesa podem ser exemplificadas pela mudança de significado da palavra "restaurante". Desde o final da Idade Média, a palavra *restaurant* designava caldos ricos, com carne de aves e de boi, legumes, raízes e ervas. Em 1765 surgiu, em Paris, um local onde se vendiam esses caldos, usados para restaurar as forças dos trabalhadores. Nos anos que precederam a Revolução, em 1789, multiplicaram-se diversos *restaurateurs*, que serviam pratos requintados, descritos em páginas emolduradas e servidos não mais em mesas coletivas e mal cuidadas, mas individuais e com toalhas limpas. Com a Revolução, cozinheiros da corte e da nobreza perderam seus patrões, refugiados no exterior ou guilhotinados, e abriram seus restaurantes por conta própria. Apenas em 1835, o Dicionário da Academia Francesa oficializou a utilização da palavra restaurante com o sentido atual. A mudança do significado da palavra restaurante ilustra

(A) a ascensão das classes populares aos mesmos padrões de vida da burguesia e da nobreza.

(B) a apropriação e a transformação, pela burguesia, de hábitos populares e dos valores da nobreza.

(C) a incorporação e a transformação, pela nobreza, dos ideais e da visão de mundo da burguesia.

(D) a consolidação das práticas coletivas e dos ideais revolucionários, cujas origens remontam à Idade Média.

(E) a institucionalização, pela nobreza, de práticas coletivas e de uma visão de mundo igualitária.

2. Puc 2005. Considere as afirmativas abaixo, referentes às semelhanças entre as Revoluções Inglesa do século XVII e a Revolução Francesa.

I - A ativa participação, em diferentes momentos, dos *diggers* ("escavadores") e dos *sans-cullotes* nas experiências revolucionárias inglesa e francesa, respectivamente, revela que as camadas populares defendiam projetos político-sociais próprios, não se mantendo à margem desses movimentos.

II - Um dos legados de ambas as revoluções está relacionado às transformações na estrutura fundiária, já que as grandes propriedades de terra cederam lugar a minifúndios produtivos, que contribuíram para o crescimento da produção agrícola nesses dois países.

III - As execuções do rei Carlos I (Londres, 1649) e do rei Luís XVI (Paris, 1793) são marcos simbólicos do fim de uma antiga ordem, uma vez que, pela primeira vez em suas histórias, governantes foram responsabilizados e condenados por seus atos e decisões políticas.

IV - Ambas as revoluções consolidaram regimes democráticos ao estabelecer o voto universal masculino na Inglaterra, pela Declaração de Direitos de 1689, e na França, pela Constituição de 1791.

Assinale:

(A) Se somente a afirmativa II está correta.

(B) Se somente as afirmativas I e III estão corretas.

(C) Se somente as afirmativas II e IV estão corretas.

(D) Se somente as afirmativas II e IV estão corretas.

(E) Se todas as afirmativas estão corretas.

3. Puc 2005. Em princípios de 1789, a França era uma sociedade do Antigo Regime. A crise dessa estrutura manifestou-se ao longo desse ano, dando início a um período de transformações que se estendeu por dez anos: a Revolução Francesa.

a) Indique 3 (três) características de natureza político-social da sociedade do Antigo Regime na França.

b) Indique 3 (três) transformações operadas durante o 1o momento da Revolução Francesa - a "Era das Instituições" (1789 -1792) - que evidenciam o caráter revolucionário dessa experiência histórica.

4. ENEM 2007. Em 4 de julho de 1776, as treze colônias que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA) declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto Colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados.

Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França. Emília Viotti da Costa. Apresentação da coleção. In: Wladimir Pomar. *Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003 (com adaptações).

Considerando o texto acima, acerca da independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a opção correta.

A) A independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.

B) O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.

C) Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.

D) Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da independência norte-americana.

E) Ao romper o Pacto Colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.

Capítulo 13. O Império Napoleônico e o Congresso de Viena

Apresentação - Sua chegada ao poder representou na época uma alternativa de estabilidade ao governo que até aquele momento oscilava entre uma ditadura popular radical e a ameaça monarquista. O governo de Napoleão Bonaparte foi dividido em dois períodos, o Consulado (1799-1804) e o Império, até 1814. Algumas das reformas administrativas implementadas no período napoleônico permanecem em vigor na administração francesa até os dias atuais.

O Império napoleônico (1804-1814) - Em 1804, Napoleão Bonaparte se fez coroar Imperador dos Franceses com o título de Napoleão I.

A política interna - Seu governo executou uma série de reformas que beneficiaram a burguesia francesa. Dentre elas: fundou escolas públicas laicas de ensino básico em toda a França e, em Paris, a escola francesa de ensino normal para preparação dos professores; criou o Código Civil francês; tentou restabelecer a escravidão nas colônias (sofreu resistências e acabou perdendo o Haiti) e desenvolveu políticas públicas que impulsionassem à indústria e o comércio nacional francês. O governo de Napoleão também ratificou a redistribuição de terras promovida pela *Revolução* e reformulou o sistema bancário criando uma moeda nacional, o franco, com o objetivo de exercer maior controle nos negócios fiscais.

A política externa - A política externa do governo de Napoleão foi marcada pelo abandono da diplomacia e dos acordos internacionais. Por volta de 1805, ele já tinha subjugado toda a Europa continental, colocando reinos inteiros sob o comando de seus parentes e outros subordinados. Entretanto, a Inglaterra com a sua poderosa Marinha se apresentava como principal obstáculo às suas pretensões. Enquanto esteve à frente do governo francês, a França

participou de muitas guerras e conflitos que resultaram na oposição das monarquias conservadoras que tornar-se-iam unidas pela *Santa Aliança*.

O Bloqueio Continental - Em novembro de 1806, Napoleão decretou o *Bloqueio Continental* que proibia todos os países do continente europeu de comercializar com a Grã-Bretanha, vedando ainda aos países neutros o acesso aos portos franceses. Seu objetivo era fomentar a indústria francesa abastecendo a Europa com seus produtos industrializados. Tal medida se justificava pelo seu interesse de eliminar seu principal adversário (a Inglaterra) e dominar os mercados europeus e ultramarinos. Contudo, a indústria francesa não foi capaz de suprir as necessidades desse imenso mercado. Por outro, o comércio de cereais e outros produtos primários (consumidos pela Inglaterra) praticado entre a coroa britânica e muitos países da Europa continental foi interrompido pelo *Bloqueio* prejudicando a economia dos antigos parceiros britânicos na Europa. Alguns países renunciaram ao *Bloqueio Continental*, sofrendo a conseqüente invasão francesa, como nos exemplos de Portugal (invadido pelas tropas francesas em 1807) e Rússia, invadida em 1812.

A campanha da Rússia: Na Rússia, o exército napoleônico sofreu sérias perdas humanas e militares, levando-o à quase total destruição devido ao contra-ataque do exército russo e ao rigoroso inverno daquele país. Em 1814, com o objetivo de destruir o exército francês, foi formado um grande exército europeu que acabou vencendo o exército de Napoleão e destruindo o seu Império.

O Governo dos Cem Dias - Com a queda de Napoleão, a dinastia dos Bourbons foi restaurada com a coroação de Luís XVIII, irmão do rei Luís XVI, guilhotinado pela revolução. Porém, aproveitando-se da insatisfação popular, Napoleão conseguiu retomar o poder, iniciando um curto governo conhecido como o *Governo dos Cem Dias*. Após a

Cite duas conseqüências políticas ou territoriais para a Europa pós-napoleônica da utilização do princípio de legitimidade. Em seguida, explique a influência desse princípio nas lutas pela independência das colônias espanholas na América.

Capítulo 14. A Independência dos países latino-americanos

Apresentação - As independências dos países latino-americanos não foram acompanhadas por mudanças econômicas significativas. Esses novos Estados mantiveram seu antigo modelo econômico, basicamente com uma economia agrário-exportadora voltada para o interesse estrangeiro, ou seja, mantiveram-se como produtores de matérias-primas e de produtos agrícolas para a exportação e consumidores de produtos industrializados. Essa situação favoreceu a Inglaterra e os EUA, que conseguiram expandir para as novas nações suas atividades comerciais, conquistando novos mercados necessários para a manutenção de suas indústrias.

A crise do sistema colonial - Em finais do século XVIII, o fim do *Antigo Regime*, assim como as ideias iluministas, a Revolução Industrial, a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa desempenharam um papel decisivo no processo de independência dos países latino-americanos. As elites da América colonial encontraram nessas ideias e eventos o embasamento ideológico para seus anseios autonomistas. A luta pela liberdade política encontrava sua justificativa no direito dos povos oprimidos à rebelião contra os governos tirânicos e à luta pela liberdade econômica, na substituição do monopólio colonial pelo regime de livre comércio. Com poucas exceções, as colônias da América espanhola chegaram às suas independências na mesma época e no mesmo contexto histórico. As tentativas do império espanhol de potencializar sua economia aumentando a exploração nas colônias americanas enfrentaram dois grandes obstáculos: as barreiras protecionistas dos principais mercados europeus impostas pelo mercantilismo e a incapacidade da própria metrópole de abastecer as colônias de produtos manufaturados. Em consequência de tal situação, as colônias buscaram uma saída, através do contrabando e da própria fabricação dos artigos de

que necessitavam. Nas regiões de maior desenvolvimento agrícola, como a Venezuela, ou de intensa atividade comercial, como Buenos Aires, logo ganhou força a disseminação das ideias liberais que chegavam da Europa. Com a eclosão das guerras napoleônicas, o conseqüente isolamento da Espanha e a eficaz presença comercial inglesa criaram-se as situações ideais para a instalação de governos locais autônomos a intensa atividade comercial com a Inglaterra. Entretanto, o retorno da presença espanhola não aceitando a autonomia das antigas colônias americanas e a insistência metropolitana em restaurar uma situação que de fato há muito desaparecera gerou uma disputa longa e sangrenta em busca de libertação.

As Reformas Bourbônicas - Essa tentativa reformadora do Estado espanhol no sentido de dinamizar e modernizar a administração do império se dirigiu, sobretudo, às colônias buscando reforçar a exploração das áreas coloniais. O principal objetivo dessas reformas era fortalecer o Estado espanhol e aumentar a arrecadação através da racionalização da administração e do endurecimento fiscal. Outras importantes medidas das reformas foram a expulsão dos jesuítas das colônias; a repressão ao contrabando e ainda o incentivo às manufaturas espanholas, para que essas pudessem sozinhas abastecer a América. A partir da implementação das *Reformas Bourbônicas*, reforçaram-se os movimentos de contestação contrários à colonização espanhola, defendendo a independência das colônias na América. É o caso, por exemplo, do movimento indigenista de *Tupac Amaru* no Peru. Para a elite colonial **criolla**, as reformas trouxeram sérios prejuízos aos seus interesses, e essas passaram a reivindicar o direito de livre comércio com outros países europeus, tornando-se as principais interessadas na emancipação. As elites locais se aliaram muitos comerciantes ingleses, prejudicados pelo *Bloqueio Continental*, e por isso,

interessados na aplicação do livre comércio na América ibérica. Assim, a Inglaterra passou a apoiar os movimentos de independência nas colônias sul-americanas a partir de 1810.

A independência do Haiti, um caso particular - A colônia francesa do Haiti teve uma independência diferente de todas as outras regiões da América. Lá, houve um processo revolucionário, uma independência conquistada a partir de uma revolta escrava que pôs fim à escravidão. A revolta e o processo de independência começam em 1791 e se consolidou em 1804, com a aceitação da independência pela França.

A deposição do rei espanhol Fernando VII - Napoleão invadiu a Península Ibérica em 1807 e destronou o rei espanhol Fernando VII. Em seu lugar, colocou José Bonaparte, seu irmão como o novo rei. As colônias espanholas se auto-organizaram a partir dos *cabildos* - as câmaras municipais da América hispânica - e rejeitaram o rei escolhido por Napoleão. Pôs-se então em prática o livre comércio com os outros países europeus, sobretudo com a Inglaterra.

A retomada do colonialismo - Com o fim das guerras napoleônicas e a volta do absolutismo na Espanha, tentou-se restabelecer o antigo colonialismo. As elites *criollas* que estavam desfrutando do livre comércio e da auto-organização rejeitam essa tentativa de recolonização. Os generais San Martín e Simón Bolívar lideraram as tropas que libertariam quase toda a América espanhola até 1824.

As guerras de independência - A primeira metade do século XIX foi marcada, na América Latina, pelas lutas de independência e pelo processo de formação dos Estados nacionais americanos. Nas colônias espanholas, o movimento separatista difundiu-se principalmente de três lugares: Caracas, Buenos Aires e México. O objetivo dessas regiões era garantir a independência e com ela permitir a ascensão de uma burguesia mercantil e de idéias liberais. O

processo de independência hispano-americano dividiu-se em três fases principais:

- Os movimentos precursores (1780 - 1810);
- As rebeliões fracassadas (1810 - 1816);
- As rebeliões vitoriosas (1817 - 1824).

Os movimentos Precursores -

Foram as revoltas de **Tupac Amaru** e de **Francisco Miranda**, severamente reprimidas pelas autoridades metropolitanas. Mesmo derrotadas, essas revoltas contribuíram para enfraquecer a dominação colonial e desenvolver as condições para a futura guerra de independência. A mais importante dessas insurreições ocorreu no território peruano, em 1780, e foi comandada por um índio, *Tupac Amaru*. Essa rebelião mobilizou mais de sessenta mil índios e só foi totalmente esmagada pelos espanhóis em 1783, quando foram também massacradas outras revoltas no Chile e na Venezuela. Inspirado na independência dos Estados Unidos, o *criollo* venezuelano Francisco Miranda liderou no início de século XIX vários levantes e se tornou o maior precursor da independência hispano-americana.

As rebeliões fracassadas - Em 1808, a ascensão de José Bonaparte ao trono da Espanha desencadeou a guerra de independência na América espanhola, devido aos desdobramentos políticos daquela situação. Enquanto na Espanha, o povo pegou em armas contra o domínio francês; na América, em 1810, os *criollos* deram início as lutas pela independência. O fracasso das rebeliões iniciadas em 1810 foi conseqüência, em grande medida, da falta de apoio da Inglaterra (em luta contra Napoleão) e dos Estados Unidos, que possuíam acordos comerciais com a Espanha, e por isso não forneceram ajuda aos hispano-americanos.

As rebeliões vitoriosas - Após a derrota de Napoleão, em 1815, a Inglaterra passou a apoiar

efetivamente os movimentos emancipacionistas na América, que começaram em 1817 e só terminariam em 1824 com a derrota espanhola e a independência política das colônias americanas. Nesse mesmo ano, Simon Bolívar encabeçou a campanha militar que culminou com a libertação da Venezuela, da Colômbia e do Equador e José de San Martín, ao Sul, promoveu a libertação da Argentina, do Chile e do Peru. Os dois libertadores se encontraram em 1822, em Guayaquil, no Equador, onde San Martín entregou a Bolívar o comando do exército de libertação. As independências se tornaram irreversíveis quando, em 1823, os EUA proclamaram a **Doutrina Monroe**, opondo-se a possíveis tentativas de intervenção militar ou colonizadora, da Santa Aliança, no continente americano. O general Sucre, lugar-tenente de Bolívar, em 1824, derrotou definitivamente os últimos remanescentes do exército espanhol no interior do Peru, na Batalha de Ayacucho. No Norte, a independência do México fora proclamada em 1822 pelo general Iturbide que se autoproclamou imperador. Um ano depois, o México adotaria o regime republicano. Em 1825, após a guerra de independência, apenas as ilhas de Cuba e Porto Rico permaneceram sob o domínio espanhol.

A organização dos estados americanos - Diversas repúblicas foram criadas ao contrário do sonho do líder Simon Bolívar de fundar uma grande confederação unindo toda a antiga América espanhola. Apesar das características comuns, como o idioma e a grande semelhança cultural, após as independências, formaram-se vários países diferentes na América Central e na América do Sul, nos quais foi adotada a forma de governo republicana.

Alguns fatores que contribuíram para essa fragmentação foram:

- A presença geográfica dos Andes representava um obstáculo natural à integração de algumas regiões;

- As lideranças *criollas* que conduziram o processo de independência que pretendiam tomar o poder nos novos países e tinham interesse na formação de vários Estados onde pudessem manter seus privilégios;
- A Inglaterra e os EUA que estimularam a divisão em vários países buscando facilitar a sua dominação econômica.

Dentre os principais desdobramentos do processo de emancipação da América espanhola merecem destaque a conquista da independência política, a conseqüente divisão geopolítica e a persistência da dependência econômica dos novos Estados. Contudo, tal emancipação não foi acompanhada de uma revolução social ou econômica, pois muito das velhas estruturas herdadas do passado colonial sobreviveram às guerras de independência e foram conservadas pelos novos Estados. Assim, a divisão política e a manutenção das estruturas coloniais contribuíram para perpetuar a secular dependência econômica latino-americana, agora não mais em relação à Espanha, mas em relação ao capitalismo industrial inglês. As jovens repúblicas latino-americanas, divididas e enfraquecidas, assumiram novamente o duplo papel de fornecedoras de matérias-primas essenciais agora à expansão da *Revolução Industrial* e de mercados consumidores para as manufaturas produzidas pelo capitalismo inglês.

A Doutrina Monroe - Enquanto a *Santa Aliança* pregava na Europa a manutenção das monarquias absolutistas e a recolonização da América, o presidente americano James Monroe elaborou um documento no qual pregava a não-intervenção dos países europeus nas nações americanas: a chamada *Doutrina Monroe*. Dessa forma, os Estados Unidos abandonavam a política isolacionista e se apresentavam como defensores dos Estados latino-americanos, rejeitando qualquer tentativa colonialista

defendendo "a América para os americanos". A *Doutrina Monroe* acabou se tornando o principal instrumento ideológico de subordinação da América Latina aos interesses estadunidenses. Essa política serviu para consolidar a hegemonia dos Estados Unidos no continente americano, além de facilitar a expansão ianque em direção ao Oeste.

Capítulo 15. Doutrinas Sociais e Revoluções Liberais na Europa do século XIX

Apresentação - Surgiram na Europa do século XIX diversas doutrinas sociais e ideologias. Mediante a desigualdade social e as duras condições de vida de boa parte da população, estabelecida à margem do sistema capitalista, começaram a aparecer propostas políticas tratando da questão operária e que passaram a rivalizar com a doutrina do *liberalismo*. Essas novas idéias se relacionavam com o novo contexto político-econômico vivido na Europa e em algumas partes do mundo. A industrialização, a urbanização, a desigualdade social, a miséria e outros problemas sociais comuns à sociedade capitalista, permitiram a emergência de novas formas de pensar que legitimassem e confrontassem tais mudanças. Essas idéias não se restringem ao pensamento político, mas abarcam também o pensamento científico, social, econômico, artístico e filosófico.

As doutrinas sociais

O Liberalismo – É a forma de pensamento que prima pela autonomia moral, política e econômica da sociedade civil em oposição à concentração do poder político. O *liberalismo* ganhou expressão moderna com os escritos de John Locke (1632-1704) e Adam Smith (1723-1790). Entre seus principais conceitos se incluem o individualismo, o direito a propriedade privada e o governo limitado. O *liberalismo* defende ainda a inviolabilidade das liberdades civis e de mercado, condenando a interferência excessiva do Estado na economia.

O Romantismo – Foi a corrente de pensamento de oposição ao *Iluminismo* e ao *liberalismo*, e não se restringiu apenas às artes. Foi um movimento que criticou a nova sociedade capitalista, exaltando características da sociedade do *Antigo Regime* e da *Idade Média* como a vida

rural. O Romantismo também representou uma tendência ao sentimentalismo em oposição ao racionalismo iluminista. O ponto central da visão romântica do mundo é o sujeito, sua personalidade e suas paixões. Na criação artística exaltava os mitos do herói e da nação, a natureza em si, e como lugar da experiência espiritual do indivíduo.

O Nacionalismo - Princípio burguês de defesa dos interesses de uma elite local sobre uma dada região – nação –, que ressalta supostos traços de união de um povo comum. Muitas vezes vem associado ao romantismo na crítica ao liberalismo. Defende que para cada povo haja uma nação. Para o *nacionalismo*, a nação seria constituída por uma língua, uma religião e cultura comuns. Defende os interesses do comércio e da indústria nacionais – protecionismo – e louva os símbolos e a cultura nacional frente aos das outras nações. Na Europa do século XIX esse ideal passou a suscitar na população um sentimento que fez com que comesçassem a lutar pela unificação de seus supostos países, para assim vê-los transformados em nações soberanas.

O Socialismo utópico - De caráter romântico, essa filosofia política defendia a transformação da sociedade em outra mais igualitária e solidária, mudando o regime de propriedade. Não formulou uma crítica sistemática à sociedade capitalista. Representou uma reação operária aos efeitos da *Revolução Industrial*. Os primeiros socialistas a formularem críticas ao processo industrial elaboraram modelos socioeconômicos idealizados e soluções que não se concretizaram efetivamente.

O Socialismo Científico - Muitas vezes confundido com *marxismo* e *comunismo*, foi uma proposta revolucionária idealizada pelos filósofos alemães Karl Marx e Friederich Engels. Foi o movimento anticapitalista que adquiriu maior projeção na sociedade. Ao contrário do *Socialismo Utópico*, não defendia uma sociedade ideal. Tentava entender as contradições da sociedade capitalista para transformá-

la, constituindo uma sociedade socialista moderna, posterior ao capitalismo, com o primado da igualdade social. Segundo Marx, o agente transformador da sociedade era a luta de classes, para ele, ao longo da história, explorados e exploradores apresentaram interesses opostos e esse quadro de oposição induziria às lutas e as conseqüentes transformações sociais. O *Socialismo Científico* foi fundamental para as futuras revoluções ocorridas no século XX.

O Sindicalismo - Teve origem no *Cartismo* dos operários ingleses e tem como objetivo a união dos trabalhadores assalariados na luta pela conquista de direitos políticos, trabalhistas, pela transformação da sociedade e do regime de propriedade. O Sindicalismo também se constitui numa doutrina política, segundo a qual os trabalhadores reunidos em sindicatos de categorias profissionais deveriam exercer um papel ativo nos rumos tomados pela sociedade. O Sindicalismo pode ser dividido em duas vertentes: a reformista (que defende a negociação e a transformação gradual) e a radical, que defende a mudança imediata mesmo que seja promovida com o auxílio da violência.

O Anarquismo - É uma filosofia política que reúne teorias e ações com objetivo de eliminar todas as formas impostas de governo ou autoridade. Os anarquistas se posicionavam contrários a qualquer tipo de ordem hierárquica que não fosse livremente aceita, defendendo formas de organização alternativas e libertárias. Para os anarquistas a sociedade deveria se organizar através da livre iniciativa e da livre associação. Seus principais nomes foram Pierre-Joseph Proudhon e Mikhail Bakunin, esse último se tornou líder do anarquismo terrorista, que apontava a violência como única forma de alcançar a sociedade sem Estado e sem desigualdades.

A Doutrina social da Igreja - Diante das mudanças sociais ocorridas na Europa do século XIX, das péssimas condições de vida dos

trabalhadores e da radicalização dos movimentos sociais, a Igreja também se posicionou em relação às questões sociais, criando uma doutrina, o *catolicismo social*. Não defendia a luta, mas o entendimento entre os grupos opostos, a união entre as classes sociais, a melhoria das condições dos trabalhadores e a caridade. Não questionava o sistema de propriedade vigente. Foi nesse contexto que o papa Leão XIII promulgou, em 1891, o primeiro documento da Igreja Católica, manifestando suas preocupações sociais. A Encíclica *Rerum Novarum* foi a resposta da Igreja aos fiéis, exortando-os à busca de uma solução pacífica para as questões sociais. De acordo com a sua *Doutrina Social*, a Igreja defendia a dignidade intrínseca e inalienável da pessoa humana, a primazia do bem comum, a destinação universal dos bens, a superioridade do trabalho sobre o capital e o princípio da solidariedade.

O cenário político-econômico e social das revoluções

A burguesia e o Antigo Regime - Apesar de relativamente numerosas as revoltas e revoluções na Europa do século XIX possuem características comuns: foram lutas políticas entre a burguesia e as forças representativas do *Antigo Regime*. A reação europeia às revoluções burguesas, conduzida pelo *Congresso de Viena* e pela *Santa Aliança*, não conseguiu impedir as revoluções da América luso-espanhola, permitindo que um violento golpe a atingisse.

As crises econômicas - Apesar da principal motivação para as revoluções girar em torno disputa de poder entre a antiga nobreza e a burguesia emergente, fatores imediatos também contribuíram para a eclosão desses movimentos, como as constantes ondas de fome e as crises econômicas.

A industrialização e as lutas operárias - Se a industrialização fortaleceu as burguesias nacionais impulsionando-as à luta política, por outro lado também permitiu a

formação de um operariado que, sendo vítima das péssimas condições de vida e trabalho, passou a lutar pelos seus direitos contra a burguesia e o estado.

O Socialismo – Trata-se de um sistema sociopolítico que surgiu em meados do século XIX (principalmente nas Revoluções de 1848 e na Comuna de Paris de 1871) e se caracteriza pela defesa da apropriação dos meios produtivos e pela posse coletiva dos mesmos. De acordo com esse sistema, com o fim da propriedade privada as desigualdades sociais tenderiam a ser radicalmente reduzidas, já que os bens produzidos seriam igualmente distribuídos.

As Revoluções Liberais

As Revoluções de 1820 - Em 1820, deu-se o primeiro ciclo de revoltas e revoluções burguesas na Europa. Essas atingiram Portugal (Revolução do Porto), Espanha (restauração da Constituição de Cádiz) e outras regiões da Europa. A maioria delas foi duramente reprimida pela *Santa Aliança*.

As Revoluções de 1830 - De cunho liberal e nacionalista, essas revoluções começaram na França e, em seguida, se espalharam por toda a Europa. Suas principais reivindicações eram a defesa das liberdades individuais e a exigência de governos instituídos pelo voto, mesmo que esse não fosse universal. Na França, foi instaurada uma monarquia constitucional; a Bélgica tornou-se independente da Holanda e a Grécia conquistou a sua independência do Império Otomano. Outras revoltas nacionalistas explodiram na Itália, Alemanha e Polônia, mas foram duramente massacradas.

As Revoluções de 1848 - As *Revoluções de 1848* foram fortemente marcadas pelo *Nacionalismo*. Caracterizou-se pela luta de diferentes povos pela sua independência frente aos grandes impérios europeus. Nessas revoluções, a dinastia Bourbon teve fim na França com a proclamação da República; no Império austríaco, eclodiram diversos

movimentos nacionalistas, todos esmagados pelo exército austríaco com a ajuda do exército russo; na Itália e nos reinos germânicos, outras revoltas nacionalistas sinalizavam o processo de unificação das duas regiões que estava por vir, transformando-as em novos Estados Nacionais.

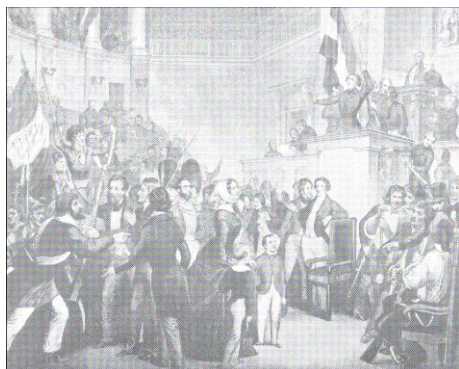
A Comuna de Paris – A Comuna da Paris foi um governo popular, organizado pelas camadas populares parisienses e fortemente marcado por diversas tendências ideológicas, populares e operárias. Foi também a primeira experiência socialista da história e se deu durante dois meses, em 1871, em Paris. Após a derrota do exército francês na *Guerra Franco-prussiana*, guardas locais organizaram a resistência das cidades francesas. Logo em seguida a notícia da assinatura de um armistício entre os governos francês e alemão ocasionou uma rebelião da guarda de Paris, composta pela população pobre urbana que passou a governar a cidade. A seguir, foi instaurado um governo, popular, no qual o exército seria composto pelas camadas pobres da população; o Estado seria separado da Igreja; o sufrágio seria universal e as indústrias teriam como proprietários e administradores os próprios operários. A comuna foi massacrada pelo exército prussiano a pedido do governo francês. Cerca de trinta mil pessoas foram mortas, presas e deportadas.

As lutas operárias na Inglaterra - Apesar de não ser mais uma monarquia absoluta desde o século XVII, na Inglaterra prevaleciam os conflitos entre os numerosos operários e os industriais. A legislação liberal inglesa proibia as greves, a formação de sindicatos e o direito de reunião, gerando as lutas operárias e a organização dessa classe. A partir dessas lutas, os trabalhadores urbanos começaram lentamente a conquistar direitos trabalhistas básicos e políticos (já que não tinham direito de voto ou de serem eleitos). Desse modo, os sindicatos atuaram, portanto, tanto na luta por direito trabalhistas, como na conquista de

direitos políticos por parte dos trabalhadores que alcançaram também a liberdade para formar seus próprios partidos.

Questões de Vestibulares

1. UFRJ 2005.



(Intensos debates na Paris de 1848 - M. Carnavalet, Paris)

A historiografia tradicionalmente considera a revolução de 1848, na França, como um divisor de águas na história dos movimentos populares europeus do século XIX. Justifique tal afirmativa.

2. PUC 2009. Leia, com atenção, os textos abaixo.

Documento 1: *"Defendi por quarenta anos o mesmo princípio: liberdade em cada coisa, na religião, na filosofia, na literatura, na indústria, na política; e por liberdade entendo o triunfo da individualidade, seja sobre a autoridade que gostaria de governar de forma despótica, seja sobre as massas que reclamam o direito de sujeitar a minoria à maioria."*

Documento 2: *"Detesto a comunhão, porque é a negação da liberdade e porque não concebo a humanidade sem liberdade. Não sou comunista, porque o comunismo concentra e engole, em benefício do Estado, todas as forças da sociedade; porque conduz inevitavelmente à concepção da propriedade nas mãos do Estado, enquanto eu proponho (...) a extinção definitiva do princípio mesmo da autoridade e tutela, próprios do Estado, o qual, com o pretexto de moralizar e civilizar os homens,*

conseguiu (...) somente escravizá-los, persegui-los e corrompê-los."

Nos documentos acima, estão expressas duas visões da realidade social elaboradas no século XIX representativas das idéias:

- (A) do liberalismo e do socialismo utópico.
- (B) da doutrina social da Igreja e do socialismo científico.
- (C) do socialismo utópico e do anarquismo.
- (D) do liberalismo e do anarquismo.
- (E) da doutrina social da Igreja e do socialismo utópico.

3. PUC 2009.



Figura 1 Fraternidade (*Fraternité*). Litogravura de F. Sorrieu, 1848, França.



Fig. 2 - O Guloso (*L'Ingordo*). Charge, 1915, Itália

A primeira imagem representa o sonho de construir repúblicas democráticas por toda Europa, em 1848. A marcha fraterna dos povos, cada qual com sua bandeira, simboliza os ideais nacionalistas em voga na primeira metade do século XIX. A segunda imagem retrata o Kaiser Guilherme II e caracteriza o

nacionalismo exacerbado que alimentou todas as potências européias entre 1890 e 1914, contribuindo para a eclosão da Primeira Grande Guerra. Com base nessas imagens e em seus conhecimentos:

a) INDIQUE duas diferenças entre o nacionalismo que caracterizou a “Primavera dos Povos” e o que conduziu à Primeira Guerra.

b) CITE duas rivalidades nacionalistas que ocorreram em solo europeu e que exemplifiquem o nacionalismo exacerbado caracterizado na segunda imagem.

Capítulo 16. A Guerra de Secessão e o expansionismo norte-americano

Apresentação - Até o início da guerra civil, em 1861, a sociedade norte-americana não tinha modificado muito suas estruturas sociais da época da colonização. Apesar do desenvolvimento econômico do país as diferenças entre as sociedades do Norte e do Sul ainda eram bem marcadas. Na expansão para o Oeste, as fronteiras das ex-colônias se alargaram seguindo em direção ao Pacífico promovendo o surgimento de novos estados, o que deu origem a fortes disputas entre o Norte e do Sul que defendiam respectivamente estados livres e escravistas. Na conquista do Oeste a população indígena foi dizimada e praticamente extinta. Por volta da segunda metade do século XIX, aumentaram-se as contradições entre os estados do Norte e do Sul, tais diferenças socioeconômicas deixavam evidente a iminência de um conflito que pusesse fim às contradições em favor do desenvolvimento de um Estado integrado.

O Norte - A colonização nortista se deu através das pequenas propriedades com a utilização de mão-de-obra livre. Isso permitiu a criação e o desenvolvimento de um importante mercado interno na região. Mesmo antes da guerra civil, o norte já possuía uma base econômica "quase industrial", com muitas manufaturas e algumas ferrovias ligando as suas diversas localidades.

O Sul - Diferente do Norte, essa região foi colonizada com grandes propriedades de terras, a utilização da mão-de-obra escrava e o cultivo de produtos para exportação. Esse modelo agrário-exportador teve continuidade após a independência, principalmente, com a cultura do algodão, exportado em pequena escala para as manufaturas do Norte e em sua grande maioria para suprir a grande demanda das fábricas inglesas desde o início da *Revolução Industrial*.

O Oeste - As terras dos Oeste norte-americano, conquistadas através de

compras e guerras eram ferozmente disputadas pelos grandes proprietários sulistas e pelos capitalistas do Norte. Os nortistas desejavam implantar um regime de pequenas propriedades que suprisse ao mesmo tempo a demanda de terras dos imigrantes, a necessidade de produtos básicos do mercado interno e permitisse o aumento do mercado consumidor de suas manufaturas. Já o Sul defendia que as terras tivessem um preço elevado (permitindo que somente os grandes proprietários pudessem comprá-las) e que fosse implantado o regime de trabalho escravo na região.

Os antecedentes da guerra:

Alguns dos fatores responsáveis pela eclosão da guerra civil ou *Guerra de Secessão*, foram as divergências entre os Estados do Norte e do Sul:

A balança comercial - Enquanto o Norte defendia a sua indústria exigindo altas taxas de importação, o Sul defendia baixas taxas de importação que permitissem adquirir produtos manufaturados ingleses por um preço inferior àqueles praticados pelo Norte, já que não havia indústrias no Sul.

As lutas políticas - As disputas em torno do trabalho livre ou escravo que deveria vigorar no Oeste acabaram gerando grandes discussões políticas no Senado e na Câmara. Tradicionalmente existia nos Estados Unidos uma relativa igualdade de representação política entre nortistas e sulistas, no entanto, esse equilíbrio, às vésperas da guerra, estava se desfazendo em favor do Norte desencadeando a revolta dos membros do Sul.

A questão da receitas - Os Estados do Sul se diziam preteridos nos investimentos da União, já que a exportação do algodão sulista era uma das maiores fontes da receita da União. Os Estados do Sul passaram a reivindicar que a receita gerada pelo estado sulista ficasse preferencialmente no Sul, por isso defendiam uma Confederação na qual

as arrecadações locais ficariam majoritariamente em seus Estados de origem.

A guerra (1861-1865) e seus desdobramentos

A Confederação Sulista - O início da Guerra se deu com a eleição para presidência dos Estados Unidos de Abraham Lincoln (representante dos interesses do Norte), gerando a declaração de separação da Carolina do Sul do resto da união, seguida por mais seis estados. Em 1861, reunidos em um Congresso no Alabama esses estados formaram um novo país, os *Estados Confederados da América*. Em resposta, os estados nortistas declaram guerra à Confederação, dando início à **Guerra de Secessão**.

A vitória do Norte – Em comparação com o Sul, os estados do Norte dispunham de maiores recursos econômicos, bélicos e humanos para conduzir a guerra. No entanto, a estratégia sulista era obter o apoio da Inglaterra e da França contra os *Yankees* nortistas. No Norte, as medidas liberais decretadas por Lincoln, tais como a abolição da escravidão e a distribuição de terras no Oeste para famílias que nelas permanecessem por 5 anos, com trabalho livre, acirraram ainda mais a reação sulista contra o governo nacional. Do conflito, o Norte saiu vencedor e o resultado da violência dos confrontos foi a morte de cerca 600 mil pessoas e o assassinato do presidente Lincoln.

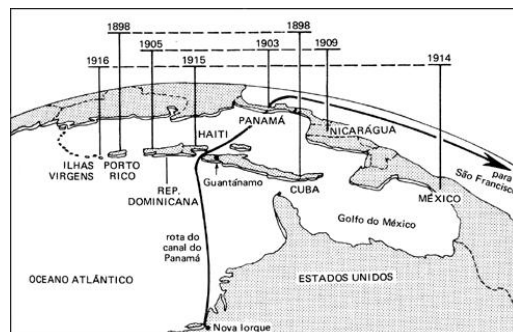
A vitória modelo industrial - Do ponto de vista econômico a guerra significou a vitória do capitalismo, colocando a economia dos Estados Unidos no caminho da industrialização moderna e o modelo nortista de sociedade foi imposto a todo o território nacional. A partir desse momento, os EUA alavancaram seu processo de industrialização, construíram novas ferrovias interligando o país de costa a costa e organizaram grandes grupos financeiros.

A abolição da escravidão e situação dos libertos - Em 1863,

Lincoln decretou o fim da escravidão no país, o que só ocorreu de fato com o fim da guerra. A *Guerra de Secessão* trouxe grandes alterações para a vida socioeconômica dos Estados Unidos e a hegemonia política da burguesia industrial. Entretanto, apesar de ter eliminado a escravidão, essa guerra não resolveu a questão racial na sociedade norte-americana. Os negros libertos continuaram sem direito à propriedade e a cidadania. Os estados sulistas começaram promover a segregação racial e a abolição dos direitos civis dos negros. Surgiram sociedades secretas com a finalidade de exterminar o negro dos ciclos sociais como a *Ku Klux Klan*. Poucos libertos tiveram acesso à terra e muitos fugiram para o Norte. Após o término da *Guerra de Secessão*, teve início a corrida imperialista norte-americana.

Questões de Vestibulares

1. Uerj 2000. O mapa abaixo indica intervenções empreendidas pelos EUA na América Latina.



(AQUINO, R. de; LEMOS, N. de & LOPES, O. G. P. C. História das Sociedades Americanas. RJ: Eu e Você, 1997.).

Até o final da década de 20 deste século, estas ações dos EUA podem ser consideradas como resultado dos seguintes fatores:

- (A) aprofundamento na disputa entre interesses sulistas e nortistas – oposição à primazia do capital inglês
- (B) ênfase no expansionismo territorial – isolacionismo característico da política externa norte-americana
- (C) crença na missão civilizatória norte-americana – ampliação da

presença econômica na América Latina

(D) contradição entre as propostas da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto – existência de rivalidades imperialistas com a Europa

Capítulo 17. A industrialização no século XIX e as Unificações italiana e alemã

Apresentação – De certa forma, a industrialização define a era contemporânea, e o mundo em que vivemos atualmente é fortemente marcado por ela. Foi através da industrialização que o capitalismo adquiriu a sua plena expressão e as relações sociais se redefiniram pela forma como se estrutura o trabalho e a luta pela sobrevivência. Em consequência do avanço da industrialização se deram muitos eventos históricos, como a potencialização na disputa por novos mercados consumidores e fornecedores de matéria-prima, explicando processos históricos como a partilha da África ocorrida no século XIX, a Primeira Grande Guerra (1914-1918) e a consequente Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A industrialização no século XIX

A Segunda Revolução Industrial (ou Revolução Tecnológica) – Apesar do emprego do termo “revolução” na *Segunda Revolução Industrial*, não ocorreu mudanças na relação de produção entre industriais e trabalhadores que se manteve com mão-de-obra assalariada. Dessa forma, o termo “revolução” se aplica melhor ao significativo avanço nas inovações tecnológicas; a nova organização do capital; a diversificação geográfica da indústria, e a utilização de novas fontes de energia.



Inauguração do “Caminho-de-ferro” em 28 de Outubro de 1856, Portugal. Alfredo Roque Garneiro. Aquarela.

As ferrovias – A invenção da locomotiva e das estradas de ferro no início do século XIX trouxe uma grande mudança para o cenário industrial e para as relações económicas. Além de cooperar para acumulação de capital, em virtude do montante financeiro necessário à sua construção, as ferrovias aproximaram mercados distantes, fazendo “diminuir a distancia” entre eles, e dinamizaram a produção.

A nova organização do capital – A concentração dos capitais em poucas mãos é uma característica do capitalismo nesse período. Os bancos ganharam uma importância decisiva, visto que passaram a ser os grandes investidores nos empreendimentos vultosos, como a construção de ferrovias. A união entre o capital bancário e o capital industrial deu origem ao capital financeiro, com o qual os bancos detiveram a primazia económica sobre a indústria. Surgiram ainda os grandes complexos empresariais dominados pelo capital financeiro – ou capital monopolista – como os *trustes*, *cartéis*, *holdings*.

As Novas fontes de energia – Além do carvão e da força hidráulica (fontes de energia largamente utilizadas na *Primeira Revolução Industrial*), durante a *Segunda Revolução Industrial* foram descobertas novas fontes e novos usos da energia como a eletricidade e o petróleo. A força hidráulica, já conhecida, passou a ser utilizada de forma intensiva, como no caso das grandes hidrelétricas. Recém-descoberta, a eletricidade passou a ser utilizada em escala industrial, e o petróleo passou a ser largamente aplicado para a geração de força por combustão.

As novas tecnologias – A segunda metade do século XIX ficou conhecida como a época das inovações na indústria, do surgimento de novos ramos industriais e das invenções. Um bom exemplo disso são as novas formas de obter o aço, agora produzido em larga escala. Outro exemplo foi o aparecimento da indústria química e a fabricação de produtos sintéticos, dispensando o

uso de matérias-primas tradicionais como o anil, o açúcar de cana e a seda natural. Além dessas, destacaram-se outras invenções como o automóvel, a lâmpada, o dirigível e a máquina de escrever. A industrialização ganhou novo impulso através da dinamização do comércio, viabilizada pela renovação nos transportes, com o advento das ferrovias; dos navios mais velozes e da abertura dos grandes canais de Suez (1869) e Panamá (1915).

A expansão geográfica da indústria e as crises de superprodução

Os novos parques industriais - Se no início do século XIX, o único país industrializado do mundo era a Inglaterra, a partir de meados do mesmo século, outros Estados iriam desenvolver a sua produção industrial. Dessa forma, a Bélgica se industrializou a partir de 1830; a França a partir de 1860; a Alemanha no mesmo período e muito mais fortemente após a unificação (1871); os EUA, após a *Guerra de Secessão* (1865); a Rússia, no último quartel do século XIX; o Japão a partir da *Revolução Meiji* (1868), e a Itália (ainda de forma incipiente) assim como a Alemanha, também após a sua unificação (1870). Um dos fatores que impulsionou a criação de indústrias em algumas regiões da Europa continental foram as reformas napoleônicas e o *Bloqueio Continental*, que ao impedir o acesso desses países aos produtos ingleses acabou favorecendo o surgimento de pequenas indústrias que suprissem as necessidades dos mercados locais que não eram satisfeitos pela produção francesa.

O protecionismo - O fator decisivo para a industrialização desses países foi a atitude antiliberal do protecionismo econômico, adotado por eles. O protecionismo era a defesa da produção nacional ante os produtos importados (especialmente da Inglaterra) através de altas taxas de importação. Desse modo a ajuda do Estado instituindo políticas

protecionistas foi fundamental, na segunda metade do século XIX, para que todos os novos países recém-industrializados alavancassem sua indústria nacional. Em alguns países como a Prússia, o Estado não só instituiu altas taxas protecionistas como participou ativamente da industrialização, comprando produtos e também organizando um sistema educacional básico que melhorou educacionalmente a qualidade da mão-de-obra.

As crises de superprodução - Com o crescimento significativo da produção industrial, ocorreu uma saturação da oferta de produtos no mercado consumidor que, ao contrário do parque industrial mundial, não aumentou de tamanho. Assim sendo, em 1873, ocorreu a primeira grande crise de superprodução de mercadorias levando os países europeus industrializados a buscarem novos mercados em outros lugares do mundo, era o início do *Imperialismo*.

As Unificações italiana e alemã

Apresentação - As chamadas *unificações* italiana e alemã, apesar de suas particularidades, possuem alguns aspectos comuns. Nos dois casos ocorreu a dominação de uma região economicamente mais forte (no caso italiano por iniciativa da burguesia do norte), interessada em ter sob seu domínio outras regiões e mercados. Desta forma, foi o reino do Piemonte que unificou a Itália e, principalmente, foi a economicamente poderosa Prússia que conquistou os pequenos reinos alemães. Ambas as unificações se deram com o uso do discurso nacionalista, no qual as regiões 'ocupadas' apoiavam a unificação.

A unificação italiana - Encabeçada pelo reino da Sardenha-Piemonte, a unificação italiana foi possível, dentre outros fatores, graças à habilidade política de Camilo di Cavour, ministro do rei Vitor Emanuel II. Este processo de unificação foi considerado menos autoritário do que o caso alemão, pois em todas as regiões anexadas pelo Piemonte houve plebiscitos de

aceitação ou não da anexação. Os plebiscitos foram largamente favoráveis à unidade, visto que, nessas regiões já existia um forte discurso nacionalista que relacionada à unificação aos tempos do Império Romano. Paralelo a este processo, houve também lutas populares pela melhoria das condições de vida das populações mais pobres.

Os antecedentes - Até as primeiras décadas do século XIX, o que viria a ser o território da Itália unificada era uma área dividida em vários reinos. No Norte havia o reino livre Sardo-Piemontês e outros pequenos reinos subordinados ao Império austríaco. No centro, havia os reinos ligados a Igreja Católica e, no Sul, o reino das Duas Sicílias, de caráter francamente absolutista. Em 1830 e 1848 ocorreram duas revoluções nas quais o líder republicano Giuseppe Mazzini liderou um movimento pela unidade da Itália. Em ambas revoltas, a Áustria interveio sufocando o movimento. A partir de então o governo piemontês se deu conta de que a unificação só seria possível com a ajuda de uma potência estrangeira, uma vez que a Áustria detinha o domínio sobre os territórios italianos da Lombardia-Veneza, no norte do país e era o principal obstáculo à unificação.

As lutas de unificação - Em 1859, o reino do Piemonte se aliou à França contra a Áustria, anexando um território no norte e no centro do país e entregando uma parte do território do Piemonte para a França. Teve, assim, início o processo definitivo de unificação italiana. O republicano Giuseppe Garibaldi, líder dos *camisas vermelhas* iniciou uma marcha no Sul, em 1860 (conhecida como *Campanha de Garibaldi*), e com isso conquistou e extinguiu o Reino das Duas Sicílias, unindo o Sul ao território do Piemonte. Em 1866, com a guerra austro-prussiana, a Itália se aliou à Prússia e conquistou Veneza e, em 1870, invadiu Roma, então território da Igreja, concluindo o processo. O papa não aceitou a invasão e, protegido pelo monarca francês Napoleão III, estabeleceu-se a

Questão Romana, resolvida apenas em 1929 através da *Concordata de Latrão*, com a criação do Estado do Vaticano.

Os efeitos da Unificação - Apesar dos esforços, a unificação italiana não conseguiu prontamente viabilizar a pretendida identidade cultural entre o povo italiano. Além das diferenças de cunho histórico, lingüístico e cultural, a diferença do desenvolvimento econômico observado nas regiões Norte e Sul foi outro entrave na criação da Itália unificada, pois enquanto o Norte se industrializou, o Sul se manteve enfrentando sérios problemas econômicos, agravados pelas crises de fome, que acabariam levando parte da sua população a imigrar para a América e a formação das máfias.

A unificação alemã -

Diferentemente da Itália, a unificação alemã teve um caráter mais autoritário, feito 'feito de cima para baixo'. O reino da Prússia, sob o centralizador governo do primeiro-ministro Otto von Bismarck, articulou a política externa da unificação e forjou as guerras que permitiram a unidade do território alemão e deu origem a um forte e industrializado país.

As origens da unificação - No Congresso de Viena, em 1815, ficou decidida a criação da *Confederação Alemã*, formada pela Áustria, a Prússia e uma série de pequenos reinos que existiam na região do atual território alemão. A Prússia anexou ainda a rica região do Reno e começou uma disputa com a Áustria pela anexação dos pequenos reinos. O estado prussiano era centralizado e tinha um poderoso exército. Visando a unificação, esse reino articulou uma aliança entre a classe de proprietários rurais, os *junkers*, e a burguesia nacional, aliança esta que tinha por objetivo o desenvolvimento econômico do país, permitindo o desenvolvimento do capitalismo também nas áreas rurais.

O Zollverein e as ferrovias - Em 1834, a Prússia e os pequenos estados alemães fizeram um pacto

criando um mercado comum que eliminava as barreiras alfandegárias entre eles, excetuando-se a Áustria, era o *Zollverein* (literalmente acordo aduaneiro). Esse mercado seria consolidado com uma ampla rede de ferrovias ligando suas regiões, o que facilitou a integração econômica e a movimentação das tropas nas guerras de unificação.

As guerras

Guerra com a Dinamarca 1864 -

Sob a desculpa de que o Sul da Dinamarca continha uma população germânica, em 1864, a Prússia conseguiu o apoio da Áustria, ambas invadiram a Dinamarca e anexaram a região exigida dividindo o seu território entre elas.

Guerra contra a Áustria 1866 -

Alegando que a administração austríaca na região dinamarquesa ocupada era ineficiente, a Prússia declarou guerra à Áustria, tomou a região dinamarquesa e os reinos germânicos do Norte.

Guerra contra a França 1870 -

Como a França não permitia a anexação prussiana de reinos independentes da Confederação Germânica, a Prússia produziu outro argumento para fazer a guerra com aquele país, obtendo outra fácil e rápida vitória. Como resultado, a Prússia anexou os reinos ao Sul da Alemanha, até aquele momento sob influência do Estado francês, e as regiões francesas da Alsácia e a Lorena.

O resultado imediato da unificação -

Em 1871, a Alemanha foi totalmente unificada pela Prússia e Guilherme I foi proclamado Kaiser (imperador) do II Reich. A partir de 1880, o Estado alemão empreendeu uma nova expansão econômica, dando continuação a um processo extremamente rápido de industrialização, o mais rápido e voraz da Europa. Porém, a Alemanha não dispunha de uma marinha poderosa, e isso atrapalharia a sua expansão no Imperialismo, de outro lado, existia ainda o temor do revanchismo

francês, o que levou a Alemanha a fazer diversas alianças contra aquele país. A guerra franco-prussiana viria a ser uma das mais importantes causas da Primeira Guerra Mundial.

Questões de Vestibulares

1. UFRJ 2005 1ª fase.



GRAVURA: "O mundo do capital - a fábrica: Iron & Steel, em Barrow", in: HOBBSBAWM, Eric. A era do capital, 1848 - 1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, ilustração 71.

A industrialização desencadeou diversas mudanças econômicas e políticas na Europa de 1780 em diante.

- Identifique duas características da produção fabril no século XIX.
- No plano político, a industrialização contribuiu para o fortalecimento das idéias e práticas liberais. Cite duas características do liberalismo no século XIX.

2. UERJ 2008.

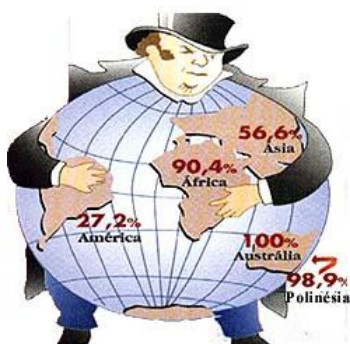


A União Europeia dá continuidade ao seu processo de ampliação. Com o ingresso da Bulgária e Romênia em 2007, o bloco passa a contar com 27 países-membros. www.dw-world.de

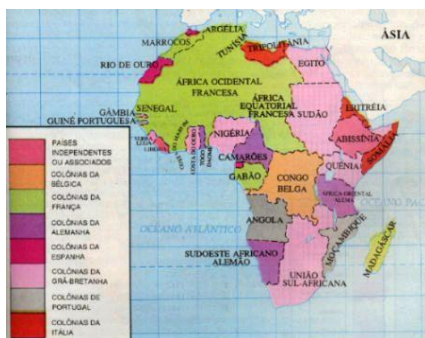
Vem de longe o esforço europeu para desenvolver estratégias que garantam a paz e o equilíbrio entre as nações que formam o continente. No século XIX, por exemplo, a tentativa realizada pelas nações participantes do Congresso de Viena (1814-1815) foi rompida com a unificação alemã, fruto da política empreendida por Bismarck.

Apresente dois objetivos do Congresso de Viena e um efeito da unificação alemã sobre as relações políticas europeias estabelecidas na época.

Capítulo 18. O Imperialismo na África e na Ásia



Apresentação - Impulsionado pela crise de superprodução de 1873, os países industrializados organizaram e puseram em prática uma nova política expansionista, o Imperialismo – ou neocolonialismo. Essa prática permitiu ao grande capital europeu buscar novos mercados consumidores, matérias-primas e escoadouros para o excesso de capital acumulado na Europa. Nessa nova política de expansão, aparece um novo elemento: desta vez a presença das grandes empresas superaria a dos governos na empresa neocolonial.



Mapa geopolítico da divisão da África.

O Imperialismo (1870-1914) – O *Imperialismo* foi a política de expansão de uma nação sobre outras(s) seja por meio da aquisição territorial, seja pela submissão econômica, política e cultural de outros Estados, que teve início a partir da *Segunda Revolução Industrial*. O *Imperialismo* pode também ser entendido como o movimento do grande capital

financeiro em busca de novos mercados na Ásia, na África e na América Latina. Os Estados e os grandes industriais europeus foram os principais encarregados desse movimento. Em busca principalmente de matéria-prima, mercado consumidor e mão-de-obra barata, a expansão imperialista não se deu de maneira uniforme, podendo a dominação econômica ser ou não acompanhada de ocupação político-militar do território dominado.

O Imperialismo na África

África anterior ao Imperialismo –

Na África anterior à incursão imperialista existia uma grande diversidade de povos e costumes. Apesar das áreas onde predominavam sistemas coloniais tradicionais como nas regiões litorâneas de Angola e da África do Sul ou na região mediterrânea, com a ocupação do já decadente Império Turco-otomano, a maior parte do continente africano ainda permanecia livre da dominação estrangeira, apresentando a sua lógica geopolítica e social própria.

A justificativa ideológica imperialista – Buscando legitimar a invasão e/ou a dominação exercida sobre esses povos, os países europeus elaboraram algumas teorias explicativas que justificassem a política imperialista. Dentre essas, as principais eram: a missão civilizatória dos europeus (“civilizados”) sobre os povos “bárbaros”; a legitimidade da divisão das riquezas materiais do mundo entre os povos; a necessidade de evangelizar os povos “bárbaros” na doutrina cristã (considerada a verdadeira religião) e, por último, a superioridade racial dos povos brancos sobre as raças negra e amarela.

A partilha da África – O processo de ocupação territorial, exploração econômica e domínio político do continente africano pelas potências européias teve início no século XV e se estendeu até a metade do século XX. A descoberta de diamantes na África do Sul e abertura do Canal de Suez, ambos em 1869, despertaram a

atenção das potências européias sobre a importância econômica e estratégica do continente. Rapidamente, os países europeus começaram a disputar os territórios africanos. Para concretizar a dominação, muitos países europeus fizeram uso de forças militares, em alguns casos, os próprios líderes africanos fizeram acordos com os estrangeiros para estabelecerem um controle e uma exploração conjunta da região. Grã-Bretanha, França, Portugal e Bélgica controlaram a maior parte do território africano, seguidos da Alemanha, que perdeu suas posses africanas após derrota na Primeira Guerra Mundial. Os europeus repartiram o território africano em mais de 50 Estados, cujas fronteiras foram demarcadas sem respeitar critérios étnicos e culturais fundamentais para evitar os futuros conflitos na região. Até o presente, as fronteiras africanas, em muitos casos, dividem uma única comunidade étnica em duas ou mais nações, ou ao contrário, reúnem num mesmo país diversas tribos rivais.

Os conflitos de interesses entre os europeus - Apesar das iniciativas como o *Congresso de Berlim* de 1885 (teve como objetivo regulamentar a ocupação da África pelas potências coloniais) os conflitos de interesses entre os colonizadores prevaleceu. Houve uma série de confrontos entre os países europeus sobre a dominação na África e a administração dos seus territórios. Alguns deles foram: as divergências entre a Inglaterra e a Alemanha sobre a pretendida construção pelos ingleses de uma ferrovia que ligaria o Egito à África do Sul, vetada pela Alemanha; entre a França e a Inglaterra sobre outra ferrovia pretendida desta vez pela França cortando todo o Saara, também impedida pela Inglaterra que dominava o Egito e o Sudão, ou ainda, novamente entre França e Inglaterra que brigavam pelo controle do Egito, do Sudão e do Canal de Suez.

O legado da dominação européia para os africanos - O legado da dominação européia foi devastador

para as populações, a economia e a cultura africanas. Executando o projeto de dominação imperialista, os colonizadores deslocaram muitas tribos de suas terras para dar lugar a construção de minas e ao estabelecimento das *plantations* exportadoras, nos quais os africanos trabalhavam muitas vezes em regime de trabalho compulsório. O cultivo de alimentos foi desorganizado, dando início aos sérios problemas de desabastecimento. Além disso, instituíram a cobrança de impostos em economias não-monetárias; disseminaram a crença de que os povos africanos eram inferiores em relação aos povos brancos e impuseram as línguas e a cultura europeias aos povos dominados, comprometendo a sobrevivência das culturas originais africanas. Foi implantado ainda, em muitas regiões, um elaborado sistema de discriminação racial dos negros, conhecido na África do Sul como *apartheid* que considerava os africanos seres humanos de segunda classe.

Resistências e revoltas africanas -

Em todo o continente, durante e depois da ocupação, explodiram revoltas e movimentos de resistência contra a invasão e as medidas colonizatórias. Houve revoltas à própria chegada dos europeus como a *Revolta Zulu* no Sul da África e outras rebeliões ocorridas depois da instalação dos europeus, como a sudanesa e a etíope, que conseguiram criar por determinados períodos países livres do jugo europeu.

O Imperialismo na Ásia - No final do século XIX a Ásia se mostrava com uma organização social mais complexa do que aquela da maior parte do continente africano, que vivia sob uma organização tribal. Assim como ocorrera na África, também na Ásia o *Imperialismo* significava a expansão dos grandes capitais do mercado europeu em busca de investimentos e retorno econômico. Diferentemente da dominação econômica na América Latina praticada na mesma época, o processo de dominação asiática foi acompanhado da intensiva ocupação

político-militar. Mais do que a África (que não tinha um expressivo mercado consumidor, mas muitas matérias-primas), a Ásia se tornou o grande alvo da expansão europeia, já que possuía um grande mercado consumidor e economias mais complexas do que as africanas.

A partilha da Ásia - As principais potências europeias que se encontravam na África participaram também da partilha da Ásia, como Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha. Mas outras potências também tomaram parte nesse processo, é o caso da Holanda (que desde o século XVII, dominava a Indonésia); do Japão (que iniciou, após a sua vitória na *Guerra Russo-japonesa*, de 1905, a sua expansão imperialista); dos EUA (que deram início a seu imperialismo em 1898), e ainda da Rússia, que já exercia uma dominação no território asiático não caracterizada como imperialista. O curso tomado pelo imperialismo ocidental na Ásia foi consideravelmente diferente e mais complexo do aquele praticado anteriormente na África. Na Ásia, alguns Estados europeus já possuíam possessões que datavam da época inicial da colonização, como Portugal, desde o século XVI, além de França, Holanda e Inglaterra desde os séculos XVII e XVIII. Assim como ocorrera na África, o imperialismo ocidental na Ásia também estimulou as rivalidades das grandes potências colonizadoras e produziu repetidas crises internacionais.

Na disputa pelo sudeste asiático encontravam-se França e a Inglaterra. Desde meados do XIX, os franceses tinham fundado a Indochina Francesa, ao mesmo tempo, os britânicos se expandiram para o leste da Índia e dominaram a Birmânia, Cingapura e organizaram na parte Sul do território, uma faixa de pequenos protetorados. No final do século XIX, a Tailândia era a única região a permanecer como Estado independente no sudeste asiático, apesar de ameaçada por franceses e ingleses. Nas fronteiras ao Norte e ao Ocidente da Índia, os conflitos eram

entre a Rússia e a Inglaterra.

O Japão - A entrada do Japão no grupo dos países imperialistas se deu através da própria pressão imperialista dos Estados Unidos e da Inglaterra. Inicialmente um país fechado, sob pressão dos Estados Unidos, que impuseram os *Acordos desiguais de Comércio*, o Japão (governado oficialmente por um imperador, mas na prática governado pelo *comandante das Forças Militares Japonesas*, o Xogun) foi obrigado a promover a abertura de alguns dos seus portos para os países ocidentais, causando, em 1868, a revolta que culminou com a *Restauração Meiji*, que restaurou os poderes do imperador. A *Era Meiji* foi responsável pelo fim do regime feudal no Japão e o início do seu processo de modernização. As reformas que visavam a ocidentalização japonesa incluíram uma reforma monetária, militar, o envio de japoneses aos centros de estudo do Ocidente e o incentivo à industrialização. Em 1895, o Japão saiu vencedor da Guerra Sino-japonesa (1894 e 1895) e em 1905, derrotou a Rússia na *Guerra Russo-japonesa* (1904-1905), conquistando a Coreia e a região Sul da Manchúria, na China, dando início à sua expansão imperialista.

O Imperialismo norte-americano - Desde o século XIX, os Estados Unidos mostraram interesse pela região do Pacífico. A partir de 1898, invadiram o Havaí e, após a vitória na guerra contra a Espanha, no mesmo ano, anexaram Guam e as Filipinas, passando a ter uma forte penetração na Ásia.

O Imperialismo russo - A presença russa no território asiático é bastante anterior a das outras nações europeias, desde o século XVI, os russos haviam ocupado uma grande extensão da Sibéria e, portanto, contava com mais facilidades para expandir suas fronteiras na Ásia. No entanto, a dominação russa na China, no Afeganistão, na Coreia e na Pérsia se diferenciava do imperialismo praticado pelas outras potências imperialistas. A Rússia ainda era um país pouco industrializado e não

dispunha de capitais para exportar para outras regiões, ao contrário, era ela própria um escoadouro dos capitais da Europa Ocidental, principalmente do capital francês.

A ocupação da Índia - A Índia foi a principal colônia inglesa na Ásia. A dominação inglesa nessa região foi fruto de um longo processo que se estendeu até meados do século XIX quando a coroa britânica assumiu o controle político sobre a Índia. Dentre outras ações, os colonizadores ingleses desorganizaram a produção agrícola indiana implantando as plantações de ópio para o comércio com a China.

O caso da China - Antes da chegada dos europeus, os chineses viviam sob a dinastia estrangeira Manchu. Desprezados pelo restante da China (que considerava sua cultura inferior o Sul do território chinês) Macau, Cantão e Hong Kong já eram tradicionalmente regiões mais abertas ao comércio ocidental. A abertura do restante do país se deu em consequência da derrota chinesa nas duas *Guerras do Ópio* contra a Inglaterra. A partir de então, muitos países ocidentais passaram a investir e a exportar produtos para a China. Apesar do avanço de várias potências imperialistas sobre a China, os Estados Unidos manifestaram o seu interesse em preservar a unidade territorial Chinesa. Os chineses organizaram várias revoltas e movimentos de resistência contra o domínio estrangeiro no país.

O Imperialismo na América Latina - Além da África e da Ásia, a presença imperialista se estendeu também em direção à América Latina, no entanto, a dominação imperialista nessa região não se fez pela ocupação militar, mas com a exportação de capitais, transformando as economias locais em dependentes das economias européias. Os países latino-americanos praticavam uma economia de produção de produtos primários para a exportação e importavam produtos industrializados e capitais europeus, principalmente sob a forma de empréstimos, construção de ferrovias e instalação de telégrafos.

O capitalismo monopolista - Essa nova fase da economia capitalista foi fortemente marcada pela concentração econômica da produção e do capital pelas grandes empresas ou associações empresariais. A livre iniciativa empresarial gerou uma intensificação da concorrência promovendo uma verdadeira guerra de preços. Nessa situação, as empresas mais competitivas eliminavam ou comprovavam empresas menores, formando os grandes conglomerados econômicos, concentrando enormes capitais e dominando alguns setores da produção. Dessa forma, surgiram os monopólios industriais que passaram a eliminar a concorrência e fixar preços em busca de um lucro cada vez maior.

Questões de Vestibulares

1. UFF 2003 1ª fase. O final do século XIX anunciou o início do avanço da cultura capitalista por todo o mundo, exatamente no momento em que, na esfera econômica, observavam-se o desemprego e uma crise de subconsumo. Assinale a opção que apresenta uma das características principais desse avanço.

(A) Exportação da crise social motivada pela grande oferta de emprego, favorecendo a presença dos valores europeus na África, Ásia e América Latina e modernizando a vida urbana.

(B) Penetração intensa dos valores europeus nas regiões da África, Ásia e América Latina, visível no desenvolvimento urbano dos principais mercados consumidores dessas áreas, que buscavam seguir o modelo de Paris – a mais famosa capital do século XIX.

(C) Decadência das políticas escravistas e do domínio oligárquico na África, Ásia e América Latina, abrindo caminho para a aculturação, com o apoio das elites empreendedoras dessas regiões e levando à modernização das cidades.

(D) Formulação de políticas

assistenciais para as regiões da África, Ásia e América Latina, implementando modos de vida europeus nas grandes cidades já dominadas por interesses americanos e transformando-as em centros dessas ações.

(E) Criação de instituições financeiras resultantes de associações monopolistas, que não concentravam seus lucros permitindo novos investimentos na África, Ásia e América Latina.

2. Puc 2005. Assinale a alternativa correta a respeito da expansão imperialista na Ásia e na África, na segunda metade do século XIX.

(A) Ela derivou da necessidade de substituir os mercados dos novos países americanos, uma vez que a constituição de Estados nacionais foi acompanhada de políticas protecionistas.

(B) Ela derivou da necessidade de substituir os mercados dos novos países americanos, uma vez que a constituição de Estados nacionais foi acompanhada de políticas protecionistas.

(C) Ela foi consequência direta da formação do Segundo Império alemão e da ampliação de suas rivalidades em relação ao governo da França.

(D) Ela atendeu, primordialmente, às necessidades da expansão demográfica em diversos países europeus, decorrente de políticas médicas preventivas e programas de saneamento básico.

(E) Ela viabilizou a integração econômica mundial, favorecendo a circulação de riquezas, tecnologia e conhecimentos entre povos e regiões envolvidos.

3. PUC 2009. "... A natureza distribuiu desigualmente no planeta os depósitos e a abundância de suas matérias-primas; enquanto localizou o gênero inventivo das raças brancas e a ciência da utilização das riquezas naturais nesta extremidade continental que é a Europa, concentrou os mais vastos depósitos dessas matérias-primas nas Áfricas, Ásias tropicais, Oceanias equatoriais,

para onde as necessidades de viver e de criar lançariam o clã dos países civilizados. Estas imensas extensões incultas, de onde poderiam ser tiradas tantas riquezas, deveriam ser deixadas virgens, abandonadas à ignorância ou à incapacidade? (...) A humanidade total deve poder usufruir da riqueza total espalhada pelo planeta. Esta riqueza é o tesouro da humanidade ..." (SARRAUT, A. *Grandeur et Servitude Coloniales*. Paris, 1931, pp.18 e 19).

O documento acima se refere à "Era do Imperialismo", ocorrida no final do século XIX e início do século XX, quando os países capitalistas conseguiram dominar a África e grande parte da Ásia. A partir do texto acima e de seus conhecimentos a respeito do assunto:

a) **INDIQUE** a idéia central que o documento apresenta como justificativa para o Imperialismo europeu.

b) **INDIQUE** uma característica comum ao imperialismo dos países europeus na África na Ásia e ao imperialismo inglês e norte-americano na América Latina, ao longo do século XIX.

Capítulo 19. A América Latina no século XIX e a Revolução Mexicana

A América Latina no século XIX

Apresentação – O século XIX foi um período turbulento na história da América latina. Contra a expectativa de muitos de seus habitantes, a independência não foi uma cura para todos os seus males, não trouxe um mundo de prosperidade e autodeterminação para os recém-criados países. As fronteiras ainda estavam sob disputa, e sem tardar vieram conflitos diversos, guerras entre países em formação e ainda invasões estrangeiras. A situação da economia da região era dramática, com a perda momentânea da produção e do comércio de exportação devido às guerras de independência.

Dependência econômica e guerras civis

Separações e guerras civis – Logo após as independências formaram-se grandes países na região como a Grã-Colômbia – que inclui o que hoje é o Panamá, a Colômbia e a Venezuela – e o México – que ia do Oregon, estado norte-americano, até a fronteira Norte da Grã-Colômbia. Esses grandes países não conseguiram sobreviver devido à falta de grupos internos poderosos que pudesse unificar todo o território. Além destes, outros países também enfrentaram guerras civis com desmembramento do seu território.

A dependência econômica – As economias coloniais da América Latina eram especializadas na produção para exportações e dependiam da produção europeia para conseguir os produtos manufaturados, já que poucas manufaturas existiam na América ibérica. Com as guerras de independência, essas produções para exportação se desorganizaram e, muitas vezes, suas exportações foram barradas pela marinha espanhola. Isso levou à pobreza dessas regiões e

à escassez dos manufaturados, inclusive os mais básicos. Somando-se a isto os séculos de colonização, nos quais a economia colonial foi gerenciada tendo por fim apenas os interesses da metrópole, e podemos tentar compreender a gravidade da crise que passavam estas novas nações no decorrer do século XIX.

As discussões políticas – Junto às crises econômicas e de legitimidade do novo Estado no território, vêm as crises políticas nacionais. Houve grande discussão sobre que tipo de estado seria formado, qual o seu caráter. Havia uma oposição básica entre conservadores e liberais em todos os países latino-americanos. Conservadores eram geralmente ligados à Igreja e defendiam um unitarismo e centralização. Enquanto isso, os liberais defendiam a autonomia local federalista. Ocorreram grande embates entre esses grupos e até guerras como no caso da Argentina em que as províncias se separaram de Buenos Aires por anos formando uma confederação.

O Caudilhismo – A situação política se agravava na medida em que na América espanhola, por exemplo, os esforços de um governo centralizado que visava unir a nação sob uma bandeira tinha que agir levando em conta os interesses dos *caudilhos*. Os *caudilhos* eram líderes locais possuidores de terra, que comandavam grande autoridade na região onde possuíam mais posses. De certa maneira se assemelham aos coronéis que estudamos na história política brasileira. Este regionalismo político que deriva do poder local dos *caudilhos* foi chamado de *caudilhismo*.

Guerras e a consolidação dos países latino-americanos

As guerras externas – Além dos conflitos e disputas internas desses países, ocorreram também guerras entre países latino-americanos como a

Guerra do Paraguai e as Guerras do Pacífico e ainda a guerra que opôs o México aos EUA, na medida em que este marchava em direção ao Pacífico. A partir de meados do século, os países latino-americanos começaram a se consolidar como países independentes através da exportação de um produto valioso para o mercado internacional.

A Guerra do Paraguai – Essa guerra opôs o Paraguai à Tríplice Aliança, formada por Argentina, Brasil e Uruguai. Foi a disputa pelo controle fluvial do rio do Prata, que era pretendido pelo Paraguai para escoar sua produção para o mercado internacional. Trouxe grande miséria para o Paraguai. A guerra recebeu motivação também da Inglaterra, que via com temor a maneira como o Paraguai parecia estar se tornando auto-suficiente, ou seja, independente da economia e dos produtos ingleses.

As guerras do Pacífico – As guerras do Pacífico opuseram o Chile à Bolívia e ao Peru com a luta pelo controle da região do Atacama. As duas guerras foram vencidas pelo Chile, que acabou anexando parte dos territórios dos dois países, a região do deserto do Atacama, muito rica em prata, guano e cobre. Com esse resultado, a Bolívia perdeu o seu acesso ao mar.

A Guerra Mexicano-americana – A região do Texas, que pertencia ao México, vinha sendo ocupada desde os anos 1820 por pecuaristas americanos ligados aos grandes produtores de algodão do Sul dos EUA. Esses pecuaristas usavam mão-de-obra escrava. O México tinha abolido a escravidão na época de sua emancipação. Para poder ter escravidão em seu território, os grandes pecuaristas criaram um movimento de independência do Texas, destacando-se do México em 1836. Em 1845, o Texas se anexa aos EUA, ensejando uma resposta brusca mexicana, que declara guerra aos EUA. Os mexicanos perdem a guerra e grande parte de seu território no Pacífico.

A consolidação das economias hispano-americanas

– As economias latino-americanas só se estabilizaram a partir da metade do século XIX com a venda maciça de produtos de exportação no mercado internacional. Cada país teve seus próprios produtos e exportação e, com isso, essas economias mantiveram sua dependência da economia européia oriunda do período colonial. Assim, Argentina e Uruguai se estabilizam economicamente com as exportações de produtos da pecuária, o Brasil com o café e o Chile com o guano.

Turbulências no México

Apresentação – Acontecida em 1910, a Revolução mexicana talvez seja a primeira grande revolução amplamente popular depois da Revolução Francesa. Foi uma revolução basicamente rural e camponesa, com poucos focos de lutas nas cidades. Apesar de todo o ambiente progressista, um grupo nada revolucionário que se dizia parte da revolução chegou ao poder e instaurou uma longa ditadura unipartidária que só teve fim em 2000.

O México pré-revolucionário

A dolorosa consolidação nacional

– Após ter encarado guerras civis, lutas regionais pela independência, guerra com os EUA e invasão francesa, o México, sem 2/3 do território original, consegue consolidar o seu estado e sua economia através da exportação de petróleo, metais preciosos e produtos tropicais.

Porfiriato (1876-1910) – Os golpes de estado e as ditaduras não eram novidade na história nacional mexicana, mas a ditadura de Porfírio Díaz foi a maior experimentada no país até então. Fruto de um golpe de estado de 1876, ela só terminou com a Revolução mexicana. Trata-se de um governo fortemente liberal, ligado aos capitais nacionais com vínculos

com o capital estrangeiro, sobretudo inglês. Há um incentivo à uma industrialização dependente dos capitais de exportação e de capitais estrangeiros, criando uma urbanização no país e também uma grande pobreza nas cidades. Ainda, o governo construiu algumas ferrovias ligando o país. As terras dos indígenas e da Igreja, terras coletivas, eram vendidas pelo governo para dar lugar a latifúndios exportadores, causando grandes danos sociais para a população rural, que diante disso se revoltaria.

O México ao fim do governo de Porfírio Díaz – O governo de Díaz fez a economia mexicana crescer de forma dependente e piorou muito a situação das classes pobres rurais do país. No Norte do país, havia grandes latifúndios pecuaristas, minas de metais, além de indústrias. As cidades, como a cidade do México, cresceram muito nesse período com operários que ganhavam muito mal e não tinham direitos trabalhistas. Havia ainda alguns intelectuais liberais e de esquerda nas cidades que eram críticos de Díaz. No Sul do país se encontravam as terras coletivas, que se transformavam em latifúndios para o capital exportador.

A Revolução Mexicana

Apresentação – Por ser uma ditadura há 35 anos no poder que oprimia a população pobre do país e também era criticada por uma parte da elite por se vincular excessivamente aos capitais ingleses, quando ela é derrubada, uma série de movimentos antes calados se mostram e reivindicam seus direitos. Por isso, a Revolução acontece em quatro frentes: no Norte rural, no Sul rural, nas cidades – principalmente a capital – e com os liberais radicais – mais tardios –, que triunfariam sobre todos os outros no final.

O golpe no México – Porfírio Díaz leva um golpe em 1910 do grande proprietário ligado aos capitalistas norte-americanos, Madero, que é

eleito presidente em 1911. Seguiu uma série de golpes de estado até chegarem ao poder os constitucionalistas, ligados a Villa e Zapata. Fez-se a constituição com Carranza eleito presidente em 1917. Carranza foi assassinado pelos liberais radicais, que empossaram Óbregon.

Sul – Em uma região indígena densamente povoada chamada Morelos, onde o *porfiriato* fora cruel com a instalação de grandes fazendas de cana-de-açúcar, inicia-se um movimento pela reforma agrária. Emiliano Zapata é eleito líder desses indigenistas e uma invasão de uma dessas comunidades por *hacenderos* – grandes fazendeiros – é vista como estopim para o início da luta revolucionária. O grupo segue marchando tomando as grandes propriedades e transformando-as em terras comunais dos indo-descendentes. Chegam em 1914 à cidade do México onde são saudados pela classe intelectual urbana.

Norte – A região de Chihuahua no Norte do país é terra de grandes pecuaristas. Vaqueiros desses proprietários criam um movimento para tomar as suas terras tendo como líder Pancho Villa. Eles confiscam as terras e dão ao Estado revolucionário, no caso os 'generais' de Villa. Esses generais depois serão contra o prosseguimento da luta, defendendo suas terras ganhas na Revolução.



Pancho Villa e Emiliano Zapata, ao(centro), mobilizaram um levante camponês no México. Foto, sem data, de autor desconhecido.

PRI – Surge um terceiro grupo 'revolucionário' no Noroeste do país, ligado às firmas norte-americanas,

são os liberais radicais. Eles tomam regiões exportadoras do país, conseguindo comprar armas no exterior com dinheiro das exportações. Vencem os exércitos de Villa e Zapata, matam os dois e tomam o poder. Fundam o Partido Revolucionário Institucional que se manterá no poder até o final dos anos 90.

Após a revolução – O PRI se diz herdeiro da Revolução mexicana, de Villa e de Zapata. Em alguns momentos do século XX, de maneira populista, toma posições progressistas, fazendo a reforma agrária e implantando um direito trabalhista, mas nunca permite participação popular e democrática no seu governo.

Questões de Vestibulares

1. PUC 2004. É bastante comum a comparação entre a Revolução Mexicana (1910) e a Revolução Russa (1917) porque ambas foram movimentos:

- A) liderados por operários e, ao seu final, implantaram regimes de caráter socialista e igualitário.
- B) que envolveram operários e camponeses, com nítido predomínio numérico destes, e originaram-se de problemas sociais.
- C) incentivados por países estrangeiros e, ao seu final, trouxeram forte dependência econômica externa dos dois países.
- D) que buscavam a derrubada da monarquia nos dois países e resultaram em regimes republicanos e ditatoriais.
- E) relacionados aos conflitos da Primeira Guerra Mundial e, ao seu final, desembocaram em fracasso das propostas renovadoras.

2. PUC Sobre os movimentos de independência ocorridos na América Hispânica nas primeiras décadas do século XIX, estão corretas as afirmações abaixo, **À EXCEÇÃO DE:**

- (A) A invasão napoleônica da Espanha

em 1808 e a deposição do rei Fernando VII resultaram no estabelecimento de Juntas de Governo locais, tanto na Espanha como na América.

(B) A liderança destes movimentos esteve nas mãos da elite crioula que, descontente com a política colonial adotada pelos Bourbons desde o final do século XIX, aliou-se aos *chapetones* nesta luta.

(C) O ano de 1810 pode ser considerado o ano do início da explosão revolucionária no continente americano, quando os primeiros movimentos de independência manifestaram-se com impressionante rapidez e sincronia.

(D) A volta de Fernando VII ao trono da Espanha, em 1814, mudou drasticamente a situação, uma vez que as autoridades régias na América, livres de quaisquer restrições constitucionais, perseguiram e sufocaram a maioria dos movimentos autonomistas.

(E) Concretizando o ímpeto revolucionário iniciado em 1810, toda a América Hispânica tornou-se independente até o final da década de 1830, com a exceção de Cuba, Filipinas e Porto Rico.

3. UFF-2003. O final do século XIX anunciou o início do avanço da cultura capitalista por todo o mundo, exatamente no momento em que, na esfera econômica, observavam-se o desemprego e uma crise de subconsumo.

Assinale a opção que apresenta uma das características principais desse avanço.

(A) Exportação da crise social motivada pela grande oferta de emprego, favorecendo a presença dos valores europeus na África, Ásia e América Latina e modernizando a vida urbana.

(B) Penetração intensa dos valores europeus nas regiões da África, Ásia e América Latina, visível no desenvolvimento urbano dos principais mercados consumidores dessas áreas, que buscavam seguir o modelo de Paris – a mais famosa

capital do século XIX.

(C) Decadência das políticas escravistas e do domínio oligárquico na África, Ásia e América Latina, abrindo caminho para a aculturação, com o apoio das elites empreendedoras dessas regiões e levando à modernização das cidades.

(D) Formulação de políticas assistenciais para as regiões da África, Ásia e América Latina, implementando modos de vida europeus nas grandes cidades já dominadas por interesses americanos e transformando-as em centros dessas ações.

(E) Criação de instituições financeiras resultantes de associações monopolistas, que não concentravam seus lucros permitindo novos investimentos na África, Ásia e América Latina.

b) explique o que era “pacto colonial” e apresente uma razão para a eclosão dos levantes anticoloniais daquele período.

4. UFF-2003 Múltiplas são as razões que explicam as diferenças dos processos históricos vividos na América do Sul e na América do Norte, durante os séculos XVIII e XIX. Enquanto no espaço latino-americano as tensões com as metrópoles levaram ao processo de independência, com o surgimento de várias repúblicas, na América do Norte, a emancipação caracterizou-se como algo que alguns autores identificam como exemplo de Revolução Burguesa.

Analise uma das razões que fez com que os processos de independência na América do Sul, nos territórios de ocupação colonial espanhola, tivessem como consequência a implantação de repúblicas.

5. UFF As revoluções burguesas atingiram as Américas por causa das formas de resistência à exploração das metrópoles européias. Boa parte dos valores revolucionários americanos decorreram das idéias e das práticas iluministas. A partir dessas referências:

a) indique um movimento no Brasil e outro na América do Norte que tenham sofrido a influência das Luzes;

Capítulo 20. A Primeira Guerra Mundial

Apresentação - A Primeira Guerra Mundial de 1914 a 1918 foi o maior conflito bélico vivido pelo mundo até então. Após 100 anos de relativa paz na Europa, essa guerra chegou a matar quase 20 milhões de pessoas. Esses números nunca antes vistos se devem, sobretudo, ao fato dessa guerra ser a primeira grande guerra entre sociedades industriais. O embate se deu majoritariamente na Europa, mas chegou a envolver todos os continentes do mundo.

Entendendo a Conjuntura política da Europa pré-guerra

A Inglaterra - Encontrava-se envolvida na consolidação do seu vasto império colonial, que em vista da crescente perda dos mercados europeus, se constituía o principal foco dos interesses econômicos ingleses. No final do século XIX, uma parte considerável das exportações britânicas era direcionada para o mercado colonial. Em virtude disso, a Inglaterra praticava a política do “Esplêndido Isolamento”, que significa um afastamento das principais questões diplomáticas européias. Contudo, no início do século XX, o temor em relação ao crescimento da Alemanha como nova potência industrial e militar, obrigou a Inglaterra a envolver-se mais diretamente nas questões políticas da Europa.

A Alemanha - Após a Unificação (1871), a Alemanha emergiu no cenário europeu como grande potência econômica e militar. Este fator contribuiu para a desarticulação do já tenso equilíbrio de forças, articulado no Congresso de Viena entre 1814-1815. Em 1879, a Alemanha assinou a “Dúplice Aliança” com o Império Austro-Húngaro; em seguida, em 1882, tirou proveito da decepção da Itália por ter perdido a disputa pela Tunísia, e articulou a “Tríplice Aliança”, entre Alemanha, Itália e o Império Austro-Húngaro. Outra preocupação alemã foi manter o

isolamento da França no contexto das relações européias, pois tinha consciência que a anexação à Alemanha da região da Alsácia-Lorena na Guerra contra a França (1870-1871), acarretaria o espírito de revanche entre os franceses. Concomitante a isso, enquanto a Alemanha aumentava o seu exército, chamava a atenção de russos e franceses que também passam a fortalecer seus quadros militares dando assim início a “corrida armamentista”.

A França - Os desdobramentos da Guerra Franco-prussiana, fez proliferar entre os franceses um forte sentimento de revanche. No início do século XX, o acirramento na disputa pelo norte da África, agrava ainda mais o sentimento anti-germânico entre os franceses. Em consequência de tais acontecimentos, a partir da década de 1890, a França iniciou a articulação de alianças de forte caráter anti-alemão. Em 1892, assinou a aliança militar com a Rússia, mantida em segredo até 1897; em 1904, o acordo anglo-francês, denominado *Entente Cordiale*, no qual a França abriu mão do Egito, este acordo foi de importância fundamental para que, posteriormente, o governo francês conseguisse impor um protetorado sobre Marrocos, acabando, assim, com as pretensões alemãs sobre essa região.

A Áustria-Hungria - Apesar de submetidos a um único imperador, essas duas regiões possuíam governos próprios que organizavam a convivência e as tensões originadas pelos conflitos de teor nacionalista de vários grupos étnicos (croatas, eslovacos, poloneses, tchecos, etc.), que gravitavam principalmente em torno das discriminações impostas pelas elites germânicas à população de origem eslava. Desde o início do século XIX, a política externa do Império Austro-Húngaro era voltada para a região dos Bálcãs. No entanto, essa orientação entrava em conflito com os interesses, tanto do Império Turco-Otomano, como da Rússia e da Sérvia. Em 1878, a Áustria-Hungria

adquire o direito de administrar a Bósnia-Herzegovina, que formalmente fazia parte do Império Turco-Otomano que se encontra em processo de esfacelamento. Posteriormente, em 1908, as tensões com a Sérvia e a Rússia também vão se acirrar, em virtude da definitiva anexação deste território ao Império Austro-Húngaro.

A Rússia - Desde o último quartel do século XIX, graças ao afluxo de capitais estrangeiros, principalmente, ingleses e franceses, o Império Russo consegue empreender um processo de industrialização e modernização da economia na parte mais ocidental de seu vasto território. No entanto, não se pode esquecer que a maior parte do Império continuava mantendo uma estrutura economicamente atrasada, fundamentada na agricultura. O novo quadro europeizante nos principais centros urbanos da Rússia contribuiu para a ocidentalização de suas elites, o que implicaria também em uma maior aproximação política da Rússia em relação aos países da Europa. O período entre 1890-1904 caracterizou um acirramento das tensões entre a Rússia e o Império Austro-Húngaro; a Rússia desejava dominar o Império Turco-Otomano, almejando uma saída para o Mediterrâneo, assim como controlar a região dos Balcãs. A emancipação da Bulgária, frente ao Império Russo, em 1886 - com apoio da Áustria - veio contribuir para que a nova orientação expansionista russa se voltasse para o Extremo Oriente. Outro choque de interesses se desenhava no que se refere as pretensões dos russos e japoneses (impulsionados pela "Revolução Meiji", de 1868, ao quadro das nações imperialistas) sobre a região da Manchúria chinesa. O agravamento deste conflito de interesses ocasionaria a Guerra Russo-japonesa (1904-1905), da qual a Rússia sairia derrotada, e o Japão como o primeiro país asiático a vencer uma potência "européia". A partir de 1905, a Rússia voltou-se novamente para a Península Balcânica incentivando a oposição à Áustria-Hungria na região. Para justificar esse expansionismo, difundiu o "pan-eslavismo", movimento político

segundo o qual a Rússia tinha o "direito" de defender e proteger as pequenas nações eslavas dos Balcãs.

O Império Turco-Otomano - Assim como a Áustria-Hungria, este Império também era composto por múltiplas etnias (albaneses, gregos, macedônicos, trácios, turcos, etc.) e, conseqüentemente, de vários movimentos nacionalistas e emancipacionistas, dentre eles, aqueles que acarretaram as Independências da Grécia, entre 1821 a 1830; da Romênia em 1856 e a criação da "Grande Bulgária", em 1878. No final do século XIX, o Império já se encontrava bastante fragmentado e os seus domínios restringiam-se às áreas contíguas à Turquia. Esse panorama favoreceu os interesses do Império Austro-Húngaro e dos russos sobre a região dos Balcãs. No período pré-guerra, conflitos de interesses ocasionaram as chamadas "crises balcânicas", o agravamento das mesmas contribuiu decisivamente para a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Para fixar

Dúplice Aliança - Alemanha e Império Austro-Húngaro, 1879;

Tríplice Aliança - membros da Dúplice Aliança e Itália, 1882, posteriormente, também agregará o Império Turco-Otomano e a Bulgária;

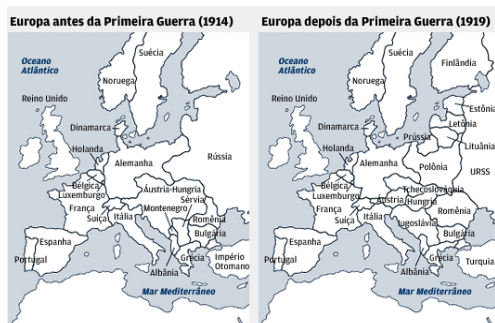
Aliança militar entre França e Rússia - 1892;

Entente Cordiale - França e Inglaterra, 1904;

Tríplice Entente - Entente *Cordiale* e Rússia, 1907, posteriormente, Sérvia, Japão, Bélgica, Itália (que abandona a Tríplice Aliança), Portugal, Romênia, Grécia, EUA e Brasil.

As origens da guerra - O fator decisivo para o desenrolar da Primeira Guerra foi o Imperialismo. A divisão do mundo nos grandes impérios coloniais existentes no período não dizia mais respeito ao real poder

econômico dos países industrializados em 1914. A produção industrial inglesa já tinha sido ultrapassada pelas economias alemã e norte-americana. Entretanto, Inglaterra e França tinham quase o total controle sobre os territórios colonizados na África e na Ásia, enquanto os dois países emergentes tinham poucos territórios no ultramar. Tal situação se constituía em um entrave para a expansão do capitalismo alemão e, em menor escala, do norte-americano. Esse fator foi decisivo para a eclosão da Primeira Guerra. Contudo, não se deve somente ao conflito de interesses entre Inglaterra e Alemanha as principais origens desta Guerra. Entre os países europeus, também existia uma série de disputas políticas por territórios e áreas de influência na Europa e nas áreas coloniais. Isso levará a Europa a se dividir em duas grandes alianças. Em 1914, com o assassinato do herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, tem início a Primeira Grande Guerra.



Fonte: Arquivo Nacional do Reino Unido.

A Guerra - Formam-se os principais blocos: a Itália se afasta da Tríplice Aliança e, posteriormente, se alia à Tríplice Entente. Assim, tem início a "guerra de movimento", com as duas frentes, ocidental e oriental. Na Frente Ocidental a Alemanha, principal potência da guerra, invade primeiro a França e depois a Rússia. Porém, os alemães ficam presos toda a guerra nas trincheiras lutando contra franceses e ingleses, tentando ofensivas que chegaram perto de Paris, mas nunca conseguiram avançar por muito tempo. Na Frente

Oriental, com a parte ocidental da guerra paralisada, os alemães invadem a Rússia e obtêm seguidas vitórias, em função de sua superioridade tecnológica. Em 1917, os bolcheviques - revolucionários socialistas russos - tomam o poder e assinam em 1918 um acordo de paz, o Tratado de *Brest-Litovsk*, em separado com a Alemanha, retirando a Rússia da guerra. Em 1917, Os EUA, neutros desde o início da guerra, resolvem entrar na mesma, pois a ameaça de uma derrota da Entente colocaria em risco os investimentos norte-americanos nesses países. Além disso, o governo americano temia a vitória e o conseqüente crescimento da hegemonia alemã na Europa. Sua participação foi decisiva para a vitória dos aliados contra o exército alemão, que segue na guerra sozinho no final do conflito. Ao fim da Guerra, segue-se a abdicação do imperador Guilherme II da Alemanha e a proclamação da República de Weimar, em 1918.

Os tratados de paz e o pós-guerra

- Ao término da Guerra, cada país europeu derrotado teve um tratado de paz específico, impondo as condições da rendição incondicional às potências centrais. Com o fim dos quatro grandes impérios, o russo, o alemão, o austro-húngaro e o Turco-Otomano, desenha-se também um novo mapa político da Europa. Todos os países derrotados tiveram seus territórios reduzidos, além das duras condições impostas pelos tratados de paz. Em 1918, o presidente americano Woodrow Wilson, apresentou a proposta que ficou conhecida como "Os 14 pontos de Wilson". Seus principais pontos são: autodeterminação dos povos, ou seja, direito de independência; a paz sem anexações territoriais ou indenizações; o fim dos acordos secretos e a criação da Liga das Nações. Esta proposta foi a base para a rendição alemã. No entanto, a proposta de Wilson não foi respeitada. Um dos principais tratados assinados no pós-guerra foi o Tratado de Versalhes, assinado em 1919. Neste a

Alemanha foi responsabilizada pela guerra, e, em virtude da forte pressão francesa (revanchismo francês originado pela Guerra Franco-prussiana), recebeu severas punições, foi obrigada a pesadas indenizações, perdas territoriais e de todas as colônias, ocupação militar provisória e restrição quase total à formação de um exército, marinha e aeronáutica. Este tratado, impossível de ser completamente cumprido, tem em si os principais motivos que levaram à Segunda Guerra Mundial, como já era previsto em 1918. Outra atitude dos países vencedores foi a política de isolamento dirigida à Rússia. Os antigos aliados promovem a formação do chamado "Cordão Sanitário", basicamente um "cordão" formado por pequenas repúblicas em volta do território soviético. Foi criada também a Liga das Nações, espécie de tribunal supranacional, que por muitos é considerada uma precursora da ONU. Não teve grande sucesso, principalmente, por não conseguir atingir o seu principal objetivo, evitar outros conflitos deste porte, assim sendo, foi desarticulada com a eclosão da Segunda Grande Guerra. O fim da Primeira Guerra Mundial, teve como grandes beneficiados os Estados Unidos, que saíram deste conflito como a grande potência em ascensão, tornando muitos países europeus dependentes do seu sistema financeiro.

Questões de Vestibulares

1. UERJ 2004.



(ARRUDA, José Jobson de A. Atlas histórico básico. São Paulo: Ática, 1995.)

No mapa acima assinalam-se transformações territoriais verificadas no continente europeu após a Primeira Guerra Mundial. Uma causa dessas transformações e um efeito da Primeira Guerra Mundial sobre as relações internacionais no período entreguerras, respectivamente, são:

- (A) formação de novos estados-nação – início da União Européia
- (B) enfraquecimento da Inglaterra – consolidação de regimes fascistas
- (C) recrudescimento de disputas imperialistas – explosão da revolução bolchevique
- (D) aplicação do princípio das nacionalidades – enfraquecimento político da Europa

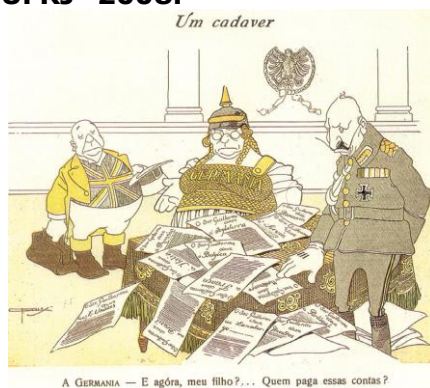
2.PUC 2007. *"Até aqui, era um fato elementar (...) que a Europa dominava o mundo com toda a superioridade de sua grande e antiga civilização. Sua influência e seu prestígio irradiavam, desde séculos, até as extremidades da terra (...) Quando se pensa nas conseqüências da Grande Guerra (1914 - 1918), que agora finda, pode-se perguntar se a estrela da Europa não perdeu seu brilho, e se o conflito do qual ela tanto padeceu não iniciou para ela uma crise vital que anunciava a decadência."*(Texto adaptado de A. Demangeon. *O declínio da Europa*, pp. 13-14)

Para os que viveram a Primeira Grande Guerra (1914 - 1918), tal conflito veio a representar o fim de uma época. Para alguns, iniciavam-se tempos sombrios e de decadência; para outros, era o alvorecer de mudanças há muito projetadas.

a) Identifique um acontecimento que expresse a idéia central do texto acima transcrito, **explicando-o**.

b) Na sociedade brasileira, durante os anos vinte do século passado, diferentes acontecimentos projetaram mudanças econômicas, políticas e culturais na ordem vigente. Identifique duas dessas manifestações.

3. UFRJ -2008.



A charge "Um cadáver", de J. Carlos, foi publicada em 1918. Nela, a Alemanha diz: "E agora, meu filho?... Quem paga essas contas?" (Cadáver: gíria da época para credor, cobrador).

Entre 1914 e 1918, o mundo esteve envolvido de forma direta ou indireta em sua Primeira Grande Guerra. O quadro pós-conflito foi definido pelos países vencedores – Inglaterra, França e EUA –, tendo sido a Alemanha considerada a principal responsável pelo conflito. Apresente duas determinações do Tratado de Versalhes (1919) que tiveram fortes repercussões para a economia alemã no pós-1ª Guerra. Inglês Alemanha Oficial alemão. LOREDANO, Cássio (org.). J. Carlos contra a guerra. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

Capítulo 21. A Revolução Russa e a Formação da União Soviética

Apresentação – No meio da Grande Guerra, estoura na Rússia a mais relevante revolução do século XX, que iria marcar profundamente esse século. Essa revolução comunista que teve início em 1917 se espalhou rapidamente para diversas partes do mundo, levando um terço da Humanidade a viver em países de governo socialista no início da década de 50, apenas trinta anos apenas depois da Revolução na Rússia. O temor do socialismo não só foi marcante na conhecida Guerra Fria, como também foi um importante motivador para a ascensão das direitas totalitárias que formariam o eixo na II Guerra Mundial.

A Rússia antes da Revolução

No cenário da Grande Depressão iniciada na década de 1870, da segunda revolução industrial e da expansão imperialista, a Rússia empreendeu um ambicioso plano de modernização. Aproveitando-se da disponibilidade de capitais ociosos na Europa, a Rússia se esforçou para demonstrar-se um investimento seguro para o capital estrangeiro, e atraiu iniciativas diversas de capital francês e inglês, especialmente.

Entretanto, apesar de um notável crescimento econômico industrial, a sociedade russa viu as mudanças ocorrerem de forma lenta. O país permaneceu majoritariamente agrário. A mão-de-obra era barata mas desqualificada, e as condições de trabalho eram péssimas.

A partir do início do século XX, se forma e se fortalece entre os russos movimentos de reforma e mudança social, apoiados em idéias socialistas. Além das péssimas condições sociais que motivaram a formação de diversos destes grupos, uma série de eventos jogou a opinião pública russa contra o regime do czar Nicolau II, como a guerra com o Japão e o evento conhecido como *Domingo Sangrento* – um massacre promovido

por tropas do estado sobre trabalhadores de São Petersburgo que marchavam nas ruas pedindo melhores condições de trabalho. Seriam as ações destes grupos políticos responsáveis pelos primeiros grandes abalos da ordem czarista do século.

Sendo um império autocrático, o império russo era o último bastião do absolutismo no planeta, o único império que ainda era governado por um rei de poderes extensos que não precisava partilhar seu poder com um tipo de parlamento ou limitar suas escolhas devido a restrições impostas por uma constituição. Em contestação a esta ordem política, formaram-se movimentos dos mais diversos; havia os constitucionalistas, os social-democratas, os socialistas revolucionários, os anarquistas, entre outros. Todos estes tinham idéias divergentes acerca do rumo que deveria tomar o império russo. Entretanto, todos tinham um inimigo comum – a autocracia. Mesmo os mais conservadores entre estes contestadores, os que admitiam que o czar permanecesse no poder, exigiam que este tivesse poderes mais limitados, pela redação de uma constituição e pelo estabelecimento de um parlamento (Duma, em russo). Nos primeiros anos do século XX o partido social-democrata teria um ferrenho debate interno. Sendo um partido que seguia a doutrina marxista, seus membros acabaram por discutir por interpretar tal doutrina de forma diferente.

Marx, em seus escritos, afirmava que o capitalismo era um sistema fadado ao fracasso porque era condenado a sofrer de *crises cíclicas de produção*, como a própria Grande Depressão. Diante de tais crises, os segmentos mais explorados inevitavelmente se revoltariam contra seus exploradores, de modo a impor uma ordem em que tais amarguras não acontecessem.

O motivo de divergência era: Uma parte do partido acreditava que, de acordo com Marx, a revolução socialista só deveria ocorrer em um país onde o capitalismo fosse desenvolvido, pois a partir daí ele

haveria naturalmente se desgastado e poderia dar lugar ao socialismo. Se a revolução fosse feita antes da hora, os explorados ainda não teriam sido explorados ao ponto de se proporem a viver em uma sociedade igualitária, mas sim passariam a tentar explorar os outros também. Esta era a interpretação dos *mencheviques* (palavra que deriva de Menshinstvo, que quer dizer minoria em russo). Já os *bolcheviques* (Bolshinstvo, maioria) afirmavam que a revolução deveria ser realizada em qualquer momento que o capitalismo demonstrasse fraqueza. Afinal, derrubando a ordem, os revolucionários poderiam prosseguir em direção ao comunismo, guiando a população enquanto o fazem.

A Guerra Russo-Japonesa – Em pleno crescimento econômico e diante de um cenário de expansão imperialista dos países europeus, o império russo também optou por expandir-se. Se os europeus tinham que disputar cada pedaço de terra da África, as extensas fronteiras asiáticas russas permitiam ao império muitas opções de expansão sobre muitas nações fracas.

No entanto, as pretensões expansionistas russas encontraram um concorrente, o Japão. O Japão, que também tinha iniciado um veloz processo de modernização na segunda metade do século XIX, tinha pretensões expansionistas no oceano pacífico (as quais concorriam com as pretensões americanas) e na Ásia continental, em especial na região chinesa da Manchúria (a qual concorreu com as pretensões russas). Inicialmente, a Rússia tentou impor sua vontade sobre os japoneses. Era um país enormemente maior que o Japão, e reconhecidamente uma potência européia. Entretanto, a modernização militar japonesa se mostrou eficiente e, a despeito de seus esforços, os russos não pareciam capazes de vencer os japoneses, especialmente no mar.

Sucessivas derrotas ante os japoneses trouxeram humilhação nacional aos russos, que não acreditavam que sua

gloriosa nação era incapaz de derrotar os nipônicos. Além disso, a guerra trazia baixas, e diversas famílias perderam membros que antes a integravam, membros estes que antes da guerra trabalhavam e produziam. Os gastos com a guerra e os custos que ela impunha dificultam a vida dos russos, que passam a protestar e a pedir por paz. Em 1904, chega-se a um acordo, no qual se reconhece informalmente a Rússia como a grande derrotada da guerra, tendo que oferecer benefícios aos japoneses para conseguir que tal acordo seja finalizado.

O Domingo Sangrento – No início do século passado, o sindicalismo começava a se desenvolver entre os russos. Em fevereiro de 1905, trabalhadores de uma grande indústria situada nos arredores de São Petersburgo, lideradas pelo padre Georgi Gapon, decide fazer uma marcha pacífica ao palácio imperial com o intuito de reivindicar melhores condições de trabalho.

Entoando canções de louvor ao czar, chamando-o de *batiuchka* (paizinho), a marcha segue calmamente pelas ruas até o palácio, onde esperava que seus pedidos fossem ouvidos. O czar, entretanto, não estava lá. Por motivos que ainda hoje são discutidos, a guarnição militar do palácio abruptamente abriu fogo contra os manifestantes, matando vários. A pacífica manifestação de Gapon foi violentamente suprimida. Para muitos, o domingo sangrento – como este evento acabou sendo denominado – foi o princípio do fim do czarismo russo.

Nas mais diversas regiões do império grandes segmentos sociais estavam descontentes. Depois de chegada a notícia de tal evento, levantes começaram a ser realizados em diversas regiões, em protesto à ordem autocrática do czar. Na medida em que se espalhavam, tais levantes encorajavam mais levantes, já que grupos de contestação se aproveitavam da fraqueza do governo para instigar mais revolta. Todo o ano de 1905 foi repleto de demonstrações

de insatisfação e violenta repressão, até outubro. Neste mês, o czar assinou o manifesto de outubro, no qual concedia ao povo que formaria uma Duma e realizaria uma Assembléia para que uma constituição fosse redigida. Era o fim do czarismo absoluto e o início de um czarismo constitucional – ao menos era isso que o manifesto dizia...

A Primeira Guerra e a Revolução de Fevereiro

– Em seguida aos conflitos de 1905, o governo russo tentou conciliar a manutenção de poderes concentrados na mão do czar com a promoção de políticas bem vistas pelo público. Investindo em políticas populares, os ministros do czar adiavam indefinidamente a convocação da assembléia constituinte. As Dumas, que eram compostas por meio de votos da população, foi fechada três vezes pelo czar graças a quantidade de membros da oposição que foram eleitos. Para os descontentes, apesar da aparente mudança, as coisas continuavam as mesmas, e novamente movimentos de contestação começam a atacar verbalmente a instituição czarista. O império, entretanto, passava por um bom momento econômico e social, e os movimentos de oposição não conseguiam o apoio popular necessário para poderem de fato ameaçar o czar.



Retrato do Czar Nicolau II (1868-1918) feita por A. A. Pasetti, em São Petersburgo, Rússia, em 1898.

Em 1914, entretanto, a Rússia se viu inserida em um conflito de proporções imensas e de longa duração: a Primeira Guerra.

Como vimos, este conflito ensejou pesadas perdas para todas as nações envolvidas, e a Rússia não foi uma exceção. O desenvolvimento que experimentou nos anos anteriores agora dava lugar a uma recessão agravada por imensas perdas derivadas da guerra. O descontentamento popular criticava a permanência russa na guerra cada vez mais.

Diante do descontentamento popular, a política russa recorre à sua tradicional tática: repressão armada. Os grupos de oposição instigavam greves e protestos em diversas localidades do império. Enfim, em 1917, os próprios soldados da capital decidiram não acatar as ordens de atirar contra a população, juntando-se à ela contra o governo. Sem os militares, o governo não pôde evitar que os opositores conquistassem os prédios públicos e instaurassem um novo governo. Este seria conhecido como o *governo provisório*, e duraria oito meses apenas. O objetivo do governo provisório era o de liderar o império até que uma constituição fosse redigida e eleições legítimas pudessem acontecer. No governo, predominavam membros do movimento liberal, liderados por Kerensky

No entanto, a formação de outro tipo de organização no mesmo momento acabaria por comprometer as capacidades de liderança do novo governo: os *soviets*. Soviet, em russo, significa "conselho". Eram os chamados conselhos dos trabalhadores, órgãos criados pelos partidos socialistas que tinham por objetivo organizar os trabalhadores e lutar por seus interesses. Com a queda do czar e a confusão política que seguiu, a política russa se viu dividida entre dois órgãos, que muitas vezes pensavam de forma divergente ou mesmo contraditória no que diz respeito ao que fazer com a nação russa.

A Revolução Socialista

A ascensão dos bolcheviques e a revolução de outubro de 1917 –

Chegando ao poder como líderes da oposição por gozar de maior apoio popular, os liberais tomam talvez a medida mais impopular que poderiam: a manutenção da Rússia na guerra. Sendo aliada de países como Inglaterra e França, a Rússia, para assinar uma paz em separado com a Alemanha, teria que violar tais alianças e, em decorrência, receber sanções e sofrer a ira de seus ex-aliados, dos quais a Rússia era bem dependente – visto, por exemplo, a quantidade de capitais franceses e ingleses que operavam dentro do império.

Os mencheviques, por sua vez, apoiaram os liberais e participaram do governo provisório ativamente, pois acreditavam que, antes de iniciar a marcha para o socialismo, a Rússia precisava desenvolver-se economicamente dentro do capitalismo (como vimos acima).

Os bolcheviques, por sua vez, tomaram uma posição radicalmente diferente. Para eles, a guerra entre nações não fazia sentido, já que na verdade o que estava ocorrendo era explorados lutando com explorados, enquanto os exploradores relaxavam em suas luxuosas casas. Defendiam, portanto, o fim imediato das hostilidades e o estabelecimento de um governo liderado pelos explorados, para que se tentasse construir uma realidade nova, onde tal exploração não existisse.

Se ao tomarem poder os opositores foram vistos como possíveis salvadores da Rússia, com o passar dos meses eles passaram a ser vistos com descrédito por uma população que não via nada melhorar. Para isso contribuíam os bolcheviques, que constantemente discursavam e agitavam a população, dizendo que a guerra não era do interesse dos russos, mas do capitalismo imperialista internacional, e que os russos estavam sendo usados como nada mais do que “buchas de canhão”.

Manifestações bolcheviques ocorrem em abril, quando Lenin lança suas famosas *teses de abril*, nas quais defendia que os bolcheviques, se fossem os líderes do império, lutariam por *pão, guerra e paz*. Em julho, os bolcheviques tentam um golpe contra o governo liberal, mas fracassam. Lenin foge da Rússia, e tenta organizar seus correligionários do exterior.

Com o tempo o apelo bolchevique entre as massas aumenta. Em outubro Lenin retorna à Rússia e, vendo a fraqueza do governo liberal, instiga seus companheiros a desferir um golpe de misericórdia. Em fins de outubro membros bolcheviques atacam e conquistam pontos estratégicos da capital Petrogrado (São Petersburgo foi renomeada Petrogrado após o início da guerra). Com o apoio de segmentos do exército, tomam o poder e passam a ocupar o governo na capital. Restaria agora fazer com que suas ordens da capital fossem ouvidas nas demais regiões do império.

A Saída da Guerra e a Guerra Civil

– Como haviam dito, tendo chegado ao poder, os bolcheviques trataram de iniciar conversas de paz com os alemães. Para conseguir paz imediatamente, os bolcheviques tiveram que aceitar fazer diversas concessões aos alemães, o que não os incomodava, já que, para eles, depois que a revolução comunista se espalhasse pelo mundo, as demarcações nacionais seriam inúteis e obsoletas. Enfim, em 1918 se ratifica o chamado tratado de Brest-Litovsk, que remove a Rússia soviética da guerra.

Tendo conquistado o poder na capital, os bolcheviques precisavam agora espalhar o credo socialista pelo império russo, o que não seria uma tarefa fácil. Foi formado o exército vermelho, como foi chamado o exército bolchevique, que teria como seu comandante máximo Lev Trotsky, Comissário da Guerra. Nos anos subseqüentes, a ditadura do proletariado instituída pelos bolcheviques teria como principal

prioridade impor, por via da força, da propaganda ou da diplomacia, o modelo socialista a todas as extensões russas, bem como instigar a revolução nas demais localidades do globo. Este seria o período do chamado *comunismo de guerra*, no qual os russos passariam por uma longa guerra civil que duraria quatro anos.

Havia na Rússia obviamente aqueles que não concordavam com os bolcheviques. Dentre estes, houve tentativas de formação de exércitos de oposição que tinham por objetivo reconquistar o poder aos liberais e restaurar o governo aos moldes do governo provisório. Eram os chamados exércitos brancos, apoiados especialmente por França e Inglaterra.

Inicialmente, França e Inglaterra apóiam os brancos principalmente por crerem que, se os bolcheviques fossem removidos do poder, talvez a Rússia voltasse a guerrear com a Alemanha, que sem ter que se preocupar com a Rússia podia voltar todas as suas atenções à França. Após a guerra, o motivo principal é outro: Quando os bolcheviques chegaram ao poder, eles nacionalizaram todas as empresas em seu território. Portanto, todo o capital francês e inglês em território russo, bem como toda a propriedade privada, foi expropriada, ou confiscada, pelo estado, o que agravou mais ainda a crise em que se encontravam os países que lutaram na longa Primeira Guerra.

Através da força militar, o exército vermelho esmagou os seus opositores e prestou auxílio a bolcheviques de povos vizinhos para que estes empreendessem a revolução e se unissem aos russos. Formam-se, a partir destas revoluções, as Repúblicas Socialistas Federadas Soviéticas, que em 1923 se unem sob o nome União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A Revolução Mundial – Para Lenin, o primeiro líder soviético e o principal membro do grupo bolchevique, a revolução na Rússia só faria sentido se fosse apenas a primeira de muitas

outras. Deveria ser um evento de incentivo para revoluções nos demais países, um catalisador da revolução mundial.

Dessa maneira, decide criar um órgão soviético que tinha como principal prerrogativa trabalhar sem cessar no esforço de empreender a revolução nos demais países, especialmente na Europa. Era o *Komintern*, ou Internacional Comunista. Através do Komintern, a URSS reunia membros de partidos comunistas de diversos locais do mundo e financiava suas atividades, de modo a ajudá-los a empreender a revolução em seus países. Outro objetivo do Komintern era assegurar que os partidos comunistas seguissem o modelo bolchevique, pois apenas cumprindo os pré-requisitos impostos pelos soviéticos os partidos comunistas poderiam participar do grupo e receber financiamento.

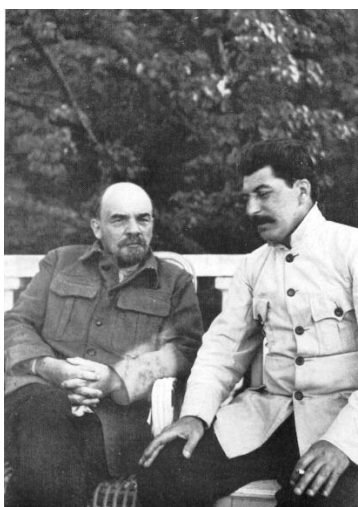
A NEP – Enfim, em 1921, o período chamado de Comunismo de Guerra parecia ter chegado ao fim, e o socialismo parecia consolidado no território russo. Entretanto, este processo custou muito: os russos estavam em guerra desde 1914, e sua economia, que antes já era frágil, encontrava-se em péssimo estado. A NEP nada mais foi do que o curso de ação desenvolvido por Lenin para lidar com esta situação. O próprio Lenin disse: “Às vezes, é necessário dar-se um passo para trás para que se possa dar dois para frente”. Ele se referia à NEP. A NEP (Nova Política Econômica) nada mais era do que um capitalismo restrito e controlado pelo estado. A política permitia a relação capitalista dentro da URSS de modo a reaquecer a economia soviética e fazê-la se recuperar mais rapidamente. Tendo alcançado tal recuperação, a política seria abandonada e o caminho para o comunismo seria reiniciado a todo vapor.

A Morte de Lenin e a Ascensão de Stalin – Na década de 1920, a saúde de Lenin piora drasticamente. Entre 1921 e 1924 ele sofre uma série de derrames, que cada vez mais o

incapacitam de manter-se como governante do país, até sua morte em 1924. O grande herói da revolução morrera, e agora restava a dúvida: quem poderia substituí-lo?

Entre os comunistas, as duas escolhas mais claras seriam Trotsky e Stalin. Trotsky seria a escolha mais clara, pois fora, assim como Lenin, uma importante figura no processo revolucionário bolchevique, e partilhava muito dos pensamentos de Lenin. Stalin, entretanto, era um inteligente político, e sua ascensão na política soviética, apesar de não lhe dar fama à população, lhe dera as ferramentas para vencer Trotsky dentro da política soviética.

Tanto Stalin quanto Trotsky eram homens de confiança de Lenin. O cargo que Stalin ocupava dentro do governo soviético era um de menor prestígio do que o de Trotsky, mas que lhe conferia maior poder dentro da estrutura política soviética: era o comissário das nacionalidades, enquanto Trotsky era comissário da guerra. Em um país com tantas etnias como era a URSS, cabia a Stalin administrar e supervisionar o andamento da política em todos os cantos da URSS. Isso lhe permitiu uma rede de aliados e influência notáveis. Quando chegou a hora de se apontar o sucessor de Lenin – decisão que não era tomada pelo povo por voto, mas pelos membros do alto escalão do partido comunista – Stalin foi escolhido.



Lênin (à esquerda) e Stalin. Fotografia e data desconhecidos

A URSS sob Stalin (1924-1953) –

Stalin via a revolução de modo diferente do que Trotsky e Lenin. Estes dois acreditavam na *Revolução Permanente*, ou seja, que os esforços para empreender a revolução não deveriam parar até que o mundo inteiro fosse socialista. Portanto, se a revolução foi bem-sucedida na Rússia, esta devia ajudar os que queriam levá-la a outros países, e assim sucessivamente.

Para Stalin, isto era enganoso. A URSS não era um país rico, e o mundo era grande demais para que os incentivos soviéticos fizessem alguma diferença significativa. Ao invés disso, Stalin pretendia estimular por exemplo: se os recursos soviéticos fossem investidos na construção de uma grande e próspera ordem socialista soviética, outros países veriam os benefícios do socialismo e se revoltariam contra seus opressores para desenvolver uma ordem semelhante. Esta visão de Stalin foi chamada de *Revolução em um só país*.

O Stalinismo – Se o destino da revolução repousava no exemplo que a URSS transmitia para o mundo, era necessário que Stalin se esforçasse para transmitir o melhor exemplo possível. Além disso, Stalin dizia que nunca o socialismo deixaria de ser visto pelos capitalistas como um inimigo, e que apenas ainda não foram atacados pelos mesmos porque estes ainda estão enfraquecidos com as crises do pós-guerra. Para garantir que o projeto soviético não se desviaria de seu caminho, o plano de Stalin era controlar e gerir todo o desenvolvimento soviético. A sua política foi conjuntamente denominada de stalinismo. Vejamos alguns de seus aspectos.

Para que o desenvolvimento soviético fosse o melhor possível, era necessário que o país não se perdesse em questões burocráticas que poderiam atrasar a realização de ações importantes. Aceleraria o processo, portanto, se a política soviética fosse hegemonicamente composta por pessoas que

compartilhassem as visões de Stalin. Através da chamada *Nomenklatura* (uma lista que dizia quem ocuparia qual posição), Stalin retira do poder os políticos que se opunham a ele e os substitui por membros mais próximos. Com o mesmo fim, centraliza o poder em sua pessoa cada vez mais, diminuindo a capacidade de interferência de quaisquer possíveis opositores.

Para evitar que a população perdesse de vista seus interesses e sucumbisse às tentações da propaganda capitalista, Stalin também caracteristicamente recorreu à repressão para lidar com os agentes do capital que tentavam subverter a ordem. Utilizando-se da GPU (a polícia secreta soviética, que se tornaria a conhecida posteriormente como KGB), centenas de milhares de soviéticos foram presos e exilados por serem suspeitos de atividades contra-revolucionárias. Estas práticas centralizadoras e repressivas caracterizaram politicamente o Stalinismo.

Economicamente, Stalin optou por guiar o desenvolvimento soviético através de um planejamento rígido e específico. Em 1927 terminou a NEP, julgando que ela havia cumprido seus objetivos. Através dos chamados *planos quinquenais*, o governante esperava alcançar fins determinados através de um cuidadoso planejamento para a melhor distribuição possível dos recursos soviéticos. A partir deste momento, empreende também uma drástica reforma no campo soviético, chamada de *coletivização*. Através desta grande reforma, as terras passaram a ser cultivadas coletivamente pelos camponeses.

Com o passar dos anos, Stalin se consolida como poder incontestável soviético. Tendo muitos aliados políticos e muita propaganda, seu nível de aceitação popular é altíssimo, a despeito dos abusos da GPU e das violências do regime. Após a Segunda Guerra, Stalin seria não apenas incontestável, mas inigualável. Assumiria proporções de salvador do povo, assim como Lenin. Em 1953,

quando morreu, levantaria novamente a questão: quem poderia substituí-lo? Depois de 29 anos, os soviéticos teriam um novo líder.

O Governo de Krushchev (1953-1964)

– Após a morte de Stalin, a liderança soviética seria levada a cabo conjuntamente por três políticos: Molotov, Krushchev e Malenkov. Depois de manobras políticas, Krushchev conseguiria, em 1956, afastar seus colegas e se firmar como único governante soviético.

A principal característica do governo de Krushchev foi a virada brusca que promoveu na política soviética. Denunciou os crimes de Stalin e se propôs a empreender uma política em moldes diferentes, menos centralizada e mais flexível. Foi uma ação denominada de *desestalinização* da política soviética.

Entretanto, estamos falando de um mundo em guerra fria. A URSS, apesar de ser o mais importante representante do bloco comunista, ainda assim fazia parte de um bloco. Nos demais países, predominavam no governo políticos que seguiam os critérios stalinistas, e que não gostaram nem um pouco da postura do novo líder soviético. Os opositores destes stalinistas, por sua vez, aproveitaram o cenário favorável criado por Krushchev para contestarem os stalinistas. Durante este governo, embates político ocorreram em diversas localidades soviéticas, como Hungria e Polônia.

Foi também durante o governo de Krushchev que transcorreu a famosa crise dos mísseis de Cuba. Este conflito é melhor tratado mais adiante, mas aqui vale ressaltar a maneira como o mesmo influiu na vida política de Krushchev: com exceção de Gorbachev, que só deixou de ser o líder soviético porque a URSS deixou de existir, Krushchev foi o único líder soviético a não morrer no cargo. Ao invés disso, foi afastado pouco depois da resolução da crise, que foi vista internacionalmente como a primeira grande derrota soviética em um confronto direto entre as duas potências.

O Governo de Brezhnev (1964-1982) – Após a deposição de Krushchev, os políticos soviéticos desejavam no poder um líder conservador, menos reformador do que Krushchev, sobre quem recaiu boa parte da responsabilidade pelo fracasso em Cuba. Tal homem seria Leonid Brezhnev. Depois do risco de uma guerra nuclear com os EUA, a postura internacional de Brezhnev seria radicalmente diferente da de seus antecessores. Os capitalistas ainda eram os inimigos, mas as constantes fricções não era um risco que Brezhnev desejava correr, e as constantes querelas internacionais nas quais URSS e EUA se metiam – Coréia, Vietnã etc. – drenavam recursos soviéticos que poderiam ser aplicados de forma mais produtiva. Encontrando na política americana um desejo semelhante, o período de Brezhnev foi conhecido como a *détente*, ou distensão, caracterizado pelo relaxamento das relações e tensões entre as duas grandes potências. Brezhnev morre em 1982.

O Governo de Andropov (1982-1984) – Os resultados alcançados por Brezhnev eram satisfatórios para os políticos soviéticos, que preferiram um representante da velha guarda conservadora do partido para manter esta linha de governo. A velha guarda do partido, entretanto, à essa altura já era de fato bem velha. Andropov, antigo chefe da KGB, torna-se com 68 anos o líder da URSS. Durante seu curto governo, tenta combater a corrupção que assolava o poder público soviético, mas faleceu antes que pudesse esperar alcançar qualquer resultado efetivo, em 1984.

O Governo de Chernenko (1984-1985) – Após a morte de Andropov, entra no poder Chernenko, com 73 anos. Seu principal concorrente era Gorbachev, visto por muitos como um político que traria mudanças que não eram agradáveis aos membros mais importantes da política soviética.

O Governo de Gorbachev e o fim

da URSS (1985-1991) – Com a *détente* de Brezhnev e a flexibilização das relações entre a URSS e o mundo, cada vez se torna mais aparente aos soviéticos que a qualidade de vida dos homens vistos como seus inimigos parecia superior a deles, e que todo o esforço deles e de seus pais e avós parecia estar sendo mal aproveitado. A política soviética, no entanto, evitou permitir que a URSS fosse liderada por um reformador, temendo que mudanças levassem à perda dos privilégios que haviam conquistado como membros do alto escalão da política soviética. Ao se tornar o líder da URSS, Gorbachev trouxe consigo um plano de reformas estruturais, para adequar a URSS ao novo mundo e lidar com o descontentamento que crescia entre a população. Para tal, Gorbachev decidiu “abrir” o regime. Pretendia liberalizar e dinamizar a economia através de uma política denominada *Glasnost* (transparência). Através da *Perestroika* (que significa “reconstrução”), iniciou uma grande reforma política na URSS, que permitiria maior autonomia às repúblicas em relação ao governo central – quando até então era de Moscou que vinham as ordens a serem seguidas em todas as repúblicas. Entretanto, na medida em que esta autonomia foi concedida, diversas repúblicas as utilizaram para separar-se da União. A repressão inicial a tais movimentos só fez acirrar as tensões e aumentar a força das dissidências. A chamada *linha dura* do partido, os membros mais conservadores, viram a instabilidade da situação e planejaram um golpe contra Gorbachev, tentando conter a desintegração da União. Tanques foram enviados às ruas e a população parecia preparada para desafiá-los. Entretanto, tal golpe foi encarado de frente por Boris Ieltsin, presidente da República Russa (a partir de Gorbachev as Repúblicas passaram a ter presidentes próprios), que foi capaz de contê-lo. Ao fazê-lo, pôde se aproveitar da ausência de Gorbachev (que estava retido contra sua vontade em sua casa na Criméia) para passar tratados que o governante soviético

seria obrigado a apoiar. Depois deste golpe, a intensidade dos movimentos separatistas aumentou, pois a possibilidade de mais golpes assustava a população. Não se deve pensar que Gorbachev dissolveu a URSS intencionalmente. O líder soviético via uma situação de tensões internas crescentes, que inevitavelmente pareciam conduzir a um conflito interno. Suas medidas tinham por objetivo acalmar os ânimos dos descontentes e reformar as estruturas políticas soviéticas para normalizar sua situação.

Questões de Vestibulares

1. UFF. O período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) mostrou um panorama de crise, evidenciado pela força dos movimentos sociais liberais, socialistas e anarquistas, em decorrência dos primeiros sinais de fracasso da expansão imperialista. Tais sinais foram expressivos na Rússia dos czares, onde provocaram o avanço das desigualdades e a eclosão de movimentos grevistas, como o de 1905, que prenunciavam a revolução. Esse clima na Rússia decorreu, de vários fatores, dentre os quais se destacam:

(A) os investimentos financeiros realizados por ingleses e franceses, que aumentaram as diferenças sociais e as desigualdades entre cidade e campo, estimulando os movimentos sociais e a corrida expansionista dos czares;

(B) os processos de financiamento da economia agrária, que melhoraram as condições de vida do campesinato, dificultando o desenvolvimento industrial, promovendo o desemprego nas grandes cidades e aumentando a tensão social;

(C) os problemas de relacionamento entre as grandes áreas geladas improdutivas, que dificultaram o deslocamento da população e limitaram a remessa de alimentos para as grandes cidades, dando

origem aos movimentos sociais urbanos liderados, desde o final do século XIX, pelos bolcheviques;

(D) os conflitos entre os países imperialistas em função das limitações do mercado russo, que motivaram o apoio da França aos movimentos sociais rurais e o apoio da Inglaterra, aos urbanos;

(E) os projetos de desenvolvimento criados pelos czares, que levaram ao aumento desregrado dos impostos e ao beneficiamento das regiões européias em detrimento das áreas rurais dominadas pelo Japão, originando os movimentos contrários à monarquia.

2. UFF 2005. A Revolução Russa de 1917 deu origem ao primeiro estado socialista da História e por isso constituiu-se um fator de preocupação do mundo capitalista. Mas, entre a revolução e a constituição do Estado Soviético muitas tensões se verificaram entre os revolucionários. Com essas referências:

a) indique dois dos líderes da Revolução Russa;

b) explique a diferença entre a tese do "socialismo num só país" e da "revolução permanente", sabendo de antemão que uma delas foi defendida por Stalin

3. UFRJ 2009. *"Como a Revolução Francesa, em fins do século XVIII e começo do século XIX, as Revoluções Russas que levaram à fundação da URSS modificaram a face do mundo. Para muitos deram início ao século XX. Seja qual for nossa opinião a respeito, é inegável que imprimiram sua marca a um século que só terminou com o desaparecimento dos resultados criados por elas".* (REIS FILHO, Daniel Aarão. *As revoluções russas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 37)

a) Identifique duas medidas adotadas pelos bolcheviques entre 1917 e a criação da União Soviética (1922).

b) Explique uma questão de ordem

interna à União Soviética que contribuiu para o seu fim em 1991.

Capítulo 22. O Período Entreguerras e a Crise de 29

Apresentação – Inicialmente se esperava que a primeira guerra fosse um conflito rápido; não se contava com o entrenchamento das tropas e com a longa extensão e as grandes proporções que a guerra tomaria. Após quatro anos de conflito, a Europa estava destruída, exausta, debilitada. Muitos de seus homens saudáveis morreram no front, prejudicando a capacidade de produção de seus países. Além disso, muitas indústrias européias foram convertidas a “produção de guerra” – quando a indústria é utilizada para produzir armamentos ou munição ao invés de seu produto usual – por longos períodos, e precisariam de ajuda e esforço para se reinserirem em seus mercados anteriores. Além disso, as economias européias se viam cheias de dívidas, em especial com os Estados Unidos, e os encargos destas dívidas e desta crise econômica tornariam especialmente difíceis as tentativas destes países de se reerguerem.

Os Primeiros Anos

Na Europa – No velho mundo, os primeiros anos foram difíceis para os países que se envolveram na guerra. O desemprego crescia enormemente, e a moeda desvalorizava. O poder aquisitivo da população era baixíssimo e faltavam em muitos lugares gêneros de primeira necessidade. Em alguns casos, como Inglaterra e França, o estado se demonstrou capaz de conter a insatisfação do povo em um nível moderado, de modo a manterem a ordem estabelecida. Em outros locais, entretanto, o mesmo não ocorreu. Na Europa, naquele momento de crise financeira e pauperização da população, havia duas propostas radicais. A da extrema esquerda (o socialismo) e a da extrema direita (o totalitarismo, como veremos a seguir). Estas propostas receberam crescente apoio em diversos países europeus, e se tornariam forças políticas de

considerável poder. Em diversas localidades na Europa, como veremos, a crescente aceitação popular à proposta socialista seria vista pelos empresários europeus como uma ameaça a seus investimentos – afinal, quando a Revolução Russa ocorreu em 1917, Lenin nacionalizou todas as empresas, basicamente “confiscando-as”. Isso levou estes empresários a apoiar a outra proposta que também parecia se tornar popular dentre a população, a proposta da direita – do fascismo de Mussolini e do nazismo de Hitler, por exemplo.

Nos Estados Unidos – Se diz com razão que os Estados Unidos foram os grandes vencedores da guerra. Enquanto a Europa direcionava toda a sua produção para a guerra, os EUA podiam aumentar sua produção para vender nos mercados europeus, que não mais produziam na mesma quantidade produtos que concorreriam com os americanos. Além disso, diante da pauperização dos estados europeus, os EUA se tornariam o grande credor da Europa, o que os colocaria em uma forte posição econômica e política após a guerra. Por fim, tendo entrado na guerra apenas em sua segunda metade, lutando longe de sua fronteira e sem temer contra-ataques, os EUA tiveram muito menos baixas de guerra; a guerra não representou para os EUA os reveses que representou para a Europa. Após a guerra, portanto, os EUA eram a grande potência econômica do mundo, o país mais próspero do mundo – especialmente se comparado à Europa destruída. Os americanos viviam de forma abundante, com bons salários e amplo poder de consumo. A partir deste período, os EUA se tornam um exemplo de qualidade de vida, exemplo este que seria utilizado pelos próprios EUA para exportarem seus produtos – e com eles, pretensamente, justamente tal forma de vida próspera e abundante.

Ascensão da direita: Os Fascismos

Na Itália – A Itália não tomou parte

significativa na guerra e com ela não sofreu diretamente grandes perdas. Entretanto, antes da guerra a Itália não era um país economicamente forte, e muito dependia das atividades econômicas européias, que após a guerra estavam em clara crise. Com a Europa em crise, a Itália vê sua instável situação piorar cada vez mais. Neste cenário, os socialistas ganharam força. As greves se multiplicam e a desobediência civil se torna cada vez maior e mais agressiva. Neste contexto, com o apoio dos grandes empresários com interesses na Itália, foi fundado por Mussolini o partido fascista. A proposta fascista compartilhava diversos traços com propostas da direita de muitos outros países. Como foi na Itália a primeira ocorrência de tal regime, muitos inclusive dizem que Mussolini foi um “exemplo” às direitas de outros países. Mussolini defendia, por exemplo, a revitalização do nacionalismo italiano. Foi na Itália, afinal, que se sediou o Império Romano. Foi igualmente a Itália o país do Renascimento. A história da Itália era grandiosa demais, para Mussolini, para que o país se encontrasse em tal posição. Era hora de levantar a Itália e fazer jus às suas glórias passadas. Para tal, era necessário trabalhar. Os fascistas, com seus *camisas negras*, reprimiam as greves violentamente, chamando-as de antinacionais. O próprio socialismo – e a esquerda como um todo – foi igualmente considerado antinacional, e seus representantes foram freqüentemente vandalizados e agredidos. Na medida em que o apoio aos fascistas e às suas medidas repressivas aumentava entre a população e o poder público se mostrava pouco inclinado a puni-los por seus vandalismos e agressões, estas se intensificaram paulatinamente. Em 1922, diante de uma greve geral anti-fascista, Mussolini tomou para si a responsabilidade de restabelecer a ordem: marcha sobre Roma e vê o rei Vitor Emanuel III convidá-lo a compor um ministério no governo. Era o início de seu governo. Sendo então o líder da Itália, Mussolini demonstrou que

pensava que não era apenas necessário trabalhar para reconstruir a glória italiana: era necessário também ser forte. Mussolini investiu pesado na esfera militar, tendo força não apenas para intimidar, em tese, inimigos externos, mas também – como o fez contra os socialistas – para conter e aniquilar os “inimigos internos”. Mussolini ganhou apoio popular para seu regime também por ter sido o responsável pela reconciliação entre o estado italiano e a Igreja católica. Se bem nos lembrarmos, durante o processo de unificação italiana os chamados “estados papais” foram unificados à Itália sem o consentimento do Papa, que se disse “prisioneiro” em sua própria casa. Apenas em 1929, com o Tratado de Latrão, Mussolini reataria estas relações, criando o estado do Vaticano para o Papa e dando à Igreja uma série de outros privilégios.

Em Portugal – Como sabemos, Portugal já se via grandemente dependente da economia inglesa desde o século XVII. Quando os ingleses entraram em uma crise como a do pós-guerra, a economia portuguesa sofreu repercussões enormes e se viu também em maus lençóis, com desemprego ascendente e capacidade econômica descendente. Diante desta crise, a direita foi bem-sucedida em um golpe de estado em 1926, que a pôe no poder. Em 1932, Oliveira Salazar, que nos anos anteriores já participava do governo como um consultor econômico, se torna líder incontestado de Portugal, em moldes fascistas, e onde permaneceria até a *Revolução dos Cravos*, de 1974.

Na Alemanha – A Alemanha foi, sem dúvida, a grande derrotada do conflito mundial. Diante do prospecto de tal derrota, os segmentos políticos alemães decidiram realizar uma mudança no estilo de governo, esperando com tal ato demonstrar a mudança de rumo da política alemã e, assim, reduzir as represálias dos vitoriosos. Se tiveram sucesso, não fora suficiente. O tratado de Versalhes

foi cruel aos alemães, impondo-os um fardo que estes se mostrariam incapazes de cumprir. A força que o socialismo adquirira na Alemanha se demonstrou pelo golpe espartacista de 1918. O grupo bolchevique alemão *Spartacus* tentaria tomar o poder neste ano, com apoio de parte considerável da população, sendo no entanto mal-sucedido. A violência da crise na Alemanha pode ser melhor percebida por números. O marco alemão, que em 1914 era ¼ do dólar, em 1923 se tornaria 7260 vezes menor que a moeda americana. Após a ocupação francesa do Ruhr, um dólar chegaria a valer 4,2 bilhões de marcos. Dinheiro não era mais aceito pelos comerciantes, que realizavam trocas de produtos. A crise levaria a enorme descontentamento popular, e a diversos levantes. Dentre estes, um foi o do ainda pequeno partido nazista, que foi também contido – Hitler foi preso ao participar deste golpe mal-sucedido, e na prisão escreveu seu famoso livro, *Mein Kampf* (Minha Luta). A partir de 1924, com empréstimos americanos, a economia alemã se recuperava aos poucos. Foi criada uma nova moeda, o *Rentenmark*, na tentativa de estabilizar as relações comerciais. A crise de 1929 pôs fim a tal recuperação. Sem o apoio americano, a Alemanha se demonstrou incapaz de lidar com o fardo de Versalhes e as demandas de sua própria economia. O anti-semitismo se intensificava, bem como o comunismo. A população se tornava cada vez mais aberta a propostas radicais, preocupada apenas com a resolução desta situação. Neste cenário o partido de Hitler – que nas eleições anteriores recebera uma pequena parcela de votos apenas – ganharia cada vez mais popularidade, até sua ascensão ao poder em 1933. A proposta de Hitler enfatizava a nacionalidade alemã. O futuro Führer já dizia em seu livro que a incapacidade de recuperação da nação alemã não era culpa dos alemães, mas de seus inimigos externos – especialmente os franceses, simbolizados pelo Tratado de Versalhes – e internos – como

judeus e socialistas, vistos como homens sem nação, que buscavam seus próprios interesses e pouco se importavam com a grande nação alemã. Afirmava que os alemães eram biologicamente superiores aos demais, através da doutrina conhecida como *Arianismo*. Dentro do partido nazista, formou as Seções de Assalto (SA) e as Seções de Segurança (SS), incumbidas de manter a ordem nazista através da força. Depois de meses de terror, nos quais os nazistas perseguiriam seus oponentes políticos, Hitler fechou o parlamento e ordenou novas eleições. Estas eleições foram igualmente marcadas pelo terror, com as SA invadindo e agredindo os oponentes do nazismo. Em fevereiro de 1933 os nazistas incendiaram o prédio do parlamento e culpavam os comunistas, que foram presos em segredos. As liberdades individuais foram suspensas. Em 1934 Röhm, líder da SA, tentou um golpe contra Hitler, que fora frustrado, levando à extinção da SA. Seria um governo de perseguição aos judeus e aos negros, de intolerância profunda – no campo artístico, temos o exemplo da arte degenerada –, de anti-academicismo, de intervenção moderada na economia.

Na Espanha – A Espanha, que também pouco sofreu com a guerra, passou por dilemas semelhantes aos da Itália e de Portugal, dada a sua dependência em relação às economias de outros países europeus. A esquerda ganha força política no cenário espanhol, até que em 1936 chega ao poder o socialista Manuel Azaña, cuja plataforma continha reformas de extensas que assustaram os empresários. Com o apoio destes, bem como de Hitler e de Mussolini, o general Francisco Franco travaria um longo combate com Azaña na tentativa de tirá-lo do poder, dizendo que o mesmo agia contra os interesses dos espanhóis. Este conflito ficara conhecido como a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), e ao seu fim Franco se tornaria o líder da Espanha, formando um governo totalitário semelhante ao de Mussolini. Ficaria no

poder até a sua morte, em 1975.

A crise de 1929 e depressão dos anos 30

Apresentação – A crise de 29, ou Grande depressão dos anos 30, foi a maior crise econômica vivida pelo capitalismo até a crise que recentemente assustou o mundo todo. Teve início com a quebra da bolsa de Nova York em 1929 e se espalhou por todo o mundo nos anos seguintes, levando à falência milhares de empresas e elevado em milhões o número de desempregados em todo o mundo capitalista. Foi uma crise do sistema econômico liberal, que tanto acreditava nas propriedades auto-reguladoras do mercado para se manter são. Diante da crise deste modelo, muitos estados passaram a intervir de forma mais profunda nas relações econômicas da sociedade, na tentativa de resgatar suas economias desta crise.

Após a guerra, a prosperidade americana era inigualável em relação a qualquer outra no mundo. É o momento em que o *american way of life* se torna um exemplo de vida e um desejo de todos. Economicamente forte, a sociedade americana investia em ações e se aproveitava do crédito fácil do momento para tentar se enriquecer no mercado de ações – afinal, em uma economia em grande expansão, a tendência de todas as ações é de se valorizarem. Entretanto, a crise de 29 os pegou de surpresa. Muitos viram suas ações virarem papéis sem valor, pedaços de uma companhia falida. Outros correram para liquidar as suas antes que fosse tarde, contribuindo apenas para uma maior desvalorização. Muitos se viram arruinados, tendo se endividado para comprar as ações – que eram vistas como um negócio seguro – e se viram perdendo suas casas e suas economias.

Antes da crise

Desequilíbrio econômico no pós-

1ª Guerra – A Primeira Guerra Mundial, para os países que a iniciaram, seria uma guerra rápida, que duraria não mais do que dezoito meses. O entrincheiramento das tropas e as especificidades da guerra fizeram com que esta durasse quatro anos. Neste tempo, a economia européia se esgotou tentando manter vivo o esforço de guerra, ao ponto de reduzir a produção de produtos básicos para a população. As baixas também aumentavam, diminuindo o número de braços que poderiam estar produzindo nesta economia. Para sanar esta deficiência, os estados europeus – especialmente Inglaterra e França – se voltaram para os americanos em busca de crédito. Além disso, o mercado europeu – bem como o mercado das colônias européias – se abria totalmente para os americanos, visto que a indústria européia se desgastava e não conseguia manter um ritmo de produção como o anterior à guerra. Ao fim da guerra, enquanto a Europa se encontra destruída e exausta após uma guerra longa, os Estados Unidos se encontram fortalecidos, sendo os grandes credores do mundo e a economia mais forte do planeta.

A recuperação das economias européias – Com a própria ajuda dos EUA, as economias da Europa Ocidental conseguem se reerguer e suas indústrias conseguem atender a demanda interna. Com o tempo, as economias européias também conseguem atender as necessidades de suas colônias, passando a rejeitar a ajuda americana neste quesito. A produção da economia americana, neste momento, era voltada antes para a demanda dos norte-americanos, dos europeus e das colônias. A concorrência nestes mercados com os produtos da indústria européia que se recuperava gerou uma crise de produção.

O estopim da crise – Esse fechamento dos mercados coloniais pelas metrópoles em vista da recuperação daquelas economias é a causa imediata da crise. Havia uma

superprodução nos EUA que atendia ao mundo inteiro e de um momento para o outro, é rejeitada pelos europeus.

Motivações profundas da crise –

Karl Marx, criador do socialismo científico, afirmava que o capitalismo é um sistema econômico fadado a se autodestruir, pois vive de crises cíclicas inevitáveis. A tendência da produção capitalista é de aumentar sempre, buscando cada vez mais lucros. Acaba chegando uma hora em que a produção é maior do que a demanda. Isso leva à crise econômica. Sem revender seus produtos, todo capital investido na produção destes não tem retorno, e o dono da indústria ou empresa se vê debilitado, incapaz de pagar suas contas, de manter o ritmo de produção, e ainda tem que temer seus concorrentes. Afinal, se ele decidisse reduzir sua produção, e seu concorrente não o fizesse, o que aconteceria se o mercado se normalizasse? Seu concorrente lucraria mais do que ele, teria mais capital para investir em sua empresa e, no futuro, seria um concorrente bem mais perigoso.

A crise – A crise tem início com a quebra de algumas empresas americanas em 1929 na Bolsa de Nova Iorque. Dá-se em seguida um quebra-quebra de empresas em todos os EUA e em todo o mundo capitalista. A verdadeira depressão econômica se dá nos anos 30 e não em 1929 e a principal expressão dessa crise é o desemprego generalizado.

Após a crise

Nos Estados Unidos – O chamado *New Deal* foi a forma através da qual os americanos lidaram com esta crise. Em 1929, ocupava a presidência americana um republicano liberal. Ele não tomou nenhuma medida para tentar resolver a crise, ainda crendo no modelo liberal, contando com que a economia se arrumasse por ela mesma. Isso só agravou a crise, com

mais falências e desemprego. Em 1932, elegeu-se presidente o democrata Franklin Delano Roosevelt, que defendia a atuação do Estado na economia para resolver a crise. Ele pôs em prática o *New Deal*, plano de intervenção na economia com o objetivo central de reverter os problemas do desemprego na sociedade. A partir deste plano, o estado se incumbiu de planejar a produção agrícola, realizar grandes obras públicas, promover e defender direitos e assistência trabalhista, entre outras medidas. O objetivo central era empregar pessoas que antes estavam desempregadas, de modo a aumentar o consumo e reaquecer a economia norte-americana.

Nos países primário-exportadores

– Os países que tinham como núcleo da economia as suas exportações, tendo como exemplo todos os países latino-americanos, foram duramente atingidos pela crise – já que os países ricos passaram a comprar bem menos seus produtos. A crise econômica desses países foi uma das causas para os diversos golpes de estado que observamos no período.

Na Europa – As economias européias se reerguiam às custas do crédito americano. Quando a crise estourou em 1929, o estado americano exige o pagamento de diversos empréstimos para lidar com a crise em seu próprio país, e muitos investidores privados decidem liquidar seus investimentos na Europa, temendo perder seu capital. Isso levou a que essas economias sofressem seriamente também os efeitos da crise que se iniciou nos EUA. Isso foi mais grave na Alemanha, que tinha tido uma ligeira recuperação econômica de 1925 a 1929 com a ajuda norte-americana. Isso leva o país à maior hiperinflação de todos os tempos e um enorme desemprego, terreno fértil para a ascensão nazista.

Na União Soviética – Esse país foi o que menos sofreu no mundo os efeitos da crise. Como a diretriz do

planejamento econômico soviético era o de tentar se tornar independente do mundo capitalista, já visto como um inimigo mortal, aquela economia tinha poucas relações com outras economias, e portanto sofreu menos com a crise de 1929. Os planos quinquenais continuaram e uma série de cientistas e técnicos ocidentais desempregados por causa da crise foram trabalhar na URSS no período. Além disso, deve-se lembrar que a crise de 1929 foi a primeira grande crise do mercado de ações, do capital financeiro. Na URSS, todas as indústrias eram estatais, não havia ações para se comprar. Quando o pânico acerca do mercado de ações leva todo o bloco capitalista ao desespero e as ações a uma desvalorização desmedida, na URSS esta questão.

dois países que foram submetidos a eles.

Questões de Vestibulares

1. UERJ 2009. A Primeira Guerra Mundial não resolveu nada. As esperanças que gerou – de um mundo pacífico e democrático de *Estados-nação* sob a Liga das Nações; de um retorno à economia mundial de 1913; mesmo (entre os que saudaram a Revolução Russa) de capitalismo mundial derrubado dentro de anos ou meses por um levante dos oprimidos – logo foram frustradas. O passado estava fora de alcance, o futuro fora adiado, o presente era amargo, a não ser por uns poucos anos passageiros em meados da década de 1920.

O período entreguerras (1919-1939) começou com uma combinação de esperança e ressentimento. Diversos acordos foram impostos pelos Estados vencedores aos derrotados. O mais conhecido deles é o *Tratado de Versalhes* de 1919. Outros tratados complementares também foram assinados e igualmente tiveram grande importância para a geopolítica mundial. **Indique** duas transformações na geopolítica mundial decorrentes desses tratados complementares. Em seguida, **cite**

Capítulo 23. A Segunda Guerra Mundial

Apresentação – O período que compreende o intervalo entre as duas grandes guerras mundiais foi um de profundas crises e reviravoltas políticas no cenário europeu. Diante deste cenário desesperador, à população crescentemente se tornou mais interessante as soluções adiantadas por esferas radicais da política, seja da esquerda ou da direita. Como já vimos quando discutimos o fascismo, com o aumento da aceitação do socialismo em diversos países europeus, camadas da burguesia destes países passaram a apoiar decididamente a extrema direita, a principal concorrente dos socialistas.

Se este cenário instável em grande parte deveu-se às discussões e tratados do pós-guerra, foram também as tensões oriundas desta situação que em grande parte motivaram a eclosão de um segundo conflito, este sim de proporções literalmente planetárias.

Hitler e a Alemanha – O Tratado de Versalhes, imposto aos alemães quando se renderam ao fim da Primeira Guerra Mundial, era como um imenso peso no pescoço da economia e da sociedade alemã. Seu território permanecia ocupado por tropas não-alemãs (mas pagas pelo governo alemão); seu exército foi forçosamente reduzido a números ínfimos, e sua indústria bélica foi basicamente fechada. Além disso tudo e de mais algumas exigências que aqui não cabe incluir, a Alemanha devia pagar aos países vencedores (especialmente à França) grandes quantias como indenização de guerra. Como vimos, fora justamente a incapacidade da Alemanha de sair da crise, tendo que ao mesmo tempo pagar tais enormes dívidas, o principal motivo da crescente aceitação de Hitler que o levaria ao poder em 1933. À medida que a Alemanha se recuperava militarmente tornou-se paulatinamente mais fácil para Hitler agir abertamente em

desafio às determinações de Versalhes (1935), visto que a França parecia não mais desfrutar de vantagem clara militar sobre os alemães.

A formação do Eixo – Aproveitando-se da crise europeia e do isolamento norte-americano, Hitler se aproxima dos governos afins ao dele – em especial Itália e Japão. Com o Japão assinaria em 1936 o *Pacto Anti-Komintern*, vislumbrando que a URSS seria um inimigo mútuo de ambos e que, juntos, poderiam forçar a URSS ao dilema que tanto assombrava a Alemanha: a batalha em dois fronts. Afinal, se soubesse que ao atacar a Alemanha, a URSS teria de se ver engajada também contra o Japão, do outro lado de seu imenso território, talvez hesitasse ou mesmo desistisse. Entre os três países se formaria o *Eixo Roma-Berlim*, que origina o termo pelo qual a aliança totalitária é comumente conhecida: O Eixo.

Em 1939, quando a guerra já parecia iminente para a maioria dos europeus, as relações entre a Itália de Mussolini e a Alemanha de Hitler se estreitam ainda mais, com a firmação do *Pacto de Aço*, uma aliança entre os dois países.

Os primeiros movimentos – Após o fim da I Guerra, uma das estipulações do Tratado de Versalhes foi a de retirar da Alemanha todas as colônias que possuía antes do conflito. Dessa maneira, se após a guerra França e Inglaterra tinham amplas reservas de matérias primas a preços baixos para reaquecer sua economia, os alemães não tinham recursos semelhantes, além de terem que pagar sua indenização mensalmente.

Diante desta situação, Hitler realiza suas primeiras movimentações ofensivas. O Führer estava em busca de *espaço vital* para sua economia (Espaço Vital é o nome que se dá à noção de que é necessário uma certa quantidade de recursos para viabilizar seu progresso econômico). Ampliando suas fontes de matéria-prima e anexando regiões de mão-de-obra mais barata, Hitler esperava recuperar

a economia alemã e ultrapassar seus concorrentes europeus. Obviamente não podemos saber ao certo o que passava na mente do Führer, mas podemos presumir que desde seus primeiros movimentos expansionistas ele já antevia a guerra como inevitável, e tratava apenas de garantir que ela fosse realizada no momento mais oportuno para os alemães.

As democracias liberais – Inglaterra e França – encontravam-se isoladas, diante da postura isolacionista americana e do cenário totalitário europeu. Eram desejosos de paz e tinham por ambição que a Europa se recuperasse da crise o quanto antes, pois esperavam que, após a normalização da economia européia, os governos da extrema direita perdessem seu apoio, como ocorrera com os jacobinos na Revolução Francesa. Hitler, entretanto, saberia se aproveitar deste desejo de paz e estabilidade dos liberais, e conduziria suas primeiras campanhas em tempos de paz e debaixo dos narizes de França e Inglaterra, que nada fizeram. Em 1938 Hitler anexou a Áustria (o que o Tratado de Versalhes expressamente proibia), formando a chamada *Anschluss*. Apesar de violar o Tratado de Versalhes, a manobra de Hitler se apoiava em outro argumento que se tornou popular após a I Guerra: a auto-determinação dos povos, ou seja, o direito de determinado povo ou etnia de governar a si mesmo. Se lembrarmos da I Guerra, lembraremos que esta se iniciou justamente na luta da Bósnia pela independência do Império Austro-Húngaro, que levou ao assassinato do herdeiro ao império. Após a guerra, não só Bósnia mas também a maioria dos povos que compunham o império austro-húngaro receberam autonomia de acordo com tal critério. Aqui, diziam os nazistas, não é diferente. Após a morte do líder austríaco (orquestrada pelos nazistas), o governo austríaco “convida” a Alemanha a se unir a ela e ambos, enquanto germânicos, tem o direito de tomar tal decisão. França e Inglaterra, querendo evitar um

conflito, aceita o argumento.

Em seguida, voltou-se para os sudetos, uma região tcheca que possuía população germânica minoritária. Este movimento poderia ter iniciado uma guerra, devido a tratados entre Tchecoslováquia e França e URSS. Entretanto, com mediação inglesa, foi aceita internacionalmente a premissa de que as intenções de Hitler sobre os sudetos se justificavam também pelo argumento étnico-nacional. No entanto, no ano seguinte, os sudetos se mostrariam como apenas um movimento de abertura de uma campanha maior, quando a Alemanha desmembra a Tchecoslováquia e toma para si a região industrializada tcheca, declarando independente a Eslováquia.

Hitler acabaria exaurindo a paciência dos liberais ingleses e franceses em 1939, quando avançou sobre a Polônia Tendo abandonado a política de apaziguamento que permitira as concessões anteriores, França e Inglaterra se opuseram abertamente às pretensões alemãs e soviéticas de anexação da Polônia, e temiam enormemente uma aliança entre URSS e Alemanha. Tendo garantido para si metade da Polônia e a neutralidade de Stalin, Hitler acabava de construir a base sobre a qual lançaria sua campanha, guiada pela diretriz *Blitzkrieg*, ou “guerra-relâmpago”. Tendo em mente novamente o risco de ser pega em dois fronts, a política alemã pretendia se aproveitar da neutralidade soviética para atropelar os liberais ao oeste e, após concluída a campanha, voltar-se para o leste e atacar a URSS com apoio do Japão.

Hitler e a URSS – Nos anos anteriores à guerra houve uma considerável aproximação entre as políticas soviética e alemã. Detenhamos-nos um pouco sobre estas aproximações, já que as relações entre URSS e Alemanha foram tão importantes para o decorrer da guerra.

Em primeiro lugar, a história russa é uma de relações mais próximas com

os germânicos do que com qualquer outra nação européia. A penetração francesa na Rússia se deu especialmente pelo viés cultural, em um momento em que a França era a grande potência cultural do planeta. Nos demais aspectos, entretanto, a proximidade com os alemães era maior – no aspecto político, por exemplo. Deve-se acrescentar a isso o fato de que o governante da URSS – Stalin – apreciava a política do Führer e se identificava mais politicamente com os governos autoritários do que com os liberais – estes sendo vistos como arquétipos do capitalismo ocidental, o grande inimigo do socialismo.

Além disso, Inglaterra e França também pareciam mostrar interesse nenhum em aproximarem-se da URSS diplomaticamente, até o momento em que a Alemanha passou a se mostrar uma ameaça. Mesmo assim, em tal momento a URSS interpretaria tal aproximação como uma tentativa destes países de forçar um conflito entre Alemanha e URSS e, assim, aproveitarem-se das mortes de soviéticos para evitar mortes de ingleses e franceses.

Stalin ainda tinha consciência de que, no momento em que a economia soviética se encontrava, esta não teria recursos para adequadamente travar uma guerra com a Alemanha. Precisava ganhar tempo. Este seria o principal motivo por trás do tratado de não-agressão assinado em 1939 entre os dois países, no qual se decidia, por exemplo, repartir a Polônia em duas. Por fim, em seus planos de expansão, Stalin via como sendo alvos muito mais interessantes para eventuais expansões territoriais as áreas asiáticas, que ofereceriam resistência menor. Muitos destes territórios eram partes dos grandes impérios liberais inglês e francês, como Índia ou Indochina. Um conflito entre Alemanha e Inglaterra ou França era, pra Stalin, uma briga entre capitalistas. Enquanto eles brigam entre si, se abriria uma grande janela na Ásia para a expansão do socialismo.

Os EUA e a Europa – Os EUA, por sua vez, manteriam sua postura de isolamento quando a guerra se inicia, cumprindo papel de fornecedor de produtos, capital e matérias primas aos aliados. Não participariam diretamente da guerra, portanto, até 1941, quando Pearl Harbor é atacada pelos japoneses e o Eixo declara guerra aos EUA. Nos meses anteriores, o presidente Franklin Delano Roosevelt já vinha pedindo que o congresso e a população entendessem a importância do conflito europeu para o mundo e a necessidade de os EUA participarem deste conflito antes que fosse tarde. Após tal ataque, a opinião pública americana passa a apoiar maciçamente a entrada do país na guerra.

A Blitzkrieg alemã – A estratégia básica alemã na II Guerra se assemelha ao Plano *Schlieffen*, adotado na primeira. A *Blitzkrieg* (ou guerra-relâmpago) baseava-se na rápida conquista da França e isolamento da Inglaterra, para depois se voltar à Rússia.

A ofensiva alemã começou em 1940, pegando a França despreparada, precisando de mais tempo para organizar sua produção de guerra e realizar os preparativos finais para uma estratégia de defesa. Os alemães procederam de forma semelhante à primeira guerra, conquistando Holanda e Bélgica, de modo a conter a entrada na França e permitir apenas entrada marítima. Rapidamente sobrepujada e tendo boa parte de seu território conquistado, a França se via com duas opções: retirar-se para a Argélia e organizar uma resistência a partir de lá, ou chegar a um acordo com os alemães. A proposta que se tornou realidade foi a segunda, encabeçada pelo general Petáin. Sob seus auspícios, o general Petáin, um herói francês da primeira guerra, formou um novo governo francês sediado na cidade de Vichy, sujeito aos alemães, e no qual o próprio Petáin seria um líder com poderes ditatoriais. As exigências alemãs eram duras, reduzindo o exército francês a

um número irrisório, e o pagamento de 400 milhões de francos diários. Além disso, o governo de Vichy seria acusado por diversos franceses de colaborar com os nazistas, empreendendo perseguições a judeus e entregando membros da resistência francesa aos homens da SS.

Com a formação do governo de Vichy, França se tornaria basicamente um protetorado dos alemães. Em decorrência disto, os alemães poderiam tranquilamente utilizar a esquadra francesa para seus próprios fins. Os ingleses temiam que, unindo-se as esquadras francesa alemã e italiana o Eixo fosse capaz de invadir a Inglaterra. Assim, optaram por destruir parte da esquadra francesa, o que levou ao corte de relações diplomáticas entre os países pelo decorrer da guerra.

Exilado na Inglaterra, no entanto, surgiria uma figura que hoje ainda é muito importante na memória dos franceses: o general Charles De Gaulle. Através da estação de rádio BBC, De Gaulle urgia aos franceses que resistissem aos alemães e não aceitassem o novo governo. Petáin, por sua vez, dizia fazer tudo isso pelo bem dos franceses, para evitar que sofressem nas mãos de um inimigo muito mais forte que eles, e chamava De Gaulle de traidor e covarde. A guerra parecia caminhar para uma vitória do eixo. A França estava dominada, e a Europa estava sob o comando de Hitler ou de governos amigáveis a ele. A Inglaterra, capaz de repelir qualquer ataque marítimo às suas costas, era bombardeada quase diariamente por aviões alemães, tornando a vida especialmente difícil e afetando a produção do país. Apesar de não poder ser invadida naquele momento, a Inglaterra não oferecia aos alemães ameaça considerável.

Em 1941, entretanto, Hitler agiria em concordância com o diagnóstico de Stalin, que o achava "extremamente capaz, mas incapaz de saber a hora de parar". Achando que o cenário do oeste estava sob controle, Hitler voltou-se para o lado leste e atacou a URSS de surpresa, como Stalin

imaginava que ele faria. Stalin apenas imaginava que teria mais tempo. A campanha foi aberta por bombardeios aéreos alemães que inutilizaram boa parte dos aviões soviéticos. Nos primeiros conflitos a vitória alemã foi recorrente, e as baixas de guerra soviética

aumentavam exponencialmente. A estratégia militar soviética sofria com a centralização do poder e a incapacidade de Stalin de tomar decisões instruídas em certos assuntos militares, além de faltarem tropas treinadas, armas e munição.

Com mão-de-ferro, entretanto, o líder soviético levantou a indústria bélica a longos passos e eventualmente conseguiu alguns triunfos, que culminariam na batalha de Stalingrado, em 1942. A partir desta primeira grande derrota alemã, os russos iniciariam uma contra-ofensiva que se demonstraria essencial para a derrota do Reich.

A estratégia alemã foi prejudicada pela decisão de um de seus aliados: o Japão. Como já vimos, a Alemanha esperava que, quando se voltasse contra a URSS, o Japão aproveitasse a deixa e invadisse o território soviético pelo leste, forçando as tropas de Stalin a se dividir. O Japão, entretanto, pensou diferente. Vendo que a URSS e a Alemanha trocavam golpes, o Japão se sentiu seguro para iniciar uma ofensiva contra outro rival, os Estados Unidos. Desde do fim do século XIX havia tensões entre os dois países, visto que durante o período de expansão imperialista ambos se voltaram para o pacífico em busca de anexações.

Em 1941 os japoneses bombardearam Pearl Harbor. Esperavam que um golpe bem dado inutilizasse as forças aéreas americanas, mas calcularam mal. A partir de então, os japoneses se comprometeram com uma guerra no pacífico, e pouco fizeram contra a URSS, permitindo que esta alocasse todas as suas forças na repulsão dos alemães.

Com o ataque à URSS e a bem-sucedida resistência da mesma, Hitler passou cada vez mais a negligenciar o front oeste que, com a entrada dos EUA na guerra, começou a alcançar

avanços consideráveis. A Alemanha passou a ser brutalmente bombardeada, recebendo nada menos que 500 mil toneladas de bombas em 1945. Na África, colônias francesas como a Argélia e regimentos ingleses em colônias como o Egito começam a “empurrar” o exército alemão de volta para a Europa. Da África invadiram a Itália pela Sicília, levando à deposição de Mussolini. Em resposta a isso, Hitler invadiria a Itália e restauraria seu aliado, apenas para em seguida ver os aliados capturando Mussolini e o executando em 1945. A última grande campanha da guerra seria justamente o imenso desembarque na Normandia, chamado de Dia D, em 1944. Antecipado por bombardeios estratégicos, esta imensa operação seria a grande responsável pela reconquista da França e derrota dos alemães, após o suicídio de Hitler.

O fim da guerra – Sendo atacados por todos os lados e claramente em desvantagem, membros do gabinete de Hitler começaram a falar de rendição, apenas para serem considerados traidores. Hitler tentou reagir até não ver mais escapatória e saber que as tropas aliadas se aproximavam de Berlim. Perdendo as esperanças, se mata, junto com a mulher Eva Braun e Goebbels. A rendição alemã viria dos militares, em maio de 1945. Finda a ameaça alemã e italiana, a guerra rumava ao seu fim, e o Japão apenas restava como beligerante. Desde 1944, quando decidiu que a Alemanha não mais demonstrava uma ameaça à URSS, Stalin reduziu seus esforços de guerra contra os alemães e começou a transferir recursos para o front oriental, com intuito de combater os japoneses se necessário. Stalin, no entanto, não tinha nenhum desejo de fazer favores aos capitalistas, e apenas agia no benefício destes quando era capaz de extrair vantagens de tais atos. Atrasaria, portanto, sua intervenção sobre japoneses, alegando, por exemplo, problemas logísticos. Os americanos, impacientes com as baixas no pacífico, decidiram por um

caminho radical, cujo intuito era de quebrar o espírito japonês e forçá-los a se render imediatamente e incondicionalmente. Este caminho foi o das bombas atômicas, lançadas em 1945 sobre Hiroshima e Nagasaki, causando cerca de 300 mil mortes e tantos muitos outros feridos. Os japoneses, aturdidos com a potência de tais armas, não viram opção senão renderem-se. Inicia-se a chamada era atômica, marcando o fim do maior conflito da história até então, apenas para ser uma das protagonistas das tensões futuras.

Questões de Vestibulares

1. PUC. No decorrer do século XX, em diversos países do mundo, assistiu-se à ampliação dos direitos de cidadania. Sobre esses direitos, estão corretas as afirmativas, **À EXCEÇÃO DE:**

(A) O estabelecimento, após a Segunda Guerra Mundial, de um protocolo de liberdade irrestrita de expressão, seguido, desde então por todos os países americanos

(B) A instituição de diversos direitos sociais relacionados à educação, saúde e trabalho, configurando o chamado Estado de Bem Estar Social.

(C) A ampliação da participação política através de consultas populares regulamentadas nas constituições nacionais, sob a forma de plebiscitos e referendos.

(D) O reconhecimento, em alguns países, de direitos conjugais para casais homossexuais, ampliando as liberdades civis.

(E) A extensão do direito de voto às mulheres, decorrente das pressões do movimento organizado pelas “sufragetes”.

2. PUC. A 2ª Grande Guerra (1939-1945), pela sua dimensão e pelos seus desdobramentos, tornou-se um marco na história do século XX. Sobre esse acontecimento **NÃO É CORRETO** afirmar que a 2ª Grande Guerra:

(A) condicionou a emergência de uma ordem internacional caracterizada pela bipolaridade entre os interesses dos EUA e da ex-URSS, entre as décadas de 1950 e 1980;

(B) interferiu na ampliação das tensões políticas em regiões coloniais da Ásia e da África, contribuindo para a promoção de lutas pela descolonização;

(C) viabilizou a criação da ONU, representando, no imediato pós-guerra, o esforço de criar mecanismos e fóruns internacionais promotores do entendimento diplomático pacífico.

(D) implicou a condenação das doutrinas nazi-fascistas, impedindo, nas décadas seguintes, o aparecimento desses projetos políticos e de seus similares.

(E) inaugurou, a partir do episódio de explosão das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, a utilização de armas nucleares como símbolo maior de poderio bélico.

3. PUC. A Segunda Guerra Mundial, que se estendeu de 1939 a 1945, se diferenciou de todas as guerras ocorridas em tempos passados, configurando um novo tipo de conflito: uma guerra total. Corroboram tal afirmativa o fato de aquele conflito ter

I - envolvido um número nunca visto de países e continentes.

II - promovido uma mobilização total de recursos humanos e materiais.

III - aumentado o apelo ao trabalho feminino nos países aliados.

IV - acelerando o crescimento tecnológico que vinha se desenvolvendo desde o final da Primeira Guerra Mundial.

Assinale a alternativa correta:

(A) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

(B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

(C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

(D) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.

(E) Todas as afirmativas estão corretas.

4. PUC 2005. A história das Copas do Mundo de Futebol está, em diversos aspectos, associada às transformações que marcaram as relações internacionais contemporâneas. Gestada, como projeto, pela FIFA, no decorrer das décadas de 1910 e 1920, a primeira Copa, ocorrida em 1930, no Uruguai, contou com a participação das seleções de 13 países americanos e europeus. Realizadas, desde então, de quatro em quatro anos, vieram a ser suspensas em 1942 e 1946, e reiniciadas, com regularidade, a partir de 1950. Dessa data em diante, o número de países inscritos nas eliminatórias e de países participantes tendeu a crescer. Na Copa de 1958, na Suécia, 46 países estiveram presentes nas eliminatórias, tendo 16 disputado o campeonato. Na Copa de 1970, no México, tais números passaram, respectivamente, para 68 e 16. Em 1990, na Itália, foram 103 seleções nas eliminatórias e 24 participantes. Em 2002, na Coreia do Sul e no Japão, alcançaram-se os números de 193 países nas eliminatórias e 32 participantes. Em paralelo a esse aumento, assistiu-se, na década de 1990, à diversificação dos países inscritos. As seleções participantes foram não somente americanas e européias, como em 1930, mas também, africanas e asiáticas. A Copa, em alguma medida, se globalizava.

Caracterize a conjuntura internacional entre 1942 e 1946, de modo a explicar a suspensão das Copas do Mundo de Futebol nesse período

5. UERJ 2006. Sessenta anos se

passaram desde o fim da Segunda Guerra Mundial, mas terror, fanatismo, fundamentalismo, ódio racial ainda freqüentam os noticiários de hoje. Considerando as relações político-econômicas na Europa, um dos fatores determinantes dessa Guerra está descrito em:

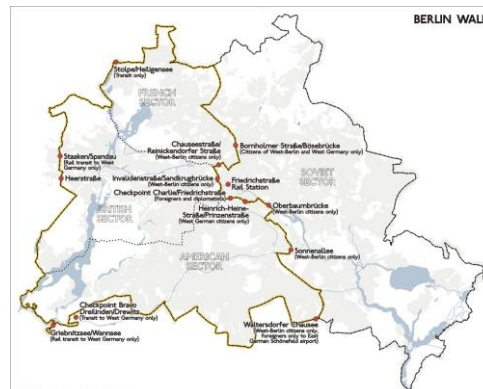
- (A) eclosão da Guerra Civil espanhola, que propagou movimentos revolucionários por diversos países
- (B) imposição dos tratados de paz, que submeteram os vencidos a pagamentos de reparações de guerra
- (C) deflagração da crise de 1929, que deixou várias nações do continente em posição desvantajosa frente aos países americanos
- (D) instalação do "cordão sanitário", que se opôs ao avanço do comunismo nos países do Leste com a formação da Liga das Nações

Capítulo 24. A Guerra Fria

Apresentação – Após o fim da segunda guerra mundial, os dois grandes vencedores eram países de posições políticas extremamente divergentes, opostas. De um lado, os Estados Unidos, e de outro a União Soviética. Se desde seu início o estado bolchevique encarou os países capitalistas como inimigos, a recíproca nem sempre foi verdadeira: apesar de temer que o socialismo se espalhasse, empresários do mundo todo comercializavam conteúdos com os soviéticos se houvesse lucro a ser feito. Nas décadas que antecederam a guerra fria, a relação entre EUA e URSS foram, inclusive, bem amigáveis em muitos aspectos. Após o fim da segunda guerra, entretanto, esta relação deteriorou rapidamente. Para muitos estudiosos EUA e URSS já começaram a demonstrar inimizade durante a guerra. O uso de bombas atômicas no Japão, portanto, pode ser visto não apenas como uma manobra eticamente questionável dos americanos para conseguirem a rendição imediata dos japoneses, mas também para “mostrar os dentes” para os soviéticos, demonstrarem do que eram capazes caso seus interesses fossem ameaçados. Para muitos, portanto, a guerra fria começa ao mesmo tempo em que termina a segunda guerra, com a obliteração de Hiroshima e Nagasaki.

A questão alemã – Sendo também após o fim da segunda guerra considerada a grande culpada pelo conflito, a Alemanha foi a que mais sofrera sanções dentre as nações derrotadas. Uma dentre elas foi a de que o país seria conjuntamente administrado pelas quatro forças vencedoras da guerra, França, Inglaterra, EUA e URSS. A Alemanha foi partida virtualmente, portanto, em quatro partes. Entretanto Berlim, a capital administrativa, se situava na parte soviética. Como capital, ela foi igualmente dividida em quatro, para que todas as nações tivessem acesso à máquina burocrática alemã. Em 1947, os EUA proporam que as

divisões da Alemanha fossem suspensas e que as quatro nações governassem em conjunto os quatro setores do país, ao invés de cada um “governar o seu”. A URSS recusou, pois achava que se toda a Alemanha fosse governada por três capitalistas e um socialista ela sempre seria derrotada nas decisões políticas. Os EUA, entretanto, desconsideraram a recusa soviética e procederam a unir seu setor com o da Inglaterra e França. Em resposta, a URSS passou a proibir que os capitalistas enviassem suprimentos à Berlim, que ficava totalmente no território do setor soviético, e eventualmente murou toda a seção capitalista da cidade. Sem acesso às estradas, os americanos passaram a enviar suprimentos por avião, pelo chamado *corredor aéreo*. Sem interesse em iniciar uma guerra com a única potência nuclear de então, a URSS se viu obrigada a aceitar tal manobra, pois derrubar o avião não era uma opção. Foi a primeira grande tensão entre os dois gigantes da guerra fria.



O muro de Berlim, como se pode ver, foi basicamente uma “cerca” sobre os setores capitalistas da cidade.

A Formação da ONU – A ONU, formada em 1942, é vista por muitos com razão como uma “descendente” da Sociedade das Nações, formada após a primeira guerra. Como esta, a ONU tinha por principal prerrogativa ser uma instituição internacional que tivesse por principal ambição manter a paz e a estabilidade no mundo. Dentre seus diversos ramos, se destaca o *Conselho de Segurança*, no qual cinco países fixos têm poder de vetar medidas que vejam como

ameaçadoras do equilíbrio global. Estas nações são: China, Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética. Outras agências que conhecemos bem são parte da ONU, como o FMI, o BIRD, a UNESCO, entre outras.

A maior diferença entre a ONU e a Sociedade das Nações se deve ao fato de a ONU possuir um exército próprio. A Sociedade das Nações, quando julgava que determinada ação poderia prejudicar o equilíbrio europeu, não podia fazer nada a não ser dar sua opinião aos governos dos países que a compunham. Não tinham forças para tentar impedir tais eventos. Por este motivo a Sociedade das Nações se provou incapaz de fazer mais para evitar a Segunda Guerra Mundial.

A Reconstrução da Europa – Se após a primeira guerra a Europa estava exausta, após a segunda ela estava virtualmente destruída. Anos de bombardeios e um número assombroso de mortos deixaram cidades inteiras arruinadas. A população tentava se recuperar de suas perdas materiais, espirituais, familiares. O fantasma do comunismo voltava a assombrar os governos europeus, que precisariam certamente de ajuda se quisessem sair desta crise rapidamente.

Diante desta situação, o governo americano lança o *Plano Marshall* em 1948. Tal plano consistia basicamente em um pacote de ajuda financeira aos países europeus, para que estes se reconstruam e voltem a ser membros produtivos da comunidade internacional. Além disso, o Plano Marshall impedia que a economia européia ficasse fraca ao ponto de parar de comprar os produtos americanos, algo que os EUA temiam muito. A crise de 29, afinal, havia acontecido há apenas dezesseis anos, e ninguém queria que ela se repetisse – a não ser os soviéticos.

Neste cenário de necessidades, a Europa começa a tomar passos em uma direção que para nós hoje é uma realidade consolidada: a integração entre as nações européias. Na tentativa de melhor lidarem com os

problemas econômicos, muitos países europeus passam a dar um pouco menos importância às suas fronteiras nacionais e se aglutinarem em grupos econômicos. O Conselho da Europa, formado em 1949, e o MCE (Mercado Comum Europeu), formado em 1957, são vistos como antecessores diretos da União Européia que hoje conhecemos tão bem.

A Iugoslávia – Conquistada pelos nazistas durante a II Guerra, os povos que compunham a Iugoslávia não foram libertados de tal opressão pelas tropas soviéticas, como foi o caso de outros países da Europa Central, como Hungria e Tchecoslováquia. No caso iugoslavo a libertação veio em 1945 através do Marechal Josef Tito e seus *partisans*. De tendência socialista, Tito aproximou-se inicialmente dos soviéticos, esperando uma aliança entre iguais que ajudasse a ambos. As visões de Stalin, entretanto, eram outras. Credo que a URSS deveria ocupar uma posição de líder entre os países socialistas, Stalin não admitia que as políticas socialistas de outros países se desviassem do padrão estabelecido pelos soviéticos. Em resposta a tal rigidez stalinista, a Iugoslávia rompeu com o bloco soviético em 1948 e buscou estabelecer um modelo socialista próprio. Apesar de em 1955 ter reatado relações com os soviéticos, reteve sua independência do bloco – o que era possível, entre outros motivos, pelo fato de que não era mais Stalin o líder soviético, mas Krushchev.

O marechal Tito, herói da libertação iugoslava, permaneceu no poder até sua morte, em 1980. Antevendo complicações para substituí-lo, dada a multiplicidade de culturas que compõem a Iugoslávia, Tito desenvolveu uma política de revezamento, na qual o líder do país seria alternadamente originário de cada uma das regiões em questão. Em 1991, um desentendimento entre Sérvia e Croácia acerca da liderança do país iniciou um longo conflito que levou à fragmentação da Iugoslávia, custando a centenas de milhares suas

vidas.

A Guerra da Coreia – Depois do fim da guerra, a Coreia foi libertada de seus ocupadores japoneses. Em seguida, as duas grandes forças políticas coreanas, os comunistas e os liberais, se polarizaram, indo os primeiros para o norte do país e os segundos para o sul. Em 1948, tal polarização foi ratificada em um acordo, que separava a Coreia em duas, Coreia do Norte (de governo socialista) e Coreia do Sul (de governo capitalista).

Em 1950, os comunistas coreanos consideraram que eram fortes o suficiente para conquistarem a Coreia do Sul. A guerra da Coreia se inicia, e os norte-coreanos conquistam quase todo o território coreano. Quase todo...

Este foi o primeiro grande confronto entre capitalistas e socialistas. EUA e URSS, por sua vez, não tinham interesse de se meter diretamente no conflito, pois temiam represálias um do outro (se os EUA atacam comunistas, por exemplo, tal ato poderia ser interpretado pelos soviéticos como uma agressão a seus irmãos e um confronto poderia ter início). Lembremos que, em 1950, os soviéticos já tinham desenvolvido a bomba nuclear.

Os EUA, portanto, se voltaram para a ONU e pediram que ela votasse pela intervenção neste conflito, nesta agressão sem motivo. Como membro do conselho de segurança, a URSS poderia facilmente vetar esta medida e a guerra continuaria sem que a ONU fizesse nada. Entretanto, por algum motivo ainda não explicado, o representante da URSS faltou neste dia. Sem o veto da URSS, a ONU aprovou a intervenção e os EUA, representando a ONU, liderou a resistência sul-coreana. Com a entrada da força americana, os sul-coreanos não apenas recuperaram suas terras, mas invadiram o norte e quase o conquistaram. Antes disso, entretanto, a China passou a ajudar abertamente os norte-coreanos e igualou o campo de batalha. Em 1953, os exércitos se encontravam

basicamente na linha que anteriormente dividia as Coreias, e a guerra foi terminada, ratificando-se novamente aqueles limites como a divisão entre Coreia do Norte e Coreia do Sul.

A Descolonização da África e da Ásia

Já no século XIX, durante a expansão imperialista, certas colônias mais antigas já buscavam se separar de suas metrópoles, como a Índia. Mesmo no caso das colônias mais recentes, entretanto, a relação entre colônia e metrópole não foi tranqüila. No início do século XX, desejosas de se separarem de suas respectivas metrópoles, muitas sem sucesso tentavam agir com este intuito. Após a segunda guerra, entretanto, a maioria dos esforços de separação das colônias foi bem-sucedido e, em pouco mais de uma década depois, as colônias de todo o mundo passaram a ser países independentes. O que mudou nesta primeira metade do século para que estes esforços tenham conseguido alcançar seus objetivos?

Em primeiro lugar, pelo enfraquecimento das metrópoles. Após a segunda guerra, como vimos, a Europa estava economicamente destruída. As colônias, que antes eram fontes de lucro passaram a dar prejuízo. Notando a fraqueza das metrópoles, iniciaram resistências e ameaçaram sair às ruas, realizando greves e vandalizando as regiões. As metrópoles, além de poderem não receber nada das colônias devido a tais atos, ainda assim teriam que pagar os custos que tinham com a colônia, como salários de funcionários metropolitanos que lá trabalhavam. Usualmente, a metrópole poderia usar de força para conter tal insubordinação, mas não neste momento. Nem podiam também arcar com despesas adicionais como esta. O resultado foi, na maioria dos casos, um acordo de independência entre colônia e metrópole. Na maioria dos casos, portanto, a independência africana foi pacífica e diplomática.

Além disso, era também de interesse dos EUA e da URSS que tais colônias se desvinculassem dos países aos quais pertenciam e se tornassem independentes. Afinal, ambos tinham a ambição de trazerem para o seu lado o maior número de nações que pudessem, e era muito mais simples atrair um país recente, pobre e em dificuldades do que um império como o inglês ou o francês. Se por acaso houvesse um golpe comunista na França, os EUA se veriam perdendo não só a França como aliada contra o comunismo, mas também Argélia, Marrocos etc. Era um risco grande demais.

Na Ásia – A Índia era colônia inglesa desde o século XVIII. Ao fim do século XIX, entretanto, já havia tentativas de emancipação do país.

Na Índia havia duas religiões principais: O hinduísmo (maioria entre a população) e o islamismo (minoridade). Adeptos destas duas religiões freqüentemente discordavam acerca do que fazer na política indiana, e os ingleses sempre se demonstraram habilidosos em manipular estas divergências para que hindus e muçulmanos discutissem entre si e não se unissem contra a metrópole. Apenas na década de 1920, sob a liderança de Mohandas Gandhi, as forças políticas indianas conseguiram agir em conjunto contra a Inglaterra. A postura de Gandhi era a de uma resistência pacífica, misturando desobediência civil – não respeitar os decretos ingleses de forma pacífica, mesmo se agredido – e embargo aos produtos ingleses – em especial têxteis e sal. Em 1947, sofrendo economicamente, a Inglaterra sentia com o embargo indiano de seus produtos, e acabou por conceder a independência à colônia.

Vencido o inimigo inglês, entretanto, a aparente parceria entre muçulmanos e hindus se desfez. A Índia se forma a partir da população hindu e, nas duas regiões de grande concentração muçulmana se cria o Paquistão Ocidental e o Paquistão Oriental, que seria renomeado Bangladesh na década de 70. A ilha do Ceilão, antes

parte deste território colonial, se tornou o Sri Lanka que hoje conhecemos.

Assim como a Índia, no período imediatamente posterior à Segunda Guerra diversos territórios se tornam independentes. Entre eles, podemos citar: Malásia, Indonésia, Laos, Camboja e Vietnã, entre outros.

Na África – Como já foi dito, na África também a maioria das emancipações transcorreram de forma diplomática. Vendo o que acontecera entre Inglaterra e Índia serviu de exemplo, para Inglaterra e França, de quanto prejuízo uma colônia revoltosa poderia causar prejuízo este que tais países não podiam ter. Com o apoio internacional, as colônias se aproveitaram dessa conjuntura. No entanto, em algumas colônias houve derramamento de sangue, como na Argélia e no Congo.

São dignas de nota as colônias portuguesas, como Angola e Moçambique, que só conseguiram se tornar independentes depois de 1970, depois de mais de dez anos de luta armada. Salazar simplesmente se recusava a aceitar tal emancipação, com o apoio de grande número dos portugueses. Para entender tal fato, temos que refletir sobre o que as colônias significavam para os portugueses. Diferentemente de outros países europeus, Espanha e Portugal têm como período de maior orgulho de sua história o período em que colonizaram as Américas, pois foi o período em que eram as nações mais poderosas do mundo. No século XIX, quando Portugal mantém estas poucas colônias africanas, isto não significa apenas benefícios econômicos, mas também orgulho nacional. A glória da nação portuguesa foi atrelada historicamente às suas posses coloniais. “Perdê-las” soava para um português como um retrocesso, como mais uma coisa negativa em um momento que já apresentava tantas dificuldades.

O Terceiro Mundo – Refletindo sobre a situação política do globo, os

especialistas decidiram classificar o mundo como partido em dois. Havia, portanto, o primeiro mundo (composto pelos capitalistas e liderado pelos EUA) e o segundo mundo (composto pelos socialistas e liderados pela URSS).

Entretanto, neste processo de emancipação, a maioria avassaladora destes novos países decidiu abster-se de se alinhar em qualquer um destes dois lados. Esta foi a chamada política do não-alinhamento, afirmada na Conferência de Bandung, de 1955. A partir de então, se configurou um *Terceiro Mundo*, que a princípio não se aliava nem aos capitalistas nem aos socialistas.

Na medida em que tais países foram se tornando independentes, começaram a pleitear sua entrada na ONU. Rapidamente as potências mundiais perceberam que, com a entrada de tantos países, era o terceiro mundo o detentor do maior número de votos na ONU. Os "outros dois mundos", portanto, sempre se esforçariam, a partir de então, para convencer membros destes não-alinhados a votarem em seu favor.



O socialismo não ameaçava apenas os interesses colonialistas dos capitalistas. Como o mapa acima demonstra, a presença comunista diretamente adjacente às grandes potências capitalistas era considerável.

A Revolução Chinesa

Durante o século XIX, com a Guerra do Ópio e a Guerra dos Boxers, a China se viu passar de uma grande nação asiática a um estado sobrepujado por produtos e influências europeias e americanas, um estado fraco e incapaz de defender suas próprias tradições

diante da opressão política e econômica destes ocidentais. Esta situação nunca foi aceita pela maioria chinesa.

Em 1905 foi formado por Sun Yat-Sen o *Kuomintang* (Partido Popular Nacional) que, alcançando o poder em 1912, proclamou a República e tentou paulatinamente recuperar o país dos estrangeiros.

Em 1922, entretanto, é criado o Partido Comunista Chinês, que já possuía um grande número de seguidores desde seu princípio. A popularidade do comunismo era tanta que Chiang Kai-chek, sucessor de Yat-sen na liderança do Kuomintang, decidiu atacar o PC chinês, massacrando milhares de comunistas. Ameaçados desta maneira, os comunistas fugiram para o norte do país, liderados por Mao Zedong.

No entanto, com a invasão da China pelos japoneses em 1937, os comunistas de Zedong e as tropas de Kai-chek se uniram contra o invasor. Tal confronto inchou os números do exército comunista, que recebia amplo apoio do camponês chinês que queria lutar por condições melhores de vida. Quando os japoneses foram derrotados na segunda guerra e se retiraram da China, Kai-chek percebeu o quão enorme havia ficado o exército comunista, e como Zedong passara a ter imenso apoio da maioria da população chinesa. Iniciou-se, então, a luta pelo poder na china, entre Kuomintang e Partido Comunista Chinês. Os comunistas pediam que a população se revoltasse, e em toda a China houve levantes contra o governo. Em 1949, Kai-chek não viu opção senão a de fugir para a ilha de Formosa (hoje Taiwan). Neste ano, se proclamou a República Popular da China.

A China Comunista – Após a fundação da República Popular da China, Zedong se tornou o grande líder deste imenso país. Assim como seu contemporâneo Stalin, a política de Zedong realizou a reforma agrária, tornando o cultivo da terra uma atividade comunal. Sua política, em linhas gerais, era alinhada com a de

Stalin e, durante a vida do líder soviético, as relações entre URSS e China foram boas.

Com a morte de Stalin e a entrada de Krushchev no poder soviético, e a desestalinização da política soviética empreendida por Krushchev, as visões políticas da URSS e da China deixam de estar em sincronia. Não apenas isso, mas dentro do partido comunista chinês se fortaleceram aqueles que discordavam dos métodos stalinistas de Mao, e que passaram a pensar de que maneiras podem alterar o curso da política chinesa. As oportunidades para fazê-lo surgiram especialmente a partir de 1958, quando o ambicioso plano econômico de Mao, o chamado *Grande Salto para frente*, não tem sucesso. Estes opositores, liderados pelo presidente Liu Shao-Chi, pretendiam alterar os critérios políticos chineses e afastá-los da doutrina maoísta. Zedong e seus aliados, entretanto, clamam a população que saia às ruas em protesto e acabem com esta tentativa de desvirtuar o caminho do socialismo chinês. Foi a chamada *Revolução Cultural*. A manobra de Mao funcionou, e seus opositores foram depostos e tiveram que fugir da China.

Em 1976, entretanto, Mao Zedong morre, e deixava atrás de si a pergunta: Quem tomaria seu lugar? Havia basicamente dois pretendentes, a mulher de Mao, Jiang Qing, fiel seguidora da doutrina maoísta radical, e o mais moderado Deng Xiaoping. Os moderados levaram a melhor e, para acelerar a industrialização da China, começaram paulatinamente a abrir o regime, incentivando a entrada de capital estrangeiro na economia chinesa.

Em 1989 tal abertura traria para o governo chinês consequências desagradáveis para seus governantes. Tendo contato maior com as culturas de outros países, se formou e se fortaleceu na China um movimento de luta por maiores liberdades civis para os chineses, que em 1989 explodiria na chamada *Primavera de Pequim*. O movimento foi reprimido duramente.

A Revolução Cubana

Cuba, desde sua independência, foi um dos países americanos que mais agia em favor das políticas dos EUA. Em sua constituição figura uma emenda chamada *Emenda Platt*, a qual garantia basicamente aos EUA o direito de intervir diretamente na política cubana caso seus interesses fossem ameaçados.

Na década de 50, governada por Fulgêncio Batista, Cuba era um país pobre e com diversos problemas, como a maioria de seus vizinhos. Em 1953, um grupo comandado por Fidel Castro tentou ocupar um quartel militar para, a partir daí, depor Batista. Foram derrotados, entretanto, e Castro acabou exilado no México.

Castro não desistiu. No México, organizou um grupo com cerca de oitenta homens para invadir Cuba e remover Batista do governo. Em 1956 desembarcaram em Cuba, mas o governo sabia de sua vinda. Sob fogo, fugiram para as montanhas de Sierra Maestra, sobrando apenas cerca de vinte dos oitenta originais. Com o apoio dos camponeses da região, Castro transformou um grupo de vinte em uma grande luta que tomava lugar nas ruas de Havana. Batista dava sinais de fraqueza, e necessitava da ajuda americana para repelir os golpistas. Os EUA, entretanto, optaram por não fazê-lo. Não apoiaram Batista por acharem que Castro no poder seria de interesse deles. Afinal, os camponeses o apoiavam, ele seria capaz de administrar o país de forma mais harmoniosa. Deve-se ressaltar aqui que, até este momento, Castro nunca havia se dito comunista, nem se filiado a qualquer partido de esquerda.

Castro venceu, e os EUA viraram o rosto. Logo após de alcançar o poder em Cuba, entretanto, Castro se aliou aos comunistas e tratou de implantar o socialismo em Cuba, para a surpresa dos americanos. Para os soviéticos tal desenvolvimento foi excelente, pois agora não havia comunismo apenas na Europa central e na Ásia, mas também na América.

De Cuba, a tarefa de espalhar o comunismo para a América parecia muito mais factível.

A invasão da Baía dos Porcos e a Crise dos Mísseis

– Em 1961, o governo americano tomou iniciativa, e organizou uma expedição de cubanos exilados nos EUA para tentar tomar, ou ao menos desestabilizar, o regime de Castro. A invasão deveria ocorrer no local chamado Baía dos Porcos. Esta expedição foi, entretanto, derrotada, e ficou claro para Cuba e URSS que havia sido um ataque orquestrado pelos americanos.

Os soviéticos não queriam que Castro deixasse o governo de Cuba de forma alguma. Era um ponto estratégico valiosíssimo, um bastião do socialismo a algumas centenas de metros dos EUA. A URSS, neste ano, passou a instalar em Cuba equipamento para lançamento de mísseis, de modo a poder ameaçar os EUA em seu próprio quintal. Quando confrontados pelos EUA, a URSS afirmava que não havia mísseis em Cuba que pudessem atacar alvos terrestres, os mísseis terra-terra, apenas mísseis para atingir alvos aéreos, mísseis Terra-ar. A não ser que os EUA possuíssem cidades voadoras, os mísseis cubanos não poderiam ser usados de outra maneira que não defensiva, afirmava Krushchev. Aviões americanos, entretanto, conseguiram fotografar a base em Cuba e foi descoberto que, na verdade, eram mísseis terra-terra e que os soviéticos estavam mentindo. Foi talvez o momento mais tenso de toda guerra fria, com os EUA ameaçando atacar a URSS imediatamente se os mísseis não fossem removidos. Depois de pouco mais de uma semana de negociações, a URSS retirou os mísseis de Cuba.

O desfecho da crise gerou outros efeitos notáveis, dentre os quais se destaca o afastamento de Krushchev da liderança soviética. Se até este momento os embates entre EUA e URSS haviam sido travados de forma indireta, as discussões e ameaças entre as duas superpotências acerca da questão cubana foram a primeira grande queda-de-braço diretamente

travada entre as duas. Nesta competição, a URSS foi claramente derrotada, e forçada a recuar diante da ameaça de força norte-americana. Sendo Krushchev o único líder da história da URSS a sair de seu cargo em vida (com exceção de Gorbachev, que apenas deixou de ser o líder supremo soviético em vida porque a própria URSS terminou), argumenta-se que politicamente o governante perdeu apoio político após tal derrota – apesar de sua saída ter sido justificada, na época, por problemas de saúde do líder soviético. Se a política de desestalinização de Krushchev já incomodava muitos políticos soviéticos, tal evento se provou um excelente pretexto destes descontentes para removê-lo da posição de autoridade e liderança.

A Guerra do Vietnã

A busca dos vietnamitas por independência foi conturbada, sendo necessário um conflito com os franceses para que finalmente alcançassem seus objetivos em 1954. No país a força dos socialistas era muito forte e, como na Coreia, o país foi dividido em dois, o Vietnã do Sul (capitalista) e o Vietnã do Norte (Socialista). No caso do Vietnã, no entanto, ficou acordado que em 1956 ocorreria um plebiscito para unificar o país sob os comunistas ou sob os capitalistas.

Os EUA, entretanto, sabiam que os comunistas ganhariam facilmente este plebiscito e impediram que a votação ocorresse, o que levou a um grande descontentamento dos comunistas. Depois de se organizarem, em 1960 fundaram a FNL (Frente Nacional de Libertação), com intuito de defender a causa vietnamita. O exército da FNL era denominado *vietcongue*.

A partir da fundação da FNL, inicia-se a guerra do Vietnã, entre o sul e o norte. O norte possuía clara vantagem, além do apoio maciço da população.

Inicialmente os EUA ajudam os capitalistas vietnamitas apenas com armas e treinamento, sem se meter na guerra diretamente. Entretanto,

quando a situação se mostrou crítica, os EUA decidiram entrar de vez na guerra, sob o governo do presidente Kennedy (1961). Além de enviar tropas, os EUA empregaram diversos dos produtos de suas mais recentes pesquisas bélicas, como o *Napalm*.

Apesar de militarmente superiores, os EUA não estavam vencendo. Os vietcongues contavam com apoio total da população vietnamita, e conheciam muito bem o terreno em que lutavam. Preparavam armadilhas e emboscadas, e os americanos, apesar de terem ótimo equipamento, não conseguiam vencer seus combates.

Na medida em que a guerra avançava, os EUA investiam cada vez mais nela, mandando grandes números de tropas e armas para o país. Os vietnamitas do sul, por sua vez, se aproximavam de seus aliados socialistas e mantinham o esforço de guerra, sempre utilizando-se de táticas de guerrilha.

Com o passar do tempo e a acumulação de baixas, a opinião pública norte-americana começou a protestar cada vez mais contra a guerra. O Vietnã era um país minúsculo do outro lado do globo e os americanos não entendiam – e/ou não aceitavam – porque seus filhos eram enviados para morrerem em um local tão distante, lugar esse que muitos deles não saberiam sequer identificar em um mapa antes da guerra. A mídia passou a veicular a insatisfação pública, manifestada através de protestos estudantis, discursos de movimentos negros e de grupos alternativos, como os *hippies*.

Diante destes protestos, o governo americano negociou um cessar fogo com os norte-vietnamitas e se retirou do Vietnã em 1973. Sem o apoio das tropas americanas, o Vietnã do sul se mostrou incapaz de conter os avanços dos comunistas e, em 1975, se renderam. O Vietnã tornar-se-ia um país comunista, até o esfacelamento da URSS em 1991.

Questões de Vestibulares

1. Enem. Os Jogos Olímpicos tiveram início na Grécia, em 776 a.C., para

celebrar uma declaração de paz. Na sociedade contemporânea, embora mantenham como ideal o conagração entre os povos, os Jogos Olímpicos têm sido palco de manifestações de conflitos políticos. Dentre os acontecimentos apresentados abaixo, o único que evoca um conflito armado e sugere sua superação, reafirmando o ideal olímpico, ocorreu

(A) em 1980, em Moscou, quando os norte-americanos deixaram de comparecer aos Jogos Olímpicos.

(B) em 1964, em Tóquio, quando um atleta nascido em Hiroshima foi escolhido para carregar a tocha olímpica.

(C) em 1956, em Melbourne, quando a China abandonou os Jogos porque a representação de Formosa também havia sido convidada para participar.

(D) em 1948, em Londres, quando os alemães e os japoneses não foram convidados a participar.

(E) em 1936, em Berlim, quando Hitler abandonou o estádio ao serem anunciadas as vitórias do universitário negro, Jesse Owens, que recebeu quatro medalhas.

2. PUC.



No traço de Belmonte, o mundo é a bola em jogo entre Truman e Stalin. Assinale a alternativa na qual se encontra a melhor interpretação do desenho do cartunista brasileiro Belmonte, em relação à situação mundial após a II Guerra Mundial:

(A) O desenho de Belmonte sugere o início da Guerra Fria, caracterizado pelo embate entre o bloco socialista,

liderado pela URSS, e o capitalista, liderado pelos EUA, que disputaram, pelas décadas seguintes, o predomínio técnico, militar, econômico e político do mundo.

(B) A guerra se encerrara em 1945, e os principais aliados vitoriosos, EUA (Truman) e URSS (Stalin), estavam discutindo, em conferências internacionais, tratados de paz para a divisão dos territórios dos países derrotados.

(C) O globo do desenho põe em evidência a América do Sul e a África, pois estes seriam os principais focos de disputa entre as grandes potências, já que, neste momento, a divisão européia estava consolidada.

(D) O cartunista brasileiro teria cometido um equívoco, pois o governo inglês havia participado de todas as conferências internacionais, sendo um dos "três grandes". Além disso, a criação da ONU, em 1945, havia deslocado a discussão dos problemas mundiais para esse fórum.

(E) De aliados, na II Guerra Mundial, EUA e URSS transformaram-se em inimigos. Criaram, em 1946, alianças militares opostas (OTAN e Pacto de Varsóvia); dividiram a Alemanha, com a construção do Muro de Berlim; e iniciaram uma guerra localizada na Coreia.

3. PUC. Em 2008 comemoram-se os quarenta anos do emblemático ano de 1968, um ano que modificou profundamente o mundo em que vivemos. Sobre os significados dos acontecimentos que marcaram o ano de 1968, estão corretas as afirmativas abaixo, à exceção de:

(A) Neste ano ocorreu a "Primavera de Praga", na Tchecoslováquia, que representou a "luta por um socialismo com a face mais humana", nas palavras de seus líderes.

(B) O ano de 1968 foi marcado pela defesa dos valores tradicionais, como a família, pelo conservadorismo, pelo repúdio às utopias igualitárias e à política.

(C) Na França os estudantes universitários foram para as ruas defender o "direito de pedir o

impossível e proibir as proibições".

(D) No Brasil ocorreu o recrudescimento da ditadura militar no governo do General Costa e Silva, com o decreto do Ato Institucional nº. 5, em dezembro de 1968.

(E) Nos Estados Unidos a juventude protestou contra a Guerra do Vietnã, participou do movimento hippie e lutou pelos direitos civis dos negros.

4. PUC. Durante a Guerra Fria, a disputa entre os interesses soviéticos e norte-americanos manifestou-se em diversos conflitos internacionais. As alternativas abaixo apresentam exemplos desses conflitos, com EXCEÇÃO DE:

(A) O ressurgimento do nacionalismo nos Balcãs, na última década do século passado, acelerou a fragmentação da URSS.

(B) A Crise dos Mísseis, em Cuba, em 1962, constituiu-se em um dos momentos críticos da disputa nuclear entre as duas potências.

(C) O agravamento das tensões no sudeste asiático, particularmente no Vietnã, levou ao envolvimento direto dos EUA no conflito contra os comunistas.

(D) A construção do Muro de Berlim, separando a cidade entre Leste e Oeste, expressou a existência de duas áreas de influência econômica, política e militar na Europa.

(E) Na invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, em 1961, os contra-revolucionários foram auxiliados pelo governo norte-americano.

5. PUC. COM EXCEÇÃO DE UMA, as opções apresentam de modo correto conflitos em que os Estados Unidos da América, de um lado, e a União Soviética e/ou a China, de outro, assumiram posições antagônicas, no contexto caracterizado pela Guerra Fria:

(A) Crise de Berlim (1948-1949).

(B) Guerra da Coreia (1950-1953).

(C) Crise de Suez (1956).

(D) Crise dos Mísseis (1962).

(E) Guerra do Vietnã (1962-1974).

6. UERJ. SURDEZ HISTÓRICA

Com a ligeireza habitual, em notas encurtadas pelo tédio, parte da imprensa brasileira registrou, no dia 28 de maio, o referendo que aprovou a nova Constituição de Ruanda, um dos grotões da África profunda. O texto estabelece que nenhum partido poderá ter mais de 50% das vagas no parlamento. Nem poderão pertencer à mesma legenda política o presidente, o vice-presidente e o chefe do Poder Legislativo. (...) Se o Brasil não fosse surdo às vozes da África, a imprensa teria anunciado o fato com pompas e fitas. (...) Pouco antes do referendo, a paz entre os tutsi e os hutu parecia condenada a arder na fogueira dos ódios ancestrais. Um governo compartilhado pode existir em democracias ultradesenvolvidas do Primeiro Mundo. Como implantar a fórmula em Ruanda? (...). (Adaptado de NUNES, Augusto. *Jornal do Brasil*, 08/06/2003.)

Ruanda, como vários dos países africanos, viveu longos períodos de guerra civil desde sua descolonização. A proposta de um governo compartilhado é mais uma tentativa de pôr fim aos conflitos internos e inúmeras mortes.

No que se refere às características históricas dos povos africanos, as razões para a indagação do jornalista, em relação à sorte da proposta em Ruanda, podem ser explicadas por:

- (A) atraso no processo de industrialização e liberalização dos costumes
- (B) existência de disputas entre etnias e acesso reduzido a direitos políticos
- (C) influência de religiões fundamentalistas e presença de governos autoritários
- (D) manutenção de valores tradicionais e adoção de medidas econômicas monopolistas

7. UERJ. As três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial foram de grande importância para os povos asiáticos e africanos, que em sua maioria se emanciparam. Uma transformação político-econômica decorrente do processo de

descolonização nesses continentes é:

- (A) criação de sociedades igualitárias
- (B) surgimento de potências regionais
- (C) redução das áreas de influência das superpotências
- (D) restabelecimento das fronteiras anteriores à colonização

8. UFF. O imperialismo foi marcado por variadas formas de opressão, com o objetivo de facilitar a introdução de valores europeus, entendidos como superiores. Os diversos processos de independência tornaram-se herdeiros de uma história de desconfiança e menosprezo entre os povos submetidos, revelando – ao menos em parte – as estratégias bem sucedidas dos dominadores. Nesse sentido, os recentes conflitos envolvendo a Índia e o Paquistão são, hoje, a face mais visível de uma luta intensificada quando da Independência dos dois países, em 1947. Identifique a opção que se refere, **incorretamente**, à problemática mencionada acima.

- (A) À época da independência, a Índia foi desmembrada nos estados: a Índia propriamente dita, o Paquistão e a ilha de Ceilão, conhecida como Sri Lanka.
- (B) As questões envolvendo as fronteiras entre Índia e Paquistão são bastante antigas e, até certo ponto, decorreram da política britânica de estimular as rivalidades religiosas e étnicas das populações sob seu domínio.
- (C) Quando a colônia indiana tornou-se independente, instituíram-se um país de maioria cristã, o Paquistão, e outro, que hoje é a Índia, destinado à população de origem muçulmana.
- (D) A posse da região de Caxemira faz parte das disputas fronteiriças travadas pela Índia e Paquistão, sendo, também, reivindicada pela China.
- (E) Intensas disputas tiveram lugar nos Estados independentes, e sangrentos conflitos culminaram com a autonomia da parte oriental do Paquistão, originando a República de

Bangladesh.

9. UFRJ. "A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. (...) A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial (...). A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso da força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos (...). Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética." HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 224.

No texto acima, o historiador inglês buscou resumir as principais características das relações internacionais no período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e o fim da década de 1980, genericamente denominado Guerra Fria.

a) Explique o papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia naquela conjuntura.

b) Considerando o contexto da Guerra Fria, cite dois movimentos políticos surgidos na África que questionavam a hegemonia norte-americana no continente.

10. PUC 2003. A Guerra do Vietnã é freqüentemente representada no cinema norte-americano como um "trauma" para aquela sociedade: uma guerra em um país distante, na qual

muitos jovens morreram e o país foi derrotado por uma força militar tecnologicamente muito inferior.

a) Relacione o envolvimento norte-americano na Guerra do Vietnã a, pelo menos, dois acontecimentos ocorridos no equilíbrio político da Ásia, após a Segunda Guerra Mundial.

b) Indique dois movimentos de resistência ao envolvimento norte-americano na Guerra do Vietnã, ocorridos nos EUA.

11. UFRJ 2003. Cite uma semelhança e uma diferença entre os modelos socialistas soviético e chinês nas décadas de 1950 e 1960

12. UFRJ. Identifique duas alterações ocorridas no mapa geopolítico do leste asiático, na década de 1950, relacionadas à fundação da República Popular da China.

13. UFRJ. "*Corações e Mentes* [documentário realizado pelo cineasta norte-americano Peter Davies, nos anos 70, sobre a guerra do Vietnã] tem esse nome devido ao slogan do governo norte-americano na época, de que nós tínhamos que ganhar os corações e mentes do povo vietnamita. Pois estive no Iraque e os americanos estão utilizando a mesma frase. E lá vi as mesmas atitudes, a mesma arrogância. Achei que o Vietnã tinha nos ensinado a lição: não ir para a guerra com países que não estão nos ameaçando. É assustador ver o quão rápido a lição foi esquecida." Fonte: adaptado de entrevista de Peter Davies ao jornal *O Globo* de 01 de outubro de 2004, segundo caderno, p. 2.

Apesar das diferenças no tempo e no espaço, as guerras do Vietnã e do Iraque – a última iniciada em 2003 e ainda em curso – têm em comum resultarem de intervenções militares norte-americanas ao redor do planeta.

a) Identifique um elemento da conjuntura internacional que contribuiu para a eclosão da Guerra do Vietnã.

b) Explique um dos princípios da chamada Doutrina Bush, adotada pelo governo norte-americano após os atentados de 11 de setembro de 2001, que tenha servido como justificativa para a invasão do Iraque

14. PUC 2005. A maior presença de países africanos e asiáticos esteve, entre outros aspectos, associada a acontecimentos políticos das décadas de 1950 e 1960, que alteraram, profundamente, as relações internacionais no decorrer da segunda metade do século XX. Identifique e explique esses acontecimentos.

15. UFF. A Independência de Angola, em 1975, foi marcada por grandes tragédias. Após a libertação, o novo país, liderado por Agostinho Neto, ainda foi palco de uma guerra civil não menos cruel, revelando as distintas opções políticas dos movimentos nacionalistas angolanos. Relacione a Independência de Angola ao imperialismo português e indique uma razão para a guerra civil pós-independência.

16. UERJ 2008.

Preto e branco a cores
Destino a minha vida
Minha luta pela liberdade (...)
Eu tenho raça e a cada farsa, a cada horror
O meu empenho, meu braço, meu valor (...)
O nosso herói Mandela é
Senhor da fé, clamou o povo
E o tigre encontra no leão
A maior inspiração de um mundo novo (...)
Liberdade pelo amor de Deus
Liberdade a este céu azul
É minha terra, orgulho meu
Porto da Pedra canta a África do Sul

Escola de Samba do Porto da Pedra, RJ,
David Souza et al.

A letra do samba-enredo homenageia Nelson Mandela, líder da luta vitoriosa contra o regime de apartheid na África do Sul. Porém, tal como no caso da escravidão brasileira, as

consequências do longo período de segregação não se deixaram apagar com facilidade. O elemento que identifica corretamente uma herança importante desses dois regimes do passado, ainda presente nas formações sociais de ambos os países, é:

- (A) desigualdade de renda
- (B) legislação discriminatória
- (C) exclusão cultural das minorias
- (D) ausência de representação política

17. UFRJ 2007. “Agora há perspectivas de um amanhã mais justo para o povo negro. Esta data é o alvorecer de nossa liberdade”. (Nelson Mandela em sua posse como presidente da República da África do Sul.) A declaração de Nelson Mandela se refere ao fato de que, em 1948, o Partido Nacional oficializou a política de segregação racial na África do Sul. Semelhante regime político – o apartheid – vedava o acesso da população negra e não branca em geral aos direitos desfrutados pelos brancos. **Identifique** duas determinações legais que exemplificavam o cerceamento dos direitos civis dos negros na África do Sul.

18. UERJ 2006.



(REZENDE, A. P. e DIDIER, M. T. *Rumos da história*. São Paulo: Atual, 2001.)

A mão da limpeza
(...) É, imagina só

O que o negro penava
 (...) Negra é a mão de quem faz a limpeza
 Lavando a roupa encardida,
 esfregando o chão
 Negra é a mão, é a mão da pureza
 (...) Limpando as manchas do mundo
 com água e sabão
 Negra é a mão da imaculada nobreza
 (...) Gilberto Gil

A luta dos negros pela igualdade de direitos contou, nos Estados Unidos, nas décadas de 1950 e 1960, com a liderança do pacifista Martin Luther King. No Brasil, por meio de sua música, Gilberto Gil é uma das vozes que denunciam as condições precárias de vida de parcela dessa população. O processo histórico que deu origem à exclusão social de parte considerável da população negra, tanto no caso norte-americano quanto no brasileiro, e uma de suas conseqüências estão relacionados em:

- (A) oficialização do apartheid – acesso a escolas segregadas
- (B) implantação do escravismo nas colônias – desvalorização do trabalho manual
- (C) empreendimento de política imperialista – restrição à ocupação de cargos de liderança
- (D) existência de relações escravistas na África – uso diferenciado de meios de transporte coletivos

19. UERJ 2009.

Tanto Mar

Sei que estás em festa, pá
 Fico contente
 E enquanto estou ausente
 Guarda um cravo para mim
 Eu queria estar na festa, pá
 Com a tua gente
 E colher pessoalmente
 Uma flor no teu jardim
 Sei que há léguas a nos separar
 Tanto mar, tanto mar
 Sei também quanto é preciso, pá
 Navegar, navegar
 Lá faz primavera, pá
 Cá estou doente
 Manda urgentemente
 Algum cheirinho de alecrim (Chico Buarque de HOLLANDA. *Tantas palavras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006).

A canção de Chico Buarque de Hollanda refere-se à Revolução dos Cravos, ocorrida em Portugal em 1974. **Aponte** duas razões que levaram o exército português a liderar o processo revolucionário e **explícite** a principal conseqüência da Revolução dos Cravos para a política portuguesa na África.

Capítulo 25. A América latina contemporânea

Apresentação - Atualmente, apesar da ascensão de governos de cunho nacionalistas como os da Venezuela, com Hugo Chavez e da Bolívia, com Evo Morales, a maior parte da América Latina é governada por democracias liberais como nos exemplos do Brasil, México, Colômbia, Argentina e Chile. Na economia, apesar do crescimento regional de alguns países, a desigualdade social e a pobreza continuam afetando um número significativo da população latino-americana.

O período populista (1930-1970)

A Queda das oligarquias - Logo após a crise de 1929, aconteceram diversos golpes políticos na América Latina. Isso se deve ao declínio do poderio das antigas elites regionais primário-exportadoras no cenário político nacional. Com isso, novos regimes, muitas vezes autoritários, chegaram ao poder nos países da América Latina, como ocorrera no Brasil com a *Revolução de 30*.

O populismo - O populismo, em sua face histórica, teve como principais características a presença de líderes carismáticos a frente do governo; o autoritarismo; o apelo junto às massas populares; a "concessão" de direitos trabalhistas; a manipulação dos trabalhadores com esses direitos, e a defesa de uma política nacionalista. Esse modelo foi amplamente empregado no Brasil, Argentina e México, até a eclosão dos golpes militares nos dois primeiros países.

A Industrialização e a política social - O período populista na América Latina possui algumas características que o diferenciam de um país para outro. Mas apesar das diferenças, a era populista latino-americana caracterizou-se como uma época de grande desenvolvimento industrial e econômico-social. No Brasil, por exemplo, os trabalhadores

lutaram e alcançaram diversos direitos trabalhistas, esse avanço na aquisição de direitos no Brasil foi interrompido somente com o governo militar que se iniciou em 1964. Os governos populistas no Brasil, México e Argentina conseguiram organizar uma indústria de base e ainda nacionalizaram várias indústrias de setores estratégicos da economia. Esses três grandes países conquistaram sua autonomia econômica com a diversificação industrial adquirida neste período.

As multinacionais - Ao mesmo tempo em que construía seus parques industriais, nesse período muitos países latino-americanos receberam também diversas empresas multinacionais. O período a partir de 1945 foi caracterizado pela instalação de fábricas multinacionais em vários desses países, como foi o caso da *Volkswagen* que chegou ao Brasil durante o governo Juscelino Kubistchek. Entretanto, se por um lado essas multinacionais ajudaram na diversificação econômica desses países, por outro, elas iriam enviar importantes remessas de lucros às suas matrizes, prejudicando o desenvolvimento econômico nacional e se posicionaram contra as reformas sociais defendidas nesses países, apoiando a instauração de ditaduras na região.

A Guerra Fria - Em pleno cenário da *Guerra Fria*, em 1961, com a adoção do socialismo por Cuba e a aliança desse país à União Soviética, a América Latina passou a ser centro de combate contra uma possível expansão do comunismo no mundo. Além disso, o governo cubano, o médico (revolucionário) argentino Che Guevara e outros revolucionários tentaram promover novas revoluções socialistas em outras regiões da América Latina, como isso nas décadas de 1960 e 1970, os EUA, temendo a difusão do comunismo na região, passaram a incentivar a realização de golpes militares na América Latina.

Os golpes militares - Os golpes militares no Brasil, Argentina, Chile e outros países foram apoiados por

membros da elite industrial e financeira nacional, ligada ao capital estrangeiro e com o apoio do governo norte-americano. No Brasil, um grupo de industriais e economistas brasileiros organizou os planos econômicos que seriam implantados a partir de 1964. No Chile, depois do golpe de 1973, foram impostas reformas neoliberais.

Ditaduras e período democrático (década de 80 até os dias atuais)

As ditaduras e o endividamento externo - As ditaduras latino-americanas promoveram um crescimento econômico baseado nos empréstimos internacionais, que beneficiou uma pequena parcela da população, aumentando a concentração de renda e as desigualdades sociais. Com a crise do petróleo de 1973, e o conseqüente aumento dos juros desses empréstimos, veio o crescimento descontrolado das dívidas externas desses países e o mergulho num longo período de recessão e forte repressão às oposições políticas.

As crise econômica da década de 80 e a economia atual - Com a imensa dívida externa e interna, esses países limitaram os orçamentos governamentais para pagar as dívidas. Com isso, vieram a hiperinflação, a recessão e a queda dos investimentos nas áreas sociais. Atualmente, buscando construir um desenvolvimento econômico sustentável, a América Latina desenvolve acordos comerciais que privilegiam tanto produtos agrário-exportadores, como industriais. A pecuária ocupa um lugar de destaque nas atividades econômicas latino-americanas, assim como o extrativismo e a mineração. Entre os membros do subcontinente existe ainda um grande fluxo comercial desenvolvido internamente.

As tendências políticas - Nos últimos anos, emergiram vários regimes governamentais considerados de "esquerda" nos principais países do continente americano como são os

casos de Brasil, Venezuela, Argentina, Colômbia e Chile. Esta tendência está relacionada, muitas vezes, a um forte desgaste sofrido pelos partidos políticos tradicionais, ditos de "direita". Na América latina, a década de 1980, representou, ao mesmo tempo, tanto um cenário de expansão do modelo neoliberal (seguido por muitos países latino-americanos), quanto um momento de grande resistência social, representada pela forte oposição a esse modelo. Entretanto, a crescente oposição ao neoliberalismo não conseguiu evitar a crise econômica que se instalou em países como Brasil, Chile, Colômbia e outros. Uma das possíveis explicações para o enfraquecimento dos Partidos de "direita", relaciona-se com o fim das ditaduras latino-americanas, pois acreditava-se que os novos regimes democráticos trariam consigo justiça social e melhorias no plano econômico, contudo, tais regimes mostraram-se incapazes de sanar tais problemas. Diante deste panorama, os partidos conservadores ou de "direita", começaram a perder credibilidade no cenário político. Tal desgaste acabaria fornecendo elementos que mais tarde explicariam o crescimento dos partidos políticos ditos de "esquerda" e suas vitórias em diversos processos eleitorais nas principais economias da América latina. São exemplo desse fenômeno, os casos do Brasil com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2002); Venezuela, com Hugo Chávez (1998); Néstor Kirchner (2003), na Argentina e Michelle Bachelet (2005) no Chile.

Questões de Vestibulares

1. UERJ 2009.



Adaptado de *Veja*, 12/03/2008

A capa da revista ilustra mudanças políticas na tradicional relação entre os Estados latino-americanos, antes aliados na busca de maior autonomia. Uma dessas mudanças pode ser exemplificada por:

- (A) estatização dos recursos naturais da Bolívia
- (B) implementação da política livre-cambista da Argentina
- (C) ampliação do movimento de privatizações na economia da Venezuela
- (D) incorporação do socialismo cubano ao projeto nacionalista da Colômbia

Cap. 26 O Oriente Médio Contemporâneo

Apresentação – O Oriente Médio é atualmente uma das regiões mais conflituosas do planeta – se não a mais conflituosa de todas. É uma região que comporta pretensões de duas grandes religiões – o judaísmo e o islamismo – e uma que possui grandes quantidades de depósitos energéticos, como o gás natural e o petróleo. Durante todo o século XX, especialmente durante e após a guerra fria, esta região cresceu cada vez mais em importância, e o radicalismo adotado pela política de seus habitantes, aliada ao profundo desejo de estrangeiros de se beneficiarem das riquezas naturais da região, ensejou conflitos que ainda hoje podemos observar e que não têm solução em vista.

O conflito árabe-israelense na Palestina

A região da Palestina – Antes da formação do estado de Israel, a região da Palestina era habitada por uma maioria esmagadora de muçulmanos, com um pequeno contingente de católicos. Até o final da Primeira Guerra Mundial, essa região era parte do Império turco-otomano. Ao fim da Primeira Guerra a região passou a participar do império britânico, até o movimento de descolonização e a fundação do estado de Israel em 1948. A região foi, até 1880, habitada quase que unicamente pelos palestinos locais que, apesar de terem religiões diferentes, não tinham conflitos internos.

O sionismo – Em 1897, diante do crescente anti-semitismo que se podia perceber na política européia, o austríaco Theodor Herzl desenvolveu uma idéia de que os judeus, que há mais de mil e oitocentos anos se espalharam por todos os cantos do mundo, voltassem a ter uma “terra pátria”. A região da palestina era a escolha óbvia, pela presença da cidade sagrada de Jerusalém.

Após a I Guerra, tendo controle da região da Palestina, a coroa inglesa começou a permitir e facilitar a migração de judeus para Jerusalém, como desejavam os banqueiros ingleses. Isso em si já geraria problemas, pois durante e após a I Guerra os ingleses também se comprometeram com os palestinos a defender sua autonomia ou seus interesses, para que em troca os locais agissem de modo a ajudar na derrota do Império Otomano.

A fuga do nazismo e os primeiros conflitos – Com a ascensão de Hitler na Alemanha, o fluxo de judeus que migravam para a Palestina aumentou dramaticamente, bem como para outras localidades. Com o aumento do número de judeus, começaram a surgir os primeiros conflitos; os palestinos temiam a perda de terras com a chegada de tantos estrangeiros, e os judeus respondiam com força às agressões palestinas, agravando as tensões.

A fundação de Israel – Diante das crescentes tensões e dos recorrentes conflitos entre palestinos e judeus, a ONU decidiu mediar o conflito, a pedido dos judeus unidos, sugerindo que a Palestina fosse dividida em duas partes, para que comportasse harmonicamente os dois povos conflitantes. Entretanto, tal solução não foi bem-sucedida, pois não alcançou uma partição que agradasse ambos os lados – já que Jerusalém, em especial, não podia ser dividida. Já os ingleses, que até então tentavam manter a paz na região, retiraram-se de lá em 1948, tendo problemas financeiros próprios a tratar e indispostos a incorrer prejuízos com esta região.

Imediatamente após a retirada inglesa os judeus declaram a fundação do estado de Israel, sendo automaticamente reconhecido pela URSS. Stalin já tinha tido problemas com muçulmanos em seu país (fé majoritária entre os palestinos) e não tinha tido ainda muita sorte em cooptar para o seu lado da guerra fria os países da região do Oriente Médio.

Esperava que Israel se tornasse um poderoso aliado. Entretanto, na medida em que ficou clara a relação entre Israel e os judeus banqueiros dos países liberais, especialmente Inglaterra e Estados Unidos, Stalin se afastou de Israel diplomaticamente. Diante da fundação de Israel, os palestinos se mobilizaram para combater este inimigo que se formava. Diversos países árabes saem em socorro dos palestinos, ocupam a faixa de Gaza e a Cisjordânia, mas perderam a guerra diante do exército israelense, financiado por poderosos judeus de cidades como Nova York e Londres.



Acima podemos ver a atual disposição política dos estados do Oriente Médio.

O Egito de Abdul Nasser – O oficial militar *Abdul Nasser* emergiu como presidente do Egito em 1953 após o golpe de Estado de 1952 que pôs fim à monarquia no país. Ele ficaria como presidente do país até 1970. Nasser realizou amplas reformas no país, tirando o poder da antiga classe dos grandes proprietários de terra exportadores de algodão que sustentavam a antiga monarquia. Ele realizou uma ampla reforma agrária, limitando o tamanho da terra e dando terra a um grande grupo de lavradores sem terra, o que diminuiria a pobreza do país. Nasser ainda realizou nacionalizações, como do canal do Suez em 1956 e construiu,

com a ajuda soviética, diversas indústrias pesadas dando autonomia à economia do país. Enfim, torna o Egito também um local de refúgio para centenas de milhares de refugiados que perderam suas casas e famílias durante os confrontos entre palestinos e judeus.

Visto no Egito como um salvador da pátria, logo Nasser se tornaria um símbolo de libertação contra a opressão dos judeus e de seus "comparsas", como eram percebidos países como Inglaterra e Estados Unidos. Contente com a situação, a URSS se aproximou de Nasser e de seus aliados, e nos conflitos com os judeus freqüentemente a URSS prestaria algum tipo de auxílio.

A nacionalização do canal de Suez foi um duro golpe ao ocidente, como veremos mais abaixo. Em seguida a esta ação, Israel invadiu o Egito e Inglaterra e França atacaram a região do canal, insatisfeitos com a ação que lhes retirou a posse do mesmo. No entanto, diante da ameaça de falta de petróleo na Europa, a comunidade internacional recuou e pressionou os agressores a recuar. Seria a primeira grande demonstração da força que o petróleo adquiria no cenário internacional.

Em seu papel como herói dos árabes, Nasser envolveu seu povo em numerosas guerras e conflitos. Com tal uso dos recursos nacionais para fins de guerra, a situação econômica egípcia custava a melhorar, e seus habitantes ainda reclamavam da miséria na qual se encontravam.

O sucessor de Nasser, Anuar Sadat, diante desta situação, decidiu mudar radicalmente a postura de seu país. Afastou-se dos conflitos da região e da URSS e se aproximou dos EUA. Promoveu a paz com Israel, assinada em Camp David em 1978. No entanto, foi considerado por segmentos árabes como um traidor e assassinado em 1981.

Guerra dos seis dias (1967) – Os judeus acreditavam que, apesar da relativa paz, a guerra logo viria; que os palestinos ainda estavam descontentes com a presença dos

judeus naquele território, e que não agiam por não possuírem forças suficientes para sobrepujar o moderníssimo exército israelense. Decidiram, portanto, realizar um ataque surpresa aos palestinos, de modo a evitar que estes pudessem desferir o primeiro golpe.

Tendo durado seis dias em seu total, o ataque surpresa destruiu boa parte da frota de aviação egípcia e conquistou amplos territórios.

Ao fim desta, a ONU ordenou Israel a devolver os territórios conquistados, mas tal ato não foi cumprido.

A organização dos palestinos – Foi fundada em 1964 a OLP (Organização para a Libertação da Palestina). Tal grupo tinha por objetivo principal unir os palestinos em seus esforços para recuperar as terras que lhe haviam sido usurpadas pelos judeus invasores, como os viam. Após a derrota na guerra de seis dias, a OLP se radicalizou, e em 1969 Yasser Arafat se tornaria seu líder. Arafat defendia o uso da força, e formou um ramo militar dentro da OLP, o Al Fatah.

Sob Arafat, a OLP realizou inúmeros atentados terroristas aos judeus, como o assassinato dos atletas israelenses na olimpíada de Munique em 1972. Os israelenses reagiam atacando países palestinos, sendo incapazes de localizar os membros de tal organização ou seus líderes. Tal fato levou inclusive a conflitos entre a OLP e países palestinos, que desejavam que tais ataques cessassem pois eram eles que estavam recebendo as represálias. A mais famosa destas fricções ficou conhecida como Setembro Negro, quando em 1970 o rei da Jordânia mandou tropas para um acampamento de refugiados palestinos diante da recusa de Arafat de desistir do curso de ação terrorista.



Yasser Arafat, sem dúvida o homem mais famoso da História da OLP

Guerra do Yom Kippur (1973) –

Este conflito foi um iniciado pelos palestinos. Sabendo que o dia de Yom Kippur é um importante dia de celebração no calendário judaico, os palestinos o escolheram como data de início de um grande ataque, contando com o fato de que muitos soldados estariam de licença. Estavam corretos. Entretanto, ainda com o elemento surpresa as tropas palestinas e de seus aliados, mesmo com o apoio indireto da URSS, se provaram incapazes de vencer as tropas israelenses, que no decorrer de três semanas reconquistaram todas as terras perdidas, antes que a ONU pusesse fim ao conflito.

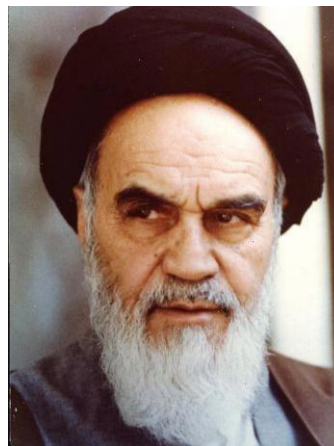
A Intifada – Em 1987, entre os muitos enfrentamentos que caracterizavam as constantes tensões entre palestinos e israelenses, um se destacou: foi chamado de Intifada. Neste ano, quatro palestinos foram atropelados por um caminhão israelense. Indignados, palestinos residentes da faixa de Gaza se revoltaram contra os israelenses, marchando às ruas e atacando soldados com pedras, paus e qualquer outro objeto que pudesse ser improvisado como arma. Os judeus responderam com balas de borracha, bombas de gás e tanques.

O que torna a Intifada um evento especialmente significativo foi o fato de a ONU ter tomado o partido da OLP e condenado as ações de Israel. Neste

cenário, um estado livre da Palestina foi declarado em 1988.

A Revolução Iraniana – Até 1979, imperava no Irã – um país riquíssimo em petróleo – uma dura ditadura de direita liderada pelo Xá Reza Pahlevi, que era fielmente alinhada aos interesses norte-americanos. A rígida e tradicional cultura islâmica iraniana, entretanto, produzia obstáculos e críticas a Pahlevi, que reprimia seus opositores duramente, prendendo-os ou forçando seu exílio. De Paris, o Aiatolá Khomeini insuflava a população a não permitir que tal deturpação do credo islâmico.

Em 1979, uma sublevação ocorreu no país, que foi denominada Revolução Iraniana. Esta depôs Pahlevi, tomou a embaixada dos EUA na capital e instituiu uma democracia islâmica, submissa a um grande líder religioso, o Aiatolá. O primeiro a ocupar tal posição, e que passou a simbolizar para muitos a causa islâmica em sua defesa contra os valores corrompidos do ocidente, foi justamente Khomeini. Desde então, EUA e Israel – os quais os líderes políticos e religiosos iranianos chamam respectivamente de grande e pequeno satã – tiveram sérios desentendimentos com o país. Primeiramente, os norte-americanos armaram o seu então aliado, o ditador iraquiano Saddam Hussein, contra o país na Guerra Irã-Iraque (1980-1988). Mais recentemente, o Irã foi incluído no assim chamado *Eixo do Mal*, grupo de países antipatizados por Bush, vistos como inimigos da democracia, da liberdade e dos direitos do homem.



Aiatolá Khomeini, líder espiritual e político iraniano após 1979.

O Iraque – O país foi aliado dos EUA durante a guerra Irã-Iraque, armando e apoiando o ditador Saddam Hussein. Entretanto, depois do fim deste conflito as relações entre Hussein e EUA deterioraram, até que, em 1990 o líder iraquiano decidiu invadir o Kuwait, alegando que historicamente aquela região deveria fazer parte do Iraque.

Estando o Kuwait em uma região também riquíssima em petróleo, os EUA não desejavam que tal região caísse nas mãos do bem armado e nada confiável ou previsível Saddam Hussein. Afirmando que a guerra injusta, o governo norte-americano criou uma coalizão internacional para conter a invasão iraquiana ao Kuwait: foi a chamada *Guerra do Golfo*. Em 2003, os EUA atacariam novamente o Iraque, sob a premissa de que seu líder estava desenvolvendo e já possuía armas de destruição em massa. Deste conflito resultou a morte de Hussein por enforcamento.

Afeganistão – Os norte-americanos também foram aliados da milícia extremista islâmica *talibã*, durante a ocupação soviética do país, de 1980 a 1989. Com o fim dessa guerra, estabeleceu-se um regime extremista religioso no país com graves desrespeitos às liberdades individuais e às igualdades básicas. Os EUA invadiram o país em 2001, como resposta quase imediata aos ataques de 11/09/2001, afirmando que o Afeganistão oferecia subsídios ao terrorismo internacional,

especialmente à Al-Qaeda, à qual a inteligência norte-americana atribuiu os atentados.

A Força do Petróleo – Até a década de 1950 o petróleo do Oriente Médio vinha sendo extraído por empresas européias e fornecia o mercado ocidental com energia abundante e barata.

A partir de 1956, com a nacionalização do canal de Suez por Nasser, a figura mudou. Os países produtores logo perceberam a dependência global acerca do petróleo e decidiram explorar tal abundância para fins políticos.

Em 1960 foi fundada a OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo). Seus membros julgavam com razão que os preços do petróleo eram injustificadamente baixos e que tais preços não levavam em conta os interesses dos países que o produzia, apenas dos que o comprava.

Em 1973, os membros da OPEP eram responsáveis pela produção de mais da metade do petróleo mundial. Com o aumento de sua força, a organização começa a aumentar os preços do recurso, ensejando a primeira *crise do petróleo*, levando descontentamento ao Ocidente. Para complicar sua situação, certos países que compunham a OPEP começaram a ouvir as reclamações de seus aliados ocidentais, diminuindo a força do grupo enquanto tal – a Arábia Saudita, por exemplo, tradicionalmente aliada aos EUA, foi um país-membro que reagiu a tais aumentos.

Em 1979 haveria uma segunda crise do petróleo. Entretanto, após a primeira crise, o Ocidente pareceu tentar ativamente reduzir sua dependência do petróleo tentando instaurar programas energéticos alternativos (como o Pró-Álcool no Brasil). A multiplicação de fornecedores que não pertenciam ao grupo – como o Brasil – também agiu como força para a estabilização dos preços do recurso, que a partir de então se estabilizou (ainda que a um preço mais de dez vezes maior do que o que era em 1950).

Questões de Vestibulares

1. PUC. Em janeiro de 1979, Reza Pahlevi, Xá do Irã, frente à crescente oposição política e popular, fugiu do país criando uma crise política que culminou com a vitória dos partidários do clérigo xiita Ruholá Khomeini. Assinale a alternativa que indica corretamente a política da República Islâmica do Irã após a revolução.

(A) A nacionalização dos recursos naturais impedia o processo de exploração do petróleo pelas grandes empresas multinacionais que, até então, tinham sede no país.

(B) A adesão do Irã à União das Repúblicas Socialistas Soviética, o que agravou ainda mais tensões da chamada segunda Guerra Fria.

(C) A criação de um sistema político multipartidário e democrático.

(D) A imediata declaração de “guerra santa” contra os sunitas do Iraque, governado nessa época por Saddam Hussein.

(E) Aceitação da existência de um Estado judeu na Palestina e o estabelecimento de relações diplomáticas com Israel.

2. PUC. O Estado de Israel, que completou 60 anos em maio deste ano, teve suas fronteiras definidas a partir de várias guerras com países vizinhos. A esse respeito, avalie as afirmativas abaixo:

I - O plano de Partilha da ONU (Resolução 181) de 1947 previa a retirada das tropas do Império russo, a criação de um Estado judaico e de um Estado independente árabe-palestino na região da Palestina.

II - Os árabes rejeitaram o plano de partilha da Palestina aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas e atacaram o recém-formado Estado de Israel em 1948: era o começo dos conflitos árabe-israelenses e do dilema dos refugiados palestinos.

III - A vitória israelense na Guerra dos Seis Dias (1967) permitiu a ocupação

de quase toda a Palestina, isto é, do Sinai, da Faixa de Gaza, da Cisjordânia, de Jerusalém e o do Iraque.

IV - A partir de 1987, a população civil palestina começou a série de levantes (Intifada) contra a ocupação israelense usando paus, pedras e atentados.

ASSINALE a alternativa correta.

- (A) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- (D) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (E) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

3. UFRJ. "Não posso morrer sem voltar a Haifa e ver a casa em que nasci". Essa frase, dita com lágrimas nos olhos por Lamia - uma senhora idosa, que vive com sua filha e netos no campo de refugiados de Burj-el-Barajne, em Beirute - ao lhe perguntarmos sobre o maior desejo de sua vida, resume o drama palestino: todo um povo condenado ao desterro ou a viver sem identidade [...] vendo sua cultura, seu mundo, suas casas ancestrais serem confiscadas". Fonte: BISSIO, Beatriz. "Nada será como antes". In: *Cadernos do Terceiro do Mundo*, no 107, fev. 1988, p.12.

O conflito entre palestinos e israelenses atravessou boa parte do século XX e chegou até o presente. Um dos episódios mais dramáticos dessa história foi a Guerra dos Seis Dias (1967).

a) Identifique dois territórios palestinos ocupados por Israel durante a Guerra dos Seis Dias.

b) Explique uma mudança ocorrida em 2005 no cenário geopolítico resultante da Guerra dos Seis Dias.

4. ENEM 2008. Existe uma regra religiosa, aceita pelos praticantes do judaísmo e do islamismo, que proíbe

o consumo de carne de porco. Estabelecida na Antiguidade, quando os judeus viviam em regiões áridas, foi adotada, séculos depois, por árabes islamizados, que também eram povos do deserto. Essa regra pode ser entendida como

- A) uma demonstração de que o islamismo é um ramo do judaísmo tradicional.
- B) um indício de que a carne de porco era rejeitada em toda a Ásia.
- C) uma certeza de que do judaísmo surgiu o islamismo.
- D) uma prova de que a carne do porco era largamente consumida fora das regiões áridas.
- E) uma crença antiga de que o porco é um animal impuro.

Capítulo 27. A Queda do Muro de Berlim, o fim da URSS e a Nova Ordem Mundial

Apresentação – A dissolução da URSS foi o último prego no caixão do comunismo enquanto uma doutrina que disputava por supremacia mundial. Hoje o comunismo é apenas uma dentre muitas escolhas na grande maioria dos países, e suas propostas e plataformas em muito se diferenciam do comunismo que foi empregado na URSS. Com a dissolução do estado soviético, pode-se falar sem engano no fim da guerra fria; o mundo progressivamente deixaria o tenso estado bipolar no qual se encontrava por trinta e quatro anos e pouco a pouco se veria construindo uma nova ordem, uma nova maneira de se conceber e administrar o mundo, nacional ou internacionalmente, política ou economicamente.

A Queda do Muro de Berlim – Em 1989, depois de vinte e sete anos de existência, caía o muro que separava a Berlim capitalista de sua contraparte comunista. Este evento é um marco na história mundial contemporânea, não apenas pelo evento em si, mas pelo que o mesmo veio a simbolizar na história.

Desde a década de 60 a URSS mostrava sinais de que tinha dificuldades em acompanhar o ritmo imposto pelos EUA na grande disputa que foi a guerra fria. Com o passar do tempo, foi se tornando cada vez mais presente entre as populações de países comunistas um sentimento de que suas vidas seriam melhores se vivessem sob o capitalismo. Movimentos e grupos de oposição se formaram e se fortaleceram no decorrer da década e 70 e 80.

Ao fim da década, a derrubada do muro significou para a comunidade internacional o primeiro grande sinal da ruína do socialismo, que já vinha cambaleando há tempos. Significou também o início do fim da guerra fria, simbolizando o fim de uma grande contradição inerente à mesma: em um mundo no qual as nações se

desenvolviavam tornando-se mais e mais dependentes de outras, a lógica de que isso as faria mais próximas ou que ensejaria algum diálogo era silenciada por uma barreira ideológica arbitrária, entre os três mundos (os capitalistas, os socialistas e os não-alinhados).

A Queda da União Soviética

A Limitação Econômica do País – Os Estados Unidos, desde o final da Segunda Guerra, lideraram uma forte corrida armamentista contra a União Soviética. Essa sempre tentou responder à mesma altura, o que foi muito difícil e prejudicial ao país. A economia soviética tinha sérios problemas de abastecimento de alguns produtos básicos para consumo de sua população, mas tinha um espetacular sistema de mísseis intercontinentais, alguns com várias ogivas nucleares. Isso levou o país, a partir da década de 70, a começar a parar de crescer economicamente e tentar fazer tratados com os EUA para diminuir o número de armas nucleares.

As Ex-repúblicas Pós-1991 – Todas as antigas repúblicas soviéticas que compunham a URSS surgiram em um cenário terrível. Uma ampla crise econômica abateu estes países, e houve privatizações em massa por parte do Estado. Surgiram organizações criminosas que venderam armamentos do exército e da indústria armamentista russa para grupos ilícitos no mundo inteiro. A corrupção aumentou tremendamente nesses países.



No mapa acima podemos observar a quantidade de repúblicas que surgiram com a desintegração da União Soviética.

A Nova Ordem Mundial

A Hegemonia Norte-americana –

Diante do fim da URSS, os EUA emergiram como a única superpotência do mundo. A supremacia econômica e militar dos EUA diante de qualquer outra nação do mundo colocou a potência em uma situação especialmente vantajosa na arena internacional, pois a permitiu maior liberdade de ação do que era permitida a outros países, que eram mais suscetíveis a sanções da ONU e embargos de outras nações. A economia norte-americana também respirou aliviada com a redução sistemática dos gastos militares no país, principalmente durante a era Clinton (1993-2000).

O Ascensão e o Declínio do Nacionalismo –

Durante a guerra fria, basicamente toda a política internacional era regida pelas preocupações do embate principal, entre as duas grandes doutrinas divergentes: o capitalismo e o comunismo. Dessa maneira, neste período o sentimento nacional sofreu um declínio de importância na política, visto que a nação deveria antes de tudo prestar aliança ao bloco ao qual pertencia. Na maioria dos casos, em ambos os lados, quando a política de um dado país parecia atrapalhar ou contradizer os interesses dos blocos – de seus líderes, na prática – tal política era desencorajada ou mesmo coibida.

Quando a URSS se dissolveu em 1991, a guerra fria chegou ao fim e o embate entre duas grandes ideologias deixou de existir. Diante disto, muitas tensões e aspirações de certos povos, que até então permaneciam silenciadas pela guerra fria, explodiram. bósnios, eslovenos, croatas e sérvios lutavam pela Iugoslávia. Diversos países se separavam da grande URSS. Na África se intensificavam os confrontos nacionalistas iniciados na segunda metade do século. O número de países no mundo aumenta consideravelmente: são países

menores e mais frágeis economicamente.

Se estes eventos podem ser entendidos como um aumento na importância do nacionalismo para a política mundial, há outra face para esta moeda: A do declínio da importância do mesmo nacionalismo. Pode-se afirmar tal acontecimento pois, com a fragmentação das fronteiras e a formação de pequenos e frágeis países, que pouco podem fazer se desejarem se opor aos países mais fortes – em especial aos EUA – o próximo passo tomado foi o de formar novos grupos ou blocos de apoio e cooperação mútua. Em outras palavras, diante deste cenário internacional, diversos países começaram a se voltar para outros que possuíam culturas ou interesses semelhantes para formarem um bloco que os ajudasse a defender conjuntamente seus interesses, tornando-os mais fortes. A OPEP, por exemplo, é um grupo deste tipo, bem como os são o Mercosul e a União Européia. Todos estes grupos visam, a partir da cooperação entre nações, fortalecer a todas diante do cenário internacional.

Neste cenário de enfraquecimento das nações no cenário mundial e de co-dependência mútua entre povos, houve a criação e o fortalecimento de grupos que tentavam alcançar os objetivos que viam os estados fracos demais para alcançar, e podendo usar de métodos que os estados não podiam: os grupos terroristas. Se o terrorismo em si é um fenômeno antigo, e que alguns destes grupos se formaram antes ou durante a guerra fria, ao fim desta o terrorismo toma um novo foco e é fortalecido, diante do descrédito que muitos passam a ter diante do sistema de estados que parece tão fraco, ao ponto de um país não poder defender seus interesses de forma soberana sem que outros o impeçam ou o ameacem porque esta ou aquela ação os prejudica. Seguem alguns exemplos destes grupos: o IRA (Exército Republicano Irlandês), o ETA (um grupo que luta pela independência dos bascos na Espanha), Kach (um partido judeu de

direita que se tornou uma organização terrorista após o assassinato de seu fundador), Hezbollah, Hamas, entre muitos outros, infelizmente.

O Neoliberalismo – Essa doutrina econômica já existia antes da queda do muro de Berlim. Foi posta em prática na Grã-Bretanha e no Chile nos anos 70. Sua principal prerrogativa é a da minimização do papel do estado na esfera econômica. A doutrina liberal, desde o século XVIII, defende a existência de determinadas leis de mercado, através das quais o indivíduo produz de forma mais efetiva quando sujeito a pressões características do capitalismo, como a concorrência. O neoliberalismo afirma, portanto, que a maneira mais produtiva de se alcançar os melhores resultados em menos tempo é a de retirar o estado da equação e permitir que o mercado e seus integrantes funcionem de acordo com estas regras.

Questões de Vestibulares

1. PUC. Sobre o significado e os desdobramentos dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, estão corretas as afirmações abaixo, À EXCEÇÃO DE:

- (A) Os ataques terroristas provocaram mudanças no cotidiano da população norte-americana, como o crescimento da vigilância e restrições à liberdade e à privacidade dos cidadãos.
- (B) A partir do atentado, o governo Bush introduziu na política externa americana o princípio da “guerra preventiva”, segundo o qual os Estados Unidos têm o direito de atacar países que possam representar uma ameaça política futura.
- (C) A reação do governo norte-americano aos atentados aumentou a tensão nas relações internacionais entre aliados importantes dos Estados Unidos, como a Alemanha e a França, que demonstraram algum descontentamento com a política unilateral adotada pelo governo Bush.
- (D) Devido aos avanços tecnológicos, ocorreu uma expressiva diminuição

dos gastos militares e do número de vítimas, desde então, em comparação com os tempos da Guerra Fria.

(E) Os ataques terroristas fizeram ressurgir a idéia de que os conflitos no século XXI seriam explicados pela existência de um conflito entre dois modelos de civilização.

2. UERJ. O dia 11 de setembro de 2001 não será esquecido. Nessa data, o mundo se deu conta da sua fragilidade e de que alguma coisa havia mudado com relação ao século XX, no que diz respeito às relações internacionais. Trata-se de um acontecimento que expressa as modificações que integram o processo iniciado com o fim dos regimes socialistas do Leste Europeu na passagem da década de 1980 para a de 1990. Esse processo pode ser considerado como a transição entre as duas seguintes situações:

- (A) polarização entre dois blocos econômicos, políticos e militares – avanço da globalização sob a liderança dos EUA
- (B) intolerância religiosa entre países de origens culturais diferentes – crescimento das religiões ocidentais em detrimento da cultura oriental
- (C) coexistência entre diversos continentes de poderio econômico equivalente – acirramento da rivalidade ideológica entre capitalismo e comunismo
- (D) integração entre um mundo exportador de alimentos e um outro produtor de manufaturados – isolamento crescente entre os grandes produtores internacionais

3. UERJ. “Ou estão do nosso lado ou do lado dos terroristas”. George W. Bush

“Com um fervor patriótico e união nacional nunca vistos desde a II Guerra Mundial, os Estados Unidos vão ao contra-ataque ao terror”. (Veja, 26/09/2001)

As relações internacionais vêm, nos últimos anos, dando cada vez mais destaque à discussão sobre o

terrorismo. Neste sentido, as atuais ações norte-americanas no espaço político do Oriente Médio têm por objetivo:

- (A) inserir sociedades periféricas nos fluxos globais de produção e informação
- (B) alterar as diretrizes das políticas interna e externa dos países dessa região
- (C) democratizar as monarquias totalitárias e fomentadoras do terrorismo internacional
- (D) neutralizar os movimentos favoráveis à ocidentalização das instituições políticas e jurídicas

4. UFF. “Nós, Povo da África do Sul, declaramos, para que todos, no nosso país, e no mundo, saibam: Que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem, negros e brancos, e que nenhum governo é legítimo se não se basear na vontade do povo. Que o nosso povo foi espoliado do seu direito à terra em que nasceu, da liberdade e da paz por um governo baseado na injustiça e na desigualdade” A Carta da Liberdade – Programa do Povo Sul - Africano. Apud. Pereira, Francisco José. *Apartheid: o Horror Branco na África do Sul*. São Paulo, Brasiliense. Coleção Tudo é História, 1985, p. 67.

Aprovada em 25 de junho de 1955, a Carta da Liberdade tornou-se o programa de luta dos sul africanos contra o *apartheid*. Com base nessa afirmativa:

- a)** exemplifique a política social do regime de *apartheid*, em relação aos negros;
- b)** mencione o mais importante líder da luta contra o *apartheid* e ex-presidente da África do Sul

5. UFRJ. “Agora há perspectivas de um amanhã mais justo para o povo negro. Esta data é o alvorecer de nossa liberdade”. (Nelson Mandela em sua posse como presidente da República da África do Sul.)

A declaração de Nelson Mandela se refere ao fato de que, em 1948, o

Partido Nacional oficializou a política de segregação racial na África do Sul. Semelhante regime político – o *apartheid* – vedava o acesso da população negra e não branca em geral aos direitos desfrutados pelos brancos. **Identifique** duas determinações legais que exemplificavam o cerceamento dos direitos civis dos negros na África do Sul.

6. UERJ 2006. Hoje não há potências dispostas a dominar outros territórios, embora as oportunidades, e talvez até a necessidade, do colonialismo sejam tão grandes quanto foram no século XIX. Aqueles países deixados de fora da economia global correm o risco de cair em um círculo vicioso. Governo fraco é sinônimo de desordem, e isso significa queda nos investimentos. Mesmo assim, os países fracos ainda precisam dos fortes, e os fortes ainda precisam de um mundo ordeiro. Um mundo em que os eficientes e bem governados exportam estabilidade e liberdade e que está aberto a investimentos e crescimento – tudo isso parece eminentemente desejável. Robert Cooper – diplomata britânico. Ainda que o domínio direto proposto no texto não seja usual nos dias de hoje, os Estados centrais valem-se de estratégias de controle sobre os Estados periféricos. Uma dessas estratégias é:

- (A) regulação dos setores energético e tecnológico
- (B) fiscalização do fluxo de mão-de-obra e de capitais
- (C) negociação de políticas socioeducativas e culturais
- (D) militarização da exploração e da comercialização de recursos estratégicos

Gabaritos

Capítulo 1. A crise do Feudalismo na Europa ocidental

1. UNIRIO 2006. (D)

2. ENEM 2006. (D)

Capítulo 2. A expansão marítima e a formação de Portugal

1. UFRJ 2005. O candidato deverá relacionar as descobertas ultramarinas - que possibilitaram o conhecimento de novos territórios, povos e espécies da fauna e da flora -, com o movimento intelectual e criativo pelo qual passava a Europa de então.

2. UERJ 2001.

a) O termo cristão-novo designa os judeus convertidos ao catolicismo obrigatoriamente pela força da lei feita pelo rei de Portugal.

b) Fugir da Inquisição Portuguesa.

3. UNIRIO 2007. (A)

4. UERJ 2008. Duas das motivações: espírito cruzadista do povo português; expansão da fé cristã; busca de ouro, pimenta, marfim e escravos na África; procura de caminho marítimo para área de especiarias (Índias); busca de terras para a nobreza na Europa estabelecimento de relações comerciais com os chefes africanos; O encontro e a exploração de novos territórios produziram trocas culturais, políticas e comerciais ampliando o mundo até então conhecido pelos europeus.

Capítulo 3. O Estado Nacional Moderno: o absolutismo e o mercantilismo

1. UFRJ 2005.

a) O Estado ampliou sua autoridade por meio do monopólio do poder militar e da justiça, da formação de uma burocracia estatal e da interferência na economia. O candidato poderá ainda, apoiado na moderna historiografia sobre o assunto, afirmar que o Estado do Antigo Regime baseava sua autoridade nas contínuas negociações com os poderes locais (como a aristocracia e as Comunas Urbanas), e no exercício da justiça como forma de garantir a ordem social e política.

b) Rousseau considera que o Estado fora criado pelo homem para preservar sua liberdade, o povo é o depositário do poder e os governantes constituem apenas seus funcionários. As leis devem ser aprovadas por todos, a soberania do povo deve ser absoluta e se manifestar através da vontade geral, pois a liberdade só existe quando há igualdade entre os componentes da sociedade.

2. UFRJ 2006.

a) O candidato deverá explicar que se tratava de uma sociedade que prezava as suas hierarquias sociais e jurídicas, justificando-as inclusive no plano religioso. Cada grupo social possuía e era tratado conforme seu estatuto político e jurídico.

b) O candidato deverá identificar que a aristocracia tinha por função o governo, sob a tutela da monarquia, e a defesa militar da sociedade. Ao campesinato caberia o sustento material (por exemplo: a produção de alimentos) dos súditos.

3. ENEM 2006. (C)

4. UERJ 2009. Um dos ideais e sua respectiva explicação:

Individualismo: com o individualismo, os liberais criticam a sociedade do Antigo Regime, que colocava a razão do Estado à frente das necessidades dos indivíduos, privilegiando determinados grupos por sua origem ou nascimento em detrimento de suas habilidades ou competências.

Valorização do trabalho independentemente de sua natureza:

a dignificação de todo tipo de trabalho se contrapunha ao caráter estamental da sociedade do Antigo Regime, de acordo com o qual determinadas ocupações eram indignas dos membros dos estamentos privilegiados.

5. UFRJ 2009. A centralidade da monarquia quanto à defesa militar (exércitos por ela recrutados) a legitima ao exercício da autoridade política suscetível de garantir a ordem pública e inclusive de dissuadir a presença de exércitos estrangeiros.

6. UFRJ 2009. Entre outros processos temos: as transformações no campo como os cercamentos (expropriação dos camponeses tradicionais); o crescimento comercial e manufatureiro de Londres, atraindo populações rurais; a proliferação de seitas protestantes que procuravam se desvencilhar das tradicionais relações senhoriais.

Capítulo 4. O Renascimento e o Humanismo

1. UFF 2000. (A)

2. UERJ 2001. No texto, destaca-se a visão humanista que defendia, numa perspectiva otimista, as potencialidades do homem, característica da civilização do Renascimento.

3. Uff 2002. (B)

4. UFF 2006. (C)

5. Unirio 2006. Em sua resposta o candidato deverá identificar e explicar uma das seguintes características: laicização da cultura; humanismo; antropocentrismo; valorização da razão; individualismo; naturalismo; hedonismo; neoplatonismo; experimentalismo; rejeição de valores feudais; renascimento de valores da Antigüidade clássica; mecenato.

Capítulo 5. As Reformas

religiosas

1. 1. Uff 2000. (B)

2. Unirio 2007. (A)

3. UERJ 2009. Duas das causas:

Interesse do rei Henrique VIII nas terras da Igreja.

Interesse da burguesia na queda de taxas e impostos.

Interesse da burguesia em ampliar o seu poder no Parlamento.

Interesse do rei em fortalecer sua autoridade a partir da criação de uma Igreja subordinada diretamente a ele.

Não concessão da anulação do casamento do rei com Catarina de Aragão pelo Papa e conseqüente interdição de seu casamento com Ana Bolena.

Uma das conseqüências:

Aceleração do processo de cercamento dos campos.

Início da projeção da Inglaterra como potência econômica e naval na Europa.

Cconfisco e leilão das terras da Igreja Católica, ampliando os recursos disponíveis à monarquia.

Capítulo 6. A colonização da América

1. Uff 2002. (A)

2. Unirio 2006. (D)

3. UFRJ 2007. Em relação à primeira etapa da conquista espanhola das Américas (1493-1515), o candidato deverá citar a incorporação de diversas ilhas do Caribe, dentre as quais *La Hispaniola* (atuais Santo Domingo e Haiti), Cuba ou Porto Rico. Em relação à etapa mais veloz da Conquista (1520-1540), o candidato deverá citar a incorporação das áreas mineradoras do império Nauatl (Azteca ou México) ou do império Tuantinsuio (Inca ou Peru). Do ponto de vista geográfico, a segunda parte da questão pode incluir ainda o planalto de Anáhuac ou os Andes.

Capítulo 7. A Revolução Inglesa

1. UERJ 2009. A decretação do primeiro Ato de Navegação (1651) determinou que o transporte de produtos importados pela Inglaterra deveria ser feito apenas em navios ingleses ou pertencentes aos países de origem dos respectivos produtos, ampliando o processo de acumulação de capitais.

Duas das ações:

Dissolução do Parlamento.

Conquista da Jamaica à Espanha.

Supressão da Câmara dos Lordes.

Vitórias militares contra a Holanda e a Espanha.

Submissão da Irlanda e da Escócia, outra vez, à Inglaterra.

Confisco e leilão das terras pertencentes à Igreja Anglicana e aos nobres que apoiaram o rei.

Autoproclamação de Cromwell como Lorde Protetor das Repúblicas da Inglaterra, Escócia e Irlanda.

2. UFRJ 2009.

a) O crescimento do amor-próprio [egoísmo], entendido como avanço da propriedade privada e/ou de diferenças sócio-econômicas, gerou conflitos na sociedade.

b) Os luteranos criticavam a Igreja Católica, no entanto respeitavam a ordem temporal, pois a entendiam como resultado da vontade de Deus, já os Anabatistas, além de criticarem a Igreja Católica Romana, consideravam que o príncipe era passível de críticas.

Capítulo 8. A Revolução Científica e o Iluminismo

1. UFRJ 2002. O candidato deverá explicar que o Iluminismo, apesar de representar o avanço da razão, da ciência e a defesa da liberdade de expressão, fora gerado numa sociedade de Antigo Regime, portanto ciosa de suas diferenças sociais, culturais e políticas. Daí se entende a visão pejorativa sobre o campesinato.

O camponês não teria condições de possuir opiniões próprias e de participar da vida política. A partir desse ângulo o Iluminismo reitera as diferenciações no âmbito do Antigo Regime e, portanto, reafirma a superioridade das elites (letradas ou vinculadas a intelectuais);

2. Uff 2004. (B)

3. UFF 2008. (D)

4. UFF 2008. (C)

Capítulo 9. O Despotismo Esclarecido

1. Fuvest 1997. (E)

2. UFF. (C)

Capítulo 10. A Revolução Industrial

1. UFRJ 2005.

a) O candidato poderá responder, dentre outras, o predomínio do trabalho assalariado, a produção de mercadorias em larga escala, a divisão do trabalho marcada pela especialização das tarefas, a concentração de máquinas, ferramentas e mão de obra no mesmo estabelecimento, a alienação do trabalhador diante do processo tecnológico (o trabalhador não possuía mais conhecimento de todas as etapas da produção da mercadoria por ele confeccionada) e o controle mais rigoroso sobre o tempo de trabalho.

b) Liberdade de expressão, igualdade de direitos políticos, defesa da propriedade privada, independência dos poderes (executivo, legislativo e judiciário), voto censitário etc. No campo da política econômica, entre outras medidas, defesa da iniciativa privada e da liberdade de mercado.

2. UERJ 2006. (C)

3. UFF 2008. (A)

Capítulo 11. A Independência dos Estados Unidos

1. Puc 2005. (D)

2. UNIRIO 2006. Em sua resposta o candidato deverá citar e explicar um dos seguintes aspectos dados pelo texto: eliminação dos privilégios ligados à antiga ordem aristocrática estamental; influência do liberalismo; pregação e defesa do direito à liberdade e de resistência, inclusive armada, contra a opressão governamental; sentimentos nativistas e de união dos colonos contra a exploração da monarquia inglesa na América.

3. UFRJ 2007.

a) Visando sanear as finanças estatais, abaladas com a guerra com a França, a Coroa britânica adotou diversas leis coercitivas para garantir o mercado colonial a produtos comercializados por seus negociantes e controlar a população local. As principais leis foram: Lei do Açúcar (1764), taxando o açúcar que não fosse comprado das Antilhas Inglesas; Lei do Selo (1765), que obrigava a utilização de selo em documentos, jornais e contratos; Atos Townshend (1767), que taxavam a importação de diversos produtos de consumo; Lei do Chá (1773), que garantia o monopólio do comércio de chá para a Companhia das Índias Orientais; Leis Intoleráveis (1774), que interditavam o porto de Boston e impunham um novo governador para Massachussets; Ato de Quebec (1774), vedando aos colonos de Massachussets, Virgínia, Connecticut e Pensilvânia a ocupação de terras a oeste.

b) "Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos...". O princípio expresso no trecho diz respeito ao direito dos povos à insurreição visando a

mudança dos governantes, assim como defende o princípio das liberdades individuais

4. ENEM 2007. C

5. PUC 2009. (D) Assim como ocorreu com as treze colônias inglesas, todas as colônias espanholas na América tornaram-se independentes ao mesmo tempo, apesar de não terem mantido a unidade territorial existente e terem se dividido em vários estados nacionais independentes. A afirmativa está incorreta, pois as colônias espanholas na América tornaram-se independentes em momentos diferenciados do processo. Internacional dos Trabalhadores (Suíça, 1868) e é um manifesto dos valores do anarquismo: a negação de todo princípio de autoridade, aqui exemplificado pela oposição ao Estado, e a oposição a todo tipo de coerção ou ordem hierárquica impostas, consideradas corrosivas para a liberdade humana. Esse trecho não poderia ser confundido com o socialismo científico pois o autor expressa diretamente a sua oposição ao comunismo, tampouco com o socialismo utópico que não almejava eliminar uma autoridade estatal central e sim reformá-la.

Capítulo 12. A Revolução Francesa

1. Enem 2004. (B)

2. Puc 2005. (B)

3. Puc 2005.

a) O candidato poderá indicar, por exemplo, as seguintes características: o caráter estamental dessa sociedade, o fato de a nobreza e o clero serem estamentos privilegiados, o fato de caber à burguesia e às camadas populares toda a carga tributária, a vigência de uma monarquia absoluta, a legitimação do poder absoluto do monarca por meio da teoria do direito divino, o caráter consultivo e não deliberativo da Assembléia dos

Estados Gerais, a concentração de poderes executivos, legislativos e judiciários e religiosos nas mãos do monarca, a subordinação da Igreja ao Estado.

b) O candidato poderá indicar, por exemplo, as seguintes transformações: o estabelecimento de uma monarquia constitucional, o estabelecimento de três poderes: executivo, legislativo e judiciário, o fim dos privilégios, a abolição dos direitos feudais, a instituição da igualdade jurídica, o estabelecimento da liberdade de culto, o estabelecimento da liberdade de expressão, a afirmação da inviolabilidade da propriedade.

4. ENEM 2007. (C)

Capítulo 13. O Império Napoleônico e o Congresso de Viena

1. UERJ 1998.

A) Duas dentre as características abaixo:

- garantia das liberdades individuais do cidadão;
- liberdade de expressão;
- liberdade de imprensa;
- liberdade de religião;
- igualdade de todos perante a lei;
- divisão do poder entre executivo, legislativo e judiciário;
- a Constituição como um meio de garantir os direitos do cidadão;
- soberania residindo nos representantes da Nação;
- direito de propriedade.

B) A política de intervenção da Santa Aliança foi um dos instrumentos político-ideológicos do absolutismo, adotado pelo Congresso de Viena em 1815. Seus objetivos eram: intervir em qualquer movimento revolucionário liberal e/ou nacionalista que ameaçasse o equilíbrio europeu; fornecer assistência e socorro mútuo aos soberanos ameaçados pelas forças liberais.

2. UERJ 2009.

Duas das consequências:

- dissolução da Confederação do Reno
- ausência de partilha territorial da França
- recolocação no poder das dinastias européias, destronadas durante a expansão napoleônica
- reorganização do mapa europeu, levando-se em consideração os direitos tradicionais das dinastias consideradas legítimas e restaurando-se as fronteiras anteriores a 1791

Explicação: Esse princípio, por tentar frear os processos de autonomia que haviam se instalado na região, ampliou ainda mais as insatisfações dos diferentes setores das aristocracias coloniais que, organizadas em *cabildos* livres, comandaram as lutas pela independência dos vice-reinos coloniais.

Capítulo 14. A Independência dos países latino-americanos

1. UFRJ 2008.

a) o candidato deverá indicar que o Brasil tendeu a manter as fronteiras geopolíticas da América Portuguesa, enquanto a América Espanhola desintegrou-se em inúmeros países; além disso, no Brasil foi adotado o regime monárquico, enquanto os novos países hispano-americanos tenderam a assumir o regime republicano.

b) O candidato deverá citar uma semelhança e uma diferença entre o projeto pan-americanista de Simon Bolívar e o exposto pela Doutrina Monroe, entre as quais: semelhança: preservação da independência dos países americanos contra investidas recolonizadoras européias; diferença: Bolívar propunha abolir a escravidão e montar um exército comum para a defesa do hemisfério, propostas não apenas ausentes, mas contrárias ao *monroísmo*, cuja prática fundou-se no predomínio dos interesses dos Estados Unidos sobre os demais estados americanos.

2. PUC 2009. (D) Assim como ocorreu com as treze colônias inglesas, todas as colônias espanholas na América tornaram-se independentes ao mesmo tempo, apesar de não terem mantido a unidade territorial existente e terem se dividido em vários estados nacionais independentes. A afirmativa está incorreta, pois as colônias espanholas na América tornaram-se independentes em momentos diferenciados do processo.

Capítulo 15. Doutrinas sociais, revoltas e revoluções na Europa do século XIX

1. UFRJ 2005. O candidato deverá desenvolver a questão a partir da idéia de que, na seqüência dos acontecimentos de 1848, os trabalhadores apresentaram uma pauta própria de reivindicações (direito à organização em sindicatos, redução da jornada de trabalho, sufrágio universal masculino, criação de uma república democrática etc.), ou seja, não mais submetida às propostas da chamada burguesia.

2. PUC 2009. (D) do liberalismo e do anarquismo. O primeiro documento (trecho de um discurso de Benjamin Constant) é representativo do liberalismo político da primeira metade do século XIX, conforme o comprova a ênfase na defesa das liberdades individuais em oposição tanto à restauração monárquica ("a autoridade que gostaria de governar de forma despótica") quanto aos projetos mais democráticos ("as massas que reclamam o direito de sujeitar a minoria à maioria"). Não pode ser confundido com a doutrina social da Igreja pois também advoga a liberdade religiosa, tampouco com o socialismo utópico já que esta corrente olha para o indivíduo e as aptidões individuais apenas em função da comunidade, opondo-se ao "triunfo liberal" do individualismo. O segundo documento é um trecho do discurso proferido por Mikhail Bakunin no Congresso da Associação

Internacional dos Trabalhadores (Suíça, 1868) e é um manifesto dos valores do anarquismo: a negação de todo princípio de autoridade, aqui exemplificado pela oposição ao Estado, e a oposição a todo tipo de coerção ou ordem hierárquica impostas, consideradas corrosivas para a liberdade humana. Esse trecho não poderia ser confundido com o socialismo científico pois o autor expressa diretamente a sua oposição ao comunismo, tampouco com o socialismo utópico que não almejava eliminar uma autoridade estatal central e sim reformá-la.

3. PUC 2009.

a) O nacionalismo que aflorava nas revoluções de 1848 considerava a nação como comunidade que coexiste pacificamente e em condições paritárias com outras nações (Giuseppe Mazzini), ao passo que o nacionalismo que alimentou a Primeira Guerra defendia o expansionismo de uma potência sobre as outras, sobretudo sob a forma do imperialismo, entendido como legítima afirmação externa da supremacia nacional. Além disso, o nacionalismo da primeira metade do século XIX era de caráter liberal e até democrático, enquanto aquele beligerante da segunda metade do século foi uma reação contra a democracia parlamentar e contra os princípios do liberalismo clássico (daí a defesa generalizada do protecionismo econômico após 1873, bem como a exigência crescente da intervenção do Estado por parte da alta burguesia, para reprimir o movimento operário internamente e para apoiar a expansão imperialista externamente).

b) Como exemplos das rivalidades nacionalistas que eclodiram na Europa antes da Primeira Guerra, o candidato deverá citar dois dentre os abaixo relacionados:

- o revanchismo francês (movimento de cunho nacionalista-revanchista, que visava desforrar a derrota sofrida contra a Alemanha na Batalha de Sedan e recuperar a Alsácia e a

Lorena então cedidas ao II Reich);
 - o pan-germanismo alemão (pregava a reunificação de todos os povos germânicos da Europa central criando a Grande Alemanha);
 - o irredentismo italiano (doutrina que pregava a anexação daquelas regiões que por língua e cultura seriam italianas mas que estavam politicamente separada da Itália e submetidas à Áustria, como Trentino e Istria).

Capítulo 16. A Guerra de Secessão e o expansionismo norte-americano

1. Uerj 2000. (C)

Capítulo 17. A industrialização no século XIX e as Unificações italiana e alemã

1. UFRJ 2005 1ª fase.

a) O candidato poderá responder, dentre outras, o predomínio do trabalho assalariado, a produção de mercadorias em larga escala, a divisão do trabalho marcada pela especialização das tarefas, a concentração de máquinas, ferramentas e mão de obra no mesmo estabelecimento, a alienação do trabalhador diante do processo tecnológico (o trabalhador não possuía mais conhecimento de todas as etapas da produção da mercadoria por ele confeccionada) e o controle mais rigoroso sobre o tempo de trabalho.

b) Liberdade de expressão, igualdade de direitos políticos, defesa da propriedade privada, independência dos poderes (executivo, legislativo e judiciário), voto censitário etc. No campo da política econômica, entre outras medidas, defesa da iniciativa privada e da liberdade de mercado.

2. UERJ 2008. Dois dos objetivos:

- redefinir o mapa europeu a partir dos princípios de legitimidade e das compensações

- restaurar o Antigo Regime
- impedir o retorno de Napoleão Bonaparte ao trono francês
- impedir o avanço das idéias liberais no continente
- construir uma política de intervenções militares para sufocar movimentos revolucionários liberais e/ou nacionalistas

Um dos efeitos:

- rompimento do mapa estabelecido pelo Congresso de Viena
- formação de alianças políticas bilaterais e trilaterais com cláusulas militares secretas
- estímulo à corrida armamentista – “Paz Armada”
- surgimento do revanchismo francês
- estabelecimento do Estado alemão como peça fundamental no equilíbrio de poder do continente Europeu

Capítulo 18. O Imperialismo na África e na Ásia

1. Uff 2003. (B)

2. Puc 2005. (B)

3. PUC 2009.

a) O documento apresenta como justificativa para o Imperialismo europeu a desigual distribuição das riquezas e matérias primas no mundo, concentradas na África, Ásia e Oceania, áreas habitadas por “raças incultas, ignorantes e incapazes” de usufruir destas riquezas; e a escassez destes produtos na Europa, habitada pela raça branca, superior pela sua maior capacidade intelectual, inventividade e domínio científico, que a capacitariam para o melhor usufruto destas riquezas. Como estas riquezas são vistas como domínio de toda humanidade, o texto defende, então, o direito ao usufruto comum das mesmas.

b) O candidato poderá identificar uma entre as seguintes características: as inovações técnicas e econômicas (aço, eletricidade e petróleo) ocorridas em meados do século XIX causaram um grande crescimento da produção

industrial, gerando enormes lucros, caracterizando a chamada Segunda Revolução Industrial, quando ocorre a passagem do capitalismo liberal e industrial para o capitalismo monopolista e financeiro; as atividades produtivas e comerciais foram submetidas às instituições financeiras através de empréstimos e financiamentos, ou ainda do controle acionário; a busca de áreas para aplicação de capital excedente na forma de investimentos e empréstimos; a necessidade de mercados consumidores para os produtos industrializados; a necessidade de mercados produtores de matérias primas (inclusive fontes de energia); disputa entre as grandes potências, que buscaram nos novos domínios coloniais garantir o aumento de seus lucros e encontrar uma saída segura para seus excedentes de produção; busca de áreas para colocação de população excedente; obtenção de bases estratégicas visando à segurança do comércio nacional; a idéia de que as nações colonizadoras eram portadoras de uma "missão civilizadora, humanitária, filantrópica e cultural", capaz de "levar a civilização" às áreas consideradas bárbaras; esta "missão civilizadora" era considerada o "fardo do homem branco"; influência do Darwinismo Social.

Capítulo 19. A América Latina no século XIX e a Revolução Mexicana

1. PUC 2004. (B) A Revolução Mexicana de 1910 e a Russa, de outubro de 1917, assemelharam-se por defenderem a justiça social. No entanto, a primeira fundou-se na luta contra a estrutura latifundiária e oligárquica que existia no México. A segunda foi resultado da proletarianização urbana produzida pelo Estado czarista e, posteriormente, pelos liberais mencheviques.

2. PUC.

3. UFF.-2003- (B)

4. UFF. 2003 O candidato poderá citar a decadência da produção mineira com o conseqüente desenvolvimento da plantation e o surgimento das elites locais que começaram a definir suas formas próprias de produção e suas identidades culturais, bem como as reformas bourbônicas que aceleraram a recepção do liberalismo na América, desenvolvendo um ideário liberal próprio de cada região, passando pelo modo de administração da América Espanhola com a divisão do território colonial em Vice-reinos.

5. UFF 2005.

a) Os candidatos deverão indicar, no caso do Brasil, as inconfidências, sendo correta qualquer forma de indicação como a mineira, a bahiana ou a da carioca e, no caso da América do Norte, a Revolução Americana de 1776.

b) Os candidatos deverão responder que o pacto colonial era a forma mais eficaz de domínio colonial porque controlava todas as possibilidades de comércio entre as colônias e entre as colônias e outras nações que não fossem as metrópoles que as dominavam; os movimentos de libertação tinham como objetivo a busca da liberdade e a eliminação dos impostos fiscais, cobrados pelas metrópoles.

Capítulo 20. A Primeira Guerra Mundial

1. UERJ 2004. (D)

2. PUC 2007.

a) Entre os efeitos e significados da Primeira Guerra Mundial para as sociedades européias destaca-se, como mencionado no texto, a crise, de diversas naturezas, que se manifestou a partir de 1918-1919, traduzida pela metáfora de que a estrela da Europa havia perdido seu brilho. As dimensões dessa crise se materializaram em variados acontecimentos e transformações, tais

como: a desorganização da economia e das finanças européias, em paralelo à projeção norte-americana; o aumento das críticas e revisões quanto aos valores do liberalismo político, em paralelo ao surgimento e proliferação de projetos autoritários e totalitários de governo; a difusão internacional do comunismo; o debate, nos meios intelectuais e artísticos, sobre as mudanças em curso, fosse elo viés da tematização da decadência, fosse pela tematização da modernidade em curso.

b) Entre as mudanças que afetaram a sociedade brasileira, na década de 1920, podemos identificar: as manifestações de grupos operários contra as instituições do Estado oligárquico; as revoltas tenentistas, entre 1922 e 1927; as mobilizações de intelectuais e artistas associadas à discussão sobre cultura moderna, exemplificadas, entre outros acontecimentos, pela Semana de Arte Moderna de 1922; o aumento das divergências entre as facções políticas oligárquicas.

3. UFRJ 2008. O candidato poderá apresentar duas das seguintes determinações do Tratado de Versalhes (1919): - imposição das chamadas indenizações punitivas tais como: pagamento de 132 bilhões de marcos-ouro em um prazo de trinta anos; confisco de todos os investimentos e bens nacionais ou privados alemães existentes no exterior; entrega anual de 40 milhões de toneladas de carvão aos aliados europeus por um período de dez anos; - perdas territoriais que implicavam em significativos prejuízos econômicos tais como: restituição das ricas regiões, em minério, da Alsácia e da Lorena à França; entrega da bacia carbonífera do Sarre para a França durante quinze anos; divisão do império colonial alemão entre as potências vencedoras, principalmente França e Inglaterra.

Capítulo 21. A Revolução Russa e a Formação da União

Soviética

1. UFF. (A)

2. UFF 2005.

a) Os candidatos deverão indicar Lênin, Trotsky ou Stalin.

b) Os candidatos devem mencionar que a diferença está na tese de que o socialismo num só país, defendida por Stalin, propunha o aprimoramento interno do socialismo para, posteriormente, lançar a revolução pelo mundo, justificando que esse seria o único meio de garantir a vitória do socialismo na Rússia; ao contrário de Trotsky que defendia a idéia de que a revolução teria de ser permanente para manter a vitória na Rússia, pois, em volta do Estado, só teríamos países capitalistas.

3. UFRJ 2009.

a) O candidato poderá indicar, entre outras, as seguintes medidas: instituição do Conselho de Comissários do Povo; proclamação dos Decretos: sobre a Terra (reforma agrária), Paz (armistício imediato e negociações para a retirada da Rússia da 1ª Guerra), Controle Operário (estatização e direção operária das fábricas); Declaração dos Povos da Rússia (igualdade entre as nações russas e o direito de cada uma delas constituir um Estado nacional próprio); organização do Exército Vermelho para enfrentar os "exércitos brancos" na Guerra Civil (1918-1921); adoção do "comunismo de guerra" (apropriação de bens e terras; regulamentação da produção etc.) durante a Guerra Civil; estabelecimento da NEP (Nova Política Econômica), com a permissão para o ingresso de capital estrangeiro e da atividade de pequenas e médias empresas privadas (1921).

b) O candidato poderá desenvolver, entre outros, os seguintes aspectos: a perda de capacidade da URSS de manter taxas crescentes de desenvolvimento econômico,

especialmente, na virada para os anos 80; o esvaziamento do discurso igualitário desvelado, por exemplo, nas gritantes desigualdades que separavam os membros do Partido e o resto da população; o fracasso da *perestroika* (reestruturação), conjunto de iniciativas tentadas por Gorbachev para reerguer a economia da URSS; o êxito parcial da *glasnot* (transparência), com a afirmação de um ambiente de liberdades e debates públicos acerca das grandes questões que envolviam a URSS e o chamado socialismo realmente existente; o acirramento das disputas entre reformistas (defensores de radicalizar a *perestroika* e a *glasnot*) e os conservadores (receosos de que se perdesse o controle sobre as mudanças); a emergência da questão nacional, ou seja, a luta de inúmeras repúblicas, até então abrigadas na URSS, por suas identidades, autonomia e, em muitos casos, independência.

Capítulo 22. O Período Entreguerras e a Crise de 29

1. UERJ 2009. Duas das transformações:

- desaparecimentos de impérios centrais multiétnicos e pluriculturais, como o austro-húngaro e o turco-otomano
- surgimento de novos Estados no leste europeu: Tchecoslováquia, Polônia, Iugoslávia, além da Áustria e da Hungria, separadas uma da outra
- entrega de territórios anteriormente turcos ao Reino Unido (Palestina, Jordânia e Mesopotâmia) e à França (Líbano e Síria) pela Liga das Nações
- reforço da política de isolamento imposta à Rússia, com a criação de um cordão sanitário, formado também por países surgidos da desagregação do império austro-húngaro

Dois dos países:

- Áustria
- Hungria
- Bulgária
- Turquia

Capítulo 23. A Segunda Guerra Mundial

1. PUC. (A)

2. PUC. (D)

3. PUC. (E)

4. PUC 2005. O candidato deve identificar a ocorrência, naquele período, 1942-1946, da Segunda Grande Guerra (1939-1945). As dimensões desse conflito, em especial a partir de 1941, expandiram-se naquilo que se referiu ao número de países diretamente envolvidos e à ampliação das áreas de enfrentamento militar. Cabe, nesse sentido, destacar, a entrada dos EUA e da ex-URSS no conflito e a formalização, em 1942, da criação do bloco dos Aliados, contando com a presença dos governos soviético, norte-americano e inglês, entre outros. Tal conjuntura, marcada pela decisão dos aliados de fortalecer a ofensiva contra os países do Eixo (Alemanha, Japão e Itália), interferiu, de forma direta, na participação de outros países, americanos e asiáticos, nos enfrentamentos bélicos, no front europeu, no Pacífico e nas áreas coloniais africanas. Em um quadro de expansão da guerra e no momento imediatamente posterior ao seu fim não houve condições e recursos de organizar uma competição esportiva – Copa do Mundo de Futebol – que se pautava no entendimento e na cooperação diplomática entre os países que dela viessem a participar.

5. UERJ 2006. (B)

Capítulo 24. A Guerra Fria

1. Enem. (B)

2. PUC. (A)

3. PUC. (B)

4. PUC. (A)

5. PUC. (C)

6. UERJ. (B)

7. UERJ. (C)

8. UFF. (C)

9. UFRJ. O candidato poderá considerar que da Guerra Civil Espanhola, analisada do ponto de vista das relações internacionais, participou grande número de estrangeiros nos dois lados em conflito. Do lado dos chamados "nacionais", Franco recebeu ajuda militar (tropas e armas) e financeira dos governos nazi-fascistas da Itália e da Alemanha. Os republicanos receberam ajuda da URSS (assessores militares e armamentos) e das Brigadas Internacionais (voluntários de cerca de 50 nações). Ocorre, assim, um primeiro confronto internacional entre as forças fascistas e as chamadas forças democráticas, como ocorreria, em maior escala, na 2ª. Guerra Mundial. O candidato poderá ainda mencionar que a Guerra na Espanha serviu como teste para novos armamentos e estratégias de luta que viriam a ser usadas na 2ª. Guerra Mundial.

10. PUC 2003.

a) O governo norte-americano preocupava-se com a expansão do poder comunista pelo sudeste asiático, pois esta colocaria em risco os interesses americanos no Pacífico. Assim sendo, entendia como desestabilizador para o equilíbrio político da Ásia os seguintes acontecimentos ocorridos após o término da 2ª Guerra Mundial:

- a Revolução Chinesa de 1949;
- o fracasso do colonialismo francês na Indochina e o surgimento do Laos, Camboja e de um Vietnã dividido;
- a independência da Indonésia e sua postura neutralista e independente frente ao Estados Unidos e União Soviética;
- a Guerra da Coreia.

b) As contínuas baixas de soldados norte-americanos e o alastramento do

conflito fortaleceram diversos setores contrários ao desenvolvimento norte-americano no Vietnã. A cobertura da imprensa sobre a participação de tropas norte-americanas em situações de extrema violência (bombardeios de Napalm e o massacre de *My Lai*) forneceu à sociedade norte-americana imagens e informações que estruturaram diversos focos de oposição - críticas foram feitas pelos próprios meios de comunicação, por segmentos do clero liberal, pelo movimento estudantil (principalmente contra o alistamento), pelo movimento negro e por grupos pacifistas.

11. UFRJ 2003. O candidato poderá citar como elementos semelhantes o monopólio político do partido único e a planificação econômica sob responsabilidade estatal, além dos desdobramentos de ambos.

Como aspectos que diferenciavam os respectivos modelos poderá enfatizar as políticas formuladas no "Grande Salto" (1956-1958), com o deslocamento do eixo de preocupação das cidades para o campo, da indústria para a agricultura, do proletariado urbano para o campesinato, a organização dos camponeses em comunas populares e o fortalecimento do poder local com a descentralização do poder no meio urbano. Poderá ainda mencionar a "Revolução Cultural" (1965-69) e/ou seus respectivos desdobramentos no período.

12. UFRJ.

13. UFRJ 2005.

a) O candidato deverá identificar a Guerra Fria e/ou processos correlatos como o elemento da conjuntura internacional que contribuiu para a Guerra do Vietnã.

b) O candidato poderá desenvolver um dos seguintes princípios da Doutrina Bush: o direito que os EUA se reservam de atacar preventivamente os Estados que ameacem a sua segurança e/ou a de seus aliados; o direito de, ao decidir

realizar ataques preventivos, dispensar a consulta ou aprovação dos organismos multilaterais (ONU, Comunidade Européia, OEA etc); o combate intermitente ao terrorismo, entendido como ameaça ao Estado norte-americano e/ou aliados.

14. PUC 2005. O candidato deve identificar a ocorrência, nas décadas de 1950 e 1960, das lutas de descolonização, em diversas regiões dos continentes africano e asiático. Entre os desdobramentos de tais experiências, destaca-se a emergência de novos Estados Nacionais, ampliando, consideravelmente o número de países a compor o cenário das relações internacionais. A participação de delegações de atletas desses novos Estados em competições mundiais esportivas, como as Olimpíadas e as Copas do Mundo, foi, em muitos casos, valorizada, na medida em que, entre outros simbolismos e usos políticos, contribuía para a sedimentação de pertencimentos e valores nacionalistas.

15. UFF - A independência de Angola resultou da crise geral que afetou a política colonial portuguesa, geradora das transformações simbolizadas pela Revolução dos Cravos. Aos poucos, as diretrizes políticas da dominação colonial foram sendo afetadas pelos novos ares do capitalismo contemporâneo e pelas questões vinculadas ao novo modo de perceber o racismo. Ao mesmo tempo, os custos da administração colonial, em pleno processo de crise do petróleo, também favoreceu a independência, pois afetou a economia portuguesa, desmobilizando as forças armadas. O candidato poderá destacar entre outras: os conflitos inter-étnicos, as disputas dentro da classe dominante pelo controle do Estado; os distintos projetos de Nação, que contrapunham socialistas a aliados dos Estados Unidos; as disputas entre os grupos independentistas rivais (O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) - de linha marxista com apoio soviético; a Frente Nacional para a

Libertação de Angola (FNLA) - pró-ocidental e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) - a princípio maoísta e depois anticomunista). Além disso, poderá dizer que os conflitos em Angola reproduzem, em nível local, a questão da Guerra Fria.

16. UERJ 2008. (A)

17. UFRJ 2007. O candidato deverá identificar as determinações legais que implicavam no cerceamento dos direitos civis dos negros na África do Sul sob o regime do Apartheid, dentre as quais a limitação da circulação de indivíduos negros a partir da concessão de passes; a reserva de grande parcela de terras para indivíduos brancos; a proibição de indivíduos negros viverem fora das terras para eles designadas, salvo quando fossem empregados dos brancos; a proibição de casamentos e de relações sexuais entre pessoas de raças diferentes, dentre outros.

18. UERJ 2006. (B)

19. UERJ 2009.

Duas das razões:

- queda vertiginosa da economia portuguesa
- desgaste das tropas portuguesas em prolongadas guerras coloniais
- forte migração de jovens para a Europa e o Brasil para não participarem do conflito
- crescimento de reivindicações corporativas das Forças Armadas, que aos poucos foram ganhando conotação política

Consequência: fim do antigo sistema colonial português com o reconhecimento pelo governo de Portugal das independências das suas colônias africanas: Angola, Moçambique, Guiné, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe.

Capítulo 25. A América latina contemporânea

1. UERJ 2009. (A)

Capítulo 26. O Oriente Médio Contemporâneo

1. PUC. (A)

2. PUC. (C)

3. UFRJ. 2006

a) O candidato poderá identificar dois dos seguintes territórios ocupados: península do Sinai; Faixa de Gaza; Cisjordânia; colinas de Golan e Jerusalém Oriental.

b) O candidato deverá explicar que no ano em curso o Parlamento de Israel aprovou a retirada dos colonos que ocupavam a Faixa de Gaza, dando início a sua efetiva desocupação.

4. ENEM 2008. (E)

Capítulo 27. A Queda do Muro de Berlim, o fim da URSS e a Nova Ordem Mundial

1. PUC. (D)

2. UERJ. (A)

3. UERJ. (B)

4. UFF 2006.

a) O candidato deverá responder que o regime de apartheid foi um sistema que pregou o desenvolvimento, em separado, de cada grupo racial existente na África, privando a população não branca de direitos políticos e civis, constituindo-se, portanto, um racismo consagrado em lei. O candidato poderá, ainda, destacar que o apartheid despejou milhares de negros de suas terras, entregando-as aos brancos, o que significou que 87% das terras sul africanas passaram a pertencem aos brancos. O regime impediu ainda que os negros comprassem terras e que se tornassem agricultores autosuficientes. O candidato, também, poderá afirmar que, apenas um pequeno número de negros podia

viver nas cidades, desde que aceitasse realizar serviços essenciais para os brancos. Também era proibido o casamento entre negros e brancos. O candidato poderá, ainda, destacar as Leis do Passe, que garantia o controle sobre a movimentação dos africanos. O regime consagrou a catalogação racial da criança. Com base nessa catalogação, o negro só podia morar em determinadas áreas. O candidato poderá, ainda, ressaltar que o apartheid aprovou uma série de leis que classificou e separou os negros em diversos grupos étnicos e lingüísticos, gerando os bantustões – territórios tribais independentes, onde os negros foram confinados.

b) mencione o mais importante líder da luta contra o apartheid e expresidente da África do Sul. Resposta: Nelson Mandela

5. UFRJ.- 2007 O candidato deverá identificar as determinações legais que implicavam no cerceamento dos direitos civis dos negros na África do Sul sob o regime do Apartheid, dentre as quais a limitação da circulação de indivíduos negros a partir da concessão de passes; a reserva de grande parcela de terras para indivíduos brancos; a proibição de indivíduos negros viverem fora das terras para eles designadas, salvo quando fossem empregados dos brancos; a proibição de casamentos e de relações sexuais entre pessoas de raças diferentes, dentre outros.

6. UERJ 2006. (A)

